



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: TRANSFORMAÇÕES E USOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ITU-SP

RAFAEL FABRÍCIO DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de Organização do Espaço, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro
2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

RAFAEL FABRÍCIO DE OLIVEIRA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL:
TRANSFORMAÇÕES E USOS DO CENTRO
HISTÓRICO DE ITU-SP**

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia,
na área de Organização do Espaço, para a
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Rio Claro
2012

910h.3 Oliveira, Rafael Fabrício de
O48p Patrimônio histórico-cultural: transformações e usos no
Centro Histórico de Itu-SP / Rafael Fabrício de Oliveira. - Rio
Claro : [s.n.], 2012
235 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas, plant.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro
Oliveira

1. Geografia urbana. 2. Patrimônio cultural. 3. Paisagem.
4. Geografia humana. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO



AUTOR: RAFAEL FABRÍCIO DE OLIVEIRA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: TRANSFORMAÇÕES E USOS NO CENTRO HISTÓRICO DE ITU-SP

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira

Aprovado em: 18/10/2012

EXAMINADORES:

Prof.^a Dr.^a Bernadete Ap. C. de Castro Oliveira _____Presidente

Prof. Dr. Everaldo Batista Costa _____

Prof. Dr. Eduardo Romero de Oliveira _____

Rio Claro, outubro de 2012

*Ao professor Pompeu, em memória,
pela amizade, apoio e orientação
ao longo do meu trajeto acadêmico.*

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é resultante de um amplo conjunto de esforços, fatores e a participação coletiva de diversos indivíduos, agências de financiamento e instituições, dos quais gostaria de destacar meu apreço e o reconhecimento pelo apoio ao longo desta caminhada.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa ao longo dessa trajetória.

Também minha gratidão a Pró-Reitoria da UNESP (PROEX), ao conceder auxílios financeiros para incursões em congressos e territórios, que marcaram novas aprendizagens, a cooperação e o estreitamento de laços internacionais.

Agradeço à Fundação Carolina e a Agência de Cooperação Espanhola pela materialização e financiamento do curso de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento na Universidade Complutense de Madrid. Revelando que mesmo em meio a interesses e estratégias nem sempre convergentes, a cooperação é um dos caminhos mais importantes para a produção de um mundo mais justo.

Agradeço a todos os membros docentes, discentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Organização do Espaço (IGCE-UNESP). Também aos funcionários da Seção de Pós. A sinergia do contexto entre todos foi preponderante nos estudos, nos diálogos, debates e convivência, criando um espaço propício de trabalho.

Aos Professores e Funcionários do Departamento de Geografia, minha gratidão por mais um caminho percorrido: Prof. Dr. Antônio C. Tavares pelos conselhos, orientações e amizade. Ao Prof. Dr. Enéas R. Ferreira pela amizade, diálogos e

recomendações. Ao Prof. Dr. Paulo R. T. Godoy pelas aulas, leitura do trabalho e orientações no exame de qualificação. Ao Prof. Dr. Auro Ap. Mendes, a Profa. Dra. Darlene Ap. de O. Ferreira, a Profa. Dra. Rosângela Doin de Almeida, ao Prof. Dr. Fadel D. A. Filho pelas aulas, textos e debates. A Profa. Livia de Oliveira pelas conversas, debates e apoio. Ao Desenhista Gilberto D. Henrique e Técnico de Laboratório Carlos A. C. Prochnow.

Aos Professores e Funcionários do Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento minha mais sincera gratidão. Ao Prof. Dr. Roberto Braga pelas aulas e pelo apoio no momento mais crítico do trabalho na ocasião do falecimento do Prof. Dr. Pompeu F. de Carvalho orientador inicial deste trabalho. Ao Prof. Dr. Manuel B. Rolando B. Godoy pela amizade e estímulo. Ao Desenhista Arnaldo Rosalem pela amizade e cooperação. A Assessora Administrativa Elisabete Ap. Ffranciolli pelo apoio e serviços prestados.

Aos estimados colegas do Programa de Pós-Graduação: Thiago Melo, Rafael Oliveira, André Malavazzi, Rafael M. dos Santos, Ana Gabriela, Bruno S. Leite, Silas Melo, Kebler Carvalho, Grazielle Miranda. Pela amizade, compreensão, diversão.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa CNPq Patrimônio, Memória e Território: Ms. Andrea G. de O. Crione e Ms. Tiago J. Berg. Ao Prof. Dr. Everaldo B. Costa (UNB) pela leitura do trabalho, participação e orientações na Banca de Mestrado.

Agradeço também aos colegas do Grupo de Pesquisa CNPq em Planejamento e Análise Territorial. Ao Grupo do Laboratório de Planejamento Municipal pela convivência no laboratório e a amizade.

Agradeço ao colega André Boni, pela ajuda na tradução do resumo final e na revisão do abstract.

Aos amigos e amigas da Moradia Estudantil, principalmente da Casa 4, que no início do mestrado me acolheram e propiciaram uma convivência única; permeada de amizade e experiências positivas. Especialmente a Mayara, Kacilmara, Mônica, Wellington, Mayra, Bruna, Jaqueline e Abbul. Também ao colega Antônio, pela boa convivência na república.

À Profa. Dra. Bernadete A. C. Castro, que me acolheu no momento que mais precisei, depositando sua confiança no meu trabalho e contribuindo na plenitude para que essa dissertação se concretizasse. Além da admiração, pela sua orientação e apoio serei eternamente grato.

Aos funcionários e trabalhadores da UNESP, pilares da instituição, agradeço pela dedicação, assiduidade e, acima de tudo, da qualidade dos serviços prestados.

Aos funcionários do IPHAN e CONDEPHAAT pelo tempo dedicado a pesquisa, pelo esforço com que conduzem de forma heroica ambas as instituições.

À minha mãe, Jane Aparecida de Oliveira, com quem o meu carinho em palavras não pode ser expresso e ao seu companheiro Raimundo B. de Oliveira, um exemplo de vida e superação. Pelo apoio, estímulo, compreensão e amizade ao longo de todas as etapas de minha vida.

Ao Professor Dr. Pompeu F. de Carvalho *in memoriam* pela orientação ao longo da maior parte de meu percurso acadêmico. Que sua essência permaneça viva em todos aqueles que acreditam e lutam por um mundo mais justo.

Aos meus alunos da Escola Estadual Prof. Pery Guarany Blackman, por me preencherem de novas aprendizagens e juventude.

À Ana Carla M. de Aguiar, pelo amor e compreensão ao longo desses anos.

A todos, muito obrigado.

Rafael F. de Oliveira

RESUMO

No limiar do século XXI o temário do patrimônio cultural alcança proporções e forças de alterar profundamente a dinâmica de cidades, regiões e países. O ato de preservar a paisagem já é em si um dos mais poderosos mecanismos de transformação de uma realidade. Aliado a atividades produtivas e aos interesses de classe, ele é capaz de legitimar ideologias, interesses e ações que se desenvolvem materialmente no espaço geográfico. Partindo dessa conjectura, esta pesquisa analisou as transformações e os novos usos estabelecidos pelo Estado mediante a normatização do patrimônio histórico-cultural em Itu, no interior de São Paulo. Sendo constituída por uma literatura multidisciplinar, a pesquisa teve seu maior foco nas observações em campo, entrevistas qualificadas, questionários aplicados e a análise de relatos, que juntos procuram subsidiar o conhecimento das múltiplas contradições geradas a partir das transformações urbanas. Constatou-se generalizadamente que o relacionamento da população com sua cidade é precário, se realizando a partir de sociabilidades segmentadas a espaços de consumo, junto a seus semelhantes. Evidenciando que mesmo com as possibilidades trazidas pela questão patrimonial, é imperativa a indiferença com o tema. Seja por seu caráter repressor ao legitimar as hegemonias, seja pelo desconhecimento histórico ligado a baixos níveis de qualidade na educação, esta se torna mais uma variável complicadora nos processos de construção de uma cidade mais justa socialmente, calcada em valores para além dos interesses do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem, Patrimônio Histórico-Cultural, Itu-SP.

ABSTRACT

In the beginning of the 21st century, the themes of the cultural heritage reach proportion and strength to deeply change the dynamics of cities, regions and countries. Preserving the landscape is one of the most powerful transformation mechanisms of a reality. Together with productive activities and the interest of classes, it is capable of legitimating ideologies, interests and actions that are materially developed in the geographic space. This research has, from the exposed conjuncture, analyzed the transformations and the new use established by the nation by standardizing the historic-cultural heritage in Itu, state of São Paulo. Using a multidisciplinary literature, the research mostly focused in field observations, qualified interviews, applied questionnaires and reports analyses that together aimed to subsidize the knowledge of the multiple contradictions generated from the urban interventions. It was possible to find that generally the relationship between the population and its city is precarious, being done through segmented sociality at consumption place, together with their similar. It was also possible to point that even with the possibilities brought by the cultural heritage issue, the indifference with the subject is imperative. Either for its repressor character to legitimize the hegemonies, or for the lack of historical knowledge due to the low level of the education quality, this is one more complicating variable in the processes of the construction of a socially fairer city, based in values different than the capital interests.

KEYWORDS: Landscape, Cultural Heritage, Itu-SP.

SUMÁRIO

Página

INTRODUÇÃO.....	16
------------------------	-----------

CAPÍTULO I

Geografia, paisagem e patrimônio cultural.....	30
1.1. A cultura e a paisagem no pensamento em geografia.....	31
1.2. Transformações nas ciências humanas e sociais.....	35
1.3. Fim da dicotomia entre natureza e cultura.....	38
1.4. Espaço urbano, paisagem e a emergência do patrimônio cultural na sociedade contemporânea.....	42

CAPÍTULO II

A emergência da questão patrimonial, a paisagem e os sítios históricos: precedentes e desdobramentos na cidade.....	51
2.1. As origens do patrimônio.....	52
2.2. O patrimônio na modernidade.....	54
2.3. As cartas patrimoniais e as novas dimensões do patrimônio.....	58
2.4. Diversidade cultural e a paisagem na lógica patrimonial.....	61
2.5. Os sítios antigos, a cidade e a paisagem no prospecto patrimonial...67	
2.6. O quadro institucional brasileiro.....	72
2.7. O Condephaat no estado de São Paulo.....	82

CAPÍTULO III

Formação espacial da região de Itu.....	84
3.1. O comércio internacional em grande escala, o Brasil colônia e a formação do núcleo de Utu-Guaçu.....	86
3.2. As transformações globais evocadas pela Revolução Industrial, a cultura canavieira colonial na capitania de São Vicente e o caso de Itu.....	98
3.2.1. Área litorânea.....	100
3.2.2. Área de serra acima.....	101
3.2.3. O café na segunda zona cafeicultora.....	105
3.3. Tempos modernos: a indústria nacional, urbanização, produção flexível e os precedentes na emergência da questão patrimonial e do turismo em Itu.....	109

CAPÍTULO IV**A institucionalização normativa da paisagem urbana de Itu**

Como patrimônio histórico e cultural.....	124
4.1. O percurso da cidade na materialização institucional do patrimônio..	126
4.2. A patrimonialização do centro de Itu pelo Estado.....	129
4.3. De entrave a potencial: a paisagem como produto/produtora do turismo.....	142
4.4. Os efeitos do tombamento: contradições no processo de Normatização do patrimônio cultural de Itu.....	148

CAPÍTULO V**Transformações no cotidiano e o papel da paisagem**

na reprodução dos sistemas de signos e usos do centro da cidade.....	162
5.1. Os marcos do centro: as praças e espaços públicos.....	163
<i>5.1.1 Praça Regente Feijó – Largo do Patrocínio e Entorno.....</i>	<i>167</i>
<i>5.1.2. Praça D. Pedro I – Largo São Francisco.....</i>	<i>169</i>
<i>5.1.3. Praça Padre Anchieta – Largo do Bom Jesus.....</i>	<i>172</i>
<i>5.1.4 Praça Conde Parnaíba – Antigo Largo da Caixa D'água.....</i>	<i>173</i>
<i>5.1.5 Largo de São Benedito.....</i>	<i>174</i>
<i>5.1.6. Praça da Independência ou Largo do Carmo.....</i>	<i>174</i>
<i>5.1.7. Praça Padre Miguel ou Largo da Matriz.....</i>	<i>175</i>
<i>5.1.8. Praça da Bandeira – Largo de Santa Rita e área do Mercado.....</i>	<i>176</i>
<i>5.1.9. Praça Duque de Caxias – Praça do Quartel.....</i>	<i>177</i>
5. 2. Cotidiano e a representação do centro para a população.....	180
5. 2.1. Projeção das paisagens: legitimação da autoria patrimonial aos grupos hegemônicos e a cultura como produto para o mercado	180
5.2.2. A segmentação do uso dos espaços públicos e dos bens patrimoniais	187
5.2.3. Entraves do patrimônio cultural para uma potencial realização da cidade à sua população.....	191
5.2.4. Transformação cultural, impactos no cotidiano e na cidade.....	195
5.2.5. O trabalho abstrato impede o reconhecimento da cidade.....	198

5.2.6. Áreas especializadas: rupturas e continuidades históricas na paisagem.....	199
5. 3. O centro de Itu como espaço de lazer e consumo: o olhar do turista..	202
5.3.1. A oferta e o consumo turístico além da paisagem do centro.....	206
5. 4. Novos moradores: os condomínios em Itu e o centro histórico.....	209
5.4.1. A atratividade de Itu: a busca pela natureza, tranquilidade e lazer....	210

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
---------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA.....	219
-------------------	-----

FONTES PRIMÁRIAS/LEGISLAÇÕES.....	227
-----------------------------------	-----

APÊNDICE.....	230
---------------	-----

ANEXOS.....	234
-------------	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	MUNICÍPIO DE ITU-SP: ESPACIALIZAÇÃO DO REFERENCIAL EMPÍRICO	p. 29
Figura 2.	O QUADRILÁTERO DO AÇÚCAR EM SÃO PAULO, 1850	p. 103
Figura 3.	CONFIGURAÇÃO DA VILA DE ITU EM 1774 E 1830	p. 104
Figura 4.	CONFIGURAÇÃO DA VILA DE ITU EM 1865 E 1878	p. 107
Figura 5.	POPULAÇÃO EM ITU-SP ENTRE 1970 E 2010	p. 115
Figura 6.	MAPA DO ZONEAMENTO DE ITU-SP	p. 130
Figura 7.	COLEÇÃO DE MAPAS DE ITU-SP	p. 132
Figura 8.	LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS PELO IPHAN	p. 134
Figura 9.	PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PADRE ANCHIETA	p. 139
Figura 10.	MAPA E PROJETO DE INTERVENÇÃO NO LARGO DO CARMO, 20000	p. 140
Figura 11.	O VARVITO EM ITU-SP	p. 144
Figura 12.	ROTEIRO TURÍSTICO DOS BANDEIRANTES	p. 145
Figura 13.	MONUMENTO, PLACA TURÍSTICA E LOGOTIPO DO ROTEIRO DOS BANDEIRANTES	p. 147
Figura 14.	TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ITU APÓS TOMBAMENTO	p. 149
Figura 15.	A MARCA BANDEIRANTE NAS BANDEIRAS: SANATANA DE PARNAÍBA	p. 151
Figura 16.	A MARCA BANDEIRANTE NAS BANDEIRAS: PORTO FELIZ	p. 151
Figura 17.	A MARCA BANDEIRANTE NAS BANDEIRAS: ITU	p. 151
Figura 18.	EXPANSÃO DA MALHA URBANA DE ITU-SP (1700-2006)	p. 153
Figura 19.	PICHAÇÕES NO CENTRO DE ITU-SP	p. 158
Figura 20.	PICHAÇÕES NO CENTRO DA CIDADE DE ITU-SP	p. 159
Figura 21.	LIMITES E MARCOS DO CENTRO PARA POPULAÇÃO	p. 166
Figura 22.	PERÍMETRO INTERNO E O EIXO HISTÓRICO CENTRAL	p. 179
Figura 23.	REPRESENTATIVIDADE DOS ESPAÇOS CENTRAIS DE ITU PARA POPULAÇÃO	p. 180
Figura 24.	REPRESENTATIVIDADE DA HISTÓRIA NO ESPAÇO CENTRAL SEGUNDO OS CIDADINOS	p. 181
Figura 25.	REPRESENTATIVIDADE DO CAOS PARA O ESPAÇO CENTRAL SEGUNDO OS CIDADINOS	p. 184
Figura 26.	REPRESENTATIVIDADE DO COMÉRCIO SEGUNDO OS CIDADINOS	p. 185
Figura 27.	REPRESENTATIVIDADE DO LAZER PARA O ESPAÇO CENTRAL SEGUNDO OS CIDADINOS	p. 186
Figura 28.	GRÁFICO SÍNTESE EM RELAÇÃO AO USO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS	p. 187
Figura 29.	GRÁFICO SÍNTESE SOBRE O USO EM RELAÇÃO À RUA FLORIANO PEIXOTO	p. 188
Figura 30.	GRÁFICO SÍNTESE EM RELAÇÃO A PARTICIPAÇÃO NAS IGREJAS DO CENTRO	p. 188
Figura 31.	GRÁFICO SÍNTESE SOBRE PARTICIPAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS FESTAS LOCAIS	p. 189
Figura 32.	FREQUÊNCIA COM QUE A POPULAÇÃO ENTREVISTADA VAI AO CENTRO	p. 190
Figura 33.	O CENTRO COMO ESPAÇO DO TURISMO	p. 191
Figura 34.	RAZÕES OU FINALIDADES QUE OS ENTREVISTADOS VÃO AO CENTRO	p. 193
Figura 35.	USO EDUCATIVO E CULTURAL DO CENTRO DA CIDADE NO PASSADO E NO PRESENTE	p. 194
Figura 36.	USO PARA LAZER DO CENTRO DA CIDADE NO PASSADO E NO PRESENTE	p. 195
Figura 37.	FESTA ITALIANA NO EIXO HISTÓRICO	p. 196
Figura 38.	USO DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS NO CENTRO DA CIDADE	p. 197
Figura 39.	ESPAÇOS DE ENCONTRO NO CENTRO DA CIDADE	p. 200
Figura 40.	REPRESENTATIVIDADE DO CENTRO PARA O TURISTA E A POPULAÇÃO LOCAL	p. 203
Figura 41.	PONTOS MAIS VISITADOS EM ITU POR TURISTAS	p. 207
Figura 42.	A NATUREZA NOS SÍMBOLOS DOS CONDOMÍNIOS	p. 211
Figura 43.	PROPAGANDA ENFATIZANDO QUALIDADES LIGADAS A NATUREZA E MEIO AMBIENTE	p. 212
Figura 44.	SEGMENTAÇÃO DAS JUSTAPOSIÇÃO DAS SOCIABILIDADES	p. 214

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	MEIOS DE INVESTIGAÇÃO	p. 19
QUADRO 2	ASPECTOS RELEVANTES DO SPHAN - 1937 ATÉ O FIM DA DÉCADA DE 1960	p. 75
QUADRO 3	POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO NO BRASIL ATÉ O FIM DA DÉCADA DE 1960	p. 76
QUADRO 4	FASE MODERNA DAS INSTITUIÇÕES NACIONAIS PARA O PATRIMÔNIO	p. 79
QUADRO 5	MORFOLOGIA URBANA: ESTRUTURA E FORMA DA “CIDADE ANTIGA”	p. 122
QUADRO 6	IMÓVEIS DE GRAU DE PROTEÇÃO 1	p. 131
QUADRO 7	BENS TOMBADOS PELO IPHAN EM ITU-SP	p. 133
QUADRO 8	BENS PATRIMONIAIS TOMBADOS PELO NO CENTRO HISTÓRICO DE ITU	p. 135
QUADRO 9	MARCOS CENTRAIS DE ITU	p. 164
QUADRO 10	CARACTERÍSTICAS DO GRUPO DE TURISTAS ENTREVISTADO	p. 206

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF 88 – Constituição Federal de 1988
OEA – Organização dos Estados Americanos
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
MEC – Ministério da Educação
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
ONU – Organização das Nações Unidas
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
ICOM – Conselho Internacional de Museus
SHU – Sítio Histórico Urbano
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHAN – Departamento do Patrimônio histórico e Artístico Nacional
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
SEC – Secretaria da Cultura
SEAC – Secretaria de Assuntos Culturais
MinC – Ministério da Cultura
FNPM – Fundação Nacional do Patrimônio Material
IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
PRONAC - Programa Nacional de Incentivo à Cultura
UPPH - Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GP-1 – Grau de Proteção 1
GP-2 – Grau de Proteção 2
GPS – Global Positioning System
ZH1 – Zona Histórica 1
ZH2 – Zona Histórica 2

INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado se inscreve numa estrutura assentada sobre dois conjuntos ou blocos básicos: o primeiro situa-se no plano de questões mais genéricas que permeiam os desdobramentos da noção de paisagem e patrimônio na modernidade e que remetem ao próprio desenvolvimento das ciências humanas e sociais no período atual. O segundo compreende de forma mais peculiar o recorte tomado na pesquisa, inicialmente por meio de sua morfologia, formação sócio-espacial, seguidos pela caracterização do processo de normatização do patrimônio cultural pelo Estado e, então, dos resultados compreendidos na cidade e no cotidiano da população neste processo.

Os objetivos iniciais da pesquisa remetem a apreensão dos efeitos sociais por intermédio da análise sobre as intervenções urbanas realizadas num referencial empírico: o eixo histórico¹ de Itu (SP), principalmente entre a última década do século XX e a primeira década do XXI, em que tal processo se intensifica. Visando entrever o caráter destas políticas públicas, bem como a relação dos munícipes locais com seu patrimônio cultural neste contexto. Partindo de objetivos mais específicos: (a) Entender a concepção de patrimônio histórico e cultural abarcada pela população e pela administração pública municipal; (b) Apreender a representatividade do centro e do patrimônio histórico e cultural da cidade pela população local; (c) Analisar o uso dos espaços públicos no centro histórico, observando possíveis territorialidades, classificadas por variáveis sociais; (d) Discutir alternativas e ações que contribuam para o desenvolvimento urbano por meio da proteção e defesa dos valores históricos e culturais da cidade.

Tais propósitos previram metodologicamente meios investigativos descritos por autores como Santos, M. (1985), Frémont (1980), Cosgrove (2004), Duncan (2004), Corrêa (2005). A análise de Santos, M. (1985) sobre o conceito de espaço geográfico é fundamentadora, traduzido pela ideia de um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 1997).

¹ Cidade, zona ou centro histórico, neste ponto e ao longo do trabalho, corresponde ao termo utilizado na normatização categórica para o tombamento de conjuntos urbanos antigos pelos órgãos patrimoniais. E não a uma conceituação científica, ou ao resultado de reflexão teórica de seu sentido ou da própria terminologia, já que não se trata de um dos objetivos da pesquisa essa discussão.

Assim também, em relação às suas categorias: forma, função, processo e estrutura, utilizadas conjuntamente, ou seja, de maneira simultânea e inseparada, já que “para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um conceito único” (SANTOS, 1985, p. 56), com base no processo histórico de cada período ou recorte de tempo analisado. A forma, como categoria desse todo, seria o visível, o objeto em si, o arranjo, por fim um padrão. Enquanto a função, nessa mesma perspectiva, é o papel esperado de uma forma, sugerindo, portanto, uma tarefa a determinada coisa. O tempo estaria representado pela categoria processo, num movimento dinâmico e comum entre todas as outras categorias, para então conquistarmos a apreensão da realidade, por meio da “totalidade concreta e dialética” do mundo. Enquanto a estrutura “implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou produção.” (SANTOS, 1985, p. 50).

O funcionamento de um conjunto de suportes investigados, no caso desta pesquisa o espaço urbano e a perspectiva do patrimônio cultural, a paisagem é um dos conceitos norteadores, pelo qual se pode melhor entender suas diversas funções ideológicas e implicações no cotidiano das sociedades. Assim, a paisagem pode expressar basicamente segundo Duncan (2004) pelo: (a) seu funcionamento material e concreto como mecanismo de persuasão; (b) seu funcionamento alegórico e fantasioso; (c) e, por fim, a estrutura recorrente da narrativa, ligada à união dos interesses estratégicos dos “construtores das cidades” e de poderes associados neste processo. Neste prisma a textualidade e a intertextualidade, expressadas pela relação entre a produção escrita e a paisagem, revelariam meios materiais comparativos fundamentais entre os discursos sobre os significados das paisagens. Concluindo que “(...) esses debates e disputas, que podem se fundamentar em interesses materiais reais, frequentemente desempenham um papel significativo no processo político” (DUNCAN, 2004, p. 122).

Destacadamente, propostas renovadoras de Cosgrove (2004, p.108-110), no âmbito da cultura, contribuíram diretamente para a sistematização de atividades mais operacionais na pesquisa. Para o autor, os métodos para

decodificação da paisagem pela Geografia residem em uma síntese de cinco grupos, sendo os três primeiros tradicionais e os últimos mais contemporâneos: (a) trabalho de campo; (b) interpretação de mapas; (c) evidências materiais em campo; (d) depoimentos orais; (e) interpretação de pinturas, poemas e produtos culturais associados às paisagens. O papel do investigador na organização e representação dos resultados destas referências, apesar de fundamental, é permeado por uma compreensão “informada por nossos valores, crenças e teorias, mas está apoiada na busca de evidência de acordo com as reconhecidas regras desinteressadas do mundo acadêmico.” (COSGROVE, 2004, p. 110).

Para Duncan (2004, p. 106) entender a paisagem como um “sistema de criação de signos” é um ato que pode aproveitar-se de três procedimentos metodológicos na pesquisa. A primeira na hermenêutica, a partir de relatos da população local com objetivos de: (a) entender qual a impressão que as pessoas têm da paisagem; (b) qual a importância que as pessoas atribuem à paisagem; (c) como essas interpretações mantém ou transformam as relações sociais. A segunda diz respeito aos “não-locais”, por meio de uma relação comparativa entre o discurso daqueles inseridos e os não inseridos na área de estudo. A terceira e última linha se relaciona a própria interpretação do geógrafo, no estabelecimento de relações na paisagem entre diversos elementos do sistema cultural. Em grande medida, esta proposta sistematizada por Duncan (2004) foi equacionada na proposta de trabalho no estabelecimento de questionários semi-estruturados, de entrevistas e comparações sobre a representatividade das paisagens entre munícipes, turistas e a leitura de intelectuais sobre a área.

Assim também, as possibilidades metodológicas na apreensão das relações humanas com o espaço, para Armand Frémont (1980), se assentariam numa multiplicidade de meios de investigação, para que o geógrafo pudesse ter maiores recursos em suas análises. Para o autor, estes meios poderiam ser tanto qualitativos, como quantitativos. Sendo imprescindível a utilização de todas as ferramentas possíveis, mesmo técnicas ligadas às origens clássicas da disciplina. Ainda segundo ele, “a palavra e o olho”, “os documentos” e os “instrumentos” seriam juntos mecanismos fundamentais para a obtenção, tratamento da

informação e a orientação da pesquisa geográfica de forma mais ampla (FREMÓNT, 1980).

Meios de investigação

1- PALAVRA E OLHO	2- DOCUMENTOS	3- INSTRUMENTOS
(a) Biografias	(a) Literatura	(a) Estudo Qualitativo
(b) Inquéritos por questionários	(b) Mapas, monografias...	(b) Matemática
(c) Entrevistas por grupos	(c) Mídias modernas	(c) Cartografia

Quadro1: Metodologias sistematizadas por Fremónt (1980). Organizado pelo autor, 2012.

Nesta perspectiva se materializa a realização de levantamentos, leituras e revisões de trabalhos e pesquisas em temas correlatos ao projeto. Análise de documentos oficiais e referências institucionais, tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Desenvolvimento de modelos estruturados, de questionários e entrevistas qualificadas, além da produção de materiais técnicos, como mapas e croquis. Somados a realização de trabalhos empíricos em campo, com observações, coleta de dados, descrição das principais características do sítio, análise dos bens tombados e registros fotográficos², sondagens, espacialização dos elementos tombados na zona histórica do município. Execução de entrevistas qualificadas com superintendentes e gestores da cidade. Aplicação de questionários e entrevistas aos habitantes. Ao fim, a realização do trabalho de gabinete, elaboração, reflexão e divulgação dos primeiros resultados e conclusões, com diagnósticos, prognósticos e possíveis projetos paliativos. Em paralelo, edição de trabalhos, publicações, participação em debates e reuniões científicas, cujo resultado final é a composição da presente dissertação.

Por tratar-se de um estudo com amplo foco qualitativo, seu planejamento – com muitas dimensões estruturais já estabelecidas – foram e continuaram sendo complementados sistematicamente no decorrer das atividades da investigação . Pois mesmo com esta estrutura pré-elaborada, concorda-se com Alvez-Mazzotti & Gewandsznajder (1998, p.147) quando se referem à perspectiva qualitativa de análise, em que “(...) o foco da pesquisa, bem como as categorias teóricas e o próprio design só deverão ser definidos no decorrer do processo de investigação”. (ALVEZ-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1998, p.147).

² Os registros fotográficos presentes ao longo da dissertação possuem funções ilustrativas, servindo de referência e subsidiando proposições teóricas ou reflexivas do caso.

Tomaram-se tanto para os objetivos, quanto para a metodologia, algumas hipóteses iniciais de trabalho. Como a de que os elementos integrantes do espaço urbano devem ser compreendidos como materialidade humana, totalidade constituída pela ação do homem para o homem. Partindo do pressuposto de que o patrimônio histórico e cultural nas cidades revela aspectos que representam a historicidade do trabalho, onde o cidadão pode se reconhecer como membro ativo de sua comunidade.

No entanto, as profundas mudanças culturais, em uma escala espacial mundializada, com e em temporalidades simultâneas (HARVEY, 1992), representa profundas contradições neste processo, mesmo quando a atuação institucional é verificada na defesa e salvaguarda dos bens culturais. Isto, justamente na medida em que o movimento das ressignificações das paisagens adquire a função de uma mercadoria cultural, concretizando ideologias que não correspondem aos anseios coletivos da sociedade. Onde alguns elementos são priorizados em detrimento de outros, situação que provoca mudanças visíveis no cotidiano da cidade, gerando novos comportamentos e representações, novos sentidos na relação da sociedade com o espaço urbano. Nesta perspectiva torna-se indispensável à realização de esforços por estudos, pesquisas, desenvolvimento de técnicas e políticas que consigam contribuir com mecanismos de salvaguarda do patrimônio histórico e cultural das comunidades, indivíduos e grupos por um prisma de democracia cultural³ e onde os benefícios econômicos sejam concretizados de forma equânime. Para que a cidade não deixe de transcender seu caráter de síntese do trabalho humano, de materialização da essência da comunidade que a construiu. Pois em decorrência do fenômeno da globalização, as transformações urbanas proporcionaram uma crise de

³ A ideia de democracia cultural aqui em questão relaciona-se a uma ampla política de construção de estratégias e espaços para o reconhecimento coletivo. Com base naquilo que Canclini (2006) conceitua de “políticas problematizadoras”, ou seja, aquelas que não tratam apenas de buscar uma “comunidade cultural cooperativa e plural”, mas projetos compartilhados em que as diferenças possam ser expressas e respeitadas, a partir de possibilidades de redução das desigualdades. Culminando com uma política respaldada na problematização do que devemos entender por cultura “(...) e quais são os direitos do heterogêneo”. Questionando “(...) o valor daquilo que a cultura hegemônica excluiu ou subestimou-se para constituir-se. É preciso perguntar se as culturas predominantes – a ocidental ou nacional, a estatal ou a privada – são capazes unicamente de reproduzir-se, ou se também podem criar condições para que suas formas marginais, heterodoxas, de arte e cultura se manifestem e se comuniquem.” (CANCLINI, 2006, p. 157). Possibilitando uma ruptura com a indiferença sobre os bens culturais, assim também de sua apropriação e reconhecimento pela população de forma mais generalizada.

reconhecimento cultural e de identidade do cidadão com o seu lugar. Assim também, a política patrimonial tem despertado uma série de mudanças no cotidiano da sociedade, passando a interferir diretamente no uso e significado dos espaços pelas populações cidadinas.

Algumas referências nos ajudaram a compreender como a leitura contemporânea pelo entendimento crítico do espaço é dificultada basicamente pela amplitude de elementos e variáveis nele presente, além de ações e processos metabolicamente dinâmicos e efêmeros. Sendo que as condições materiais para seu esclarecimento ainda são débeis, definham nos entraves engendrados por uma realização científica pragmática, utilitarista, deslocada dos grandes e reais problemas atuais. Ana Clara Torres Ribeiro (2006) ao realizar uma breve apresentação da obra “Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional” nos mostra a carência atual de estudos “trans-escalares”, de esforços que adentrem o plano teórico e de análises mais totalizantes da realidade. Para ela,

“(...) esta situação de carência teórico-analítica deve-se ao predomínio técnico sobre a ciência, ou seja, da presença cada vez mais racionalizada e massiva de (...) dados, índices e formas de representação do território – a ágil modelagem das questões espaciais e, por consequência dos problemas sociais e administrativos. Essa promoção que atrasa os esforços de criação de teorias e conceitos, atinge a ciência, transformando-a em tecnociência (MORIN, 1996), e impede a consciência dos lugares, que é lenta, gradual e plena de armadilhas e vicissitudes” (RIBEIRO, 2006, p. 20).

Concordando com tal posicionamento, entende-se que este não é um desafio qualquer, demandando a subversão da ordem disciplinar posta. Significa avançar em debates teóricos e em metodologias que se interpõem pelos muitos campos científicos, estendendo-se no limite com a própria filosofia, as artes e a linguagem, naquilo que Boaventura de S. Santos (2001) acredita compor uma ruptura com as dicotomias das ciências naturais e sociais, da fragmentação e totalidade do saber, da relação sujeito e objeto, assim como do senso comum em relação ao conhecimento científico. Porém, esta superação paradigmática (KHUN, 1998), só pode ser concebida afinal por vias especulativas, já que é consensual a existência do descompasso sobre a reflexão de uma avançada base

epistemológica em relação à prática científica atual (SANTOS, 2001). Ou ainda, como relatou Corrêa em conferência recente em Rio Claro (SP) (2011) sobre a heterotopia e a convivência de diferentes planos teórico-metodológicos na produção da geografia cultural contemporânea.

Além da carência de trabalhos que valorizem os contextos e as relações entre o mundo e o lugar em sua multidimensionalidade, deve-se destacar que a ênfase ao plano de pesquisas na escala metropolitana ainda é predominante na Geografia e em outras ciências sociais. De fato, isso se deve a proporção e intensidade dos problemas e riquezas de suas peculiaridades. O que não pode, pois, limitar o pensamento sobre outras dinâmicas e realidades. A carência destes referenciais pode tornar mais complexa à análise das ações e objetos neste processo, sem impedir, no entanto, a apreensão das influências da própria lógica do espaço e do tempo metropolitano em relação às peculiaridades dos elementos presentes em cidades pequenas ou médias.

Ainda que se pontue como falaciosa a proposição da existência de uma ciência unívoca, ou seja, em que as características do seu pensar e fazer assume semelhante papel tanto para as ciências humanas e sociais, quanto para as *hard sciences*, não se pode deixar de admitir, cada vez mais, a tendência de uma aproximação ou intercâmbio entre elas. Longe, porém, de pragmaticamente tomar os problemas por uma mesma perspectiva, pois como coloca Goldmann (1976, p. 27):

“(...) As ciências históricas e humanas não são pois, de uma parte, como as ciências físico-químicas, o estudo de um conjunto de fatos exteriores aos homens, o estudo de um mundo sobre o qual recai sua ação. São ao contrário a análise dessa própria ação, de sua estrutura, das aspirações que a animam e das alterações que sofrem. (...)” (GOLDMANN, 1976, p. 27).

Isto porque enquanto indivíduos sociais, modelados culturalmente por um contexto e intencionalidades próprias do tempo histórico e espaço geográfico, somos de todo modo influenciados na escolha e na relação com o objeto de análise, seja em um ou outro grande grupo disciplinar da ciência moderna.

O dinamismo engendrado pelas forças produtivas modernas traz a tona uma preocupação emergente: do crescimento da racionalidade e das técnicas

ameaçando a própria ordem social, no sentido de “deslocar definitivamente os sentidos tradicionais da cultura que, no passado, asseguravam os laços sociais da vida em comunidade” (LEITE, 2007, p.36). Efeitos explicados, em parte, pela retomada estratégica de uma concepção individualista de mundo, em que o modo de produção vigente restaura as bases liberais, agora com maciça intervenção estatal, contrariando neste ponto a própria análise de Henri Lefebvre (2010, p. 16) sobre a derrocada da doutrina do *laissez-faire* ao final da primeira metade do século XX. É neste sentido que emergem as contradições ligadas ao plano mercadológico (CHOAY, 2006) e economicista que o patrimônio cultural ganhou nos últimos anos, em que profundas intervenções urbanas resultaram deste processo, como em Salvador (BA), Recife (PE), Ouro Preto (MG), Rio de Janeiro (RJ) e tantas outras cidades brasileiras, para situar apenas uma escala nacionalizada, os resultados empíricos ainda são difusos em processos sociais dinâmicos, que permeiam e atribuem amplos interesses e sentidos ao espaço público e aos elementos patrimoniais nele inseridos.

O caso de Itu (SP) torna-se emblemático por traduzir-se em uma cidade média do interior de São Paulo, em que os espaços de fluxos (CASTELLS, 2000) não obedecem a uma lógica puramente metropolitana. Tão pouco os elementos tombados revelam atratividade de cidades históricas nordestinas, cariocas ou de Minas Gerais. Primeira Estância Turística de São Paulo, desde 1971, a cidade já chamava atenção pelo conjunto de bens antigos em sua área central, assim como de propriedades rurais que permeiam processos remotos, representativos dos primeiros momentos de estruturação territorial do Brasil como colônia. Por conta dessa realidade histórica, a cidade tornou-se potencial ao desenvolvimento de atividades turísticas, que na segunda metade do século XX anexavam a sua alçada diversos elementos como patrimônio cultural institucionalizado, culminando em 2003 com o tombamento da paisagem urbana do núcleo antigo: o centro da cidade.

Diante da emergência de novas práticas e do pensamento, segundo Ribeiro (2007, p. 20), os desafios e obrigações destes estudos, no que se refere ao plano das cidades, são “valorizar os contextos, os sítios, os lugares, resguardando memórias e reconhecendo diferenças (...)”. E assim, sem dúvida,

se observará que a “(...) valorização dos lugares é particularmente relevante numa conjuntura marcada por: fortes processos de desenraizamento das relações sociais; perda de referências culturais; mescla entre interesses privados e públicos e mimetismo na ação administrativa, exemplificado pelo comércio de modelos de gestão e planejamento” (RIBEIRO, 2007, p. 20).

Os lugares também não podem ser plenamente compreendidos sem a ampliação das escalas de análise para níveis de espaços e tempos hierarquicamente superiores e mais amplos, como a região e o mundo, ou os períodos e regimes. De tal forma que, “sem o reconhecimento da singularidade dos lugares, perde-se a possibilidade de aproveitar os atuais estímulos ao desenvolvimento local que, quando corretamente concebido, é exigente no que concerne a mudanças nas teorias econômicas (Cf. ZAOUAL, s/d) e à sua abertura a um efetivo diálogo com as teorias críticas do espaço e com os saberes técnicos preservados na vida cotidiana dos lugares” (RIBEIRO, 2006, p. 20).

Ao tratar especificamente do centro e a centralidade em Itu, Ajonas (2010, p. 158) apontou a necessidade de estudos futuros sobre o valor simbólico ligado a apropriação dos lugares nesta área pelos diferentes grupos sociais, além de explicitar que “o turismo como atividade que, adquirindo grande importância no município, atua reforçando os papéis de Itu na rede urbana, projetando-a em âmbito nacional. Atua também impulsionando dinâmicas relativas ao processo de produção do espaço, por meio tanto do turismo de massa, quanto do rural ou cultural (...)”. Estas indicações justificam em grande parte o esforço de compreender o papel das políticas culturais associadas ao patrimônio, seja na prática intervencionista direta, ou por meio de incentivos a cultos, ritos ou comemorações religiosas e profanas no cotidiano da cidade.

A contribuição da Geografia, em conjunto com outras disciplinas científicas, é de profunda relevância, já que esta possui sólida fundamentação teórica sobre conceitos inerentes ao entendimento da questão cultural contemporânea, bem como o domínio de técnicas, como a da espacialização destes fenômenos.

O recurso analítico sobre as recomendações desempenhadas por organismos internacionais de apoio aos projetos de defesa e proteção patrimonial

esboça fundamental relevância neste processo. Já que sua influência tem sido constante nas duas últimas décadas, cabe compreender de que forma seus produtos expressam um pensamento contextual, como também os interesses por trás de seus objetivos. Demonstrando esta perspectiva, o tema tem sido cada vez mais tratado em uma escala mundializada, representada, sobretudo, pela Organização das Nações Unidas (ONU) através da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelas universidades, organizações não governamentais (ONGs), fundações, centros de pesquisa e por acordos supranacionais de cooperação, como aqueles realizados pela Comunidade Andina (CA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) citando realidades mais próximas. No Brasil, além do alargamento da noção de patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988, também se observa uma crescente atividade da sociedade civil, que passa exigir a preservação dos bens que a representa ou que atenda a seus interesses generalizadamente.

Neste sentido, a Geografia não pode privar-se desse movimento, de entendê-lo como processo social, de análise de suas reentrâncias com a estrutura produtiva contemporânea e das ligações históricas com a cultura ocidental. Trata-se da possibilidade de ampliar os horizontes da pesquisa, servindo de base não só para um entendimento mais amplo e verdadeiro do espaço geográfico, mas subsidiando a possibilidade de sua própria transformação.

Escala de análise e o referencial empírico

Apesar de considerar a cidade em si como bem patrimonial, fruto do trabalho e, portanto, da cultura humana, a necessidade de uma ênfase pormenorizada do recorte espacial foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, no caso o centro histórico da cidade de Itu. Primeiro porque ele ainda preserva e representa em sua paisagem elementos materializados e constituintes da heterogeneidade dos processos históricos, econômicos, culturais e geográficos em múltiplas escalas. É representativo por ser um dos poucos centros históricos oficialmente tombados no estado de São Paulo pelo Conselho de Defesa do

Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT)⁴ e diversos elementos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Ainda é o setor urbano mais dinâmico do município, apesar de outros pontos emergirem, por vezes, numa velocidade maior de centralidade. A quarta questão justifica-se pelo fato de que essa área tornou-se lócus de um conjunto de intervenções⁵ nos últimos anos, ainda carecendo de contribuições multidisciplinares para seu melhor entendimento. Além disso, deve-se destacar a necessidade de análise do papel de modernas atividades produtivas na área, sobretudo do turismo de caráter histórico-cultural, bem como das funções político-ideológicas que elas despertam no pensamento e na prática cotidiana do lugar.

O recorte espacial é um recurso metodológico herdado desde os mais antigos estudos de Geografia Regional, como bem ilustrou Sandra Lencioni no seu clássico *Região e Geografia* (1999). Ele auxilia um aprofundamento dos objetivos propostos, sem necessariamente abrir mão do universal, ou das teorias permeadas pelas categorias constituintes. Para Demageon “la geografía humana debe trabajar apoyándose sobre una base territorial. Dondequiera que viva el hombre, su modo de existência implica una relación necesaria entre él y el substracto territorial” (DEMANGEON, 1956, p.15). O apoio sobre uma determinada base territorial não nos aprisiona em descrições estéreis, ou na determinação de uma ciência apoiada empirista puramente, mas possibilita melhor apreender determinados fenômenos em sua mútua perspectiva interpretativa: teórica e prática, conhecimento que materialmente se dá pela práxis.

O fato de Demangeon apoiar-se num método empírico exemplifica, particularmente neste caso, sua preocupação em demonstrar a especificidade da Geografia diante de outras ciências sociais. Para ele, por exemplo, o sociólogo ao se desprender do chão, da terra, esquecia-se das condições e fatores geográficos enquanto importantes variáveis na análise dos agrupamentos humanos, da sociedade. Desta forma, mais que tomar as propriedades das primeiras cartas e legislações sobre o ordenamento das cidades coloniais, a análise de seus

⁴ Oito no total: Itu (2003), Bananal (1991), Cananéia (1969), Iguape (1975), Iporanga (1981), Santana de Parnaíba (1982), São Luiz do Paraitinga (1982) e São Sebastião (1971).

⁵ O ato da preservação por si só já é uma considerável intervenção, sobretudo quando passa a ser normatizada pelo Estado em sua política patrimonial.

conteúdos e casos específicos evidencia as condições, ou mesmo algumas determinações que fatores como o relevo, a proximidade do oceano, o clima, a presença de comunidades primitivas e a hidrografia exerciam sobre as formas e as funções cidades, bem como a localização específica dos principais elementos. Além do próprio contexto cultural da época, com visões de mundo peculiares, que determinavam profundamente a organização do espaço geográfico.

Outra questão fundamental na referência empírica, ao menos para a geografia, é a escala. Um tema em aberto, porém caro a esta disciplina. É recorrente este questionamento. A que ponto um recorte da realidade realmente subsidia o conhecimento de suas singularidades, assim como seu entrelaçamento com planos e perspectivas escalares em diferentes hierarquias? Doreen Massey (2009, p. 135), por exemplo, ao ver a narrativa globalizadora hoje como ambígua e não espacializada nos auxilia entender a importância da escala do local, sem reduzir, no entanto, a teoria social “à insistência sobre variações locais”. Para ela o ato de espacializar a globalização prescinde levarmos em consideração a multiplicidade do espaço, não redutível apenas a uma dada superfície, sendo ainda metabolicamente relacionada com a temporalidade em questão (MASSEY, 2009, p. 135).

Acredita-se que uma alternativa a esse propósito é retomar a teoria social e o conceito de urbano como um sistema cultural abstrato e complexo, dando sentido e conteúdo à cidade. Esta última despontando como um espaço cujos fenômenos são particulares, concretos e internos, tendo por natureza intrínseca a dimensão humana, do lugar. A fusão da teoria social pelo urbano com a análise espacial das cidades resolve provisoriamente alguns pontos sobre a conexão entre a multiplicidade e influência dos fenômenos universais em relação às especificidades locais.

Requer neste processo, portanto, a análise geral e ampla da sociedade urbana e também a especificidade das relações e particularidades do lugar⁶. As áreas centrais urbanas evidenciam grande representatividade destes processos, pois as mesmas, conforme Milton Santos (1982, p. 47), têm certa originalidade de arrumação, evidenciando com maior propriedade os reflexos de uma configuração

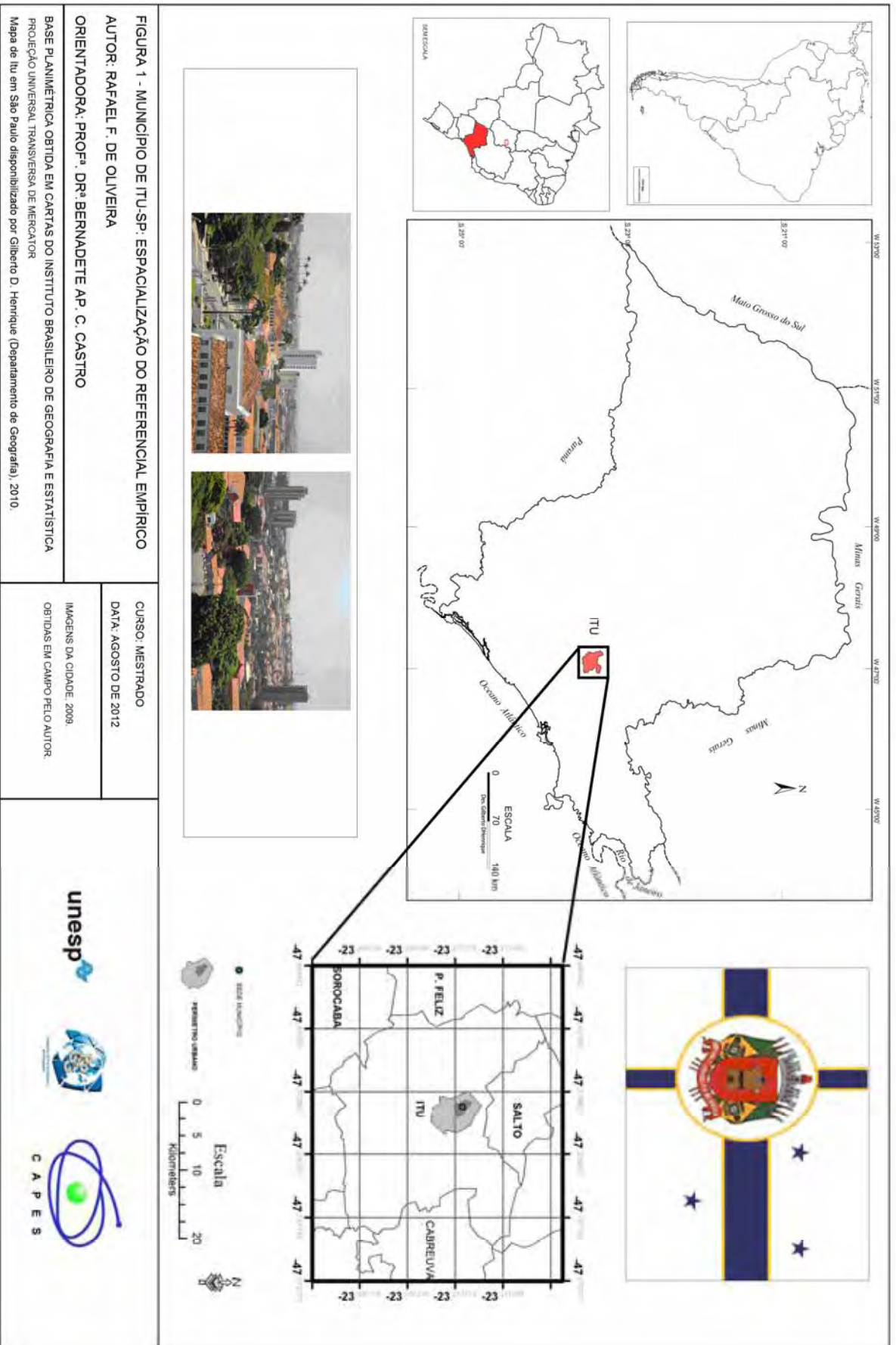
⁶ Para isso utilizando-se de questionários semi-estruturados, entrevistas e diálogos qualificados e relatos da população local. Referências apresentadas no apêndice e anexos da dissertação.

social singular do sentido coletivo e do ritmo da evolução da região e da cidade. Elas também demonstram com maior propriedade as formas atuais da organização e da vida urbana, incluindo num mesmo plano as forças de transformação (engendradas segundo as novas funções desempenhadas pela produção) e as rugosidades, ou forças de inércia (representadas pela resistência, maior ou menor, oferecidas pelas estruturas provindas do passado).

O centro da cidade é de extrema representatividade para os cidadãos, subsidiando um conhecimento aprofundado do movimento da história em sua totalidade. Contudo, enquanto recorte, ele não oferece todos os artefatos metodológicos para o reconhecimento do patrimônio histórico e cultural de uma cidade. Especialmente no Brasil, em as relações sociais se deram por tanto tempo no espaço rural. Tendo a cidade, portanto, outra dimensão em relação à de hoje. Ainda mais quando seu crescimento impõe a vida cotidiana sua concretização majoritária nos bairros e periferias distanciadas do centro.

Em Itu, este caso não é diferente. Não há como deixar de pensar sobre o papel que o espaço rural exerceu na consolidação de uma matriz cultural popularmente conhecida como caipira. Ou então, do modo de vida realizado em torno das senzalas, das colônias italianas em diversas fazendas locais. Assim também do próprio conteúdo da cidade, enquanto o campo era quem dominava a dinâmica da vida social, e em que a estrutura da primeira era apenas condição de determinadas necessidades, inclusive a de sociabilidade como pontuou Pierre Deffontaines (1944).

E hoje, em que a dimensão cultural dificilmente pode ser mensurada por uma área específica da cidade. Pois nos parece falaciosa qualquer projeção de apreender esse conjunto todo. Mesmo os estudos exaustivos de grandes autores, como os de Octavio Ianni (1996) e Walter Toscano (1981), não esgotaram este quadro. Nem pretenderam isto, porque eram conscientes da amplitude do tema, mas também porque reconheciam a sua complexidade e o movimento dinâmico processado pela história: “é uma contribuição modesta [sobre sua dissertação de mestrado] se considerarmos os processos políticos, administrativos, sociais e econômicos que regem o desenvolvimento das cidades, e as dificuldades que os permeiam” (TOSCANO, 1981, p. 07).



CAPÍTULO I

GEOGRAFIA, PAISAGEM E PATRIMÔNIO CULTURAL

Enquanto parte do tratamento teórico de uma pesquisa de mestrado, os procedimentos de sistematização deste capítulo estão estruturados na análise e revisão bibliográfica. Esta se fundamenta em uma literatura vinculada à história do pensamento em relação ao conceito de paisagem e cultura na geografia moderna. De antemão, estas laudas não têm por objetivo avançar o tratamento conceitual ou de categorias, mas de sintetizar a produção acadêmica nesta perspectiva ao longo da história. Destacadamente das ciências humanas e sociais, relacionando o papel da geografia com os estudos da cultura, o que sem dúvida, não consubstancia plenamente a riqueza que o tema desperta, mas provoca um olhar mais amplo e coeso sobre a trajetória processual do pensamento e das referências que suportam a ciência na contemporaneidade.

Num segundo momento, há esforço sobre o direcionamento da discussão entre natureza e cultura a partir da leitura de diferentes autores. Já que ambos os conceitos qualificam a paisagem, tanto em aportes teóricos, como em referenciais práticos e normativos, assim também pela contribuição potencial que os autores revelam: sobre a ênfase da produção da natureza e o fim da dualidade entre natureza e cultura; a superação paradigmática por meio da quebra das profundas dicotomias que as ciências modernas construíram; da cidade como artefato do trabalho e de uma possível realização do homem pela apropriação da cultura.

Ao final, estabelece-se uma aproximação deste conteúdo com questões ligadas ao tema do patrimônio histórico e cultural, compreendendo o papel da paisagem no processo, os efeitos sociais de novas práticas espaciais, os sentidos gerados e difundidos por estas. Trata-se, por fim, de uma junção dos assuntos anteriores, relacionando-os ao pensamento e a prática da patrimonialização, de seus entraves e dilemas, da dialética entre preservação e mercantilização, democratização e segregação, entre outras contradições inerentes a qualidade em que estas práticas se situam dentro do modo de produção capitalista. Possibilitando em grande medida não apenas a justificativa do empreendimento

de uma pesquisa, mas de suas bases enraizadas em múltiplas leituras e de referências fundamentadoras do estudo de caso.

1. 1. A cultura e a paisagem no pensamento em geografia

Além dos nódulos centrais da construção do pensamento geográfico, firmados em torno da França e Alemanha, a efervescência da geografia nos países anglo-saxões, no início do século XX, trouxe acentuada produção no campo dos estudos sobre a cultura. Esta questão emerge de forma mais acentuada na análise alemã com Schlüter (1872-1959) e Passarge (1867-1958), na França com Paul Vidal de La Blache (1845-1918), Jean Brunhes (1869-1930), Maximilien Sorre (1880-1962) e na geografia norte-americana com os trabalhos da Escola de Berkeley, em que Carl O. Sauer (1889-1975) foi um dos mais expressivos intelectuais. Sendo uma reação aos pressupostos do darwinismo social ou do determinismo ambiental, emergem correntes renovadas no âmbito desta ciência, com a afirmação de bases filosóficas revigoradas, em que a paisagem e a região tornam-se eixos centrais dos estudos.

Conforme tratado por Quaini (1983) a geografia humana nasce de uma ciência em que o aporte epistemológico que a sustenta respalda-se em uma visão dos fatores sociais cuja base teve sua gênese na ciência natural – isto ainda representa um problema aberto. Já que como coloca o autor supracitado, talvez mais que tratar o seu objeto sob a ótica do evolucionismo, segundo Malinowski (1975) quanto a F. Ratzel (1844-1904) e sua antropogeografia, estes conteúdos estariam inseridos numa perspectiva “difusionista”, e se assim compreendidos estariam situados mais em um eixo teórico para o “ambientalismo-antropogeografia” que propriamente do “evolucionismo-antropogeografia”. Contorno científico que para R. Laraia (2001) seria traduzido pela ideia de determinismo geográfico, em que o ambiente condicionaria de forma extrema a diversidade da cultura.

“Estas teorias, que foram desenvolvidas principalmente por geógrafos no final do século XIX e no início do século XX, ganharam uma grande popularidade. (...) A partir de 1920, antropólogos como Boas, Wissler, Kroeber, entre outros, refutaram este tipo de determinismo e demonstraram que existe uma limitação na influência geográfica sobre os fatores culturais. E mais: que é possível e comum existir uma grande

diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico.” (LARAIA, 2001, p. 21).

Ao defender que os estudos geográficos deveriam sempre partir de elementos concretos, visíveis, Paul Vidal de La Blache, um dos mais importantes representantes na história da geografia francesa, estabelecia a necessidade de se perceber a realidade pela paisagem e de estruturá-la como imagem através de mapas (CAPEL, 1981). Autores deste período concordavam que o estudo da paisagem oferecia um método capaz de unir as várias dicotomias desenvolvidas pela geografia ao longo de sua formação (física-humana, geral-regional, urbana-rural, idiográfica-nomotética, entre outras). Por este prisma, a paisagem revelaria os efeitos multi-escalares dos fenômenos antrópicos e naturais sobre determinada área, que deveria ser descrita e classificada. Ainda conforme Capel (1981, p. 345), a paisagem se converteu, desde os princípios do século XIX, num objeto essencial da investigação geográfica. Foi aceito que a combinação dos fenômenos na superfície terrestre se traduziria em diferentes tipos de paisagens num dado território, evidenciando interações entre os elementos físicos e estes com os grupos humanos. Neste sentido a paisagem torna-se representativa por suas interações, mais que por elas em si mesmas. A diferenciação espacial por regiões, análise corológica, também poderia ser traduzida pelas unidades de paisagens. Se a separação estabelecida entre as ciências humanas e naturais passava a dualizar cada vez mais a ciência geográfica, dificultando sua afirmação como campo do saber, a região resolvia provisoriamente esta questão, em que a paisagem pesava nos processos atinentes ao seu trabalho, sobretudo quando a emergência da geografia geral também atentava os trabalhos de cunho regional.

Na Alemanha, o conceito de paisagem cultural (Kulturlandschaft) foi introduzido por Otto Schlüter, influenciando diretamente o pensamento de Carl Sauer nos Estados Unidos e de alguns geógrafos franceses, como Jean Brunhes. O conceito revelado pela expressão alemã *landschaft* não possui tradução para a língua inglesa ou francesa, assim *landscape* e *paysage* não representam, respectivamente, o sentido real do termo, mas sendo praticamente análogos, dependendo do referencial teórico que os subsidiam. O geógrafo alemão Passarge também protagonizou esta fase, que se inicia no fim do século XIX e se estende até as primeiras décadas do século XX. De forma genérica, a escola de

estudos da paisagem cultural alemã, neste momento inicial, se pautou no rigor metodológico de uma ciência preocupada com a imagem e as formas, mais que propriamente com seu conteúdo. Mesmo reconhecendo a sua influência nos estudos da paisagem pelos franceses e nos países anglo-saxônicos, o caráter determinista das análises ainda é preponderante neste período, enfraquecendo-se ao longo da primeira metade do século XX. Segundo Seemann (1996, p. 70), para Schlüter, por exemplo, ainda que requisitasse de outros elementos em seu trabalho, “a geografia humana tinha a paisagem como objeto de pesquisa e fundamentava-se na metodologia das ciências naturais (...)” Assim, “se religião, língua ou arte fossem objeto da disciplina, os limites da geografia se deslocariam para o infinito, porque a disciplina iria incluir ciências inteiras como a sociologia ou a economia” (SEEMANN, 1996, p. 70). Apesar das diferenças, estas questões também estiveram presentes nas análises francesas, influenciadas pelo caráter monolítico de seu método, buscando uma objetividade do visível, do concreto, colocada por seus principais representantes e em que a paisagem e a região eram os objetos fundamentais.

Na França, conforme Capel (1981), o desenvolvimento dos estudos da paisagem se arrolou adjunto às análises regionais, semelhantemente o que ocorria na Alemanha, mas com uma tradição pautada no historicismo de La Blache. Em que as observações sobre a sociedade e natureza não poderiam gerar e estabelecer limites, já que estas estão interpenetradas. Para Jean Brunhes, um dos mais importantes representantes franceses destes estudos, a geografia deveria preocupar-se com a ação humana sobre o meio, buscando uma unidade entre os fenômenos físicos e humanos, que seria traduzida pela paisagem. Nesta união teórico-metodológica Maximilien Sorre, procurando também integrar a perspectiva da geografia física com a humana, expressa claramente que uma região se caracteriza pela combinação de paisagens, sendo estas a “expressão concreta de uma civilização” (CAPEL, 1981, p. 356). O conceito de região para os franceses era muitas vezes semelhantemente compreendido como paisagem pelos alemães. Conforme Paul Claval (2001, p. 36), apesar do importante papel dos estudos da cultura pela geografia alemã e francesa ao longo da primeira metade do século XX, estes foram limitados e

incapazes de compreender na totalidade a dinâmica dos comportamentos e ações humanas.

Se alemães e franceses forjaram as bases para o desenvolvimento da geografia e dos estudos culturais no final do século XIX e meados do XX, nos Estados Unidos a Escola de Berkeley protagonizou um amplo conjunto de estudos e pesquisas nesta área, pioneiramente ao longo de cinquenta anos, entre a década de 1920 até 1970. “Carl Ortwin Sauer, criador e expoente máximo dessa escola, formou algumas gerações que fizeram a geografia avançar, deixando um grande legado para as gerações futuras” (CORRÊA, 2001, p. 9). Esta escola teve por características os estudos da morfologia das paisagens culturais, pautados em aspectos e variáveis concretos da realidade. Apesar das críticas pelas correntes renovadas da geografia no pós-guerra, as contribuições no âmago da perspectiva cultural, dos diversos autores e discípulos de Sauer, permitiram um embasamento mais consolidado e plural das abordagens modernas na ciência geográfica. Como continuidade dos estudos alemães e franceses, a Escola de Berkeley produz importantes pesquisas sobre a cultura por um recorte espacial, que “(...) trata-se, pode dizer, de uma continuidade renovada [das perspectivas alemãs e francesas], aberta a novos desafios, com ênfase no significado dos objetos e ações humanas, além de forte sentido crítico da realidade.” (CORREA, 2001, p. 28).

Diante dos novos desafios e problematizações colocados em torno de questões sobre a cultura, principalmente nos idos da segunda metade do século XX, o conceito de paisagem se desdobra, agregando outras dimensões analíticas e aumentando expressivamente seu conteúdo. Gerando, ao fim de século, uma linha de trabalho que passa a destoar cada vez mais dos pioneiros, inclusive no Brasil. Fato que se estabelece em torno de gradativa crítica do conteúdo antecedente, sem romper em definitivo com a carga histórica própria destas escolas, atualizando e agregando novas variáveis, além de outras concepções epistemológicas resultantes do seu desenvolvimento.

De fato, qualquer linearidade que se estabeleça não corresponde fielmente com a realidade do processo histórico de “evolução” da geografia ou do estudo da paisagem e cultura mais particularizadamente, preenchida em si por

rupturas e ciclos, conseqüentemente de difícil enquadramento ao plano de tendências brevemente apresentado. Em outras palavras, as delimitações em escolas de pensamento ou correntes da prática científica não correspondem necessariamente a uma homogeneidade de posicionamentos e acepções. Visam tão somente apontar certas pistas, unidades e diálogos de forma mais genérica dos indivíduos agrupados e do contexto histórico e geográfico de suas produções. Atentando para o fato de que a pesquisa, apesar de produto de um contexto cultural, é resultante de um conjunto histórico mais amplo, não restringindo os estudos a possíveis classificações que são corriqueiras no presente.

1. 2. Transformações nas ciências humanas e sociais no pós-guerra

As amplas transformações em todo o planeta a partir de 1940 passaram a exigir novas perspectivas analíticas das ciências humanas e sociais. A emergência de problemas – como a guerra fria, a heterogeneidade econômica entre os países do sistema mundo e um conjunto de crises econômicas e sociais provocado pelo embate entre as potências imperialistas e suas colônias – levou a geografia a se engajar em um processo mais amplo de radicalização no âmago de seu conjunto disciplinar.

Os métodos recorrentes nas ciências humanas e sociais sofreram adaptações do positivismo tradicional pensado por August Comte (1798-1857) e foram neste período aproveitados por diversos autores. No entanto, a fragilidade explicativa, além de uma prática científica falsamente destituída da política, ou ainda, distanciada de seu objeto, resultou em diversas reações sobre diferentes campos do conhecimento, que passaram a contestar pela crítica o papel real dessa “ação” na sociedade. Tal fenômeno esteve associado à concretização de novas matrizes, primeiro às bases do comportamento e da percepção, em que as dimensões pessoais e das subjetividades se sobressaem. Em outro sentido, a revisão da literatura marxista traz a tona um conjunto de adaptações e superações de seu conteúdo, resvalando-se na filosofia dialética, histórico-materialista ou neo-marxista. Autores como M. Foucault (1926-1984) e Henri Lefebvre (1901-1991), além da influência dos autores da Escola de Frankfurt, são quem balizam em grande parte o pensamento da geografia a partir deste período.

Todavia, o neopositivismo nas ciências humanas e sociais ainda se verifica paralelamente.

Entre 1940 e 1970 há uma retração verificada nos estudos da cultura em geografia, legada a um segundo plano pela emergência da escola quantitativa e regional de base hartshorniana (CLAVAL, 1999 apud CORRÊA, 2011). Mesmo assim, diversas questões aproximam-se deste campo temático, agora num sentido em que, subjetividades, símbolos, significados, religião, ideologias e representações passam a ter margem de pertinência, de necessidade metodológica nas pesquisas, no ensino e em trabalhos de extensão no bojo desta disciplina. Não havendo, porém, uma convergência teórico-metodológica ou o abandono de qualquer categoria tradicional, inclusive de algumas características herdadas dos naturalistas mais antigos, que se sobressaem no âmago da discussão sobre a paisagem.

Para Claval (2001) é nos últimos 40 anos, ou seja, a partir de 1970 que a geografia passa efetivamente a contribuir com suas pesquisas e trabalhos sobre este tema em específico. Pois, suportando em suas correntes bases fenomenológicas e críticas, ela cunha gradativamente um conhecimento mais totalizante da realidade, ampliando as variáveis em suas análises e corroborando para uma aproximação entre seus autores. Assim nos mostra Diniz Filho (2002, p. 104), que apesar da fragilidade em certos pontos dessa aproximação, a união entre marxismo e a fenomenologia humanista possibilitou avanços no tratamento de temas para além do plano econômico. Para o autor, essa tendência é adequada ao livrar a geografia de um marxismo ortodoxo, “rançoso” em suas palavras, fato agora capaz de direcionar as pesquisas para outras temáticas. Assim também acredita Gomes (1996), explicando que a associação do humanismo metamorfoseado (distante do subjetivismo e do idealismo inicial) com o materialismo dialético se desdobra em perspectivas que passam a viabilizar estudos inéditos, associados à cultura e cidadania, superando em grande parte o caráter cientificista da geografia, como também a confusão de níveis de interpretação entre o individual e o social. Nigro (2010, p. 69) expõe que a geografia renovada pela confluência entre humanistas e marxistas “(...) tem contribuído até hoje para um aprofundamento das pesquisas geográficas sobre as

questões culturais e simbólicas”. Isso, no entanto, também desperta uma crítica profunda de autores, que acreditam numa problematização paradoxal ou mesmo de se esvair um tratamento mais profundo de cada perspectiva em função dessas aproximações. De forma que no Brasil, referências de cada linha, em mesas e falas recentes, traduzem essas preocupações⁷.

A ideia de paisagem sofre amplas reformulações conceituais, sobretudo pelas críticas formuladas à Escola de Berkeley. Já que a paisagem estaria no centro de discussão das relações entre a sociedade e natureza pela geografia, e estas também passavam por novas concepções teóricas, é evidente a força inercial regida no entendimento mais generalizante sobre ela. Como tal, a paisagem se torna muito usual nos estudos predominantemente de base fenomenológica, ainda que as vertentes radicais também passassem a utilizá-la em menor expressão. Algumas questões já superadas na sistematização do conceito de paisagem ainda prevalecem no pensamento em geografia, deixando-o numa situação menos usual perante a utilização de conceitos como espaço, região ou território. Ainda que este fato careça de um aprofundamento mais estruturado, com base no levantamento de estudos em diferentes meios de publicações, algumas pistas podem ser delineadas pela leitura de referências em geografia cultural nas últimas décadas. Uma primeira evidência é a herança naturalista agregada historicamente ao conceito, mesmo a ideia de paisagem revelando-se por uma dimensão cultural. Destes abusos, alguns mais fundamentais são trazidos por Ribeiro (2010), como “o monopólio da descrição visual” (referência a perspectiva cênica); “a paisagem como algo dado” (a paisagem como via de mão única de interpretação); “a paisagem não histórica” (não considerada sobre um processo dinâmico de construção); “a paisagem só histórica” (analisar apenas a história da formação da paisagem); “a paisagem não cultural” (paisagem sem intervenção humana não é paisagem cultural); “miscelânea de conceitos e abordagens” (excessos e antagonismos em abordagens teórico-metodológicas); “tudo é paisagem”, ou seja, tudo é explicado

⁷ Lembramos a fala da Profa. Dra. Livia de Oliveira, em palestra no 5º Encontro Diálogos Geográficos: Geografia Humanista Cultural, em 2009 no Depto. de Geografia (IGCE-UNESP), revelando a inviabilidade de tal aproximação. Assim também da crítica mais recente, estabelecida nesse sentido pelo Prof. Dr. Elvio R. Martins, em debate numa das mesas do XVII ENG (UFMG, 2012).

pela paisagem (RIBEIRO, 2010). Especificamente sobre o caráter do concreto, do visível ou perceptível que a mesma evoca, negligenciando, por exemplo, elementos simbólicos inerentes às formas, é contundente a crítica de Claval (2001, p. 52) ao colocar que

“(...) durante muito tempo, os geógrafos supuseram que seu julgamento pessoal bastava para compreender os significados sociais e culturais conferidos no espaço. Suas análises repousam, em grande medida, sobre as paisagens – e estas podem enganar.” (CLAVAL, 2011, p. 52).

No caso do Brasil mais especificamente, a década de 1990 marca o ponto de emergência dos estudos caracteristicamente culturais em geografia. Para Corrêa (2005, p. 97) os trabalhos relacionados ao espaço e a cultura foram negligenciados até então, e apesar de um tratamento nas análises regionais, não havia “(...) a consciência de que a cultura, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas”. Este quadro é responsável pela criação de uma identidade própria à disciplina, onde sua difusão se faz principalmente por via do processo de ensino institucionalizado nas escolas, fato diferenciado de países como os Estados Unidos. Não apenas a pluralidade é realçada, mas também os próprios conteúdos culturais estão mais presentes. De forma que a sua leitura pela paisagem é um mecanismo fundamental de apreensão dos sistemas de ações e objetos, apoiando-se em fenômenos como o de territorialidade e do espaço geográfico em um sentido mais totalizador.

1. 3. Fim da dicotomia entre natureza e cultura

O geógrafo norte-americano Neil Smith, em sua obra *Uneven Development* (1984), desenvolve reflexão fundamental do conceito de natureza, que subsidia parte do debate proposto por esta pesquisa a respeito da questão cultural na sociedade contemporânea. Sob um prisma explicativo renovado, com variáveis resultantes do processo de ruptura das bases tradicionais nas ciências humanas e na construção de uma geografia subversiva, Smith (1984) defende que a ideia de natureza careceria de profunda renovação. Ora pela condição diferenciada do modo de produção atual, ora pelo caráter dual que as relações entre natureza e sociedade ainda são compreendidas no bojo da ideologia

burguesa. Sendo paradoxal pela aparência elusiva, a natureza pode ser sem muito rigor, definida como matéria não apropriada e, pois, não transformada pelo homem. Ou seja, é a própria antítese da produção humana. Segundo Lefebvre (1979, p. 32), ao tratar do estudo das necessidades, um processo metabólico instaurado pelo trabalho emergiria o homem da natureza, mas este sem poder se separar dela.

“(…) O homem difere do animal na medida em que, para conseguir o objeto de suas necessidades, criou instrumentos e inventou o trabalho. A necessidade é, ao mesmo tempo, ato (atividade) e relação, em si mesma complexa, com a natureza, com outros seres humanos, com objetos. Pelo trabalho o ser humano domina a natureza e se apropria parcialmente dela. Ele chega a ser ‘contra a natureza’ em dois sentidos: enquanto labor, existe esforço e disciplina, modifica a natureza em torno do homem e dentro do homem. O torna-se uma necessidade. Os sentidos são cultivados e apurados pelo trabalho. As necessidades mudam e são cultivadas, porque o trabalho as modifica, apresentando-lhes novos bens. Assim o homem emerge da natureza, sem poder se separar dela. O prazer reconcilia o homem com seu fundamento, a natureza. Por um momento, ele põe fim à cisão, à luta, ao rompimento. (...)” (LEFEBVRE, 1979, p. 32).

Se tomarmos a paisagem para além de suas formas, pensando seu conteúdo diante de uma estrutura mais ampla, do processo histórico e geográfico em que se insere, pode-se colocar em relevo que ela é, cada vez mais, produto cultural de uma sociedade globalizada e mesmo que intocada pela ação humana, na prática ela é objetivada econômica e politicamente. Torna-se estratégica, recurso, onde, dialeticamente, sua produção – cada vez mais viabilizada pelo desenvolvimento técnico e científico – é também por si mesma realizada, já que os homens *a priori* são constituídos e amparados pela própria força da natureza. Assim, o ser humano “(…) ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 1980, apud SMITH, 1984). Mais que recurso ou valor econômico, a natureza expressa em sua paisagem instâncias que perpassam múltiplas dimensões estéticas, simbólicas e ideológicas relativas a diferentes tipos de sociedades e culturas. Portanto, a paisagem não requer necessariamente uma adjetivação. De fato, sua qualificação assegura uma zona de segurança perante indivíduos e grupos, em que alguma tradição ainda impere em determinados

meios profissionais. Por outro lado, pode gerar certas resistências que inviabilizam as críticas e impedem uma dinâmica de transformação do próprio conhecimento gerado.

Se consensual por uma propriedade empírico-real que “toda natureza é cultura” (SANTOS, 2005), ou a produção da natureza; segunda natureza (SMITH, 1984), numa perspectiva epistemológica, a especialização do conhecimento sobre a natureza e cultura resultou numa dualidade ampliada. Ao buscar caracterizar os parâmetros da transição paradigmática, Santos (2005, p. 89) evidencia que

“(…) como quer que seja, dada a assimetria original entre a distinção ôntica e a distinção epistemológica, as alterações ônticas do par natureza/cultura têm consequências epistemológicas: gradualmente, todas as ciências serão concebidas como ciências sociais. Hoje em dia, a distinção entre natureza e cultura é já o mero resultado da inércia”. (SANTOS, 2005, p. 89).

Para o autor, a superação da dualidade natureza/cultura pelo desenvolvimento da produção-destruição técnica, da crítica epistemológica do etnocentrismo, do androcentrismo (dominação patriarcalista, do homem sobre a mulher) da ciência moderna, é importante passo para a transição paradigmática presente, ao mesmo tempo, “(…) um passo particularmente difícil” (SANTOS, 2005, p. 89). Desta maneira, por um prisma elucidativo e de criticidade fundamental, Santos, B. (2005, pp. 168-169) situa estas dificuldades ao estabelecer cumplicidades entre marxismo e liberalismo no projeto de transição do paradigma sócio-cultural, trazendo a tona contradições traduzidas por referências como as de

“Confiança no poder libertador da ciência moderna; o dualismo sociedade/natureza que subjaz à ciência moderna e as pretensões epistemológicas que aí se assentam; a ideia de um processo evolutivo linear que há-de ter um fim (embora, para Marx, esse fim ainda estivesse para vir), seja ele a sociedade industrial (Spencer), o estado positivo (Comte), ou a solidariedade orgânica (Durkheim); a ideia de progresso, mesmo que descontínuo (através de revoluções); a crença num desenvolvimento tecnológico contínuo e num crescimento infundável; a concepção do capitalismo como factor civilizador progressista, por mais brutal que fosse a opressão colonial e a destruição da natureza”. (SANTOS, 2005, p.168-169).

Um dos principais resultados deste processo de renovação teórica, além do papel de autores como M. Foucault e H. Lefebvre, foi “(…) a relativização no peso

do cientificismo na teoria marxista, limitando a importância do rigor metodológico, da referência às leis e do finalismo profético dos textos fundadores” (GOMES, 1996).

Ainda que a perspectiva integrada da natureza e cultura pensada por Smith (1984) esteja substanciada pela ideia de produção, referência às dimensões econômicas e políticas projetadas por um entendimento de mundo marxista, as suas principais referências analíticas avançam em questões pouco exploradas para a época na geografia e as distanciam das críticas sobre os propósitos de uma superação paradigmática que se aproxima do liberalismo – como a colocada por Santos, B. (2005). Portanto, as diferenças entre estes autores situam-se mais no tema do desenvolvimento científico, ou das justificativas e hipóteses de trabalho em uma escala mais ampla, do que propriamente sobre o entendimento entre cultura e natureza. Ambos compartilham, entre outras ideias, da renovação do conceito de natureza, avançando em debates teóricos e em metodologias que rompem com as dicotomias das ciências naturais e sociais, da fragmentação e totalidade do saber e com a relação entre sujeito e objeto.

As paisagens, portanto, só existem em relação à sociedade, de tal forma onde “(...) o que a natureza sugere, o imaginário social traduz e transforma em artefatos” (PAES-LUCHIARI, 2001, p. 22). Ou como pensa Zukin (1996, p. 206) a “paisagem é o conceito chave para nos apoderarmos da transformação espacial”, já que ela permite, enquanto constructo social, reconhecermos sua “forma material a uma assimetria do poder econômico e cultural.” (ZUKIN, 1996, p. 206).

Compreendendo assim, “(...) a cultura passou de artefacto intrometido num mundo de natureza à expressão da conversão da natureza em artefacto global”. Neste sentido evidencia-se o papel da técnica para uma aproximação empírica entre natureza e cultura. Agora, porém, levando em conta que “(...) esta transformação só foi possível porque a natureza enquanto objecto de conhecimento foi sempre uma entidade cultural e que, por isso, desde sempre as ciências ditas naturais foram sociais” (SANTOS, 2005, p. 85). Conforme Moreira (2011), considerando aqui diferenças entre uma disciplina científica e uma

concepção de mundo, a natureza no pensamento marxista representaria uma fundamentação mais ampla na constituição ontológica do homem.

“(...) no marxismo, é uma categoria antes de mais nada ontológica, que adquire sentido econômico na vida prática enquanto valor-de-uso e valor-de-troca. Há no plano prático do cotidiano das sociedades uma identificação de olhares que talvez seja fruto da identidade comum de Marx e geógrafos com a concepção de geografia vinda de Carl Ritter, Hegel por detrás, já analisada por Santos (1978). O marxismo abre-se, portanto, para uma concepção mais lata de natureza que a da geografia, pondo-a para além da dimensão gnoseológica, ao situá-la no interior do metabolismo do trabalho, e, então, como antropologia e fundamento da constituição ontológica do ser do homem.” (MOREIRA, 2011).

Ôntica ou epistemologicamente, a paisagem natural é então dialeticamente a própria paisagem cultural. Se provisoriamente combatida a dualidade natureza/cultura, seja pelas ideias de Smith (1984) ou por Santos, B. (2005), há um processo mais facilitado de entendimento sobre a revalorização estética e de apropriação da paisagem. Sobretudo a partir de problematizações contemporâneas, como a da emergência do patrimônio histórico e cultural e sua representatividade seletiva de grupos e artefatos específicos ligados aos diferentes tipos de organização social. Afinal, como aponta Laraia (2001)

“O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade.” (LARAIA, 2001, p. 45).

1. 4. Espaço urbano, paisagem e a emergência do patrimônio cultural na sociedade contemporânea

As cidades ocidentais vêm passando por profundas transformações nas últimas décadas. O temário da cultura é considerado um dos meios propulsores deste processo, tanto na gênese e promoção de novos usos e pensamentos sobre o espaço e tempo, como resultante das metamorfoses no cotidiano dos lugares. Ao estar diretamente associada às políticas públicas de intervenção urbana e cultural, a questão do patrimônio histórico e cultural torna-se uma das peças-chave fundamentais na apreensão desta nova realidade. Contrariamente ao entendimento mais restrito e ligado a determinados monumentos apenas, a

leitura da teoria patrimonial na sociedade contemporânea permite compreender as práticas e também as políticas de proteção sobre uma infinidade não quantificável de elementos. Não somente construções específicas passam gradativamente a enquadrarem-se nas políticas formais do Estado para a defesa, salvaguarda e difusão. Agora uma complexa composição de bens materiais e imateriais, conjuntos urbanos, festas, comidas, práticas religiosas, e tantas outras, articulam-se na densa estrutura que hoje remonta a teoria e a prática patrimonial.

Como trataremos mais adiante, desde a Carta de Atenas (1931) já é possível observarmos a ênfase e recomendação para preservação do conjunto de elementos com relevância cultural. Ainda que com sua leitura e conforme análise de Ribeiro (2007), esta prática se devesse mais a ambientação do elemento particular do que propriamente ao conjunto em si. O termo paisagem vai sendo ao longo do século XX inserido cada vez mais nas convenções internacionais, ainda que sem necessariamente realizar uma conceituação mais específica da sua ideia, quando em 1992 acaba por ter um tratamento mais amplo e integrado sobre os bens culturais.

“A adoção da categoria de paisagem cultural pela UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem com um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem. É nesse sentido que a categoria paisagem cultural da UNESCO representa uma ruptura com esses modelos anteriores.” (RIBEIRO, 2010, p. 40-41).

Mesmo com as potencialidades oferecidas por este contexto, a unilateralidade de uma abordagem setorial, segundo uma ótica preponderantemente econômica e culturalmente tendenciosa do tema, tem desarticulado determinadas práticas sociais, impedido a formação de um quadro mais democrático e justo, entre outras dificuldades que se desenvolvem no âmbito dos bens históricos e culturais nas cidades. Em países subdesenvolvidos esta situação possui certa especificidade, sobretudo pela baixa condição institucional do Estado e da ausência ou burocratização no processo de participação popular no planejamento local, incidindo no agravamento e instabilidade da sua estrutura política.

Observa-se como resultado que as relações entre a sociedade e o seu legado histórico e cultural passam no período contemporâneo a uma articulação mercadológica, cujo turismo e suas políticas acentuaram esse quadro, renovando antigas áreas, destacando heróis, banalizando “jecas”, associando os lugares e paisagens a uma realidade parcial e por vezes tendenciosa. Soma-se a isso uma dinâmica veloz de transformações materiais e simbólicas sobre o espaço geográfico, que resulta, cada vez mais, no descompasso entre a vida humana (de uma geração) do tempo urbano (extremamente mutável), e assim, na dificuldade de reconhecimento e identidade dos lugares por seus cidadãos. Nesse contexto a cidade tem sido o lócus na propagação das modificações, geradas no bojo das relações sociais e reproduzidas simultaneamente na paisagem urbana e rural de diferentes territórios, em suas mais diversas escalas.

Especificamente sobre as “cidades antigas”, acredita-se que o aporte à compreensão e a consciência da sua importância histórica, por meio de suas edificações, ruas, manifestações artísticas, monumentos – que estão ligados à formação da matriz de nosso território, na gênese de nosso povo e na constituição de nossos aspectos culturais – seja o primeiro passo no sentido de fundamentar intervenções e práticas capazes de superar muitos problemas que hoje se colocam à sociedade. Constituindo na base, a reflexão e uma comprometida filosofia das relações e transformações instituídas pela ação humana em seu meio. Deve-se justificar que para isso as periodizações históricas são ferramentas fundamentais de análise sobre a influência ou hegemonia de um ou outro fenômeno sobre o seu objeto de estudo ao longo do tempo e que os contextos, ciclos, processos, sempre cerceiam seu poder de ação sobre a formação territorial a partir de diferentes perspectivas. Milton Santos (1985, p. 22) esclarece que “a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal”.

Como explica Corrêa (2005, p. 145) “o espaço urbano, visto enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade, apresenta, simultaneamente, várias características que interessam ao geógrafo.” Segundo ele, o espaço urbano pode

ser caracterizado como fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas. Sendo estes elementos fundamentais por apoiarem conceitualmente o estudo da cidade. Ainda que uma ou outra destas características seja mais enfatizada na pesquisa, a relação entre elas é indissociável (CORRÊA, 2005, p.145).

É por base de certas perspectivas analíticas que se assentam as ideias e referenciais desenvolvidas sobre a cidade e o urbano ao longo deste estudo. De início, objetiva-se com isso o rigor terminológico e um arcabouço teórico coerente em seu uso na pesquisa e no debate proposto. Dessa maneira e numa síntese, o conceito de urbano é compreendido como um referencial mais abstrato, geral e externo. Procurando auxiliar a abrangência dessa ideia, Castells (2000, p. 39) explica o fenômeno urbano a partir de duas perspectivas conceituais específicas: a da concentração espacial da população, a partir de certos limites de dimensão e de densidade e sob o fenômeno da difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos, denominado “cultura urbana” que, segundo ele, se refere aos padrões do sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista. Todavia, concentração humana, forma espacial e conteúdo cultural não fundamentam inteiramente o estudo do urbano, adverte o autor, explicando que a análise de algumas relações estabelecidas historicamente entre o espaço e a sociedade é que permitirá fundamentar objetivamente essa questão (CASTELLS, 2000, p. 41).

A cidade, por sua vez, desponta como um espaço cujos fenômenos são particulares, concretos e internos. Define-se enquanto uma paisagem característica, de tempos e espaços diferentes, com formas e conteúdos próprios, tendo por natureza intrínseca a dimensão humana. Ela representa o modelo e a estrutura social de diferentes lugares e momentos, com temporalidades e dinâmicas espaciais específicas e em comum. Sua dimensão requer, por um lado, a análise geral e ampla da sociedade urbana e, por outro, a especificidade das relações e particularidades do lugar. Conforme Abreu (1998, p.12) “se abandonarmos essa dimensão poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade (...)”. O mesmo autor continua explicando que “(...) é necessário reconhecer, primeiramente, que cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada

momento histórico, o ponto de intersecção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas” (ABREU, 1998, p. 12).

Pela totalidade espaço-tempo já delineada, das definições entre urbano e cidade, é que os lugares dão sentido para as principais especificidades, cujos espaços foram e continuam a ser organizados e produzidos socialmente ao longo das etapas do processo histórico. Como tal, “acreditamos que toda comunidade é síntese singular da realização de lugares e pessoas, podendo ser mais compreendida nas formas mais ou menos intensas de representação de sua singularidade” (CARVALHO, 1999, p. 101). Por outro lado, os lugares não podem ser plenamente compreendidos sem a ampliação das escalas de análise para níveis de espaços e tempos hierarquicamente superiores e mais amplos, como a região e o mundo, ou os períodos e regimes. “Entender como esses processos se entrecruzaram sincrônica e diacronicamente num determinado lugar é portanto o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades” (ABREU, 1998, p. 12).

De fato a análise da cidade a partir de seu patrimônio cultural implica num esforço mais acentuado e urgente de nossa disciplina assumir os novos desafios postos em torno deste tema, já que de extrema complexidade,

“a categoria patrimônio serviria como ponte, mediação entre dimensões que foram tratadas comumente na ciência moderna como oposições – o material e o imaterial, o sujeito e objeto, o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente...” (PAES, 2009).

No decorrer dos últimos anos a transmutação de valores e o desaparecimento cada vez mais intenso do legado histórico e cultural das cidades – sintetizado na paisagem urbana pelas formas materiais do trabalho realizado coletivamente –, acaba por dificultar a concretização das suas novas funções políticas, econômicas e culturais. Em que a luta pela preservação torna-se uma instância popular capaz de legitimar os aspectos de sua formação social, da memória e da identidade com o território e os lugares. Num outro sentido, não há como negar que a emergência da lógica preservacionista esteja diretamente atrelada a uma ordem complexa, em que a cidade, submete-se a um processo

mercantil de exaltação superficial de atividades produtivas modernas⁸, diretamente associadas aos elementos históricos e culturais ali presentes.

As consequências podem ser dialeticamente observadas pelo crescimento econômico local, na defesa da memória e na pluralidade das representações sociais inscritas na paisagem, propiciando, pois, o saber, a difusão da arte e do conhecimento. Na medida em que também adquire a função de uma mercadoria cultural, que elege certas estruturas edificadas em detrimento de outras, tornando-se fator de segregação, desumanização, elementos urbanos que seriam, em palavras críticas de Choay (2006, p. 211) “(...) fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”.

Mais que as contradições anteriormente apontadas, a questão patrimonial desperta temas abstratos, como bem pontuou Arantes Neto (2006, p. 54) basicamente relacionados às questões históricas e materiais de formação, em seus contextos de origem, dos bens culturais focalizados pela prática patrimonial e os valores a eles atribuídos nesses contextos sócio-culturais. Depois, sobre os processos de transformação desses bens em objetos oficialmente protegidos, incluindo identificação, documentação, proteção e promoção, e, por último, quanto à sua (re)apropriação, prática e simbólica, por grupos sociais em circunstâncias determinadas. Portanto, sendo o espaço urbano destacadamente o lugar da vida social e de sua reprodução, compreende-se como Corrêa (2005, p. 146) que ele envolve o cotidiano e o futuro, despertando valores, mitos, utopias, conflitos. Criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, traduzidos em formas espaciais; como nos monumentos, ruas, favelas, bairros, etc. (CORRÊA, 2005, p. 146). Por isso a busca pelo entendimento destas questões mostra um amplo trajeto permeado por intensas transformações, dinâmicas entrelaçadas sobre formas, conteúdos e significados em constante processo de mudança.

Neste jogo, como destaca Paola B. Jacques prefaciando a obra de Jeudy (2005, p. 10), “torna-se, pois, de fato, cada vez mais urgente, a respeito das

⁸ “É este universo material e simbólico da produção cultural do espaço que tem se tornado objeto do olhar turístico, fenômeno que valoriza os bens de diferentes expressões culturais, fortalecendo a atratividade dos lugares. Identidades territoriais, muitas vezes esquecidas pelos próprios grupamentos culturais aos quais pertencem, emergem como objetos de consumo valorizados na mercantilização turística das paisagens, dos lugares e dos territórios, e ganham novas dimensões econômicas, políticas e também culturais.” (PAES, 2009, p. 4).

idades contemporâneas, um questionamento mais complexo e crítico da noção de patrimônio cultural e das práticas de intervenção urbanas que lhe são tributárias”. Pois a necessidade de ampliação de espaços públicos, de vias de circulação, da construção de estabelecimentos comerciais, calçamentos e outras mudanças no espaço intra-urbano são exemplos de intervenções comuns no presente e perpassam, dentre outras práticas, por uma regulação específica no plano do ordenamento territorial e da análise e estudo dos organismos de defesa patrimonial. Essas ações ainda buscam, por vezes, um respaldo no universo do desenvolvimento local, apoiadas por ações em políticas de modernização.

Independente aqui da análise mais detalhada das razões e pressupostos explicativos, o patrimônio urbano tornou-se, pois, formalizadamente uma das partes do processo de planejamento das cidades, mas segundo Meneses (2006, p. 42) ainda desarticulado dos órgãos de defesa patrimonial ou das políticas de planejamento urbano e gestão local. Isto, de certa forma, em decorrência de lacunas em normatizações entre as políticas, o planejamento e a gestão territorial. Nesse sentido ele aponta a necessidade de responsabilidades conjuntas ligadas às múltiplas perspectivas do planejamento urbano.

Ao versar sobre a questão patrimonial, assim como Nigro (2005), entende-se a necessidade de tratar a atuação do Estado associada a um estudo pormenorizado das políticas públicas sobre os bens históricos e culturais urbanos. Além disso, discorrer, ainda que sucintamente, a propósito da trajetória do significado e da lógica que levaram na contemporaneidade a consagração do patrimônio em diversas cidades em todo o planeta, já que em muitos casos, a sua patrimonialização insere-se na busca pela captação de recursos para intervenções que possibilitem sua inserção no disputado rol das localidades turísticas. E, neste caso, deslocada dos interesses sociais, da memória, dos mecanismos de produção do conhecimento e realização humana, naquilo que com base em Milton Santos, Costa (2010, p. 15) vai problematizar sobre a função dos novos instrumentos técnicos e informacionais, que “(...) transformam os territórios na busca do lucro, da renda e da submissão do trabalhador: um misto de desejo e necessidade, causa e consequência, produção e produto da sociedade do século XXI”. Costa (2010, p. 143), agora mais especificamente a

despeito das políticas e intervenções associadas à patrimonialização nas cidades, ainda conclui criticamente que,

“Os arautos da maquinaria patrimonial, contraditoriamente, promulgam que todo *savoir-faire* de todas as épocas passadas deve ser guardado para as futuras gerações – patrimonializado – mediante a frenética produção dos novos sentidos dos lugares. Dentro dessa patrimonialização, negligencia-se a geografia de um processo histórico que nos remete aos lugares singulares da vida e da moradia pretérita; temos uma metamorfose na concepção atual de: território (urbano e nacional), de espaço (global) e de paisagem (urbana, histórica e cultural), especialmente. Esse movimento frenético, universal, total de patrimonialização – a que chamamos patrimonialização global – parece mimeticamente, querer resguardar os lugares de uma inevitável catástrofe mundial – levando à mesma. Porém, na contramão das ações vigentes, vem a causa de uma catástrofe que parece inevitável, que é o poder construtivo e destrutivo do dinheiro nos territórios, em uma concepção universal que induz, veementemente, à potência da maquinaria patrimonial. De forma particular, o poder do dinheiro na criação de novos sentidos para os territórios, proporciona novas territorialidades patrimoniais e sociais nos lugares turistificados: temos uma nova concepção de cidade colonial e de patrimônio, na modernidade, consagrando novas cidades-patrimônio-mercadoria espetacularizadas: prevalece o espetáculo das cidades ante o culturalismo de mercado.” (COSTA, 2010, p. 143).

E isto não se desenvolve sem uma contradição inerente: que perpassa por disputas e interesses de classe, pela homogeneização de funções nessas áreas, pelo processo de expulsão dos moradores tradicionais do local, por lutas em torno de ideologias, pela concentração dos recursos e esforços em torno da preservação de áreas determinadas. O potencial expressado pela paisagem nesta incessante busca pelo conhecimento, na realização de uma sociedade ciente do papel sobre sua produção e reconhecadora da cidade como fruto de um trabalho coletivo, permite importantes avanços e uma possível legitimação democrática da cultura, permeada por perspectivas mais humanas e sensíveis de relações históricas e geográficas das comunidades, dos grupos e indivíduos por meio de seus bens patrimoniais.

Cabe assim, não só o estímulo ao tratamento mais detalhado da paisagem pela geografia – conceito que apesar de ter sido amplamente utilizado por diferentes disciplinas do conhecimento e ter um caráter extremamente polissêmico, obteve um desenvolvimento singular pelos geógrafos em praticamente toda sua história – como também a apropriação do temário do

patrimônio histórico e cultural, seja pela educação escolar, pela pesquisa, nos projetos de extensão, no planejamento urbano e regional, enfim, a pesquisa não pode estar distanciada desta perspectiva, enquanto ação ativa no processo de transformação social. Enquanto meio de uma práxis capaz de reverter essa nova forma de colonização simbólica, material, espetacularizada nas cidades e no cotidiano.

CAPÍTULO II

A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO PATRIMONIAL, A PAISAGEM E OS SÍTIOS HISTÓRICOS: PRECEDENTES E DESDOBRAMENTOS NAS CIDADES

Torna-se corriqueiro no dia-dia ouvir falar do patrimônio, de cidades com paisagens únicas, com traços da formação nacional, da importância delas por seu conjunto de monumentos e construções. Assim também de suas festas, que recebem milhares de turistas anualmente.

Em frente às agências de turismo lá estão pacotes ofertados em hotéis, em que se destaca, além de áreas no litoral e serrana, um conjunto de cidades classificadas como “históricas”. No Brasil, destacadamente, as cidades mineiras ou algumas também em estados da região nordeste são as mais visíveis nestes painéis publicitários, com vários preços e condições de viagens.

Mas afinal, qual a origem por uma busca crescente destas cidades por turistas? Qual a ligação, ou talvez relação, de um patrimônio cultural que nos representa daquele com que há uma corrida frenética pelo seu consumo? De onde surgem seus laços com as artes e o humanismo? Como as transformações em sua concepção, no pensamento ocidental, são operadas a partir da regulação do Estado, das instituições não governamentais ou da sociedade civil? Quais influências de estruturas e escalas que perpassam o plano nacional neste tema?

Na verdade, muitos questionamentos, aparentemente simples, são fundamentais por evidenciarem uma categoria de pensamento dinâmica e cada vez mais comum no cotidiano. O que nem sempre esteve no centro dos diálogos das ciências sociais, ainda menos na Geografia, desperta hoje necessidades intrínsecas de análise e de propostas integradas e multidisciplinares.

Afinal, de meros elementos apreciados por intelectuais, religiosos e amantes das artes, o temário do patrimônio cultural, dinamizado por transformações decorrentes das revoluções burguesas e a criação do Estado moderno a partir também dos contornos da Revolução Industrial, alcança na contemporaneidade uma nova face, que provoca impactos profundos no cerne da

sociedade. E onde reside a adoção de conceitos, categorias e ideias em que a Geografia tem uma contribuição importante.

Com este capítulo há pretensão de uma síntese exploratória, buscando evidenciar o tratamento do respectivo tema a partir de uma conjuntura contemporânea, quando estas mudanças se intensificam, atingindo pequenas, médias e grandes cidades em todo planeta. Almejando uma interlocução entre diferentes fontes bibliográficas, não há intenção de restringir o texto a autores da Geografia, ainda que a cultura material tangível, a paisagem e a cidade sejam questões mais recorrentes e aprofundadas na sua organização. Por fim, procurando também associar o estabelecimento de diretrizes internacionais com a política contemporânea do patrimônio cultural no Brasil.

2. 1. As origens do patrimônio

A palavra patrimônio⁹, conforme a historiadora Françoise Choay (2006), sempre esteve associada “(...) às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade (...)” (2006, p. 11).

Lembrando Lewis Mumford (1979) e Giedion (1955), Carvalho (1999, p. 102) evidencia que desde tempos remotos, em culturas diversas, foi comum a defesa e preservação de objetos e lugares. Mesmo em comunidades “proto-urbanas”, em uma forma de consciência ontológica ou histórica, os homens evidenciam em seus assentamentos uma organização central em torno de áreas como cemitérios, espaços de cultos e celebrações. Criando, protegendo e enfatizando marcos e monumentos, comunicando-se com seu grupo e também com as gerações vindouras (CARVALHO, 1999).

⁹ Apesar da ideia de patrimônio possuir conotação muito ampla, ela guarda certa semelhança à própria concepção de monumento, sobretudo no primitivo pensamento ocidental quando observamos as primeiras evidências de uma aproximação com os ideais hoje traduzidos pelo patrimônio histórico e cultural. Segundo Le Goff (1990, p. 535) “a palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...)”.

No pensamento ocidental, segundo Choay (2006, p. 12), até o século XIX as três grandes categorias patrimoniais eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, como os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Esses elementos possuíam uma relação com seus detentores estritamente decorativa e não de valor histórico, como ocorre durante o século XIX até o presente. Entretanto, o legado cultural da paisagem das cidades antigas, por exemplo, foi praticamente todo eliminado pelas conquistas e a necessidade que essas tinham de sobrepujar reminiscências simbólicas de épocas e regimes que não mais faziam sentido para as sociedades ali inseridas, como também, em uma fase mais recente, para a produção de uma mobilidade urbana capaz de maior controle do conjunto social (CHOAY, 2006, p.31).

“Móveis ou imóveis, as criações da Antiguidade não desempenham, pois, o papel de monumentos históricos. Sua preservação é, de fato, uma reutilização. (...) Os monumentos antigos não são, contudo, apenas ‘reciclados’, eles também são, com a mesma simplicidade e desenvoltura, cortados em partes e pedaços, incorporados em seguida a construções novas, para embelezá-las e decorá-las.” (CHOAY, 1996, p. 40).

Apesar de a autora exemplificar casos na Europa, e também levando em consideração suas especificidades, tal situação não foi diferente com a descoberta pelos colonizadores de cidades pré-colombianas, saqueadas e relegadas ao esquecimento a partir de uma nova organização, cujo centro cívico passava a ser a praça maior, com a respectiva igreja católica como referência principal, além dos edifícios públicos e de uma aristocracia emergente. Havendo no limite, quando não o saque, a incorporação dos artefatos tomados das cidades indígenas na consagração da cultura e do modelo de mundo europeu.

“Vê-se, então, que infelizmente a conquista e colonização europeia do Novo Mundo constituem uma epopeia trágica. O negro africano foi escravizado, milhões de homens, mulheres e crianças ameríndias foram dizimados. O saber e a cultura acumulados ao longo de milhares de anos perdeu-se em grande parte. (...) Criaram-se heróis, até há pouco enobrecidos e exaltados pela produção cinematográfica (...). Criou-se essa imagem na consciência de gerações, servindo admiravelmente aos interesses da penetração do capital.” (ADAS, 1982).

Choay (2006, p. 37) vai apontar então que o patrimônio, na Idade Média, possuía um sentido mais romantizado, lírico, ligado a literatura e a sensibilidade.

Tanto pela Igreja, em nome das humanidades e das artes, como também pelos intelectuais humanistas: italianos, que despertavam certos entusiasmos pelas construções históricas da Antiguidade. Porém, é entre os séculos XVII e XVIII em que floresce um conteúdo mais complexo à noção de antiguidade. Surgem os antiquários, eruditos e colecionadores, que percorrem diferentes regiões e territórios em busca de artefatos que pudessem ser contemplados, por vezes, pela simples beleza artística que os mesmos possuíam e ofereciam a seus detentores (CHOAY, 1996, p. 61). Todavia, ainda no século XIX apenas algumas determinadas obras é que se projetavam enquanto necessárias à preservação e memória da herança humana e, portanto, ligadas a uma ideia de bens patrimoniais edificados que se associavam diretamente a monumentos históricos específicos¹⁰. Para Nigro (2005, p. 168) o monumento enquanto ideia formalizada tem sua consagração institucional justamente no século XIX, quando

(...) apoiado sobre dois pilares principais – a história e a obra de arte – o monumento se afirma como algo que sobressai visivelmente em um conjunto (evidenciando seu caráter de excepcionalidade) e que suporta também uma memória celebrativa, na maioria das vezes, associada à glória dos conquistadores e poderosos. É sobre os monumentos que se canalizam os primeiros esforços em favor da preservação do patrimônio cultural. (NIGRO, 2005, p. 168).

2. 2. O patrimônio na modernidade

Diferentemente, com a concepção tomada a partir dos Estados modernos – expressão da organização política e social da classe burguesa – o conceito de patrimônio assume uma vinculação direta com símbolos e manifestações culturais numa incessante busca pela materialização da ideia de nação. Residindo neste processo um conjunto de dificuldades permeado pelo direcionamento de políticas

¹⁰ “(...) Ao longo de séculos, tem-se ampliada a noção de *monumento histórico* para *patrimônio histórico*, por fim, *patrimônio cultural* (que envolve uma gama de objetos, ritos e significados, nos dias de hoje). Passa-se de um reducionismo objetivo a uma abrangência focalizada; identifica-se, pouco a pouco, no pós-guerra, a valorização da noção de conjunto e a superação da noção de arquitetura como obra de arte independente e isolada, dada a disseminação das renovações urbanas que se processam no período; integra-se o centro histórico na dinâmica da cidade. Consideramos que a partir do espaço urbano, em sua totalidade, podemos decifrar o mundo contemporâneo e sua complexidade. Para apreendermos as dinâmicas urbanas contemporâneas, faz-se mister considerar a totalidade da cidade inserida em um contexto global (...)” (COSTA, 2009, p. 40).

e ações de representação seletiva dos artefatos e de elementos imateriais e intangíveis de uma sociedade. No que Fonseca (1997, p. 12) associa, a partir da produção de um universo simbólico enquanto objeto de ação política, como desafios principais da legitimidade do patrimônio: “(...) ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade”.

Incorporar à produção de vínculos identitários na questão da cultura nacional, no entanto, é algo duvidoso e complexo, levando em consideração a diversidade de seus membros e, portanto, a representatividade da cultura por uma face unificada segundo esta perspectiva¹¹.

A formatação de uma nova ordem jurídico-institucional, submetida pelo ideário burguês através do Estado-nação, revoluciona de forma universalizada os processos de seleção, proteção e divulgação do patrimônio cultural. Mesmo não solapando a diversidade cultural, essa nova ordem passou a “costurar” as diferenças culturais (HALL, 2006), onde as classes hegemônicas, como Castro (2012) descreve,

“(...) conseguiram traduzir seus interesses como interesses gerais da sociedade, principalmente a partir das revoluções burguesas, criando instituições que reforçavam seu lugar de poder na estrutura social, e padrões racionalizados de condutas que englobassem as práticas dos indivíduos.” (CASTRO, 2012, p. 38).

Além dos pressupostos ligados ao conceito de herança dos bens materiais comuns ao passado da comunidade e do papel que as revoluções burguesas acarretaram sobre seu entendimento e apropriação, a ideia de patrimônio hoje é ampliada e vem designar outras importantes referências. Destas, algumas que não assemelham com a cultura ocidental, ainda que esta possua inegável influência.

¹¹ Hall (2006) nos lembra que a ideia de nação se refere tanto ao Estado-nação moderno, quanto algo mais antigo e ligado a comunidades locais por meio da noção de *natio*. Evidenciando assim o próprio caráter dual e não unificador de uma possível cultura nacional, já que o próprio conceito, em seu bojo, revelaria essa distinção. Portanto a força revelada por um processo unificador implica no questionamento sobre sua eficácia no sentido de anular ou subordinar as diferenças culturais. “Para dizer de forma mais simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural?” (HALL, 2006, p. 59).

Um caso pertinente neste sentido poderia ser entendido pela ideia de reflexividade, sintetizada por Jeudy (2005, p. 19) como uma necessidade da sociedade ver o reflexo de si própria em objetos e locais¹², sendo uma das justificativas da patrimonialização. Fenômeno que segundo Jeudy (2005) não é observado como traço da cultura oriental, já que em países como Japão esta necessidade não está presente em sua sociedade e em decorrência disto, mas não apenas, faz com que a palavra patrimônio nem sequer exista. Ainda conforme o Jeudy (2005), esta sociedade não possui, portanto, a necessidade de um arranjo reflexivo que a justifique.

“As estratégias da conservação caracterizam-se por um processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade. (...) Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade opere uma reduplicação espetacular que lhe permita fazer de seus objetos e de seus territórios um meio permanente de especulação sobre o futuro. (...) Esse processo de reflexividade não é universal. No Japão, por exemplo, falta sentido, a priori, à reflexão sobre os patrimônios, porque tudo pode ser considerado símbolo patrimonial. (...) Tudo funciona da mesma forma como paisagem.” (JEUDY, 2005, pp. 19-20).

Outras referências contemporâneas, como o discurso da perda, também são construções recentes, podendo traduzir uma série de intencionalidades. Sugerindo uma estreita relação entre Estado, mercado¹³ e interesses difusos ligados à memória e as formas ou possibilidades de apropriação e legitimação de culturas e territórios. Remetendo a uma mentalidade comum e significativa da cultura de massa (CHOAY, 2006). Ou a objetivos políticos e sociais de resistência

¹² Esta reflexividade e seu aprofundamento seriam mais contundentes como no exemplo de Carvalho (1999, p. 100), em que pessoas ao buscarem interagir com outros grupos, viajando e conhecendo os lugares, ao retornarem passam não somente a “olhar” o seu lugar, mas a “vê-lo”. “Modifica o seu ‘ser’ e, conseqüentemente, o seu ‘estar’. Passa-se não somente a olhar, mas a ‘ver’ o seu lugar (...). Pela alteridade, resgata-se a identidade.”

¹³ Como ilustram Costa e Scarlato (2012, p. 104), no transição de modelos de gestão e planejamento urbano, do administrativismo para o empreendedorismo após 1970, o patrimônio seria peça-chave “(...) à constituição das novas redes de lugares materializadas pelas possibilidades concretas do capital financeiro global. É um processo universal catalisado pela interação dialética Estado-mercado, que busca nova maneiras de apropriação empreendedora das e nas cidades, tornando-as símbolos de cultura e de mercadoria, de valor simbólico e de valor econômico, na perspectiva ideológica e soberana de ações que setorizam as cidades para intervenções; os espaços (e as cidades) tornam-se o fundamento político-ideológico de uma hegemonia produzida no espectro patrimonial global”.

contra os riscos de desestruturação (JEUDY, 2005) e a um discurso que consubstancie e legitime um sentido de nação¹⁴ (GONÇALVES, 2002).

Em que pese à função normativa do Estado no tocante às políticas patrimoniais, no decorrer do século XIX e princípio do século XX, em muitos casos, sua ação foi limitada a áreas ou elementos em processos litigiosos, sobretudo naqueles de caráter mais monumental. Tais evidências podem ser exemplificadas pela observação de amplas intervenções realizadas em cidades europeias, como aquelas promovidas por Haussmann, na França, já na segunda metade do século XIX, em que grande parte de conjuntos antigos medievais e populares foi destruído.

Soma-se a isso, ao longo do século XX, conforme destaca Carlos Lemos (2006), a influência de diretrizes internacionais na regulação do tema, sintetizadas em reuniões de arquitetos e urbanistas, intelectuais ligados aos respectivos órgãos estatais de seus países, despontando no período sob a auspiciosa missão de concretizar as normas e especificações na abordagem do tema¹⁵. O que daria origem às cartas patrimoniais e novas perspectivas de abrangência do Estado para a tutela da cultura. Passando ao longo do século de uma abordagem mais restritiva do patrimônio, como na Carta de Atenas (1931), até um enfoque amplo em que se inserem, por exemplo, a paisagem cultural e o patrimônio imaterial, como nas Cartas de Veneza (1964), na conferência francesa de 1992 - em que se adotou a paisagem cultural como conceito e tipologia pela UNESCO para o reconhecimento dos bens culturais. Outras reuniões e congressos internacionais deram continuidade a esse dinâmico processo.

As cartas resultantes revelam as formas de pensar o espaço produzido pelo homem, tornando-se de fundamental relevância ao entendimento da

¹⁴ Os resultados destas recentes referências podem ser traduzidos na “retórica da perda” por uma ação afirmadora, no sentido de fazer com que as diferentes classes sociais, e grupos a elas pertencentes, adotem um sentido universal e contemplativo de nação. “Essas consequências, obviamente, atingem também os receptores dessas definições, afetando, em princípio, o modo como diversos grupos e categorias sociais venham a considerar o que seja sua ‘nação’, ou o modo como venham a se sentir como parte dessa totalidade.” (GONÇALVES, 2002, p. 13).

¹⁵ Entende-se como Fonseca (1997, p. 12) que “os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos com uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, que já que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva de um lugar no espaço social. E são também os intelectuais que, ao apontarem, no exercício de sua função crítica, o caráter arbitrário da representação vigente do patrimônio, atuam no sentido de sua transformação.”

constituição das noções de patrimônio e de monumento tal qual marca o cotidiano das cidades e do campo na atualidade. Se os conjuntos históricos ainda eram pouco pensados na década de 1930, em 1960 já é possível observar uma mudança de concepção sobre a preservação de áreas mais amplas. Não somente os bens materiais passam pela patrimonialização, mas todo um conjunto de aspectos culturais, que vão de ritos a costumes, de festas religiosas às profanas. Torna fundamental um entendimento mais amplo das questões patrimoniais sob escalas internacionais e suas influências no âmbito nacional. Tratando-se, pois, de uma leitura fundamentadora do contexto em que estão situadas as práticas modernas de patrimonialização.

2. 3. As cartas patrimoniais e as novas dimensões do patrimônio

No âmbito de uma escala geográfica global, as discussões sobre o patrimônio histórico e artístico passam a ser mais dinâmicas nos encontros da Sociedade das Nações por meio do Escritório Internacional dos Museus e das Assembleias realizadas pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Assistindo-se a socialização de informações, legislações, e uma ênfase sobre os meios e processos políticos para defesa e proteção dos monumentos.

Observa-se, claramente, que a Carta de Atenas (1931) é um marco histórico dessa realidade, revelando uma prática que vinha se tornando comum e vai gradativamente sedimentando e formando uma lógica diferenciada na concepção social sobre elementos e aspectos culturais presentes nas paisagens urbanas. Ela demonstra, sobretudo, uma preocupação com as diretrizes de proteção dos monumentos e ainda não com a totalidade urbana, revelando, porém, acordos importantes entre as nações neste respectivo tema, priorizando a colaboração, o intercâmbio e a dispersão de práticas e técnicas de conservação, incentivando a educação e respeito aos monumentos e elementos considerados de valor histórico e cultural, como também a necessidade de estruturar um projeto internacional de cooperação entre as nações. Com as generalidades, diagnósticos e conclusões da Carta de Atenas, sobretudo a partir dos problemas urbanísticos das grandes cidades mundiais, é que essas questões serão apuradas e incentivadas em âmbito de escalas supranacionais.

Apesar das críticas estabelecidas por diversos autores¹⁶ ao documento, assim como pensamento sobre o tema – fundamentalmente no que se refere ao processo de incentivo à preservação de particularidades urbanas e não de conjuntos mais amplos – é inegável sua influência e preocupação em salvaguardar elementos urbanos de interesse coletivo, ainda que seja observada a ausência de uma proposta mais ampla de proteção.

Em certo ponto as críticas tornam-se mesmo inconsistentes, porque ignoram o contexto, seus esforços¹⁷ e as repercussões que passavam a balizar outra mentalidade a partir de uma consciência social das estruturas e permanências históricas e geográficas das cidades. A paisagem – enquanto concretude e síntese da organização do espaço¹⁸ – é reveladora deste processo, pois é possível que mesmo diante das dificuldades conceituais, certos sentidos estabelecidos na Carta de Atenas são correspondentes a ela. Não havendo sua designação literal no documento, algumas passagens, no entanto, convergem a seu favor. Ribeiro (2007, p. 38) parece corroborar com tal posição, ressaltando que apesar de objeto de atenção, a ideia de paisagem já aparecia, ainda que por outro prisma.

¹⁶ “A Carta de Atenas põe em voga diretrizes (discutíveis) para a preservação de patrimônio. Nega-se, na Carta, o valor da manutenção dos centros históricos das cidades, dos conjuntos urbanos. Esse documento propunha a preservação de edifícios isolados, construções significativas, memória do passado, ao passo que quarteirões e edificações diferentes dos objetivados seriam devastados e suas áreas transformar-se-iam em campos verdes. Segundo Nigro (2005), o caráter *monumentalista* perdura como hegemônico até a disseminação das renovações urbanas, no pós-guerra, quando surge e se difunde a noção de preservação dos centros históricos das cidades, o que representa a valorização de lugares representativos de formações socioespaciais (SANTOS, 2004). Ao desconsiderar o centro histórico como um todo, representatividade de um sistema de objetos pretéritos estabelecidos no espaço, e valorizar objetos isolados, o edifício “maior”, fica claro que essa Carta tinha um caráter um tanto restritivo em termos de preservação e valorização da sociedade e do espaço (COSTA, 2007), que é representado por um sistema de objetos indissociável de um sistema de ações (SANTOS, 2002), não por objetos e ações humanas isoladas. Lamas (s.d.), ao tratar da *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, estabelece um longo discurso sobre a Carta de Atenas, concluindo que a conservação integral de sítios históricos não é afluída nem de leve no documento, restringindo-se à salvaguarda de edifícios isolados, ainda sob reserva de serem expressão de uma cultura anterior.” (COSTA, 2009, p. 40).

¹⁷ A Carta de Atenas, na parte em que lhe confere tratar do patrimônio histórico das cidades, evidencia que “os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos)” e aí, portanto, englobando inclusive áreas mais amplas, como eixos e sítios históricos e culturais.

¹⁸ No sentido entendido por CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

“Na verdade, a paisagem já havia sido objeto de atenção no plano internacional algumas décadas antes, mas a partir de outro prisma. A Carta de Atenas de 1931 já apontava uma preocupação com aspectos da visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança. Naquele documento, a preocupação central estava ligada sobretudo a ambientação de um determinado bem cultural. Assim, o documento afirmava: ‘Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo. (IPHAN, 2004, p. 14).’ (RIBEIRO, 2007, p. 39).

Choay (1997, p.12) estabelece um divisor de águas nesse modo de ver tais relações, explicando que a partir da década de 1960 “(...) os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer, com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inserem.” Talvez a Carta de Veneza (1964) seja o expoente documental capaz de traduzir e justificar a assertiva de Choay. No II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1964 na cidade de Veneza, essa tendência de englobar cada vez mais elementos no rol patrimonial parece ser evidente.

“Ao dar uma primeira forma a esses princípios gerais, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade de ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de um alcance maior em um novo documento.” (CARTA DE VENEZA, 1964).

Carlos Lemos (2006, p. 13) explicita que o processo de tombamento, conservação e restauração dos bens patrimoniais, sobretudo os arquitetônicos, passa por determinações difundidas pelas “Cartas Patrimoniais”. Segundo ele, “a mais famosa e atuante delas é a Carta de Veneza, redigida em 1964 e, depois em importância, vem o documento resultante da Conferência de Nara, de novembro de 1994. Os técnicos vivem, então, sempre às voltas com as resoluções desses papéis de orientação de procedimentos”.

2. 4. Diversidade cultural e a paisagem na lógica patrimonial

Hoje a ideia de patrimônio foge a materialidade de estátuas e castelos, atingindo uma lista incomensurável de bens, em que o Estado, na busca pela legitimação da cultura nacional, torna-se válvula fundamental. Fonseca (1997, p. 36) esclarece que “o universo dos patrimônios históricos e artísticos nacionais se caracteriza pela heterogeneidade dos bens que o integram, maior ou menor conforme a concepção de patrimônio e de cultura que se adote.” Como ela, mas para além da própria noção de patrimônio nacional, Choay (2006, p.12) entende que, “(...) o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana; aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades (...)”.

Pelo contexto em evidência, alianças entre instituições e grupos culturais tornam-se frequentes, levando em consideração às contradições geradas no bojo da sociedade, segundo seus interesses, no tocante a preservação, ou nas renovações diretamente associadas ou não ao patrimônio. Como tratado por Canclini (2006), uma discussão dos usos do patrimônio na América Latina é incipiente, mesmo existindo uma necessidade iminente de superação das idealizações dogmáticas e dos fundamentalismos materializados pela normatização e institucionalização do patrimônio cultural.

A identidade e a diversidade cultural por trás dos objetos e elementos tornam-se temas cada vez mais recorrentes nas discussões, debates, documentos e políticas públicos relacionados ao planejamento e gestão patrimonial nas cidades e no campo. Assim, em 1985 o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em conferência mundial, vai entender e corroborar para a proteção cultural dos aspectos simbólicos e materiais dos diferentes grupos sociais.

“(...) Isso reclama políticas culturais que protejam, estimulem e enriqueçam a identidade e o patrimônio cultural de cada povo, além de estabelecerem o mais absoluto respeito e apreço pelas minorias culturais e pelas outras culturas do mundo. A humanidade se empobrece quando se ignora ou se destrói a cultura de um grupo determinado. Há que reconhecer a igualdade e dignidade de todas as culturas, assim como o direito de cada povo e de cada comunidade cultural a afirmar e preservar

sua identidade cultural, e a exigir respeito a ela”. (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985).

As últimas décadas do século XX evidenciam ainda o papel do tema da diversidade cultural na discussão e debate que permeiam a matéria do patrimônio histórico e cultural. Essa perspectiva é fundamentada pela Conferência de Nara, no Japão, que entre outras referências em seu preâmbulo, destaca o seguinte:

“num mundo que se encontra cada dia mais submetido às forças da globalização e da homogeneização, e onde a busca de uma identidade cultural é, algumas vezes, perseguida através da afirmação de um nacionalismo agressivo e da supressão da cultura das minorias, a principal contribuição fornecida pela consideração do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade.” Continua, ao explicar que “(...) a diversidade de culturas e patrimônios no nosso mundo é insubstituível fonte de informações a respeito da riqueza espiritual e intelectual da humanidade. A proteção e valorização da diversidade cultural e patrimonial deveria ser ativamente promovida com um aspecto essencial do desenvolvimento humano.” (CONFERÊNCIA DE NARA, 1994).

A paisagem está presente nestas discussões desde os primeiros momentos. Numa fase associada a uma espécie de profunda dicotomia entre natureza e cultura. Em que áreas não antropizadas, ou com baixo impacto de intervenção eram consideradas naturais. Enquanto que cidades, sítios, conjuntos ou núcleos de considerável valor histórico e cultural compunham a paisagem cultural. Sendo que em uma escala internacional, essa relação pode ser considerada como reflexo da “(...) própria origem bipartida da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.” (RIBEIRO, 2007, p. 38).

Já num período mais recente, a paisagem toma contornos complexos, revelando mais do que uma uniformização das políticas patrimoniais, ou mesmo do planejamento territorial. E sim, uma adequação flexível, conforme escalas e realidades, contextos e casos, o que sugere também uma análise específica dos enlaces e distanciamentos entre bases conceituais mais universalizantes, diferentes linhas de pesquisa e de disciplinas científicas.

Entre os documentos, convenções e congressos internacionais que possuem maior relevância no temário da paisagem, destacam-se, além dos já

citados, a Convenção de Washington (1940), a Recomendação de Paris (1962), a Recomendação de Nairóbi (1976), Carta de Washington (1987) e a Reunião de 1992 na França do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (RIBEIRO, 2007).

Paes (2009, p. 1) vem colocar que hoje a “patrimonialização” (JEUDY, 2005, apud PAES, 2009) é “(...) um recurso recorrente para a conservação de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer, o *savoir faire*, seja um artesanato, um prato típico ou uma técnica construtiva”.

Por isso há o reconhecimento mais amplo da própria cidade enquanto “bem cultural”¹⁹ e não mais uma cidade detentora de bens culturais apenas. Pode-se apreender que “as noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte” (FONSECA, 1997, p. 51).

As recomendações desempenhadas por organismos internacionais de apoio aos projetos de defesa e proteção patrimonial têm sido constantes nas duas últimas décadas. Isso demonstra a relevância e a preocupação com o tema numa escala cada vez mais mundializada, representada, sobretudo, pela Organização das Nações Unidas através da UNESCO, pelas universidades, organizações não governamentais, fundações, centros de pesquisa e por acordos supranacionais, como aqueles realizados pela Comunidade Andina e o MERCOSUL citando realidades mais próximas.

A ampliação dessas ideias e concepções se desenvolve amplamente em diversas escalas espaciais, sendo que as necessidades que transformaram o espaço urbano numa perspectiva histórica foram ainda demoradas,

¹⁹ A noção de bem cultural aqui colocada assenta-se sobre as ideias de Menezes (2006, p. 36), significando um “(...) valor positivo – ao menos no singular já que, por exemplo, a expressão ‘homens de bens’ tem mais desdobramentos e ambigüidades que ‘homem de bem’. Seja como for, cidade, assim como família, universidade, museu, política, economia, etc., são conceitos que, hoje, parecem imersos em crise permanente.” O autor conclui que, “(...) é possível, pois, que a cidade, a cidade ela própria (de maneira diferencial, é claro, com escalas variadas e pelos mais diversificados atores) seja qualificado positivamente, apesar dos problemas que estejam a infestá-la.” (MENESES, 2006, p. 36).

“(…) de um lado, sua escala, sua complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome, a uma comunidade a uma genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao seu espaço; de outro, a ausência, antes do início do século XIX, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir arquivos relativos ao modo de produção e às transformações do espaço urbano ao longo do tempo”. (CHOAY, 2006, p. 178).

Ainda segundo a autora, os primeiros a estudar a cidade sob uma perspectiva historicizada, próximo da estrutura contemporânea da atual disciplina de urbanismo, foram os engenheiros e arquitetos. “Em seguida virão os geógrafos, como por exemplo P. Lavedan, que sob o título discutível de *Histoire de l'urbanisme*, Paris, Laurens, 1926-1952, escreveu uma história da organização planificada das cidades a partir da Renascença.” (CHOAY, 2006, p. 179).

Na América Latina, as reuniões realizadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) refletem preocupação com a condição do crescimento populacional e a macrocefalia de suas principais cidades, onde o caos, os problemas sociais e ambientais vão apontar para a perversidade e a superexploração do homem e da natureza. Tanto é que a Carta de Machu Picchu (1977) evidencia duas categorias para tratar a realidade urbana. A primeira situação relaciona-se aos países desenvolvidos. A segunda, comum a América Ibérica, África e grande parte da Ásia, tratam os países em desenvolvimento por meio de seus padrões urbanos específicos, evidenciando ações cuja prioridade da preservação dos elementos deve ser intensificada por medidas de planificação conjunta, capaz de sinergias que extravasem mesmo o plano da temática patrimonial.

Uma década antes, as Normas de Quito (1967) passam a apontar claramente para os aspectos potenciais que os bens patrimoniais possuem para atividades econômicas modernas, como o turismo histórico e cultural. Evidencia a sua viabilidade para os ideais de desenvolvimento comuns naquele período, demonstrando possibilidade e os esforços de unir a preservação de elementos urbanos com transformações necessárias numa cidade que não para de crescer, assim como utilizar os bens como meio de atração e execução da atividade turística.

No Brasil, a Carta de Petrópolis (1987), elaborada pelo 1º. Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos procura conceituar a ideia de Sítio Histórico Urbano (SHU), entendendo a cidade como um todo histórico, em que elementos representativos, testemunhos do trabalho e diversidade humana, devem ter uma atenção mais acentuada. É possível observar no documento a preocupação de que as formas urbanas não sejam preenchidas por conteúdos exclusivos, guardando, portanto, a heterogeneidade comum do espaço edificado²⁰.

Sob a égide desse processo reside um papel que é fundamentalmente desenvolvido por uma elite intelectual, que se não responsável direta pela constituição de valor e importância a certos bens, são determinantes na reprodução das ideias, que assentam o imaginário das populações sobre elementos culturais e naturais específicos (FONSECA, 1997, p. 11).

Ainda segundo Fonseca (1997), a ampliação da noção de patrimônio e a sua legitimação via direitos culturais fica evidenciado no século XX com a introdução patrimonial dos modos e costumes dos 'esquecidos' pela história factual, como a dos operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas (FONSECA, 1997, p.11). Ela vai demonstrar, por meio de sua rica experiência no âmbito do trabalho e da pesquisa junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que estudos etnográficos desenvolvidos por diferentes áreas e segmentos do conhecimento têm contribuído para uma mudança nas concepções tradicionais de patrimônio. Apesar das dificuldades que permeiam as legitimações culturais pela conservação de ícones e símbolos representantes das camadas populares, atualmente as lutas e reivindicações por uma sociedade mais justa e democrática também atinge essa face da política, do planejamento e da gestão patrimonial.

“(...) se é difícil compatibilizar a valoração desses tipos de bens com as exigências tradicionais do patrimônio, em termos de valor histórico e de valor artístico, foram a etnografia e antropologia que, inicialmente,

²⁰ Além disso, declara a necessidade de esforços de diferentes escalas governamentais juntamente com a organização das lideranças civis no processo de salvaguarda dos elementos. Por último, cabe destacar o estímulo a incentivos e isenções de impostos aos proprietários empenhados na manutenção/preservação dos bens patrimoniais. Muitas das deliberações desenvolvidas pelo Seminário tornaram-se comuns na atualidade de cidades e sítios históricos.

legitimaram sua inclusão nesse universo semântico, reforçando disciplinarmente seu valor cultural.” (FONSECA, 1997, p. 73).

No entanto, esses avanços se apresentam escamoteados em práticas que persistem em dar exclusividade e legitimidade ao patrimônio das hegemônias regionais e não da totalidade social. Enquanto construção social, a cidade relaciona-se a representações e valores. Ela é subordinada a um olhar determinado pela ótica das lideranças políticas, religiosas, econômicas e dos atores privilegiados no processo de produção da cidade. Também entendendo dessa maneira, Sánchez (2003, p. 531) aponta que a representação da cidade “(...) encontra-se, portanto, subordinada à visão de mundo daqueles atores que se impõem nos processos de produção do espaço e que são ao mesmo tempo aqueles que ocupam posição privilegiada para enunciar uma intenção de cidade.” Sánchez conclui que

“O projeto de cidade é ação material no espaço (urbanística, cultural, econômica), junto com uma intenção de cidade, que dá conteúdo ao discurso sobre o espaço. (...) Nas políticas urbanas tornadas dominantes nota-se a presença de lugares comuns planetarizados, referidos às condições históricas, políticas e econômicas do surgimento da cidade-mercadoria. (...) Com a imposição de categorias de percepção e representação, produzidas e reproduzidas num processo de luta simbólica, os atores dominantes na difusão de políticas e instrumentos modeladores refazem o mundo à sua imagem, com uma colonização ideológica que se instaura nos governos de cidade, diluindo uma ampla escala de matizes político-partidários, teoricamente contrastantes, num mesmo tom.” (SÁNCHEZ, 2003, p. 551).

A luta pela legitimação cultural se faz por uma série de práticas e discursos, travados nos mais amplos níveis da realidade social, e desenvolvidos pelos diferentes tipos de conhecimento, que se materializam no espaço de maneira contraditória, cujos elementos podem servir de arcabouço para que se entenda a articulação de diferentes forças, interesses, ideologias e identidades por trás dos lugares. Assim, a ideologia, tomada por um meio mais específico e criticamente é uma tentativa de apreender o mundo a partir dos discursos, das ideias, dos textos, de outros elementos simbólicos, materiais, atividades difundidas por todos e que, com base em Diniz Filho (1992, p. 67), pode ser um esforço de “(...) entender o modo como as concepções sobre o espaço, geradas e difundidas no interior de uma dada formação nacional, terminam por influir no

processo de construção do espaço e na própria história dessa formação”. O que para Canclini (1996) residiria em algo central, ao mesmo tempo, se converteu em uma variável pouco suspeita nessa “cumplicidade social” no sentido de legitimar ideologias e comportamentos em torno de uma identidade nacional. Mais que isso, passou a ser algo naturalizado, verdadeiro, recebido do passado e protegido para o futuro.

“(…) Esse conjunto de bens e práticas tradicionais que nos identificam como nação ou como povo é apreciado como um dom, algo que recebemos do passado com tal prestígio simbólico que não cabe discuti-lo. As únicas operações possíveis – preservá-lo, restaurá-lo, difundi-lo – são a base mais secreta da simulação social que nos mantém juntos. Frente à magnificência de uma pirâmide maia ou inca, de palácios coloniais, cerâmicas indígenas de três séculos atrás ou à obra de um pintor nacional reconhecido internacionalmente, não ocorre a quase ninguém pensar nas contradições sociais que expressam. A perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e o torna-os fonte do consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade e diferenciam os modos de apropriar-se do patrimônio.” (CANCLINI, 1996, p. 160).

2. 5. Os sítios antigos, a cidade e sua paisagem no prospecto patrimonial

Ao final do século XIX, as reestruturações urbanas na Europa, condicionadas pelo desenvolvimento de um novo momento de sua industrialização, colocariam em xeque a organização espacial das cidades antigas, levando a sociedade sofrer transformações significativas na relação com seus artefatos construídos. No processo de renovação que vinha se materializando o patrimônio histórico urbano ganha atenção e torna-se referência nas políticas de preservação.

A estrutura da cidade, numa primeira etapa de reflexão acerca da necessidade de salvaguardar a memória e, portanto, da manutenção de determinadas construções humanas, não foi objeto de referência em políticas de preservação, até mesmo porque suas funções nunca tiveram qualquer relação de valor histórico. Só mais tarde foram concebidas como obras que materialmente eram capazes de revelar a identidade da nação, da cultura, da sociedade. Num segundo momento, discorrendo sobre o caso de Bolonha, Cervellati e Scannavini (1979, p. 120) explicam a crescente necessidade de uma política “de centro histórico” integrada setorialmente com os aspectos da conservação e valorização

dos espaços urbanos. Evidenciam que o centro histórico da cidade passa a ser considerado como um bem cultural inalienável e “(...) como um notável patrimônio econômico-edificado que não pode ser desperdiçado de modo absurdo, nem abandonado, nem deixado nas mãos da especulação. Pelo contrário, deve ser conservado e recuperado para o uso social e, deste modo, evitar as transformações estruturais e funcionais que acontecem espontaneamente”.

Essas mudanças foram depois, em grande medida, condicionadas por reuniões e prerrogativas dos organismos internacionais, como as conferências em Atenas no ano de 1931 e em Veneza no ano de 1964, através da UNESCO. Dentre os encontros, é consensual entre os autores a relevância do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza, em 1964, para o desenvolvimento de uma lógica preservacionista que abarcasse amplos setores do tecido urbano. O produto desse evento, a Carta de Veneza, concebida como uma orientação sobre a conservação e restauração de monumentos e de sítios históricos, tem extrema importância devido ao avanço conceitual de ‘bens culturais’ e à larga aceitação e internacionalização nas intervenções em áreas históricas. As recomendações da Carta de Veneza abriram caminho para a discussão da preservação dos ‘espaços’ que contém os monumentos, na atribuição de usos aos mesmos a fim de evitar seu ‘engessamento’. A carta também atribuiu aos monumentos ‘uma função social’ (TIBIRIÇA, 2004).

No Brasil, a título de exemplo, antes de 1960 apenas as cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro, Tiradentes, São João Del Rei, Parati e Vassouras haviam sido tombadas no nível da federação como patrimônio histórico e cultural. Carregado pelo sentido monumental em que as políticas patrimoniais se inseriam ainda em conjunturas mais amplas, Nigro (2005, p. 168) evidencia que

“(...) o caráter monumentalista perdura como hegemônico até a disseminação das renovações urbanas no Pós-Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, surge e se difunde a noção de preservação dos centros históricos. As intenções de conservação e restauro começam a se direcionar a conjuntos de edificações localizados nas áreas centrais das cidades, onde simbolicamente sobressai a idéia de ‘origem’ histórica.” (NIGRO, 2005, p. 168).

Essa mudança de comportamento, da aprendizagem da paisagem urbana enquanto monumento histórico, patrimônio da região, da nação, dos seus habitantes, do homem, tem na contemporaneidade, além da preocupação com a história, também conteúdos econômicos a eles associados, através de múltiplas atividades produtivas, destacadamente do turismo.

Ulpiano de Meneses (2006, p. 40) deixa claro por diversos exemplos e casos que a mera oportunidade de negócio sobre os bens patrimoniais, destacadamente aqueles tomados numa escala mundial, transformaram cidades inteiras em uma mercadoria cultural, alienando o habitante local, “cuja fruição é totalmente instrumentalizada” (igrejas, comércio, ruas, etc.). O mesmo autor, acreditando na preservação dos bens históricos e culturais presentes nas cidades como mediação da cidadania, solidariedade e do próprio desenvolvimento urbano, aponta como diretriz a consideração de que a cultura é uma dimensão do social, e não o inverso²¹. (MENESES, 2006, p. 41).

Geraldes (2006, p. 30) traz uma reflexão de que a ideia de patrimônio urbano pode ser mais bem evidenciada a partir da Carta de Nairóbi (1976), que trata especificamente do papel de áreas históricas urbanas. Para ele, “consolidase um conceito de patrimônio (...) uma abordagem mais ligada à perspectiva de ambiente humano, o habitat, congregando numa perspectiva o meio natural e o construído, abrindo caminho para a formulação do conceito de patrimônio ambiental urbano.”²².

²¹ Já aprofundando as discussões, lembrando também o caso brasileiro, Meneses enfatiza que o “(...) entendimento do patrimônio ambiental urbano em seu caráter de problemática urbana (e, portanto, social) levou tempo para ser aceito por técnicos e especialistas. Na década heróica de 1930 (quando se tem, no país, a primeira legislação e o primeiro órgão de patrimônio), era a noção de patrimônio que imperava e ela perdurou até 1960 (...). Ainda nas décadas de 1970 e 1980, mesmo com a circulação de documentos programáticos mais progressistas, como a Carta de Amsterdã, causava repulsa, em vários círculos técnicos chamar a atenção para a natureza social do patrimônio ambiental urbano – expressão aliás reveladora de mudanças e que, então, começava a difundir-se. Hoje até instituições internacionais um tanto conservadoras como o ICOMOS, reconhecem formalmente que o patrimônio ambiental urbano faz parte do processo normal do planejamento nacional, regional e local (...)” (MENESES, 2006, p. 41).

²² Num primeiro momento, a conceituação de patrimônio no Brasil vai estar mais diretamente ligada ao seu plano monumental. Esse quadro vai se alterando com o decorrer das discussões e debates em nível nacional, mas fundamentalmente a partir da influência de escalas internacionais. Conjecturando o movimento evolutivo de estruturação da ideia de patrimônio ambiental urbano, Geraldes (2006, p. 31) aponta a relevância da Geografia Cultural ao subsidiar, através da ideia de paisagem cultural – desenvolvida pela escola norte-americana em meados do século XX – o conceito de patrimônio adaptado a conjuntos do tecido urbano. No entanto, pioneiramente, o

Outra referência internacional importante é a Carta de Washington (1987), que define as cidades do mundo como a “expressão material da diversidade” das sociedades na história. Preconizando, entre outros objetivos, uma política de salvaguarda de cidades e bairros históricos como parte integrante do planejamento e de ordenamento do território.

Na escala nacional, a Carta de Petrópolis (1987) protela o sítio histórico urbano como uma área mais crítica, não o opondo em relação a outros espaços da cidade, já que todo o conjunto urbano, conforme descrito, é um “organismo histórico”. Uma preocupação contrária aos processos de gentrificação também já pode ser contemplada, quando esta indica uma “especial atenção” a permanência das “populações residentes e das atividades tradicionais”.

A economia política permite contemplar que mesmo diante de determinados esforços, a produção e valorização espacial se dá de forma diferenciada nas cidades, em que a recuperação e promoção das áreas antigas, pelo viés da patrimonialização, configuram em muitos casos a elitização de certos pontos e locais em detrimento de outros. Como explica Paes (2010, p. 14), esta lógica não substitui a suburbanização ou a expansão fragmentada da cidade, sendo coexistente.

Como explica Arantes Neto (2006, p. 57) além da produção de valor sobre o patrimônio cultural a fim de utilizá-lo como recurso econômico para a geração de melhores condições de vida, esta prática engloba também a noção de sustentabilidade. Segundo o autor, “este conceito foi consagrado pela prática ambientalista e deve, com urgência, ser incorporado pelos programas de preservação e de promoção do patrimônio cultural”²³.

No âmbito do planejamento territorial, Eduardo Yázigü (2005, p. 253) lembra-se da operacionalidade do conceito de patrimônio ambiental urbano e a carência de alternativas estratégicas para o planejamento urbano e regional, procurando demonstrar a sua funcionalidade. Segundo ele, sua ideia ultrapassa

conceito foi utilizado no Brasil em 1970, numa dimensão de patrimônio em perspectiva mais ampla, interligando outras categorias, conceitos e objetos da realidade. (GERALDES, 2006, p.31).

²³ Ainda conforme Arantes Neto (2006, pp. 57-58), “(...) a exigência de sustentabilidade implica na explicitação da responsabilidade social dos agentes individuais e institucionais da preservação. Nesse sentido, torna-se oportuno recuperar – no caso específico do patrimônio ambiental urbano – a perspectiva da conservação integrada, que vem sendo estimulada pela UNESCO e pela Organização das cidades do Patrimônio Cultural”.

os simples limites das formas e monumentos arquitetônicos, abrangendo escalas que incluem até mesmo o próprio sentido da globalização.

O patrimônio ambiental urbano seria justamente “(...) uma associação de conjuntos arquitetônicos com espaços e equipamentos públicos, além dos elementos naturais como vegetação, rios, topografia, etc. (...) Até aí, sabe-se que esses elementos existem em qualquer lugar. A diferença está na carga de valores com que se revestem. (...) Classicamente, no patrimônio ambiental esses valores reportam-se ao caráter social, cultural, histórico, econômico, técnico, afetivo e estético (ou formal)” (YÁZIGI, 2005, p. 254).

Em relação a sítios e centros históricos, acredita-se também na importância do conceito de paisagem, já que sua polissemia permite adaptações a diferentes contextos e realidades, bem como interconexões disciplinares e a resultante extensão de diálogos. Para Paes (2010, p.13) a paisagem do cotidiano, em sua forma mais expressiva e visível, permite a partir da patrimonialização de sítios urbanos e centros históricos “(...) um caminho profícuo para a contribuição de uma abordagem geográfica da temática (...)”. Todavia, como destaca Ribeiro (2007, p. 14) é fundamental, como anteriormente apontado no primeiro capítulo entre a cisão natureza e cultura na paisagem, “um embasamento teórico mais consistente”, bem como trabalhar com certa clareza o sentido empregado ao conceito, já que dependendo da abordagem que se faça pode-se chegar a diferentes resultados na pesquisa.

A paisagem é também fundamental por permitir visibilidade das “reliquias tangíveis”, fragmentos do trabalho coletivo, o que em conjunto com a história e a memória, em seus processos de “introspecção”, são importantes fontes do conhecimento do passado. Pode, no entanto, por sua forma visível mais imediata e se compreendida isoladamente, limitar o entendimento do passado e, portanto, do próprio presente (LOWENTHAL, 1998).

“As relíquias também são estáticas. Enquanto o passado lembrado e registrado pode transmitir o sentido de passagem pelo tempo, a maioria das relíquias tangíveis exhibe apenas momentos suspensos no tempo. A notória visibilidade das relíquias, especialmente as antigas construções, acarreta a tendência de superestimar – e supervalorizar – a estabilidade do passado. A aura de antiguidade existente em locais bem preservados não implica, na verdade, vitalidade histórica, mas sim a provação de energia inovadora posterior.” (LOWENTHAL, 1998, p. 157).

Longe de um enfoque determinista, porém tradicional, a ideia de fisionomia que se estabeleceu nos estudos da paisagem pela Geografia se desdobra na atualidade, revelando-se um conceito capaz de dar substância a um conjunto de experiências sociais ligadas a ela, como também de motivar ações e atitudes, podendo ou não cooperar para a reprodução das condições e estruturas de uma sociedade. Nesta perspectiva, a necessidade de um enfoque coeso entre natureza e cultura pelo prisma da paisagem, pode contribuir de forma mais generalizada para o entendimento de sua dinâmica, e assim, na possibilidade de construção da cidade partindo de condições de vida mais justas, preservando valores históricos, sociais, culturais, econômicos, técnicos, estéticos e afetivos daqueles que a criaram.

2.6. O quadro institucional brasileiro

No Brasil o pensamento a respeito das questões patrimoniais sempre esteve de certa forma articulado com aqueles que se produziam entre a elite pensante europeia, sobretudo através das famosas reuniões e congressos de arquitetura, os quais tiveram nas cartas patrimoniais a produção de documentos que sintetizam e preconizam as políticas e ações referentes aos monumentos e estruturas históricas de interesse de preservação.

“No Brasil, a temática do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando no envolvimento do Estado, a partir da década de vinte deste século (XX)”. (FONSECA, 1997, p. 85).

A criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), segue na década de 1930 o curso das amplas transformações nacionais desencadeadas. Essa fase é considerada por Fonseca (1997, p. 87), à luz do contexto cultural da época²⁴, como “período heroico”. Nela, é possível

²⁴ Segundo ela, a criação do SPHAN deve ser analisada sob a óptica das transformações culturais então engendradas nas primeiras décadas do século XX no Brasil. Fundamentalmente pela perspectiva do Movimento Modernista e, também, a emergência do Estado Novo, em 1937, “corolário da Revolução de 30. (...)”. (FONSECA, 1997, p. 87).

identificarmos algumas especificidades do movimento de preservação e dos ideais que passavam a regular as primeiras políticas institucionais brasileiras em relação à Europa ou Estados Unidos. Sobretudo porque os indivíduos que conduziam esse processo emergiam de bases não tradicionais, ou seja, despontavam cultural e profissionalmente com “posturas claramente inovadoras”. (FONSECA, 1997, p. 105).

Neste período, considerado por Gonçalves (2002) entre a criação do SPHAN (1937) até a segunda metade da década de 1970, a narrativa que sustenta as políticas oficiais do patrimônio cultural brasileiro associa-se ao nome de Rodrigo M. F. de Andrade. Todavia, alguns textos já traziam desde a década de 1920 evidências na busca por uma identidade nacional. O que, sem dúvida, deriva do contexto modernista brasileiro, onde a crise econômica internacional passava a exigir políticas e ações que cada vez mais iam tornando o Brasil de certa independente cultural e politicamente da Europa²⁵. Ainda que afirmar uma cultura brasileira tivesse como objetivo atingir uma civilidade com base numa hierarquia, em que os países europeus eram referências principais de amadurecimento ou nível de sociedade a ser alcançado.

Neste percurso, a mudança da hegemonia espacial, que mais de quatro séculos esteve concentrada no rural e em suas oligarquias, passa a ser tipicamente urbana. Consolida-se cada vez mais uma participação efetiva do Estado em diversas escalas geográficas nacionais e também de cidadãos antes impossibilitados de atuarem nas questões políticas da cultura.

“Daí a legalização e estatização de atividades antes livres da ingerência estatal, como as atividades sindicais, as atividades estudantis, e as atividades culturais”. Nestas últimas, o Estado amplia sua presença através da criação de uma série de novas instituições culturais, como o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E através também do crescente apoio direto ou indireto às atividades individuais de artistas e profissionais como Portinari, Villa-Lobos e tantos outros. (FALCÃO, 1984, p. 27).

²⁵ Para Joaquim Arruda Falcão (1984, p. 21), a crise internacional “(...) estimula na área cultural manifestações que ‘descobrem’ o Brasil, como o movimento modernista na pintura e na literatura. Estimula também o aparecimento de pensadores sociais que, através de ideologias sociais distintas, encontram-se no desafio político, encontram-se no desafio comum de cunhar uma interpretação abrangente da realidade brasileira, como Gilberto Freyre, Caio Prado, Fernando Azevedo e outros.” Além disso, para o autor, a participação mais efetiva do Estado na política cultural, a partir da década de 1930, seria outro fator de dinamização desse processo no país. (FALCÃO, 1984, p. 21).

A realidade brasileira, porém, teve nas contradições entre a preservação e práticas urbanas o descompasso e a ausência de legislações que adequassem centralizadamente suas políticas, e que permitissem dinamismo sobre as especificidades de cada situação. Fonseca (1997), buscando acompanhar a trajetória da política federal de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, remonta de maneira peculiar como a defesa dos bens nacionais tem no movimento modernista brasileiro a sua gênese. Depois se desenvolvendo gradativamente a partir da institucionalização da proteção ao patrimônio nacional, com a criação do SPHAN em 1937.

“(…) As primeiras tentativas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional seriam, portanto, conduzidos pela realidade cultural da época, seguindo, sobretudo, referências europeias, quando quase que de maneira exclusiva, focadas em edifícios e obras particularizadas, onde apenas algumas poucas cidades, de comprovada, relevante e preservada área histórica seriam salvaguardadas como patrimônio nacional.” (FONSECA, 1997, p. 249).

Falcão (1984), conjecturando a respeito desse período, parece ser consensual com Fonseca (1997) em afirmar que ao longo das décadas seguintes a 1920 e 1930, as políticas associadas à defesa patrimonial passam por sérios entraves²⁶. As dificuldades apontadas são decorrentes de um amplo leque de fatores e alguns deles assentar-se-iam sobre a plena legitimidade de bens pertencentes a diferentes grupos e classes sociais, outros sobre bens intangíveis, como manifestações folclóricas, músicas, superstições populares e uma gama de hábitos, fazeres, costumes, passavam longe das práticas preservacionistas ou leis formais, como o Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 (que tratava mais amplamente das categorias e obras históricas e de artes que mereciam ser preservadas). Nesse sentido, apesar dos avanços institucionais e da prática preservacionista de monumentos, obras e estruturas artísticas, “a política federal

²⁶ O IPHAN, segundo Falcão (1984, p. 27) “(…) deveria responder a pelo menos três desafios. Primeiro, ao desafio político de estimular e canalizar a participação social na preservação cultural. Segundo, ao desafio ideológico de identificar e forjar um ‘patrimônio cultural brasileiro’ (diferenciado em relação às experiências européias e norte-americanas, e ao mesmo tempo representativo da complexidade e heterogeneidade da cultura brasileira). Finalmente, ao desafio administrativo de cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente.”

de preservação (...) se reduziu praticamente à política da preservação arquitetônica do monumento de pedra e cal.” (FONSECA, 1997, p. 128).

Com isso, evidencia-se que a condição material do bem era determinante para o tombamento, elaborado praticamente em função de critérios artísticos do que propriamente históricos. Fonseca (1997, p. 128), por meio de diversos levantamentos documentais e de inscrições no Livro de Belas Artes e do Livro Histórico do SPHAN, delineou resumidamente as características e critérios dos tombamentos na fase “heroica”, período que na análise de Gonçalves pode ser compreendido como de grande esforço de institucionalização dos organismos de defesa patrimonial, em busca de uma causa que justificasse o patrimônio cultural brasileiro.

Aspectos relevantes do enfoque preservacionista do SPHAN - 1937 até o fim da década de 1960

1	O principal instrumento de legitimação das escolhas realizadas era a autoridade dos técnicos, sendo desnecessário formular justificativas mais elaboradas.
2	Prevaleceu nitidamente uma apreciação de caráter estético, baseada nos cânones da arquitetura modernista.
3	A consideração do valor histórico dos bens não era objeto de maior atenção, a não ser relativamente à autenticidade das fontes.
4	Na verdade, a prioridade era assegurar a proteção legal dos bens através de sua inscrição nos livros do tomo, ficando em segundo plano a questão do critério nas inscrições.

Quadro 2: Características e critérios dos tombamentos na fase “heróica”, evidência do enfoque preservacionista em pedra e cal. Reproduzido de Fonseca (1997, p. 128), organizado pelo autor, 2010.

Deve-se destacar que da formação do SPHAN houve a criação de livros do tomo: (1) Livro do Tombo das Artes Aplicadas; (2) Livro do Tombo das Belas Artes; (3) Livro do Tombo Histórico e, destacadamente, (4) o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Este último, como atesta Ribeiro (2007, p. 89) tomando a paisagem como referência, mas no período abordado, a partir de critérios “como panorama ou vista e como ambiência do bem protegido”, segundo as mesmas variáveis e recomendações explicitadas na Carta de Atenas. Nesta concepção, “(...) a preocupação é proteger as perspectivas notáveis e a vegetação nativa constituidoras da ambiência do bem.” (RIBEIRO, 2007, p. 90).

Síntese referencial cronológica da política de preservação no Brasil até o fim da década de 1960

1936	Mário de Andrade elabora anteprojeto para criação de um serviço federal de proteção patrimonial.
	O SPHAN começa a funcionar provisoriamente, sob direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade.
1937	É promulgado em 30 de Novembro de 1937 o Decreto-lei n.º 25, que cria o SPHAN e regulamenta o instituto do tombamento.
1941	É promulgado o Decreto-lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941, que cancela o ato de tombamento pelo Presidente da República.
1946	O SPHAN passa a ser denominado de Departamento do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (DPHAN).
1961	É promulgada a Lei n.º 3.924, de 26 de setembro de 1961, que dispõe sobre a proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos.
1967	Renato Soeiro assume a direção do SPHAN.
1968	Criação no estado de São Paulo do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT.
1970	Reunião de governadores trata da questão do patrimônio histórico e artístico nacional, além de redigir ao documento “Compromisso de Brasília”.
	O DPHAN se transforma em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Quadro 3: Cronologia da política patrimonial brasileira em sua fase heroica, conforme Fonseca (1997). Adaptada pelo autor, 2010.

Com o fim década de 1970 e no transcorrer de 1980, as propostas de unificação entre os principais organismos de reflexão e ação sobre a temática patrimonial, o Centro Nacional de Referência Cultural e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNRC e SPHAN)²⁷, “(...) contribuíram para provocar um proveitoso processo de discussão dos critérios de valoração até então aceitos sem maiores discussões (...)” (FONSECA, 1997, p. 251). Numa síntese dessa fusão, Falcão (1984, p. 33) consegue elucidar a articulação de diferentes variáveis que passavam então a compor o debate teórico da política e a prática federal de defesa patrimonial a partir de um conceito de emergente nesse processo:

“A noção de cultura enquanto processo cultural compõem-se basicamente de dois elementos: o elemento continuidade e o elemento heterogeneidade/complexidade. O primeiro transforma o processo cultural em processo histórico. O segundo o situa numa nação geográfica, étnica, social, e tecnologicamente diversificada e paradoxal. Assim, a cultura é processo, processo histórico, contínuo, heterogêneo e complexo. Seu conteúdo ideológico está nas contínuas intervenções (no caso intervenção do Estado) que tendem a reduzir a heterogeneidade e complexidade e a ressaltar como sendo a identidade cultural de uma nação, o que é apenas um dos inúmeros traços ou ‘identidades’

²⁷ Para Falcão (1984, p. 32-33), “a transferência do CNRC para o IPHAN resulta da conjugação de duas ordens de fatores. Primeiro, a continuação, no governo de João Figueiredo, do processo de abertura política, viabilizando, dentro do Poder Executivo, espaços institucionais para novas políticas públicas. Segundo, a continuação da experiência do CNRC exigia uma consolidação institucional.”

culturais. Só a continuidade desse processo permite às gerações se darem conta tanto de seu caráter acumulativo quanto das omissões, deturpações e reduções ideológicas a que ele está inevitável e contingencialmente submetido. E por se dar conta dessas reduções é que a atitude diante deste processo não é de submissão ou passividade. O patrimônio cultural a preservar sempre será “refeito” no presente. A preservação de hoje não é determinada por uma interpretação fixa do patrimônio passado. Preservar não é homenagear um passado imóvel. É tarefa mais complexa, dinâmica e abrangente.” (FALCÃO, 1984, p. 33)

Ribeiro (2007, p. 90) explica que no tocante a utilização do conceito de paisagem como critério de tombamento houve tentativas expressivas de superação das referências anteriores, em formas ampliadas e integradoras, “(...) mas que, muitas vezes, esbarraram nas dificuldades de execução da Instituição”.

Os conceitos de centro histórico e entorno, que até então se aplicavam aos tombamentos pela concentração de uma expressiva quantidade de bens excepcionais ou monumentais numa determinada área, passam a ser aplicados pela significação ou representatividade de um povo. Parafraseando Fonseca (1997, p. 230) “(...) a história das cidades não se resume mais à história de sua arquitetura, mas abrange todas adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente, de modo a adequá-lo a seu projeto”²⁸. Mudança fundamental, mas que ao mesmo tempo, gerava um conjunto de dificuldades, principalmente no delineamento das áreas de entorno. Dificuldades que residem basicamente, com explica Fonseca (1997, p. 231) na “compreensão do que seja o entorno de um bem tombado”, já que a orientação “(...) centrada no conceito de visibilidade, implica mais ainda que a anterior na colaboração dos moradores para ser implementada”.

Sob a ótica das narrativas nacionais, Gonçalves (2002, p. 38) considera o final da década de 1970 como início do segundo momento da política nacional do patrimônio cultural. Associada ao nome de Aloísio Magalhães “(...) e ao processo

²⁸ De maneira mais detalhada, a autora supracitada descreve que “(...) essa linha de interpretação é muito recente na instituição, e suas consequências práticas, em termos de mudanças na valoração de bens e nas condutas visando à proteção – que deixam assim de ser tarefa exclusiva de arquitetos – ainda não podem ser avaliadas. Quanto ao entorno dos monumentos, na legislação brasileira é feita caso a caso, ao contrário da França, onde o perímetro é fixado por lei em 500 metros. Como a própria noção de entorno evoluiu da idéia de inicial de preservar a visibilidade do bem para a de garantir a manutenção de uma ambiência, a definição desse entorno tornou-se uma questão bem mais complexa. Também nesse caso, a abordagem exclusivamente arquitetônica é hoje insuficiente, sendo imprescindível o recurso de outros especialistas.” (FONSECA, 1997, pp. 230-231).

de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural, que sob sua liderança, se desenvolveu desde os anos 70”.

Cardoso (2007, p. 77) evidencia os avanços na importância atribuída no período militar ao patrimônio histórico e cultural brasileiro, ainda que essas ações estivessem enraizadas nos ideais desenvolvimentistas comuns a essa fase. Todavia, o grande marco histórico do Brasil na década de 1970 estaria na aprovação do Decreto-lei n.º 74, de 30 de junho de 1977, que legislava sobre a inserção nacional da política de preservação internacional, por meio da adoção do “(...) texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (realizada pela UNESCO em Paris, de 17 a 21 de novembro de 1972) (...)” (CARDOSO, 2007, p. 77).

Para além do marco legal, o segundo período da política nacional do patrimônio cultural não se relaciona a ações ou propostas unilaterais, mas do próprio contexto por qual passava a dimensão de patrimônio, em que a Carta de Veneza (1964) talvez seja um dos documentos mais reveladores.

“Aloísio amplia a noção de ‘patrimônio cultural’ de modo a incluir elementos que não se restrinjam à categoria de arte e arquitetura colonial brasileira. Para ele, monumentos e obras de arte são considerados como um tipo especial de bens culturais – ‘bens patrimoniais’ – que são primordialmente associados à ‘alta cultura’ e ao passado histórico e artístico. Eles devem merecer, segundo Aloísio, tanta atenção quanto quaisquer outros bens culturais, mas não deveriam ser privilegiados numa política nacional de patrimônio cultural. Diferentes formas de ‘cultura popular’ e opostas à assim chamada alta cultura: arte e arquitetura popular; diferentes tipos de artesanato; religiões populares; culturas étnicas; esportes; festas populares etc. Esses bens culturais são valorizados não por uma suposta exemplaridade, mas como parte da vida cotidiana e como formas de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira. Essa visão pluralista e, de certo modo ‘antropológica’ do Brasil é, então, por Aloísio e seus colaboradores com um instrumento fundamental no processo de democratização política e sociocultural da sociedade brasileira (Magalhães, 1984; 1985; Falcão, 1984).” (GONÇALVES, 2002, p. 54).

Na década de 1980 Cardoso (2007) ressalta a importância do fim do período militar, a democratização do país e, sobretudo, a “consagração da ação popular” com a possibilidade de ação nos processos decisórios sobre o tombamento e preservação de seus bens históricos e culturais mediante a nova

Constituição Federal de 1988²⁹ (BRASIL, 1988), por meio do inciso LXXIII, do artigo 5º, do Título dedicado dos Direitos e Garantias Fundamentais, como também da inserção do Artigo 216 que amplia o conceito de patrimônio cultural, abarcando entre outros elementos, a preservação dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico. O autor ainda ressalva pontos e marcos importantes desse contexto durante a década de 1990, como a transformação do Ministério da Cultura em Secretaria da Cultura pelo governo Collor de Melo, situação revertida posteriormente (CARDOSO, 2007, p. 77).

Esse segundo grande período da política nacional de preservação patrimonial no Brasil (1970-1990) é sintetizado por Fonseca (1997, p. 280) pelos seguintes acontecimentos e fatos:

Fase moderna das instituições e políticas nacionais para o patrimônio

1971	Reunião com governadores e elaboração do documento “Compromisso de Salvador”
1973	Criação do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas
1975	Elaboração, no MEC, do documento “Política Nacional de Cultura” Criação do CNRC Promulgação da Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975, que torna obrigatória a homologação de tombamentos e de cancelamentos realizados no âmbito do IPHAN pelo MEC
1976	Aprovação do regimento interno do IPHAN; Renovação do convênio do CNRC
1979	O PCH é integrado ao IPHAN Realização do Seminário de Ouro Preto, inaugurando diálogo com as populações dos Centros Históricos Tombados Criação no MEC do SPHAN e da Fundação Nacional pró-Memória (FNMP)
1980	A cidade de Ouro Preto é inscrita na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO
1981	Criação da Secretaria da Cultura (SEC) do MEC. A SPHAN e a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) transformam-se em subsecretarias Elaboração, em seminários da SEC, do documento “Diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC”
1982	A cidade de Olinda é inscrita na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO
1983	As Ruínas de São Miguel das Missões são inscritas na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO
1985	Extinção da SEC e criação do Ministério da Cultura (MinC) Criação, no âmbito do Ministério de Cultura, da SPHAN e da SAEC Elaboração do documento “Compromisso Cultural da Nova república” Seminários realizados pelo MinC em Brasília resulta no documento “Política Cultural” O Centro histórico de Salvador e o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo (MG), são inscritos na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO

²⁹ “Foi somente a partir da Carta de 1988 (Constituição Federal), que ocorreu a consagração da ação popular enquanto instrumento de proteção do ambiente cultural, prevendo que todo e qualquer cidadão pode agir em defesa do patrimônio, quando estiver ameaçado. Conforme previsto no inciso LXXIII, do artigo 5º, do Título dedicado dos Direitos e Garantias Fundamentais (...).” (CARDOSO, 2007, p. 77).

1986	Aprovação dos Estatutos da SPHAN e da FNPM O Parque do Iguaçu é inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO
1987	O Plano-Piloto de Brasília é inscrito na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO
1988	Promulgação da CF do Brasil, artigos 215 e 216 referem-se diretamente à cultura Criação da Fundação Cultural Palmares O Conselho Consultivo do SPHAN passa a opinar também quanto ao arquivamento de processos de tombamento
1990	Extinção do MinC e criação da Secretaria de Cultura, vinculada à Presidência da República Extinção da SPHAN e da FNPM e criação Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) Extinção do Conselho Consultivo do SPHAN

Quadro 4: Cronologia da política patrimonial brasileira em sua fase moderna, conforme Fonseca (1997). Adaptada pelo autor, 2010.

Também destaca como saldo do período entre o governo Sarney (1986-1990), Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco (1990-1992; 1992-1994) a aproximação do Estado e da iniciativa privada no planejamento e gestão do patrimônio nacional por meio da Lei Rouanet (Lei 8.313/91) e então do Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC). Grandes investimentos na Lei Rouanet durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) incentivaram uma participação mais efetiva de mecanismos privados na política cultural, isentando de impostos em muitos casos, por exemplo, patrocinadores de projetos culturais (CARDOSO, 1997, p. 81).

Na mesma gestão deve-se ainda destacar a criação do programa Monumenta, que visa conforme seu Regulamento Operativo “a) preservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal; b) aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio; e c) aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e o estabelecimento de critérios para implementação de prioridades de conservação. O objetivo de curto prazo do Programa é aumentar a utilização econômica, cultural e social das Áreas de Projeto³⁰ (BRASIL, 2006, p. 10 *apud* COSTA, 2009, p. 193).

Esse momento dá gênese à recente fase da política nacional de preservação patrimonial, ainda que “os instrumentos de proteção continuaram praticamente os mesmos: o tombamento para bens imóveis e os museus para a

³⁰ Para uma análise crítica e mais aprofundada do Programa pode ser encontrada em Costa (2009, p. 191) e Taddei Neto (2003), que oferecem visões adversas sobre as referências teóricas e práticas do Monumenta.

guarda dos bens móveis. A pesquisa de outras formas de proteção, apesar de ser reconhecida como imprescindível, ainda está por ser feita” (FONSECA, 1997, p. 252).

Como ela, Joaquim Arruda Falcão (1984, p. 33) também sinaliza graves problemas nas políticas patrimoniais das últimas décadas, como a redução do patrimônio histórico e artístico nacional à etnia branca, à elite vitoriosa, ao “mimetismo estrangeiro”, carecendo de programas ligados ao patrimônio histórico e cultural das etnias negras, das camadas populares e, por último, programas visando identificar aspectos comuns à diversidade nacional.

Ainda mais recentemente, Fonseca (1997, p. 256) também estabelece um conjunto de críticas no processo de tombamento, consciência e preservação do patrimônio histórico nacional: como a dificuldade do patrimônio representar a diversidade cultural brasileira, sobretudo pela forma que ainda é realizada a seleção de bens a serem salvaguardados e por políticas públicas defasadas, centralizadas e pouco democráticas.

“Essa nova conjuntura tem impacto sobre as políticas culturais, que passam a buscar legitimação, sobretudo na idéia de direitos culturais. Nessa nova perspectiva, não tem mais sentido que os agentes institucionais se considerem os únicos porta-vozes dos interesses da sociedade; esta por sua vez, vê na sua capacidade de organizar-se e de encaminhar suas demandas – sejam elas na área econômica, social ou cultural – o caminho para o exercício da cidadania.” (FONSECA, 1997, p. 256).

Para além do próprio tombamento, outra questão, não menos importante, refere-se à apropriação dos bens culturais. Sendo que é esta apropriação do patrimônio cultural que dá sentido e representatividade a nação como uma “entidade individualizada” (GONÇALVES, 2002, p. 79). Onde sua ativação como mecanismo para o empoderamento das populações sobre seu legado cultural, cumpre “(...) a mesma função ideológica contida no conceito de etnicidade” (CASTRO, 2012). Trata-se, assim, de uma das questões mais atinentes da pesquisa aplicada, exposta nos capítulos quatro e cinco. E em que o poder local, no conjunto com as instituições ligadas à cultura e o patrimônio cultural no plano estadual, tem destacado papel neste processo.

2. 7. O CONDEPHAAT no estado de São Paulo

No estado de São Paulo é criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), por meio da Lei nº 10.247, de 22 de Outubro de 1968. O conselho foi instituído com a finalidade de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no estado de São Paulo.

Estas atribuições foram confirmadas, em 1989, pela Constituição do Estado de São Paulo, Artigo 261, deliberando que o “Poder Público pesquisará, identificará, protegerá e valorizará o patrimônio cultural paulista, através do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo” (CONDEPHAAT, 2010).

O CONDEPHAAT será desde então o organismo responsável pelas ações e a política estadual de preservação do patrimônio histórico e cultural em São Paulo. Tomando como referência, no entanto, a própria política nacional legitimada pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988. Ainda assim, vinculado a Secretaria de Cultura de São Paulo, ele se desenvolve por caminhos próprios, segundo os decretos em nível da própria escala do estado.

Sua estrutura baseia-se em um conselho formado por representantes de diversas entidades (entre as quais secretarias estaduais, entidades de classe e universidades), que se reúnem periodicamente para deliberar sobre os processos que lhe são apresentados, relativos ao patrimônio cultural do Estado de São Paulo. Conta ainda com uma seção técnica e executiva, que é a Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), uma das Coordenadorias da Secretaria de Estado da Cultura. A UPPH conta ainda com um Grupo de Estudos de Inventário e Reconhecimento do Patrimônio Cultural e Natural, além de um Grupo de Conservação e Restauro de Bens Tombados. “Nos dois grupos trabalham sobretudo arquitetos e historiógrafos. Além disso, a UPPH tem um Núcleo de Apoio Administrativo e uma Assistência Técnica de apoio direto à Coordenadoria da Unidade.” (CONDEPHAAT, 2010).

“Com o Decreto no 50.941, de 05/07/2006, o CONDEPHAAT passa a ter nova estrutura. Esta é a oportunidade para a realização de mudanças. Agora organizado em torno de um eixo central que coordena duas diretorias, por sua vez responsáveis por dois grupos de trabalho, o resultado é um órgão chefiado por uma equipe articulada de seis técnicos. Ótimo para criar sinergia entre a experiência de especialistas e

doutores nas mais variadas áreas do conhecimento afim ao patrimônio histórico. A estratégia a ser adotada é a abertura do Condephaat para diálogo e ação conjunta com a sociedade, sejam prefeituras dos municípios e outras instâncias públicas do estado, sejam instituições civis representativas ou conselhos locais. A idéia é montar uma política pública de preservação do patrimônio, na qual o município exerça papel fundamental na manutenção das características históricas da ocupação urbana e rural, por meio de leis locais e planos diretores integrados. Que os benefícios oriundos deste empreendimento possam ser sentidos em breve.” (CONDEPHAAT, 2010).

Dentre os elementos protegidos pela instituição, devem-se destacar aqui os centros de cidades históricas, que mantiveram estruturas antigas e cuja população reluta para sua conservação. Em São Paulo, o CONDEPHAAT tombou oito áreas centrais urbanas de relevante valor histórico-cultural: Itu (2003), Bananal (1991), Cananéia (1969), Iguape (1975), Iporanga (1981), Santana de Parnaíba (1982), São Luiz do Paraitinga (1982) e São Sebastião (1971). Estas representam conjuntos arquitetônicos de exímia importância para a apreensão da realidade cultural brasileira, mas sobretudo da formação histórica e geográfica do território paulista. Demonstram, justamente, as mudanças na concepção de valor sobre o patrimônio que, a partir da década de 1960 no Brasil, vão incorporando uma gama cada vez maior de elementos passíveis de preservação.

É nesse panorama em que se inserem os centros históricos urbanos e onde a pesquisa passa a trabalhar as teorias patrimoniais, suas propostas reguladoras em diversas escalas, bem como com o estudo específico do caso da cidade de Itu, de ampla representatividade deste contexto no interior de São Paulo.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO ESPACIAL DA REGIÃO DE ITU

Não tão suntuosas quanto às cidades e os elementos do interior de Minas Gerais ou da região nordestina, os antigos sítios urbanos dos povoados paulistas tiveram funções não menos importantes historicamente para o processo de consolidação da matriz territorial brasileira.

O estudo de caso do centro histórico do município de Itu, localizado a 90 quilômetros a oeste da cidade de São Paulo e possuindo uma das aglomerações mais antigas do estado, revela ricas possibilidades de compreender os modelos de urbanização ligados a um plano de escalas mais amplas, como também sobre as disputas e conflitos gerados pela amplitude e diversidade cultural de sua população e dos elementos que a representa numa determinada estrutura social.

Sem entrar no mérito do debate sobre a narrativa histórica³¹ efetuada para a caracterização da área estudada, já que esta se sustenta em conteúdos de origem secundária, este capítulo busca situar a morfologia e evolução urbana de Itu desde 1610 até a emergência da questão patrimonial na cidade, por volta da década de 1970. Não se trata, portanto, de uma nova interpretação analítica da constituição da cidade, tão pouco a narrativa ou criação de novas teorias sobre a formação dos bens e elementos culturais do local. Mas, sobretudo, de um aporte ao entendimento dos aspectos históricos e geográficos de sua gênese e

³¹ Conforme Gonçalves (2002), o debate travado por diversos autores no âmbito das narrativas históricas (procedimento metodológico capaz de materializar imaginações de realidades humanas sob o aporte do discurso teórico baseado na cultura) evidencia uma simulação alegórica sobre o tratamento do patrimônio cultural. Mesmo a preocupação do autor efetuando-se sobre uma escala nacional, a narrativa pode evidenciar também em outras perspectivas espaciais "(...) uma mediação simbólica entre linguagem e experiência, entre o passado ou a identidade nacional e os indivíduos que compõe a nação. E o fazem enquanto se configuram como a própria categoria do real. No entanto, para que cada um desses pormenores desempenhe essa função mediadora eles devem estar, de certo modo, marcados pela ambigüidade: estão, ao mesmo tempo, na narrativa e fora dela; representam a realidade e, ao mesmo tempo, são supérfluos, uma vez que elas poderiam continuar sem eles; tornam a narrativa possível, ao mesmo tempo em que negam a sua possibilidade; eles são e, simultaneamente, não são estando divididos contra si mesmos." (2002, pp. 29-30). Gonçalves avança neste sentido para o entendimento mais amplo sobre como o valor autenticidade é produzido sobre o patrimônio cultural a partir das narrativas de diversos intelectuais brasileiros ao longo das últimas décadas. Sem dúvida, o tratamento destes pontos nos permite apreender a diversidade ideológica e os sentidos da construção valorativa de identidades, avançando para o plano nacional, regional e local, pensando as articulações das múltiplas escalas espaciais.

transformação ao longo de diferentes regimes de tempo e da sua articulação produtiva com outras escalas espaciais.

Consciente da dificuldade que permeia uma leitura totalizante da realidade, principalmente no caso de uma cidade que alcança quatro séculos de história moderna, a sua síntese foi o meio delineado para retratar em poucas páginas algumas questões norteadoras. Ainda que haja ampla dificuldade no estabelecimento de linhas divisórias entre diferentes processos de tempo, bem como a generalização dos fenômenos em diferentes perspectivas geográficas, a periodização favoreceu o reconhecimento da existência de rupturas e de resistências, das descontinuidades e permanências, de uma história não linear ou cíclica puramente e de uma geografia complexa ligada aos múltiplos condicionantes estruturais.

As periodizações históricas são ferramentas fundamentais na análise sobre a influência ou hegemonia de um ou outro fenômeno sobre um dado objeto ao longo do tempo. Os contextos, ciclos, processos, sempre cerceiam seu poder de ação sobre a formação territorial a partir de diferentes perspectivas e escalas geográficas. Milton Santos esclarece que “a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo. A cada momento da história local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal” (SANTOS, 1985, p. 22).

“A história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento. O movimento da sociedade é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre a diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias – sempre, porém, inexoravelmente umas às outras.” Milton Santos (1985, p. 53).

Como condição de análise do espaço geográfico, uma das variáveis necessárias de sua apreensão é o contexto histórico em que estas categorias estão submetidas pela cultura humana. Subsidiando nosso pensamento Endlich (2006, p.13) aponta que “(...) as considerações teóricas alteram-se conforme as

dimensões espaço-temporais, por isso deve-se considerar o período histórico.”³² Assim é que situamos os lugares historicamente concebidos, para que se possa objetivamente abordar o caso específico num plano de estruturas sociais mais amplas, como questões que permeiam o próprio modo de produção, ou o sistema cultural de determinada época, de localização própria e em comum com outros lugares.

A determinação, no entanto, de períodos de tempo é baseada em critérios arbitrários, dependentes dos anseios e propósitos tanto da investigação científica quanto do investigador. A relevância de sistematização do processo histórico, como nos indica Santos (1985, p. 19), justifica-se demonstrando que o presente só pode ser bem compreendido com o apoio incondicional do passado.

3. 1. O comércio internacional em grande escala, o Brasil colônia e a formação do núcleo de Utu-Guaçu

Enquanto pressuposto de uma abordagem histórica e geográfica da formação das cidades e buscando especificamente compreender o surgimento e a natureza do núcleo colonial de Itu, Santos (1985, p. 23) esclarece que na fase moderna de nossa história seriam cinco fases ou sucessões de períodos que interessariam diretamente aos estudos contemporâneos. Estes relacionados aos aspectos dos “sistemas espaço-temporais” condicionantes à apreensão das diferenças entre os lugares no mundo subdesenvolvido: a primeira seria a do comércio em grande escala (a partir dos fins do século XV até mais ou menos 1620); o segundo seria o período manufatureiro (1620-1750); o terceiro vinculado ao fenômeno da Revolução Industrial (1750-1870); já o quarto poderia ser entendido como o período industrial (1870-1945); enquanto o quinto e último considerado pelo desenvolvimento tecnológico. Esta classificação é realizada pelo autor a partir das grandes inovações técnicas humanas e, portanto, na alteração da estrutura produtiva.

³² “Cada período poderá ser delimitado no tempo pelo que se chamará regime, isto é, o pedaço de tempo ou duração, no qual, em torno de um dado tipo e forma de produção, formas materiais e não materiais de vida se mantêm mutuamente integradas com o processo produtivo.” (SANTOS, 1985, p. 73).

“Estudada deste ponto de vista, essa periodização é capaz de explicar a história e as formas de colonização, a distribuição espacial dos colonizadores, a dispersão das raças e línguas, a distribuição de tipos de cultura e as formas de organização agrícola, os sistemas demográficos, as formas de urbanização e de articulação do espaço, assim como os graus de desenvolvimento e dependência. A periodização fornece, também, a chave para entender as diferenças, de lugar para lugar, no mundo subdesenvolvido.” (SANTOS, 1985, p. 23).

A referência de Palen (1975, p. 49) torna-se esclarecedora por permitir o entendimento dos pré-requisitos necessários para que esses fenômenos se concretizassem. Primeiro, a retomada do mar Mediterrâneo, a descoberta de novas técnicas e rotas, continentes e entrepostos comerciais nos séculos XIV, XV e XVI deram novo sentido à vida e a sociedade europeia. Antes, porém, é decorrente a influência árabe sobre os pequenos povoados e cidades da Europa. A produção agrícola determina o comércio desenvolvido, a localização e a centralização do poder político e econômico tornam-se condicionantes de um dinamismo capaz de subsidiar inovações técnicas, sobretudo da navegação e do descobrimento de novas rotas e mercados potenciais³³. Ainda que seja tênue uma delimitação efetiva de tempos e períodos, o fato é que isso tudo contribuiu para o primitivo enriquecimento das cidades europeias, principalmente daquelas que serviam de entrepostos estratégicos para o comércio e a navegação. “As cidades assim enriquecidas podiam, com meios maiores dedicar-se a uma atividade que permitirá a instalação do segundo período, o da manufatura.” (SANTOS, 1985, p. 25).

³³ “A esse período corresponde o aumento da capacidade de transporte e de comércio, que substituem a agricultura como fator essencial do sistema. O comércio ampliado induz uma manufatura mais intensiva e é o responsável pela criação nas Américas, de ‘espaços derivados’, por intermédio das culturas de cana-de-açúcar, do fumo e, posteriormente, do algodão, cuja produção começa a ter efeitos sobre os lucros obtidos pelos diferentes países europeus.” (SANTOS, 1985, p. 25). Para Furtado (1971, p. 5), preocupado em entender os fatores econômicos da formação territorial brasileira, esse momento revela um processo em que “(...) o comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas. O restabelecimento dessas linhas, contornando o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade desse século.” (FURTADO, 1971, p. 5).

Afim de melhor compreender a gênese e estruturação das grandes empresas comerciais européias ver: PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

Sob a égide da economia política de expansão colonial é que decorre de forma efetiva a conquista dos territórios americanos, num primeiro momento pelos países ibéricos e depois pelos anglo-saxões. Com cidades e elementos culturais novos, mesmo e inclusive com algumas técnicas de construção e agricultura mais avançadas, os povos ali inseridos nesse período foram subjugados e incorporados ao sistema pré-capitalista europeu. Esse período vai se organizar, conforme Santos (1985, p. 25), “ao redor do Mar do Norte e do Báltico, de tal maneira que a Espanha e Portugal, que haviam sido os polos do sistema na fase precedente, terminam por se encontrar na periferia do novo sistema, ainda que guardem relações privilegiadas, como ‘relé’ em relação à América Latina”. Os reflexos e resultados do desenvolvimento manufatureiro podem ser observados, em alguns casos, no próprio êxito da empresa agrícola nas colônias americanas, como no caso do Brasil³⁴.

Alicerçado sobre uma estrutura econômica exclusivamente extrativista, o Brasil, desde sua colonização, serviu de fonte para alimentar os anseios das metrópoles europeias. Não obstante com as baixas margens de lucro do pau-brasil e com a decadência das minas, projetou-se desenvolver atividades agrícolas que satisfizessem o modo produtivo capitalista em pleno desenvolvimento, concretizando de vez a ocupação do território brasileiro na forma de colônia e engendrando transformações nas técnicas de produção, bem como sobre a divisão do trabalho social.

Esse avanço na forma de organização da produção, não irá, pois, revolucionar as bases técnicas até então predominantes. Para Oliveira (2003, p. 39), as vantagens de organização da manufatura derivaram de seu caráter geral de cooperação, baseada numa efetiva e disciplinada divisão do trabalho. No entanto, ainda destaca que a divisão do trabalho não exigirá do trabalhador

³⁴ “Um conjunto de fatores particularmente favoráveis tornou possível o êxito dessa primeira grande empresa colonial agrícola europeia. Os portugueses haviam já iniciado há algumas dezenas de anos a produção, em escalas relativamente grande, nas ilhas do Atlântico, de uma das especiarias mais apreciadas pelo mercado europeu: o açúcar. Essa experiência resultou ser de enorme importância, pois, demais de permitir a solução dos problemas técnicos relacionados com a produção do açúcar, fomentou o desenvolvimento em Portugal da indústria de equipamentos para os engenhos açucareiros. Se se têm em conta as dificuldades que se enfrentavam na época para conhecer qualquer técnica de produção e as proibições que havia para exportação de equipamentos, compreende-se facilmente que, sem o relativo avanço técnico de Portugal nesse setor, o êxito da empresa brasileira teria sido mais difícil ou mais remoto.” (FURTADO, 1971, p. 9).

conhecimentos mais aprofundados do processo de produção e, portanto, “(...) essa desqualificação do trabalho representa redução do valor da força de trabalho, e uma vez mais a manufatura aparece como meio de incrementar o trabalho excedente.” (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

O território onde está inserido o atual município de Itu passa a ser colonizado pelos portugueses entre o final do século XVI e meados do século XVII, por meio das diversas incursões prospectivas realizadas nas adjacências ao longo do rio Tietê³⁵. Situada numa faixa de transição geomorfológica, esta área em particular apresentava grandes dificuldades de navegação, acarretando a necessidade de paradas obrigatórias e a realização de muitas etapas do trajeto por terra, às margens do rio. Destas paradas e pousos é que se criam as condições primitivas de ocupação e povoamento. Nardy Filho (1999, pp. 34-35) explica a fundação do núcleo de Ytú-Guassú (derivado de Utu-Guaçu, antiga nomenclatura de Itu, que significa queda d'água ou cachoeira em tupi-guarani) realizada por dois bandeirantes, que erguem uma capela no local e dão início a cidade.

“Em começo do anno 1610 Domingos Fernandes e seu genro Christovam Diniz, deixando a villa de Parnahyba onde residiam com os seus, vão aos campos do Pirapetinguy e no lugar denominado Ytú-guassú, lugar assim denominado porque dahi, partindo da estrada das monções seguia o caminho dos índios que ia ao grande salto do antigo Anhemby, e ahi, no entrocamento desses dous caminhos, levantaram uma capela dedicada a Nossa Senhora da Candelária.”(...) Foi, portanto a capella fundada por Domingos Fernandes a verdadeira origem da actual cidade de Ytu.” (NARDY FILHO, 1999, p. 34-35).

Em paralelo, neste mesmo período, resultante da acumulação primitiva, sobretudo das riquezas expropriadas de suas colônias, verifica-se na literatura uma especialização aprofundada do trabalho na Europa. Sob esse ponto de vista, a manufatura prepara e subsidia não apenas o ambiente próprio ao desenvolvimento da produção industrial, mas ajusta o próprio trabalhador a condições ideais de desempenhar funções fragmentadas no processo de

³⁵ Segundo Toscano (1981, p. 13), “a feição básica da cidade já se determina entre 1557 e 1607 com as sucessivas investidas coloniais pelo Tietê em busca das populações indígenas. Sua evolução está ligada a fatos que se desenrolam nas proximidades, como a fundação de missões jesuíticas, movimento de embarque no “Porto de Pirapitingui” para expedições rumo ao sertão, instalação de famílias de colonos e seus agregados.

produção. Porém, a limitada base técnica da manufatura vai impor limites ao controle do capital no processo de trabalho e produção. Essa estrutura produtiva ainda comportava elementos arcaicos. Não rompia, portanto, com aspectos do artesanato feudal, nem com os da agricultura colonial. Havendo relações de produção ainda baseadas no sistema de servidão ou escravismo, o modelo tornava-se insuficiente à expansão do capital comercial e produtivo, impedindo seu desenvolvimento e exigindo ações violentas na transformação da realidade colocada. Segundo Oliveira (2003, p. 52),

“(...) são determinantes desse processo a acumulação do capital no comércio, na usura e na manufatura, a formação do mercado mundial e o estabelecimento do sistema colonial, a política mercantilista e a ação do estado absolutista disciplinando o nascente proletariado e regulando salários. Entretanto, a síntese, o momento essencial da acumulação primitiva é representado pela dissociação entre o produtor e seus meios de produção, ou seja, pela expropriação dos produtores independentes.” (OLIVEIRA, 2003, p. 52).

No Brasil, todavia, ainda que o conhecimento de suas terras já emergisse em diferentes contornos pelo continente europeu, a exploração efetiva do Novo Mundo ainda mostrava-se dificultosa por diversas razões, dentre as quais se destacam a demanda ainda arcaica de um comércio de grande escala, o risco e os custos de expedições exploratórias a longas distâncias, a inviabilidade de povoamento e controle territorial, a carência de técnicas – ainda que, como já destacado anteriormente, estava em desenvolvimento a manufatura e, portanto, elevavam-se gradativamente as inovações técnicas na Europa. Todavia, ainda incapazes de contribuir nesse primeiro momento com o empreendimento colonial efetivo na América – e meios do estabelecimento de uma colonização que gerasse frutos econômicos expressivos³⁶.

³⁶ “A exploração econômica das terras americanas deveria parecer, no século XVI, uma empresa completamente inviável. Por essa época, nenhum produto agrícola era objeto de comércio em grande escala dentro da Europa. O principal produto da terra – o trigo – dispunha de abundantes fontes de abastecimento dentro do continente. Os fretes eram de tal forma elevados – em razão da insegurança dos transportes a grandes distâncias – que somente os produtos manufaturados e as chamadas especiarias do Oriente poderiam comportá-los. Demais, era fácil imaginar os enormes custos que não teria de enfrentar uma empresa agrícola nas distantes terras da América. É fato universalmente conhecido que aos portugueses coube a primazia nesse empreendimento. Se seus esforços não tivessem sido coroados de êxito, a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e – excluída a hipótese de antecipação na descoberta do ouro – dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América”. (FURTADO, 1971, p. 8).

No período anterior a fundação da vila de Itu, ao longo do século XVI, a política urbanizadora da coroa, conforme Godoy e Bray (2005) “(...) conteve-se em deter o crescimento urbano da colônia.” Sendo que estes primeiros núcleos eram estratégicos politicamente, tanto no domínio territorial, quanto entrepostos aos fluxos de mercadorias (GODOY; BRAY, 2005, p. 187).

A fundação de Utu-Guaçu representa uma característica comum dos primeiros núcleos de cidades no Brasil, em que a união entre Estado e Igreja “desempenhou papel fundamental na fundação e na elaboração de políticas urbanas” (GODOY e BRAY, 2005, p. 188). Mesmo que evidenciada a ligação entre ambos na gênese das primeiras cidades, segundo Murilo Marx (1991) este fato permaneceu esquecido, ou bastante desconsiderado entre nós. É certo que tanto a constituição das cidades, como das práticas urbanísticas realizadas, tiveram influência direta dos modelos praticados na península Ibérica. Portugal mesmo a par da cultura e práticas urbanísticas daquele período, não as desenvolveu a princípio em seu território, tão pouco em suas colônias.

Além destes, “(...) também a população estabeleceu e procurou oficializar novos povoados, não só acatando instrumentos normativos eclesiásticos, como utilizando-os para garantir e ampliar seu lugar ao sol” (MARX, 1991, p. 17). Já Pierre Deffontaines (1944, p. 299) compreende também que as primeiras cidades formadas no Brasil tiveram mais que objetivos econômicos propriamente, segundo ele “a cidade nasceu antes de uma necessidade de vida social, de se tornar à sociedade, de romper a monotonia da solidão do sertão; o sertanejo vem à cidade como nômade do deserto vem ao Oasis. A aglomeração aparece como uma reação contra o isolamento”.

A colonização da área vai sendo realizada gradativamente por meio da criação de novas capelas e conventos, de investidas militares e conflitos entre a população primitiva indígena e os novos colonizadores, marcando profundamente as raízes históricas do lugar³⁷. Durante este período torna-se entreposto estratégico na colonização do oeste paulista. Com características bastante peculiares (somadas às características físicas territoriais e pelo isolamento

³⁷ O primeiro volume da obra “Cidade de Itu”, de Francisco Nardy Filho, descreve em detalhes essa tensão e conflito na apropriação da terra indígena durante as primeiras investidas coloniais pela região de Itu.

regional em que a sociedade ali assentada passava a se organizar), inicia-se um arcaico e ainda prematuro desenvolvimento comercial agrícola, fornecendo insumos necessários ao projeto de apropriação territorial da América pelos portugueses.

O embrionário núcleo urbano tem nesse momento funções específicas de subsidiar atividades econômicas diretamente relacionadas a uma primitiva divisão territorial do trabalho. Atividades ligadas ao bandeirantismo e a comercialização de produtos alimentícios e de animais para o transporte de mercadorias são preponderantes. Toscano (1981, p. 13) assim nos indica que é entre 1597 e 1607 que a feição da cidade se constitui, com a instalação de famílias de colonos e agregados. Todavia, informações desse tempo são raras, e “embora sendo difícil a abordagem do período que corresponde à etapa inicial do povoamento até o início da grande lavoura, dada a escassez de informações e a falta de dados demográficos, as notícias sobre seus primitivos habitantes vêm da primeira metade do século XVII” (MESQUITA, 1977, p. 20). A cidade vai limitar-se a poucos moradores, ruas e casas. O elo de articulação territorial nesse primeiro momento se faz entre Santana de Parnaíba (a Leste) e o porto de Araraguaba, atual Porto Feliz (a Oeste), que também detinham funções praticamente semelhantes na rede brasileira de cidades primitivas.

O eixo central de povoamento então se iniciava numa área de interflúvio, entre os córregos do Guaraú e o Taboão, numa das cristas do Planalto Atlântico que avançam sobre a Depressão Periférica Paulista. O sítio urbano se desenvolveria a partir de sua antiga capela, onde hoje se localiza a igreja do Bom Jesus. “A partir daí já se pode pensar em ‘vila’ e ‘termos da vila’, ou seja, município, que abrigava 300 casas por volta de 1680. Considerada a ‘mais enobrecida, populosa e abastada’ das vilas da capitania, seu espaço urbano está estruturado em função dessa opulência e da sua função de sede da economia rural do município (...)” (TOSCANO, 1981, p. 15). Todavia, alguns relatos de viajantes que por ali passaram não estão de acordo com o quadro apresentado anteriormente por Toscano, sobretudo no final no século XVIII.

“A cidade é estreita, e muito alongada, compondo-se de algumas ruas paralelas, de pouca largura, mas bem alinhadas, que cortam outras ruas estreitas, em geral, e marginalizadas por muros e jardins. Nas ruas

principais, a frente das casas é calçada com largas pedras lisas e compactas; as demais não são calçadas, pelo que os transeuntes afundam os pés na areia do respectivo leito. As casas são pintadas de branco, e, em sua maioria, construídas de taipa; algumas, que podem passar por belas, tem um andar além do rés do chão, o maior número delas, porém é constituído por construções pequenas, baixas, e de muito má aparência.” (SAINT-HILAIRE, apud MESQUITA, 1977, p. 39).

É bastante duvidoso também o número de casas, que segundo Toscano (1981, p.15), ao final do século XVII, já contabilizava por volta de trezentas. Segundo ele mesmo “(...) a documentação, entretanto, é escassa e, o que estabelece realmente os referenciais são as ocupações maiores levadas a efeito pelas ordens religiosas.” (TOSCANO, 1981, p.17). De uma maneira ou outra, a carência de dados mais detalhados e precisos acerca dessa época, dificulta qualquer análise que possa condizer com a descrição apurada da realidade naquele período.

Assentados entre os vales do rio Tietê, nas vertentes e contrafortes do planalto cristalino e também alguns setores da bacia sedimentar do Paraná, os primitivos núcleos constituem-se hoje como referência ao entendimento da expansão e configuração territorial de São Paulo naquele período. Conforme Godoy e Bray (2003, p. 188), o empreendimento colonizador implicava justamente no desenvolvimento de uma expansão territorial calcada na maximização das possibilidades de exploração dos recursos naturais. Sendo assim,

“(...) somente no território paulista, nas antigas províncias de São Vicente e Santo Amaro, foram fundadas, entre 1610 a 1693, nove vilas: Mogi das Cruzes (1611); Santana de Parnaíba (1625); Taubaté (1645); Jacareí (1653); Jundiaí (1655); Guaratinguetá (1657); Itu (1657); Sorocaba (1661); e Iguape (1693) (...).” (GODOY e BRAY, 2003, p. 188).

Na primeira fase de ocupação territorial da América pelos europeus, o rio Tietê, em São Paulo, se transformaria na principal via de transporte aos mais longínquos pontos da colonização portuguesa. No entanto, as barreiras naturais dos contrafortes do planalto atlântico paulista, compostas de saltos e quedas d'água, bem como os entraves do avanço propiciados pela resistência indígena, além de outros fatores, como boas terras para o cultivo agrícola, abundância de água, localização estratégica entre litoral e o interior, levariam de maneira

definitiva a materialização das antigas cidades, povoados e vilas, dando gênese às configurações primitivas da matriz territorial paulista e, de forma mais generalizada, do próprio Brasil, enquanto espaço de formação de uma unidade cultural de diferentes raízes étnicas (OLIVEIRA, 2010).

Preocupado em compreender como a ocupação da área se iniciou e como dela resultou a formação social, econômica, política e cultural do município de Itu, Ianni (1996, pp. 15-18) descreve que de início as incursões bandeirantes pelo rio Tietê é que revelariam aos europeus uma terra amplamente povoada por indígenas, e pelo assentamento e relação entre esse e aquele grupo étnico na área é que se estabelecería um primeiro núcleo de cultura e identidade originada no então sertão paulista.

A busca por riquezas em áreas extremas da colônia portuguesa na América levou a constituição futura de uma série de núcleos populacionais em margens de rios. O povoado de Utu-Guassu (atual município de Itu), que nesse tempo já obtinha as primeiras colheitas, por sua localização às margens do rio Tietê e a proximidade com o porto de Araritaguaba, se inseria numa rede comercial que abastecia por meio das monções núcleos mais distantes, que ainda estavam se desenvolvendo. De mera *hinterland* considerada para o pouso, crescia e se consolidava enquanto centro econômico, político e cultural daquela região.

“Primeiro, durante o século XVII, foram as bandeiras formadas para prear índios ou buscar metais e pedras preciosas. Depois, durante a primeira metade do século XVIII, foram as monções, formadas para comercializar nos núcleos de mineração em Cuiabá, Goiás e outras partes da colônia. (...) Esse foi o contexto no qual, pouco a pouco, formou-se uma sociedade de tipo especial. Ao lado das atividades econômicas ligadas às bandeiras e monções, desenvolveu-se uma economia voltada para a subsistência de famílias e bairros rurais, apoiadas em suas roças e criações.” (IANNI, 1996, p. 18).

Dessa forma, houve uma mescla e assimilação de técnicas e soluções indígenas, ou reformularam-se as trazidas pelos portugueses, no confronto com a cultura indígena. Como tal, as características básicas da sociedade formada não só em Itu, mas no planalto paulista nos séculos XVII e XVIII, retratada por diversos autores, mostram muito bem o contexto histórico, isto é, econômico, geográfico, social e cultural, em que se formou a sociedade de Itu, como parte da

imensa rede de vias e lugares que assinalaram o povoamento do sertão (IANNI, 1996, p.15-18).

Do século XVII, no entanto, poucas são as referências históricas que ilustram de maneira precisa o modo de vida no interior paulista, a não ser por relatos associados a fatos considerados de maior relevância, como as batalhas entre bandeirantes e indígenas tupinambás pela posse da área, ou os fluxos comerciais entre o eixo de Itu a Porto Feliz, para o embarque das monções ao sertão do país.

Na sua periodização, Ianni (1996, p. 15) considera por algumas leituras que entre 1610 (ano oficial de fundação de Itu) a 1750, fase sertanista e de fundação da cidade, que a região "foi principalmente um ponto de apoio e ligação na vasta rede de comunicações e aviamentos organizada para a preação de índios, a busca do ouro, a cata das pedras preciosas e o abastecimento dos núcleos de mineração." Numa fase futura, no entanto, "decai o bandeirismo e expedem-se as atividades de comércio, as monções, destinadas ao aviamento dos núcleos populacionais formados em torno das atividades de mineração." (IANNI, 1996, p.15-17).

Neste processo embrionário de gestação da cidade, uma transição da fase manufatureira para a formação do modelo produtivo baseado no capital industrial caminhava a todo vapor no continente europeu. Dobb (1983, p. 110) conjectura sobre as bases do surgimento da indústria na Europa, apontando diversos aspectos que ilustram o desenvolvimento de um período que ainda precede a Revolução Industrial,

"(...) o desenvolvimento técnico já progredia bastante para proporcionar as bases para uma produção do tipo fabril. (...) No entanto, tais casos em que a técnica mudara o bastante para tornar essencial a produção em fábrica, embora fossem importantes como precursores de coisas futuras, no conjunto não tiveram nesse período [século XVII e meados do século XVIII] 38 mais do que um peso secundário na vida econômica do país [Inglaterra]. Tanto no que diz respeito ao capital aplicado como ao número de capitalistas a ele ligados, bem como ao número de pessoas empregadas, continuaram claramente sendo de importância menor do

³⁸ O autor nesse momento analisa as amplas transformações dos aspectos produtivos na Europa durante o século XVII e meados do século XVIII, sobretudo da realidade inglesa, apontando inovações técnicas desenvolvidas, como meios mais eficientes de extração de sal, do carvão e outros recursos minerais. Destaca também o aperfeiçoamento na produção da pólvora, do papel e outros tantos elementos, com o apoio de modernas caldeiras, moinhos e fornos capazes de atingir elevadas escalas de produção.

que a produção baseada no ‘sistema de trabalho a domicílio’, embora fossem em grande parte capitaneados por potentados aristocráticos, cuja iniciativa era incentivada por concessões especiais de privilégios feitas pela Coroa. Se foram de importância igual ou menor do que aquilo que Marx chamou de ‘manufatura’ – a produção realizada em ‘manufaturas’, ou oficinas onde o trabalho era executado não com máquinas acionadas a força, mas com o que continuavam a ser essencialmente instrumentos artesanais – eis algo menos fácil de afirmar. Entre outras coisas, alguns dos estabelecimentos de propriedades dos capitalistas aos quais nos referimos merecem provavelmente ser classificados como manufaturas, no sentido estrito em que Marx usou o termo³⁹. (...) No conjunto, entretanto, parece evidente que, naquele século, a indústria doméstica inglesa, em lugar da fábrica ou da oficina manufatureira, continuou sendo a forma mais típica de produção, e a ‘manufatura’ parece ter sido menos comum na Inglaterra nessa época do que, por exemplo, o foi em certas regiões da França.” (DOBB, 1983, pp. 100-103)

As transformações em voga são definitivamente concretizadas por volta da segunda metade do século XVIII. Para Santos (1985, p. 35) essa fase constitui mudança “brutal” de situação. Hobsbawm (1998, p. 50) explica que a compreensão da Revolução Industrial é fundamental porque justamente “sem ela não podemos entender o vulcão impessoal da história sobre o qual nasceram os homens e os acontecimentos mais importantes de nosso período e a complexidade desigual de seu ritmo”. Para esse último autor seria a década de 1780 a referência que marcaria precisamente a “explosão” da Revolução Industrial⁴⁰.

³⁹ Dobb (1983, p. 102) explica que para Marx “o uso da força mecânica não precisa ser a força única ou mesmo essencial entre uma ‘máquina’ e uma ‘ferramenta’, e daí entre ‘maquinofatura’ e ‘manufatura’.” O ponto principal de diferença “(...) está em tomar das mãos do homem a ferramenta que opera imediatamente sobre o material e ajustá-la a um mecanismo. Mas a exploração dessas novas possibilidades, os mecanismos inteiramente acionados por meio mecânico são, naturalmente, necessários.”

⁴⁰ “O que significa a frase ‘a revolução industrial explodiu’? Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a ‘a partida para o crescimento auto-sustentável’. Nenhuma sociedade anteriormente tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. A ‘partida’ não foi logicamente um desses fenômenos que, como os terremotos e os cometas, assaltam o mundo não técnico de surpresa. Sua pré-história na Europa pode ser traçada, dependendo do gosto do historiador e do seu particular interesse, até cerca de 1000 anos antes de nossa era, se não antes, e tentativas anteriores de alçar vôo, desajeitadas como as primeiras experiências dos patinhos, foram exaltadas com o nome de revolução industrial – no século XIII, no XVI e nas últimas décadas do XVII. A partir da metade do século XVIII, o processo de acumulação de velocidade para partida é tão nítido que historiadores mais velhos tenderam a datar a revolução industrial de 1760. Mas uma investigação cuidadosa levou a maioria dos estudiosos a localizar como decisiva a década de 1780 e não 1760, pois foi então que, até onde se pode distinguir, todos os índices estatísticos

Como resultado do novo momento, há gradativo e veloz crescimento comercial e industrial em praticamente toda a Europa, sobretudo na Inglaterra. A estrutura básica para o desenvolvimento dinâmico da produção é observada por meio da expansão das linhas férreas, melhoria e criação de novas estradas, no aumento de tráfego marítimo, na criação de escolas técnicas especializadas (como a francesa *École Polytechnique*). Ainda assim, conforme Hobsbawm (1998, p. 56), durante a maior parte do século XVIII a produção industrial limitou-se a demanda do mercado, ou seja, não desenvolvia uma produção efetiva de excedentes, sem atingir, portanto, um “lucro máximo”.

Entre outras consequências desse primeiro momento da formação territorial brasileira, dois efeitos tornaram-se cruciais ao desenvolvimento dos grandes “ciclos” produtivos que será tratado mais adiante. A primeira, sem dúvida, compreende as expansões produtivas que acabaram por romper as barreiras contratuais estabelecidas na divisão territorial-colonial estabelecida entre Portugal e Espanha por meio do Tratado de Tordesilhas e, pois, a da própria ampliação física territorial do Brasil e o estreitamento das posses hispânicas. Depois, mas não menos importante, altera-se o raio de ação do colonialismo português da África e Ásia para a América, especialmente para Pernambuco e São Vicente. Aí se pronuncia o alicerce efetivo das raízes da formação colonial brasileira, muito bem apontada por Gilberto Freyre (1996, p. 5):

“(…) organizada a sociedade colonial sobre base mais sólida e em condições mais estáveis que na Índia ou feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor”. (FREYRE, 1996, p. 5)

Neste contexto, o caso de Itu torna-se ilustrativo, ao conformar um paralelo de sociedade colonial descrita por Freyre (1996), que sobreposta à análise de Ianni (1996) toma contorno muito semelhante. Evidenciando os primeiros momentos de consolidação da colônia portuguesa na América, assim também do enraizamento da sociedade a partir de novas perspectivas.

relevantes deram uma guinada repentina, brusca e quase vertical para a ‘partida’. A economia, por assim dizer, voava.” (HOBSBAWM, 1998, p. 51).

Articulando escalas, da estrutura global com a local, em que uma prematura organização territorial se desenvolvia partindo de novos interesses que o período industrial na Europa despertava. Longe ainda da fábrica, a colônia gestava a primitiva sociedade híbrida, particularmente produzida em toda América Latina. Que segundo Ianni (1996) na região de Itu,

“(...) a despeito da predominância dos negócios dos sertanistas, bandeirantes ou comerciantes, em suas idas e vindas por longos espaços e tempos, formaram-se roças e criação no lugar. Fixaram-se famílias e gerações, meio ligadas ao movimento das bandeiras e monções, meio ligadas à terra, à casa, às roças e criações. Mesclaram-se os portugueses e os índios, escravos e forros, mestiços ou não, quando se estendia a rede de povoamento de povoamento e negócios, pelas longas lonjuras, formava-se a base de uma sociedade peculiar, a sociedade caipira. Foi a sociedade caipira que se formou em Itu, ao longo dos anos 1610-1750, à medida que o lugar se articulava e rearticulava na vasta rede de caminhos, trilhos, estradas, rios, sítios, arraiais, freguesias, povoados, vilas e cidades que os portugueses, índios, mamelucos, negros e mulatos iam formando perto, longe e distante.” (IANNI, 1996, p.15-16).

3. 2. As transformações globais evocadas pela Revolução Industrial, a cultura canavieira colonial na capitania de São Vicente e o caso de Itu

O comércio ultramarino, a colonização e a produção de insumos primários, o modelo de trabalho escravo em conjunto com o assalariado, o desenvolvimento da indústria têxtil, o comércio e produção de algodão em larga escala entre colônias e metrópoles, o aumento de inovações, além de tensões iniciais entre proletariados e burgueses – numa sinergia singular de acontecimentos e fatos – engendrou grandes transformações entre 1750 até o final do século XIX.

Neste momento, entre os séculos XVIII e XIX, a efervescência econômica de algumas regiões paulistas, proporcionada pela alta produção agrícola, foi determinante nas alterações do modo de vida relativamente simples e isolado, estruturando outra realidade, modelando os principais aspectos culturais da época.

A região de Itu, dentre outras no planalto paulista, revelaria potencial para o desenvolvimento da cultura da cana-de-açúcar, necessariamente por suas características geográficas: bons solos e clima para o cultivo, grande quantidade

de terras, localização estratégica (ainda que as condições de transporte dificultassem o escoamento da produção, sobretudo a que tinha destino para o mercado externo, tornando por vezes o produto de má qualidade e de valor agregado inferior com relação aquele que se produzia no Nordeste do Brasil).

Na Europa a indústria passava a ter grande autonomia frente a outros setores econômicos nesse período. Segundo Santos (1985, p. 26) “(...) a demanda da tecnologia precede ou acompanha a respectiva oferta; há uma espécie de confusão ou coexistência entre a atividade de produção e a de inovação.” De maneira crítica, o autor estabelece que a gênese da concentração produtiva pelos países do ocidente europeu, ou países centrais do sistema capitalista, é contemporânea a esse momento do processo histórico, resultante do pacto colonial e o desenvolvimento de importantes inovações técnicas ao modo de produção. Aponta maior relevância, no entanto, a técnica, já que “(...) o desenvolvimento do próprio pacto é uma consequência da diferença de nível tecnológico entre países situados no centro do sistema mundial (...)” Explica ainda que, “a Inglaterra se converteu na maior potência da época porque possuía, então, a mais avançada tecnologia, que lhe permitia uma maior acumulação de capital (...)” (SANTOS, 1985, p. 26).

Por volta do segundo quartel do século XVIII instalava-se na antiga capitania paulista um novo modo de viver, baseado na produção canavieira. Na capitania de São Vicente a cana estava subordinada a produção de dois elementos principais: o açúcar e a aguardente. Sua estrutura baseava-se na grande propriedade, com a utilização de mão-de-obra escrava – fundamentalmente de negros africanos e em menor escala de indígenas numa etapa mais remota –, a sua comercialização estava dividida entre o mercado interno, sobretudo das minas e da Guanabara, e externo, na proporção aproximada de 1 para 3 do primeiro em relação ao segundo destino. Todavia, a imprecisão dos estudos evidencia num primeiro plano a dificuldade de análise do complexo quadro social e econômico que se estabelece contemporaneamente a qualquer interpretação da realidade passada. Também pode confirmar a falta de uma política efetiva de controle administrativo dos capitães-mores responsáveis pela coleta de dados sobre a produção das áreas de cultivo. Depois pelos

próprios produtores, mais preocupados em driblar as altas tarifas e impostos que controlar e produzir dados reais de sua produção. “Os dados de que dispomos, em geral, têm sua origem na necessidade de satisfazer necessidades burocráticas. As autoridades pediam informações sobre o andamento da produção ou exportação com finalidade fiscal. O querer iludir o fisco, explica muitos dados errados.” (PETRONE, 1968, p. 139).

É comum, pois, com base tanto em fontes estatísticas de dados (ainda que pouco precisas) e análises da literatura específica, entender que entre 1750 e 1850 o aumento da produção canavieira induziu a formação de uma aristocracia em São Paulo, cujos relevantes fluxos de capitais inicialmente obtidos pelo comércio de monções, puderam ser aplicados então no acréscimo das plantações, da mão de obra escrava e nos engenhos. “(...) A riqueza açucareira, a ascensão econômica e política de algumas famílias e o fervor religioso gravaram-se nos templos, nas telas, nas músicas e nos casarões” (IANNI, 1996, p. 25). Nesse quadro, a produção de açúcar é tão importante na história da formação do município de Itu que “em 1798 a produção total da Capitania era de 152.840 arrobas de açúcar. Só Itu nesse ano, produziu 16.635 quintais, o que equivale a 66.540 arrobas, ou seja, mais de 1/3 do açúcar fabricado em São Paulo - estas quantidades faziam-na a mais opulenta área paulista no período”. (QUEIROZ, 1968, apud ZEQUINI et al, 2006).

A cultura canavieira paulista, entre os séculos XVIII e XIX, estava dividida basicamente em duas grandes porções do seu território; a primeira no litoral e a segunda em áreas mais interiores, consideradas a época como regiões de “serra a cima”. As características produtivas de cada unidade sendo singulares merecem breve descrição.

3. 2.1. Área litorânea

A produção agrícola litorânea de São Paulo em sua fase colonial estava concentrada na porção norte, ou seja, da faixa costeira que se iniciava em Santos e ia até Ubatuba. No tocante ao litoral sul, os materiais analisados apontam uma situação de miséria, cujo sustento das comunidades era tirado da venda de

pescado e da comercialização de madeira. De maneira geral, a cultura canavieira no litoral esteve centralizada em Santos, São Sebastião e Ubatuba.

O gênero predominante produzido pelos engenhos litorâneos era a aguardente. Este produto era comercializado internamente nas cidades da região que já apresentavam núcleos de povoação maiores e, portanto, um mercado consumidor em ascendência. Era também exportado e utilizado pelos colonizadores como moeda de troca na África, na comercialização de escravos. Ainda que não tenha sido predominante, o açúcar também era produzido, e por cabotagem levado até o Rio de Janeiro, de onde era vendido e exportado.

3. 2.2. Área de “serra acima”

Essa área pode ser dividida em duas grandes manchas onde a cultura canavieira se desenvolveu. A primeira ao longo do caminho para o Rio de Janeiro, no vale do rio Paraíba. A segunda ia do planalto cristalino e avançava até o interior da depressão periférica, já na bacia sedimentar do Paraná e que ficaria conhecida na literatura⁴¹ como o “quadrilátero do açúcar”⁴².

Em contrapartida à produção de aguardente do litoral, o açúcar será predominante no interior. No vale do Paraíba, conforme Petrone (1968, p. 38), “(...) apesar de certa importância, a cana de açúcar nunca teve o papel que teve na outra área de ‘serra acima’, ou seja, no quadrilátero do açúcar formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí. (...)”.

Deve-se destacar que essas áreas, no entanto, tinham como vantagem sobre as áreas de planalto a proximidade dos centros consumidores e fundamentalmente dos portos. Por outro lado, a sua expansão limitava-se a uma estreita faixa, terminada a oeste pelo planalto paulista e a leste pela serra do mar. Os núcleos que mais se destacaram aí foram Guaratinguetá, Lorena e Jacareí.

Já no quadrilátero do açúcar, destacaram-se duas áreas, a de Campinas e a de Itu. A produção canavieira por outras áreas ao entorno desses núcleos

⁴¹ In: PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

⁴² Assim como PETRONE (1968, p. 24), adota-se para esse trabalho o termo quadrilátero do açúcar cunhado por Caio Prado Júnior, preferindo, ao contrário do último autor, levar em consideração a extensão da área até Sorocaba ao invés de Porto Feliz, abrangendo assim também a vila de Itu, uma das maiores produtoras de açúcar no período colonial.

eram também expressivas. Além dos dois núcleos referenciados e as cidades limítrofes do quadrilátero, cabe e é necessário destacar outras áreas como as de Capivari e Mogi Mirim. Parafraseando Petrone (1968, p. 53), “(...) o ‘quadrilátero’, onde os canaviais se disseminaram mais ou menos densamente por tôda a parte, era a área mais importante. É ela a responsável pelo ‘ciclo do açúcar’ que marca uma fase da evolução econômica paulista. (...)”.

Além da limitação física da cultura canavieira no litoral, a centralização comercial para o porto de Santos, na forma de regulamentação formal dos governadores paulistas no final do século XVIII e nos primeiros decênios do século seguinte, contribuiu para que a lavoura do litoral norte declinasse em detrimento da de serra acima. De tal maneira,

“(...) do ponto de vista interno, o caminho que ligava a região produtora a Santos vinha sendo alvo de sucessivas melhorias por parte do governo. Some-se a isso a proibição legal de se exportar por qualquer outro porto que não o de Santos, beneficiando as cidades que formavam o ‘quadrilátero do açúcar’, em detrimento do Litoral Norte (Ubatuba e São Sebastião), região esta tributária do porto do Rio de Janeiro”. (PERISSINOTTO, 2000, p. 71).

Mesmo quando o café tornara-se atrativo produto de cultura em São Paulo, especialmente no Vale do Paraíba, na região do quadrilátero do açúcar – também chamada de região central por alguns autores – haverá predomínio da lavoura canavieira. É nessa perspectiva que quando se inicia a substituição da produção canavieira pelo café, essas áreas já possuíam estruturas suficientemente capazes, sobretudo, de transporte e de mão de obra. “O café no Oeste paulista, portanto, não surgirá do nada. Ao contrário, quando de sua chegada encontrará uma região economicamente bastante ativa.” (PERISSINOTTO, 2000, p. 72). A figura 2 (p. 103) na sequência, configura de forma simplificada a antiga área açucareira em São Paulo nos séculos XVIII e XIX.

O Quadrilátero do açúcar em São Paulo, 1850

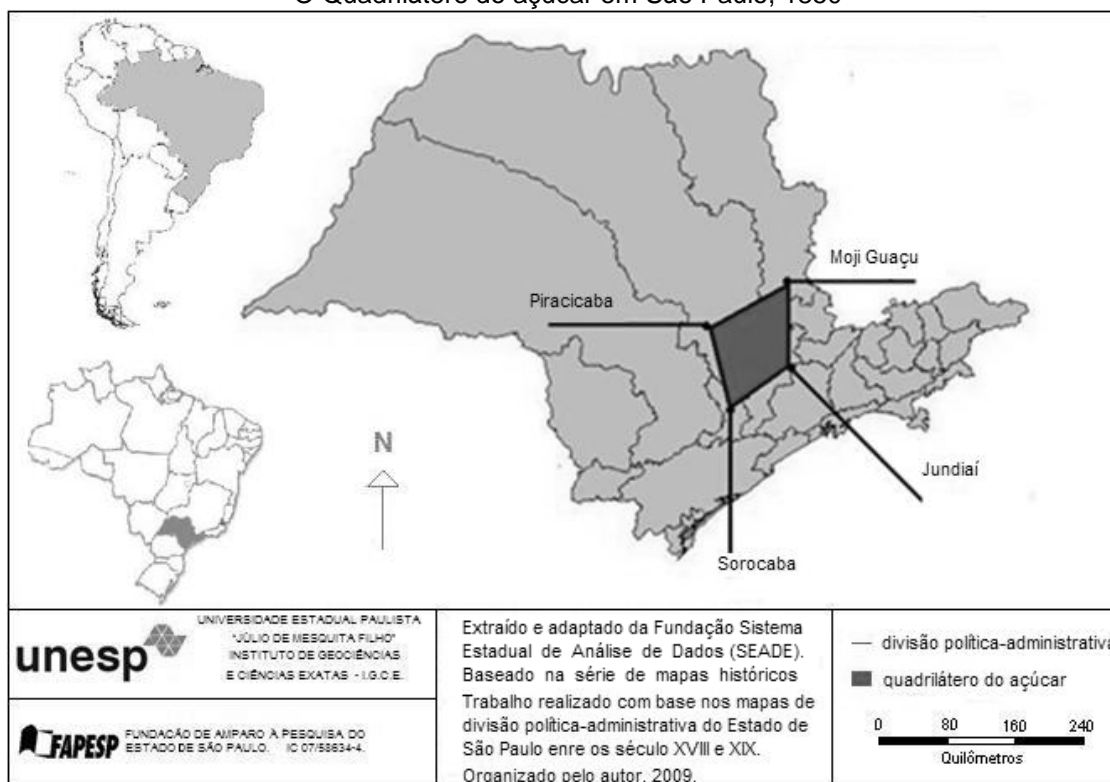


Figura 2: Mapa base extraído e adaptado da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), baseado na série de mapas históricos. Organizado pelo autor, 2009.

A cana-de-açúcar em São Paulo, desde a fase de assentamento colonial até sua substituição gradativa pelo café em diferentes décadas do século XIX, foi fator fundamental na estruturação do modelo territorial tal qual o conhecemos. Seguindo a lógica comum ao capitalismo comercial, tinha na divisão internacional do trabalho, como todo o Brasil, suprir com produtos primários as necessidades das metrópoles europeias. Sob a égide colonial, fica caracterizada a gênese da formação de um capital primitivo em São Paulo e de um pequeno mercado consumidor interno, inicialmente, e não menos relevante, pela ação nômade do bandeirantismo, pelo comércio das monções e do tropeirismo, mas, fundamentalmente, pela lavoura e cultura canavieira.

Já na fase compreendida do desenvolvimento agrícola, patrocinada fundamentalmente pela cultura da cana-de-açúcar, os levantamentos, estudos e trabalhos técnicos passam a ser aplicados de maneira mais efetiva e contínua na cidade, viabilizando importante material de aporte às pesquisas atuais.

Pôde-se constatar que nesse período há certo adensamento da cidade (figura 3, p. 104), principalmente em função de atividades comerciais, sendo que este fenômeno não fora constante. Em análise dos censos da época, Toscano (1981, p. 23) constata que entre 1808 e 1830 houve um aumento de 155 edifícios na cidade.

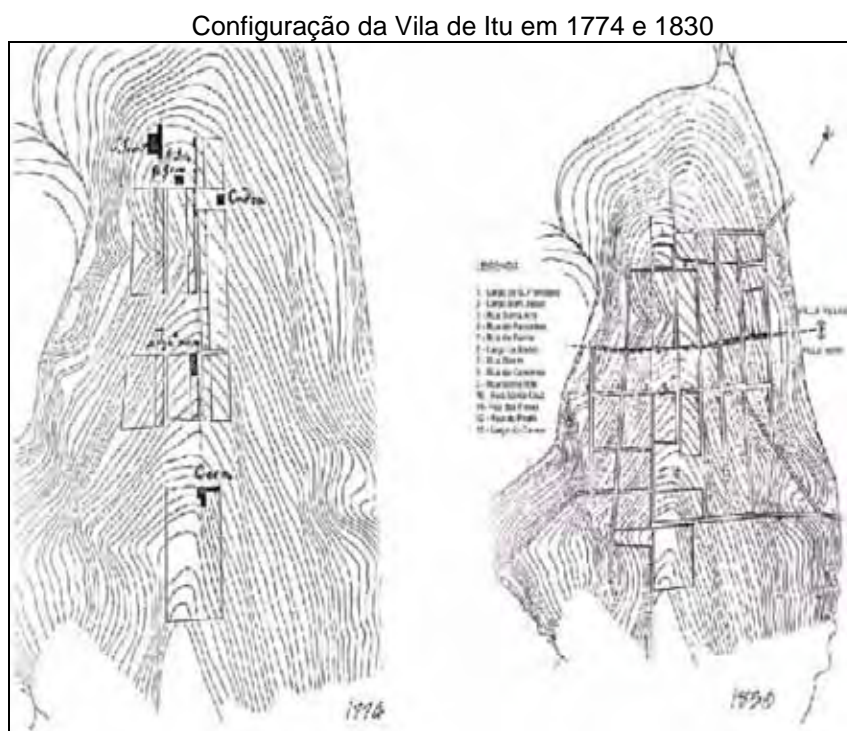


Figura 3: Pequena evolução do núcleo urbano de Itu entre 1774 e 1830. Extraído de Lemos (1991, p. 23), organizado e adaptado pelo autor, 2009.

Relativamente pequeno, o espaço urbano possuía enorme contraste com o dinamismo do meio rural, alavancado pelos engenhos, e detentor de uma complexa estrutura de produção e modo de vida. No centro de Itu, a rua do Comércio, atual Floriano Peixoto, é que vai abrigar atividades urbanas de forma mais intensa, também a rua Santa Cruz e Santa Rita verificaram esse fenômeno. Troppmair (1977, *apud* TOSCANO, 1981, p. 18), verifica que a evolução do espaço urbano de Itu se deu de forma lenta, sendo que entre 1780 e 1902 apenas 4 quilômetros quadrados foram acrescidos a sua malha.

Com a grande produção de açúcar, as riquezas geradas eram facilmente identificadas na opulência das igrejas, dos engenhos e na grande quantidade de escravos que as fazendas possuíam. (...) “A aristocracia local, vinda dos tempos

da fundação do arraial das jornadas bandeirantes e do comércio das monções, perdeu a rusticidade dos tempos de carência e seminomadismo.” (IANNI, 1996, p. 25). Continua esclarecendo que

“(…) a lavoura canavieira tomou conta dos negócios da vila e da região. Durante cerca de um século ‘(1750 – 1850)’, a economia e a sociedade de Itu basearam-se nos negócios da cana, no comércio do açúcar.”. Na segunda metade do século XIX, o açúcar entra num processo de crise no país, os seus preços caem e o reflexo é logo sentido em todas as escalas no território brasileiro. Para este último autor o período da prosperidade açucareira poderia ser conferido entre os anos aproximadamente de 1750 a 1850, quando então a região passaria a ser reestruturada pelo café, as ferrovias, a industrialização arcaica e outros fenômenos que mudariam profundamente a cidade. A produção vai gradativamente sendo substituída pela policultura, destacando-se o algodão e o café, conforme explica Ianni, “estava em curso um processo de transformação da agricultura de Itu e da zona. Depois de uma época de predomínio da cana, ocorreu outros.” (IANNI, 1996, p. 49).

A riqueza e poder que se instauravam em diversos segmentos sociais de Itu podiam ser observados também na política, quando em 1842 grande parte de sua população adere ao movimento liberal, contra a monarquia, apoiando à revolta “comandada pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, que, em Sorocaba, havia sido proclamado presidente interino da Província de São Paulo.”. (IANNI, 1996, p. 42).

3. 2.3. *O café na segunda zona cafeicultora*

Com o advento do café, posteriormente, essa mesma região seria referenciada por Monbeig como a segunda zona cafeicultora de São Paulo, formando no mapa um arco de círculo que ia de Itu, ao sul, até Mococa, ao norte, passando por Campinas. “Trata-se dos contrafortes da Mantiqueira, onde há pequenas serras de nomes variados, com altitudes entre 800 e 1800 metros.” (MONBEIG, 1998, p.168). No entanto, em Itu, a produção cafeeira jamais ultrapassou a do açúcar, mesmo em seu ápice. Apesar disso o café era um produto extremamente lucrativo, seu plantio, manutenção e organização eram simples e bastante rentáveis quando comparados com outros produtos agrícolas, “(…) o café acabou por impor-se devido à sua lucratividade, demanda no mercado externo e outras características de organização de sua produção. O café é uma

planta perene e não-temporária e a cafeicultura começará a ter grande expansão, numa época em que o trabalhador livre estava substituindo o escravo. Modificava-se a estrutura social, ao mesmo tempo que se expandia a cafeicultura e extinguiu a escravidão.”. (IANNI, 1996, p. 49).

Todavia a expansão de suas lavouras se apresentava cada vez mais limitada por consequência do mau uso do solo no pretérito cultivo da cana e mesmo depois pelo próprio café, além dos elevados custos da terra que acabaram por dificultar de forma mais efetiva o sucesso dessa cultura sobre a cana-de-açúcar. Pó essa razão, num primeiro momento, as regiões localizadas mais a oeste de São Paulo, principalmente as inseridas na depressão periférica do estado, passaram a atrair novos investimentos, alterando e transformando a dinâmica econômica e social dessas áreas, beneficiadas pelo avanço das linhas férreas, que facilitavam o escoamento da produção e tornavam a região mais atraente e competitiva frente às antigas e tradicionais áreas de cultivo.

Sendo, portanto, uma região cafeeira mais antiga, já no ano de 1888 a produtividade do município de Itu era relativamente baixa quando comparada aos municípios do oeste paulista. Como explica Lepsch (1999, p. 28), “a produção (de café), no município de Itu, no ano de 1888, era de 700.000 Kg., considerado muito baixa, típica de cultura considerada, à época, como de lavoura velha, e isso se levarmos em conta, que no mesmo ano, Campinas produzia 22.500.000 Kg., Amparo 14.000.000 Kg., Rio Claro 9.000.000 Kg. e Jaú 5.200.000 Kg, apenas para citarmos as principais regiões produtoras”. (LEPSCH, 1999, p. 28).

Ainda assim o papel do café fez emergir novas fortunas, tornando o fazendeiro em burguês e os escravos em trabalhadores livres, no mesmo tempo em que chegavam os imigrantes europeus e davam outra dinâmica ao contexto da vida no interior paulista (IANNI, 1996). Freyre (1996, p. 30) descreve de maneira singular os aspectos desses novos tempos, onde a cidade tornava-se espaço hegemônico da sociedade brasileira.

“A praça venceu o Engenho, mas aos poucos. Quase sempre respeitando nos vencidos umas tantas virtudes e gabolices; procurando imitá-las; às vezes até romantizando-as e exagerando-as nessa imitação de ‘inferiores’ por ‘superiores’. Outras vezes troçando do matuto rico, do fazendeiro opulento mas atrasado nos seus modos de falar e nas suas modas de vestir-se, do senhor de engenho fanfarrão e até quitoxesco, de

tôda a 'gente do matto', de todo roceiro 'serra acima'. (...) êsses atrasos variavam de região para região, dando ao país variedade pitoresca, mas às vezes dramática, de estilos e estágios de cultura." (FREYRE, 1996, p. 30).

Mesmo em menor escala que o café ou a cana-de-açúcar, o algodão também foi importante produto para o dinamismo econômico regional, principalmente na segunda metade do século XIX e meados do XX, contribuindo para o desenvolvimento das estruturas produtivas na fase pré-industrial do município, que teve, inclusive, a instalação da primeira fábrica de tecidos do Estado de São Paulo movida por máquina a vapor em 1869, hoje tombada pelo CONDEPHAAT. No caso de Itu, novamente constata-se a expansão e melhorias da infraestrutura da malha urbana no período (figura 4, p. 107).

Configuração da Vila de Itu em 1865 e 1878

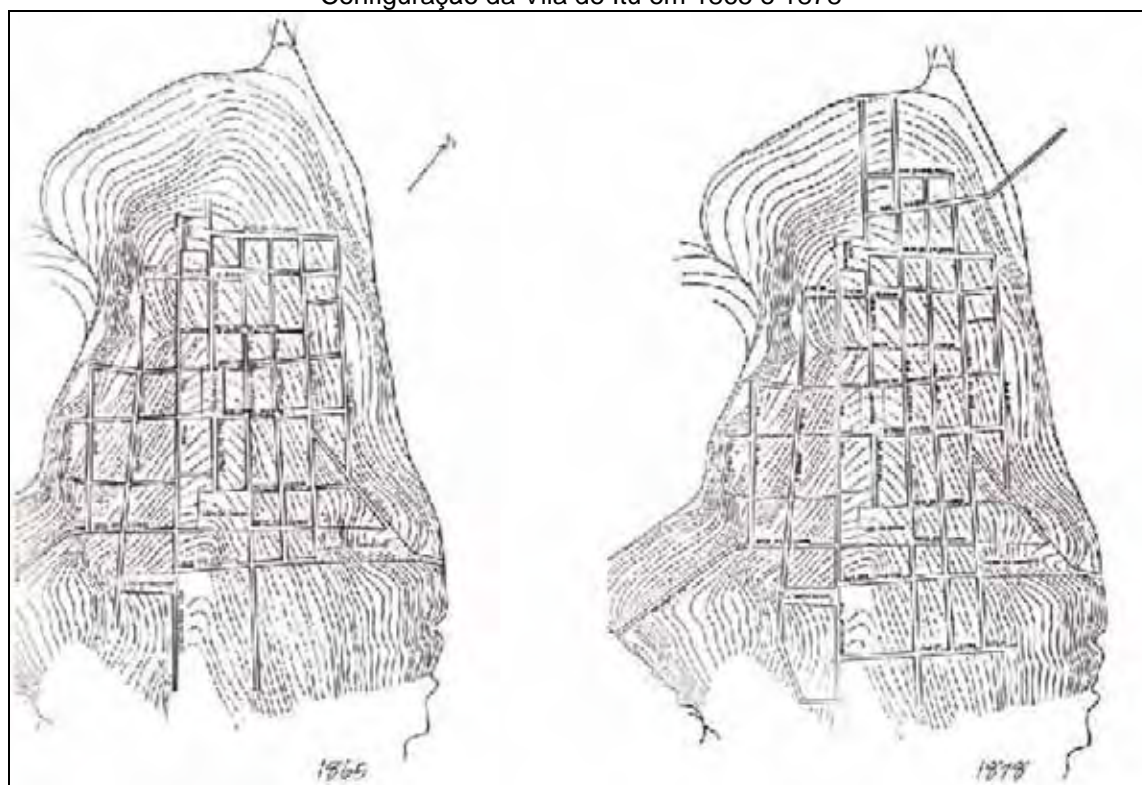


Figura 4: Expansão e melhorias na malha urbana de Itu marcam a cidade do açúcar na segunda metade do século XIX. No detalhe, organização da vila entre 1865 e 1878. Extraído de Lemos (1991, p. 24), adaptado e organizado pelo autor, 2009.

Portanto, a dependência do Brasil por produtos e equipamentos oriundos da Europa era extrema, sendo praticamente tudo importado, pequenos objetos, roupas, ou mesmo utensílios mais sofisticados. Essa situação perdurou mesmo

após sua independência, na primeira metade do século XIX. Todavia, ao final desse mesmo século, emergia uma política diferenciada daquela praticada pelo Império (República), além do capital capaz de engendrar um princípio de industrialização. A região sudeste destacava-se nesse contexto como precursora, já que a hegemônica oligarquia cafeeira dispunha de uma série de condições para tanto (NEGRI, 1996).

O dinamismo do período industrial observado na Europa Ocidental pouco refletiu, no século XIX, sobre as antigas colônias latino-americanas além das funções primárias já descritas anteriormente. A respeito do Brasil, a estrutura econômica até fins do século permanecia no trabalho escravo e as tensões políticas continuaram reduzidas. É exclusivamente com a produção cafeeira que esse quadro sofre alterações mais radicais, sendo essa etapa repleta de tensões e conflitos políticos, culturais, econômicos e sociais. É somente a partir "(...) das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira." (FURTADO, 1971, p. 38).

Questões de ordem política desenvolvidas nessa região também detiveram importantes impactos na sociedade brasileira, fundamentalmente por conta da oligarquia cafeeira poderosa em plena formação. Responsável, cabe lembrarmos, por um dos episódios que selaria o projeto de país republicano: a "Convenção de Itu". Esta foi uma reunião realizada na cidade, marcando a transição de poderes e forças, que culminaria com a proclamação da república e, depois, a posse por Prudente de Moraes, tornando-se o primeiro líder civil a assumir a presidência do país.

"O que sobressai, mais visível, na história cultural dos anos 1850-1930, é a Convenção Republicana de Itu, realizada em 1873. A convenção dos clubes republicanos passou a ser um acontecimento fundamental da história política da cidade, mostrando como Itu se ligou a história da luta dos republicanos contra a monarquia.(...)" (IANNI, 1996, p. 64).

3. 3. Tempos modernos: a indústria nacional, urbanização, produção flexível e os precedentes na emergência da questão patrimonial e do turismo em Itu

O quadro socioeconômico, baseado na produção agrícola e na forma de vida rural, passava a sofrer significativas transformações, principalmente com as duas grandes guerras mundiais e em seu entremeio a crise de 1929. No contexto regional e local, esses acontecimentos proporcionaram a necessidade de desenvolvimento dos setores industriais, ainda retrógrados no país. É então que a indústria surge como alternativa econômica à manutenção das elites, que já entravam em franca decadência, além de suprirem as necessidades internas, cada vez maiores, de produtos manufaturados, visto as dificuldades de importações impostas pelas crises no período.

Nas três primeiras décadas do século XX nenhuma grande fase produtiva é observada como referência em Itu, como foi o caso da cana-de-açúcar ou do café. No entanto, esse quadro socioeconômico, baseado na produção agrícola e na forma de vida rural, passava a sofrer significativas transformações, já que ficava sob o comando de São Paulo um grande leque de infraestrutura que passava a ser instalado, cujos objetivos se associavam às necessidades de canalizar capitais e recursos ao crescimento econômico nacional, em que a indústria e urbanização se consolidavam em detrimento da agropecuária e do modo de vida rural respectivamente no Brasil.

“Com o avanço da industrialização, o processo de unificação do mercado interno e a concentração da produção industrial na região sudeste se acentuou de modo decisivo e permitiu a rápida formação de aglomerados urbanos industriais e, conseqüentemente, aprofundou as desigualdades regionais. Por outro lado, a diminuição do movimento migratório acentuou a migração interna, o que resultou de uma divisão regional do trabalho, onde a região Nordeste apareceu como mercado de mão-de-obra para a indústria do Sudeste, e o Norte e Centro-Oeste como regiões de expansão da fronteira agrícola dirigida pelo Estado.” (GODOY; BRAY, 2003, p. 199).

Monbeig (1998) evidencia que a queda nos preços do café favoreceu a diversificação agrícola em São Paulo. Milliet (1946, *apud* IANNI, 1996, p. 88-89), por suas pesquisas, demonstra como os efeitos da crise fundamentaram a

fragmentação das fazendas e o aumento no número de pequenas propriedades, geradas pelas dívidas entre patrões e colonos.

Em Itu, Ianni (1996, p. 89) mostra que “aos poucos, cresceu a cidade e cresceram as atividades industriais, comerciais, de transportes, sociais, educacionais e outras.” Nesta perspectiva, “(...) a cidade ganhou preeminência sobre o campo, enquanto centro de atividades econômicas.” Sendo a partir da década de 1930 que se intensificam as transformações na sociedade ituana, deixando um legado cultural de vínculo com o modo de vida rural, transformando-se a partir das bases urbano-industrial e ganhando, ainda segundo o autor supracitado (1996, p. 87), “ares de cidade”.

De forma geral, durante a primeira metade do século XX, os processos de pré-industrialização e urbanização do Brasil, em grande parte patrocinados pelos dividendos da produção cafeeira, se desenvolveram intensamente, imprimindo grandes alterações na estrutura social do país. O espaço rural ia, gradativamente, deixando de ser o meio dinâmico das relações sociais, se tornando em espaço periférico e marginal, cuja função era o abastecimento dos núcleos urbanos em pleno crescimento.

Este sistema de tempo, iniciado após o fim da Segunda Guerra Mundial, é considerado por Santos (1985) como o período técnico-científico, que teria a partir da segunda metade do século XX o poder de alterar profundamente a organização produtiva global por meio de articulação profunda das ciências, das técnicas e dos meios de informação. Segundo ele, “a tecnologia de comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto.” (SANTOS, 1985, p. 27). As diversas consequências desse processo culminariam numa dinâmica totalmente nova de organização espacial, onde qualquer fenômeno afetaria toda a humanidade e lugares do planeta.

Os resultados e processos diretamente ligados a esse período revelam, ainda criticamente conforme Santos (1985, p. 28), “(...) a criação de novas colônias periféricas no mundo subdesenvolvido; as novas formas de industrialização com a internacionalização da força de trabalho; e a chegada do capital e tecnologia dos países adiantados para usar uma força de trabalho mais

barata lá onde ela vive, isto é, nos países dependentes.” (SANTOS, 1985, p. 28). Essa reflexão é endossada pela presença maciça de empresas multinacionais em países subdesenvolvidos ao longo da segunda metade do século XX e meados do XXI, onde inclusive algumas corporações possuem mais poder que os próprios Estados Nacionais onde se instalam.

Ainda que não haja possibilidade de delinear uma cronologia precisa de determinados fatos sociais que marcam definitivamente os chamados períodos históricos, as referências de Moreira (2005, p. 17) levam a acreditar que a década de 1950 marca a passagem temporal da fase pré para a industrial do Brasil. O autor assim sistematiza as consequências dessa transição sobre o espaço geográfico nacional; “O campo passa o comando para a cidade⁴³, as regiões passam o comando para o Sudeste e as indústrias regionais passam o comando para São Paulo. (...) A segunda divisão territorial do trabalho (industrialização pós 1950) é a da consolidação do arranjo do campo comandado pela cidade e da indústria e do espaço nacional comandado por São Paulo.” (MOREIRA, 2005, pp. 16-17).

Diferentemente da industrialização desenvolvida pelos países europeus no final do século XVIII (Revolução Industrial), as colônias americanas tiveram pela imposição do controle imperial um atrofiamento de seu processo de produção industrial, que no Brasil se efetivaria somente a partir da segunda metade do século XX. Com o advento da grande produção cafeeira no fim do século XIX e meados do século XX, além das dificuldades de obtenção de determinados produtos no Brasil, até então importados dos países europeus, Negri (1996, p. 28) esclarece a subordinação da indústria primitiva nacional ao

⁴³ Para outros geógrafos, como Godoy e Bray (2003), apoiados em autores como Novaes, Reis Filho e Murilo Marx, desde o período colonial o comando político no Brasil foi regulado pela cidade, sendo este o efetivo espaço de comando sobre a vida em nossa sociedade. Compreendemos que o tratamento desta questão deriva das profundas transformações resultantes do processo massivo e acelerado de industrialização e urbanização do país. Do qual a cidade torna-se lócus da vida cotidiana, afetando toda a estrutura do sistema cultural ligado ao modo de vida rural. E, portanto, sua referência é desenvolvida partindo da evidência dessas mudanças, mais do que propriamente colocando em foco o debate a partir do controle e de relações categoriais entre urbano e rural. Para maior aprofundamento sugerimos leituras de MARTINS, J. S. Tendências na sociologia rural. In: Introdução crítica a sociologia rural. São Paulo, HUCITEC, 1981. p. 179-97. Também MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (org.). Sociologia rural. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-40. Também SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: Economia política da urbanização. São Paulo: Contexto, p.95-117.

capital cafeeiro. Segundo ele, “capitais excedentes das atividades cafeeiras – tanto nos períodos de auge como de declínio – que ‘vazam para as varias atividades da economia cafeeira – comércio, banco e ferrovia”.

O café era um produto extremamente lucrativo, seu plantio, manutenção e organização eram simples e bastante rentáveis quando comparados com outros produtos agrícolas, “(...) o café acabou por impor-se devido à sua lucratividade, demanda no mercado externo e outras características de organização de sua produção. O café é uma planta perene e não-temporária e a cafeicultura começará a ter grande expansão, numa época em que o trabalhador livre estava substituindo o escravo. Modificava-se a estrutura social, ao mesmo tempo que se expandia a cafeicultura e extinguiu a escravidão.”. (IANNI, 1996, p. 49).

Ainda segundo Negri (1996, p. 28) uma segunda subordinação existente estaria diretamente associada na “incipiente produção de bens de capital e intermediários, fato que implica a necessidade de importá-los e são as exportações de café que fornecem as divisas suficientes para financiar suas importações”. Portanto, a indústria e a expansão urbana brasileira nascem atreladas a produção cafeeira⁴⁴.

Segundo o IBGE, ainda em 1954, Itu era caracterizada economicamente pela produção agropecuária variada, no entanto o setor industrial já contava com 164 estabelecimentos, empregando um total formal de 3.000 funcionários. Ianni (1996, p. 89) afirma que em 1970 há 6.263 envolvidos com o segundo setor, ou seja, um aumento de 208,7% em 16 anos apenas. Esse último autor nos indica que “(...) cabe observar ainda que em 1970 a população ativa nas atividades

⁴⁴ Criticamente ao tratar das políticas de planejamento territorial e da integração nacional, Selingard-Sampaio (2009, p. 192) explica que São Paulo ao efetivar uma completa e densa rede de infra-estrutura ao longo dos anos 50 e 60, consolidando o mercado interno e integrando fisicamente seu território, passaria a drenar recursos de regiões brasileiras mais pobres, ampliando o raio de ação polarizadora para o Sudeste do país. Assim, a metrópole paulista “(...) é a maior beneficiária da integração implementada, pois tem agora o país como sua área de influência e, como centro industrial líder, demandador de amplo leque de matérias primas industriais (...)”. Conclui que para a efetivação do quadro concentrador de São Paulo nessa perspectiva “(...) tanto atuaram o mecanismo ‘automático’ da dinâmica de reprodução capitalista e a correlata tendência a concentração espacial (associados a outros fatores ou ativos socioterritoriais, aqui enfatizados), quanto o Estado incentivou tais movimentos e fortaleceu a supremacia paulista, por ação – ao investir diretamente no território paulista -, e por omissão, desde que pouco fez de concreto (antes dos anos 70) para reverter tais processos”. (SELINGARD-SAMPAIO, 2009, p. 192). Esse efeito, no entanto, conforme a própria autora é comum, levando em consideração que o desenvolvimento desigual é efeito e fator da acumulação capitalista.

industriais já alcançava um total de 6.263 pessoas, ao passo que nas atividades rurais encontravam-se 3.800 pessoas. Essa foi provavelmente, a mais clara indicação da supremacia alcançada pela cidade sobre o campo” (IANNI, 1996, p. 89).

Apesar desse quadro, até a década de 1970 a base da economia migrou de agrária para uma agrário-industrial, sendo somente a partir da década de 1970 que “entrava em franco andamento a expansão do setor industrial em Itu. (...) Assim, de modo cada vez mais acentuado desde 1930, a agricultura perdeu o lugar para a indústria, assim como a cidade ganhou preeminência sobre o campo; o capital industrial, em geral com base em outros centros econômicos mais fortes, passou a dominar a economia e a sociedade de Itu.” (IANNI, 1996, p. 92).

Nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil, as disparidades urbanas regionais se acentuaram, levando grande massa popular a migrar para outras regiões de industrialização consolidada, em busca de melhores condições de vida, forçando o Estado nacional a subsidiar ações desenvolvimentistas em regiões cuja economia ficara estagnada e onde a população decrescia substancialmente. Assim explica Cano (1981, p. 11-13) que “a ‘Questão Regional’, quer dizer o problema dos desequilíbrios regionais da economia brasileira, aflora definitivamente à consciência nacional entre fins da década dos 50 e inícios da seguinte”. Afloravam por diversas razões, sendo as principais o elevado número de “retirantes” nordestinos, o aumento do grau de informações técnicas econômicas das diferentes regiões do país e da expansão de projetos de planejamento na América Latina. O autor conclui que “(...) a questão regional era, portanto, colocada nesses termos: havia que industrializar as regiões menos desenvolvidas e, na maioria delas, promover um ‘processo de substituição regional de importações’” (CANO, 1981, p. 12).

“Entretanto esse desequilíbrio urbano foi um tanto reduzido nas décadas de 1970 a 1980, à medida que a população e a infra-estrutura urbanas moveram-se em direção ao oeste do país. Novas demandas por produtos primários industrializados, insumos agrícolas e novos serviços à produção agro-industrial, tais como armazenagem, transporte de mercadorias, comércio internacional, transações financeiras e assistência técnica, enfim a incorporação de novas parcelas do território nacional a lógica capitalista, empurraram o crescimento econômico em direção ao interior.” (FERNANDES, NEGREIRO, 2004, p. 27).

Neste período, portanto, há consolidação da indústria e de São Paulo como seu centro polarizador. Segundo Selingard-Sampaio (2009), ainda na década de 1950 o mapa da industrialização paulista demonstra ampla dispersão de áreas com certa concentração industrial. Ao longo dessa fase, a mesma autora toma em sua análise um incessante arsenal de diferentes perspectivas teóricas que possibilitam uma explicação sobre sua aglomeração e concentração, desde as proposições da “teoria da causação circular” (atração e concentração industrial, causando desequilíbrios regionais) até as teorias de macroescala, como as da Regulação ou das Ondas Longas. Essa fase é, sem dúvida, a mais complexa e culmina recentemente com subetapas associadas à produção pós-fordista, ou produção flexível, sobretudo a partir das duas últimas décadas do século XX e início do XXI. Cujas quais farão parte da análise de caso.

Na cidade ituana, o legado cultural de outros tempos estava condenado. Comemorações religiosas e profanas perdiam seu lugar para o rádio e a televisão. As apertadas vielas de varvito ou granito foram dando lugar a avenidas mais largas e com asfalto, segundo as novas funções impostas pelos automóveis, como também pelo aumento no fluxo de pedestres. Antigas casas não mais podiam comportar atividades comerciais, passando por profundas alterações estruturais. Os espaços mudaram, os tempos também e desde então, muitos esforços tiveram por iniciativa a defesa das heranças históricas contidas nos traços das casas, das ruas, da cidade. Ao contrário de outras cidades vizinhas, que com o processo de urbanização viram sua paisagem dando lugar ao moderno, Itu teve considerável parte de sua estrutura ainda conservada, mesmo que com formas visivelmente heterogêneas, a cidade ainda possui representáveis bens de épocas distintas.

O município entre 1920 e 1970 deixou sua base social agrária por uma de caráter urbano-industrial, ainda que com grandes traços herdados do modo de vida levado no espaço rural e sem nunca deixar de lado totalmente a prática agrícola como fonte de alimentação ou renda. Desde a década de 70 do século XX, grandes contingentes populacionais se dirigem ao município de Itu. Sua população vai gradativamente crescendo, tornando o município de porte médio, assim como muitos municípios no Estado de São Paulo nesse período. Mais

especificamente sobre o espaço urbano, Ajonas (2010) por meio de uma reflexão crítica entende que,

“o crescimento de sua população e de sua importância econômica - gerados, entre outros fatores, graças ao processo de desconcentração industrial e populacional da metrópole paulista em benefício das cidades médias - tem causado alterações na dinâmica da cidade, resultando em um aumento acentuado dos fluxos e automóveis, mercadorias, serviços e pedestres, além do desenvolvimento de novos eixos de comércio e serviços. (...)”. (AJONAS, 2010)

Sobre tais questões há uma literatura bastante rica no Brasil, demonstrando as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais das décadas de 1950, 1960 e 1970, principalmente sob a ótica crítica das disparidades urbanas e regionais, que acabaram se acentuando, levando grande massa popular a migrar para outras regiões de industrialização consolidada, em busca de melhores condições de vida, forçando o estado nacional a subsidiar ações desenvolvimentistas em regiões cuja economia ficara estagnada e onde a população decrescia substancialmente. Em Itu, conforme figura 5, entre 1970 e 2005, a população municipal praticamente triplicou, passando de aproximadamente 50.000 habitantes em 1970 para 150.000 em 2005 (IBGE, 2008).

População em Itu-SP entre 1970 e 2010

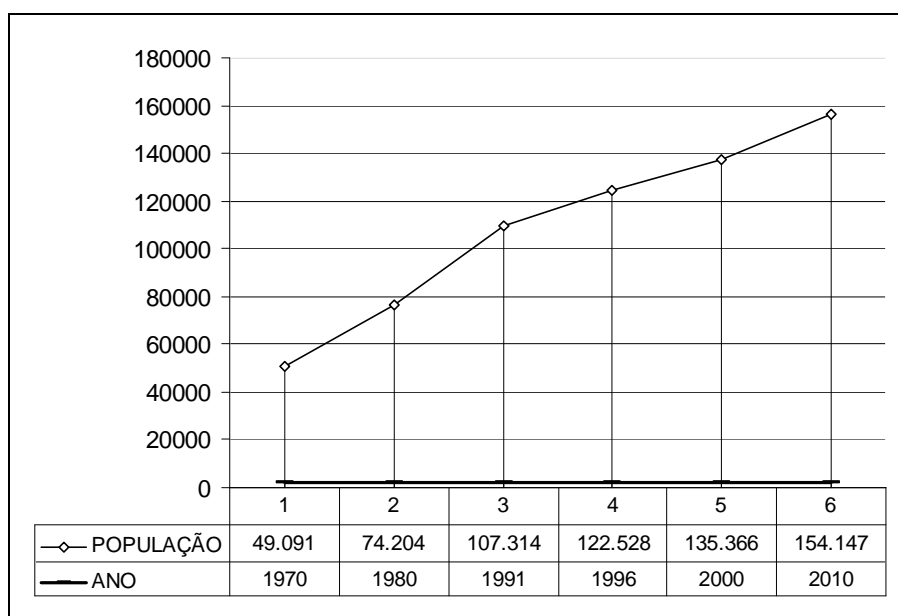


Figura 5: No detalhe, crescimento populacional de Itu ao longo da segunda metade do século XX e meados do XXI. Organizado pelo autor, segundo dados em IBGE (2012) e Rodrigues, R. M. (2003).

Alguns autores, como Castells (2001) e Lévy (2005), assumem haver um novo paradigma inerente a esse processo, entendido ora pela ideia de paradigma “sociotécnico”, onde um gradativo e dinâmico aumento da velocidade de inovação tecnológica e uma difusão mais rápida dessa inovação pela articulação e interface entre “programas de macropesquisa” e “grandes mercados desenvolvidos pelos governos”, além da “inovação descentralizada estimulada por uma cultura de criatividade tecnológica e por modelos de sucessos pessoais rápidos” agrupar-se-iam em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo “paradigma sociotécnico”. (CASTELLS, 2001, p.77). Ora também entendido pelo “paradigma do ciberespaço”, referindo-se a um novo ambiente de interconexão de pessoas e lugares pela rede mundial de computadores. (LÉVY, 2005, p. 17).

Ao longo desta fase de protagonismo de São Paulo na implantação urbano-industrial no Brasil, Santos (2005, p. 69) revela a importância da chegada de uma ampla infraestrutura, fundamentalmente por meio da construção de estradas para a expansão industrial do município durante as décadas de 60 e 70, ligando Itu aos grandes centros urbanos de São Paulo. Possibilitando o escoamento da produção e a instalação de um complexo industrial consolidado, além de intensificar as atividades do terceiro setor, sobretudo com o advento do turismo.

“A construção da Rodovia Castelo Branco, em 1968, acelerou o processo atraindo mais indústrias, que hoje se localizam nas margens das vias de acesso à cidade. Em 1980, a Rodovia do Açúcar também se consolidou como importante via de acesso acelerando o crescimento de Itu, que mesmo assim, felizmente conserva rico patrimônio histórico, o que contribuiu para que em 1979 se tornasse a primeira Estância Turística do Estado de São Paulo.” (SANTOS, 2005, p. 69).

A complexidade e dinamismo do tempo presente refletem sobre as teorias e práticas que permeiam a teoria social crítica contemporânea, levando diversos autores a acreditarem no potencial que o espaço e a própria geografia assumem diante de novas interpretações da realidade. No tempo presente a simultaneidade, seguida pela efemeridade e a instantaneidade propiciadas pelas modernizações permitem o “acesso” irrestrito a lugares, produtos e ações – naquilo que Harvey (1992) coloca sobre a compressão de espaços e tempos –

onde os fluxos de dispersão e concentração (objetos e ações) passam por uma organização totalmente diferenciada. Por outro lado, “no presente período, os fatores de concentração são, essencialmente, o tamanho das empresas, a indivisibilidade das inversões e as ‘economias’ e externalidades urbanas e de aglomeração necessárias para implantá-las. (...)” (SANTOS, 1985, p. 29). O mesmo autor explica que “(...) tudo isto contribui para a concentração, em poucos pontos privilegiados do espaço, das condições para a realização de atividades mais importantes.” Essa diferença de modernização é também responsável pela especialização e hierarquização de funções, sendo que “os resultados estão numa estreita relação com os interesses do sistema em escala mundial e também em escala local, regional ou nacional.” (SANTOS, 1985, p. 32).

No limite, segundo Moreira (2005, p. 20), seria esse período o da privatização da gestão do espaço e desintegração do projeto nacional, onde a década de 1970 seria o marco temporal. Destaca-se a expansão da soja, da pecuária e da cana-de-açúcar em sentido centro-norte do país, como carro-chefe da modernização agrícola e da reestruturação produtiva legitimada pela Revolução Verde. Dois outros eixos dão melhor sentido ao período: a redistribuição territorial da indústria e a desestatização que privatiza a gestão do espaço. Essa desconcentração produtiva, por assim dizer, vai durante as décadas de 1970 e 1980 trazer também ao interior de São Paulo grande base de infraestrutura para o acolhimento de indústrias e empresas de segmentos diversificados. Ao mesmo tempo, em função desse processo, são originadas novas oportunidades de investimentos em diferentes setores econômicos, elevando a sua densidade populacional, transformando a rede urbana, reordenando e reorganizando de forma gradativa o espaço geográfico regional.

“Juntas, essas tendências abriam novas oportunidades de investimentos, mesmo após a crise da dívida em 1981, muitas das quais no interior do Estado de São Paulo e regiões periféricas. Não coincidentemente, o impacto negativo da crise atingiu mais as regiões metropolitanas, especialmente São Paulo, onde o crescimento do emprego industrial havia começado a diminuir.” (FERNANDES, NEGREIRO, 2004, p. 38).

As décadas de 1980 e 1990 marcam o fim da era desenvolvimentista do país, com a estagnação econômica e populacional das metrópoles nacionais. A

urbanização se interioriza, outras atividades produtivas, como o turismo e a agropecuária se tornam alternativas de produção aos municípios que intensificam as disputas fiscais entre si (competição interespacial), sob a égide de uma política econômica de tendências ao livre mercado, "(...) o quadro que emerge dessas reformas tende a fomentar agressiva competição entre cidades e estados por investimentos, pondo em risco o já frágil pacto federativo brasileiro." (FERNANDES, NEGREIRO, 2004, p. 54). Nas duas últimas décadas do século XX e limar do século XXI a industrialização se interioriza, novas organizações empresariais se desenvolvem, outras leituras tornam-se cada vez mais necessárias.

Vive-se uma fase de articulação das sociabilidades e de tendências de uma formação espacial complexa, cujos contrapontos entre a privatização da gestão do território e a regulação privada espacial, dão novo sentido ao que atualmente se analisa e classifica como globalização. Onde os mitos e verdades se traduzem no Brasil ora pelo fenômeno urbano, os complexos industriais e agroindustriais, que dão novas faces aos monopólios. Ora pela resistência de comunidades e a especificidade de sua produção frente ao global, coexistindo, inclusive em diversos casos por aspectos não capitalistas, transformando-se em novos o paradigma do trabalho e da política, sobretudo em face da regulação do espaço, traduzida por uma nova complexidade (MOREIRA, 2005).

Na aurora do século XXI a velocidade entre as transformações produtivas, as reestruturações urbanas e regionais, além do próprio ritmo da vida humana se intensificaram de tal maneira que os problemas alcançaram um patamar jamais testemunhado, que vem exigindo cada vez mais esforços de superação. Visivelmente, a superexploração do homem e da natureza se intensificou, a justiça social nas cidades não se concretizou, tampouco os resultados do trabalho e da produção têm sido distribuídos equitativamente, prevalecendo ainda hoje, entre tantos outros problemas, o da fome, a desnutrição, os problemas crônicos de saúde, a morte. Evidências claras de uma crise, inclusive paradigmática, onde a ciência, a informação e as técnicas, numa fusão singular e surpreendente, acabaram por não proporcionar meios democráticos e qualitativos de sanar as reais necessidades humanas.

A organização espacial em grandes aglomerados populacionais, conectados por redes de telecomunicação e de transportes, facilita o fluxo de objetos e ações, imprimindo na realidade meios que aceleram a difusão de ideias, valores, significações. A presente situação, em que se submete praticamente todo o sistema mundo, traz no desenvolvimento das modernas atividades produtivas uma intensa transformação na estrutura urbana dos países subdesenvolvidos, como o Brasil e, conseqüentemente, de lugares como a cidade e o eixo central de Itu. Essa configuração é compreendida com base em um entendimento dialético histórico e geográfico da cidade no contexto da formação territorial de São Paulo e do Brasil. Dentre as contradições reveladas na cidade, como a fragmentação, a segregação sócio-espacial, pobreza e os problemas ambientais, o tema do patrimônio histórico e cultural revelou-se importante elemento na sinergia de ações entre as políticas públicas e o planejamento não conservador para uma sociedade mais justa e humana (OLIVEIRA, 2010).

O amadurecimento dos organismos de defesa e proteção patrimonial no país, balizados por referências internacionais, impediram nas últimas décadas a extinção de relevantes elementos que ainda restaram do passado, e que marcam a culturalmente enquanto artefatos, ritos e formas de conhecimento, a diversidade do povo brasileiro. Mesmo com a industrialização do país e as amplas intervenções propiciadas pela produção, distribuição e consumo, segmentos sociais saem em defesa do antigo, da preservação de formas e estruturas dos lugares, tendo em vista as possibilidades produtivas que outros meios passavam a oferecer, em detrimento dos padrões industriais massificados. Também se esforçando pela manutenção de uma identidade e de tradições, cada vez mais em risco perante a velocidade dos processos, que iam gradativamente desaparecendo das cidades (OLIVEIRA, 2010).

Com dificuldades funcionais de suportar os novos padrões culturais, e sem grandes intervenções estruturais, o antigo centro urbano de Itu veio perdendo relevância econômica. Nos últimos anos intervenções foram executadas na área, cujo objetivo foi justamente subsidiar a promoção do turismo histórico e

cultural⁴⁵. As renovações empreendidas deram maior foco ao conjunto patrimonial em pontos isolados e específicos. As novas atividades turísticas, facilitadas pela influência das redes de transporte e a estratégica localização de Itu frente às regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo, priorizaram elementos e bens em detrimento de outros, escamoteando, por vezes, a cultura em termos mais totalizantes, enaltecendo símbolos e padrões ligados aos grupos hegemônicos. Assim também as conexões com escalas e estruturas mais amplas podem fornecer pistas de sua adequação aos interesses do Estado, tanto no sentido de fortalecer a imagem de São Paulo na construção do ideário de nação a partir de grupos como o dos bandeirantes e de hegemonias regionais, quanto por meio de interesses do mercado. Este último a partir daquilo que Harvey (1992, p. 258) sugere como uma das arenas de consumo da cidade pós-moderna, em que novos estilos de vida e atividades de recreação passam a compor, junto a outras mercadorias, uma nova dinâmica do consumo. Enquanto que outra tendência inter-relacionada a esta, em grande medida corroborada pela cidade museu, se estabelece segundo o autor supracitado a partir da

“(...) passagem do consumo de bens para o consumo de serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações. O ‘tempo de vida’ desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos (...), faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. (...)” (HARVEY, 1992, p. 258).

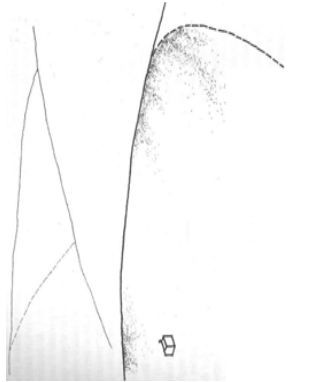


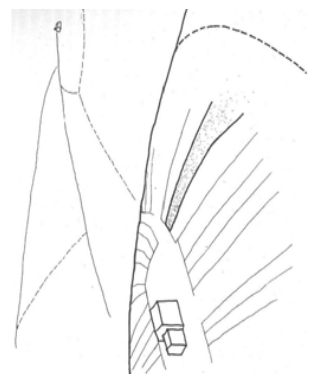
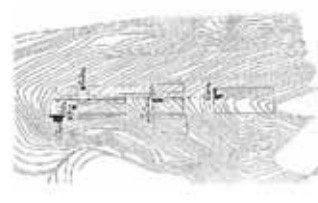

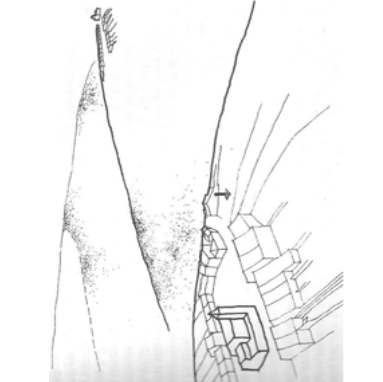
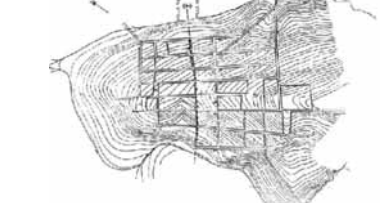

⁴⁵ Críticas e sugestões foram realizadas por outro estudo (OLIVEIRA, p. 124, 2010), indicando para o desenvolvimento urbano a dependência “(...) de políticas integradas e conectadas entre todos os organismos associados à cidade. Sem dúvida, o papel desempenhado pelo município de Itu à constituição do estado moderno de São Paulo e, indiretamente do próprio Brasil, tem nos potenciais históricos e geográficos ligados a lógica patrimonial um fator territorial importante para seu desenvolvimento. Por meio de diferentes atividades produtivas, os elementos naturais e edificados servem para propósitos educativos, de reafirmação e legitimação cultural entre diferentes classes e grupos, entre outras possibilidades. Fazer as intervenções necessárias, adequando às novas funções dos espaços juntamente com a defesa do patrimônio, é uma pequena, mas fundamental variável do conjunto de ações públicas e privadas. Mais que isso, a prioridade deve estar, ao mesmo tempo e de maneira integrada, em práticas educativas, em centros de saúde, em mecanismos de melhor distribuição de renda, na segurança pública, na melhoria das condições de transporte coletivo, e tantas mais, que sinergicamente compõem esse conjunto”.

Todavia, Scocuglia (2004), lembrando Certeau, M. e Arantes, evidencia que “(...) as práticas da revitalização urbana também apareceram associadas aos movimentos de busca de identidade, de valorização da memória urbana e da cidadania”. Não apenas como sustentáculo dos interesses de classe, subordinados ao capital e respaldo do Estado burguês. Sendo que para autora supracitada, “(...) essas análises envolvem a dimensão da cultura urbana sob outro ângulo ao enfatizarem a importância de incorporarem as ‘operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina’”. Ainda lembrando Certeau (1994) na produção de Scocuglia (2004), há concordância que os efeitos dessas intervenções devem ser analisados nas novas sociabilidades criadas na cidade. Aproximando da análise histórica sobre a formação sócio-espacial, do papel do Estado, junto com a leitura da população, a partir também de observações e prática do pesquisador.

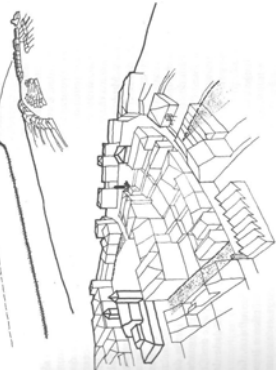


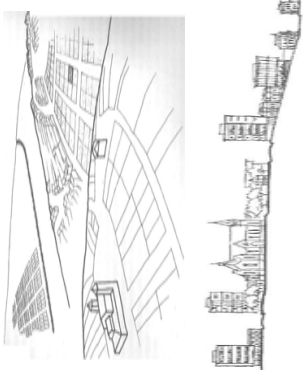





“A análise das interações sociais nos espaços revitalizados representa uma possibilidade de se entender como se estruturam as sociabilidades públicas marcadas por diferenças sócio-espaciais consubstanciadas nas diversas formas de consumir e de usar cotidianamente os bens culturais. O consumo cultural estaria produzindo mais do que processos de apropriação de signos ao procurar afirmar singularidades, formas de entretenimento, criando rugosidades sobre as utopias lisas da cidade moderna.” (SCOCUGLIA, 2004).

No quadro 5 (p. 122 e 123) há uma tentativa de esboçar uma síntese destacando aspectos descritivos fundamentadores do processo de formação territorial da cidade antiga, as lógicas estruturais imperantes em cada sistema de tempo, alicerçando a história e a geografia da formação espacial contemporânea de Itu. É somente por uma aproximação ainda parcial e, de certo modo arbitrária, entre a história patrimonial e a história do território que foi possível vislumbrar uma abordagem disciplinar na ótica da ciência geográfica. Trata-se, portanto, um meio de tomar a estrutura e influência da escala global sobre a perspectiva do Brasil, para então adentrar o recorte proposto, colocado mais especificamente o centro da cidade de Itu como referência de caso empírico da pesquisa.

MORFOLOGIA URBANA: ESTRUTURA E FORMA DA “CIDADE ANTIGA”

ESTRUTURA	PROCESSO	ARRANJO	CROQUI-MAPA	PATRIMÔNIO	FORMAÇÃO TERRITORIAL
<p>Brasil Colônia e a formação do núcleo de Itu-Guaçu 1610</p>	<p>União entre Estado e Igreja. Criação de novas capelas e conventos, de investidas militares e conflitos entre a população primitiva indígena e os novos colonizadores, o que marca profundamente as raízes históricas do lugar⁴⁶. A área torna-se entroposto estratégico na colonização do oeste paulista. Com características bastante peculiares (somadas às características físicas territoriais e pelo isolamento regional em que a sociedade ali assentada passava a se organizar), inicia-se um arcaico e ainda prematuro desenvolvimento comercial agrícola, fornecendo insumos necessários ao projeto de apropriação territorial da América pelos portugueses.</p>		<p>Do arratal à freguesia existe uma carência generalizada de documentos ou referências históricas da formação do núcleo urbano de Itu. Trata-se de uma carência comum entre tantos povoados iniciados nesta primeira fase colonial. A imagem abaixo, azulejo do Museu Republicano Paulista, mostra a fundação de Itu por Domingos Fernandes e Cristovam Diniz (1610).</p> 	<p>a) Patrimônio religioso: Construção da Capela de Nossa Senhora da Candelária. Primeira missa. b) Estrutura urbana primitiva: arratal, primeiras ruas, edificações simples, vielas. O rio Tietê como via de acesso e partida de Itu. c) Áreas de conflito territorial, colonizadores e indígenas, sedes e estruturas rurais arcaicas.</p>	
<p>Expansão colonial e estruturação de sustentações às entradas exploratórias 1650-1750</p>	<p>O embrionário núcleo urbano do município tem nesse momento funções específicas de subsidiar atividades econômicas diretamente associadas ao bandeirantismo, como a comercialização de produtos alimentícios e de animais para o transporte de mercadorias. Toccano (1981, p. 13) assim nos indica que é entre 1597 e 1607 que a feição da cidade se constitui, com a instalação de famílias de colonos e agregados. O eixo central de povoamento inicia-se numa área de interflúvio, entre os córregos do Guaratá e o Taboão, numa das cristas do Planalto Atlântico que avança sobre a Depressão Periférica Paulista. O sítio urbano se desenvolveu a partir de uma antiga capela, onde hoje se localiza a igreja do Bom Jesus.</p>			<p>a) Patrimônio religioso: edificações, bens, arte sacra, herança cultural material e imaterial (barroco paulista). b) Estrutura urbana primitiva: ruas, vielas, becos, poucas casas, estradas, rotas, prédios públicos, largos. c) Pequena lavoura de alimentos para subsistência e baixo excedente. Costumes, tradições, ritos (imaterial). A vida cotidiana se dá no campo.</p>	
<p>Consolidação da cidade açucareira e importância regional na primitiva rede urbana brasileira 1750-1850</p>	<p>No quadrilátero do açúcar, destacaram-se duas áreas, a de Campinas e a de Itu. A produção canavieira por outras áreas ao entorno desses núcleos era também expressiva. Além dos dois núcleos referenciados e as cidades limitrofes do quadrilátero, cabe e é necessário destacar outras áreas como as de Capivari e Mogi Mirim. Parafaseando Patrone (1968, p. 53): “(...) o quadrilátero, onde os canaviais se disseminaram mais ou menos densamente por toda a parte, era a área mais importante. E ela a responsável pelo ‘ciclo do açúcar’ que marca uma fase da evolução econômica paulista. (...)” A lavoura canavieira tomou conta dos negócios da vila e da região. Durante cerca de um século (1750 – 1850), a economia e a sociedade de Itu basearam-se nos negócios da cana, no comércio do açúcar.” (IANNI, 1996, p. 49).</p>			<p>a) Patrimônio religioso: edificações, bens, arte sacra, herança cultural imaterial. Reformas estruturais nas igrejas, douramento em ouro, pinturas e artes diversificadas (barroco, rococó). b) Patrimônio urbano: edificações, largos, praças, becos, vielas, cortiços, calçamentos em varvito e arruamento em granito. c) Patrimônio rural: sedes rurais, casas grandes, senzalas, engenhos, capelas. Costumes, tradições, ritos (imaterial). Lugar do cotidiano.</p>	

⁴⁶ O primeiro volume da obra “Cidade de Itu”, Francisco Nardy Filho (1999) descreve em detalhes essa tensão e conflito na apropriação da terra indígena durante as primeiras investidas coloniais pela região de Itu.

<p>Ciclo cafeeiro, período pré-industrial: concentração de empresas, ordenamento intra-urbano, infra-estrutura. 1850-1950</p>	<p>O papel do café fez emergir novas fortunas, tornando o fazendeiro em burguês e os escravos em trabalhadores livres, no mesmo tempo em que chegavam os imigrantes europeus e davam outra dinâmica ao contexto da vida no interior paulista. Mesmo em menor escala, que o café ou a cana-de-açúcar, o algodão também foi importante produto para o dinamismo econômico regional, principalmente na segunda metade do século XIX e meados do XX, contribuindo para o desenvolvimento das estruturas produtivas na fase pré-industrial do município, que teve, inclusive, a instalação da primeira fábrica de tecidos do Estado de São Paulo movida por máquina a vapor em 1869, hoje tombada pelo CONDEPHAAT.</p>			<p>a) Patrimônio religioso: edificações, bens, arte sacra, herança cultural imaterial e material. b) Patrimônio urbano: indústrias, barracões, sedes cooperativas, reformas e intervenções na estrutura urbana: iluminação, calcamentos, pontes, ruas, Mercado Municipal, Estação Ferroviária. c) Patrimônio rural: sedes rurais, engenhos de café, colônias de migrantes europeus. Costumes, tradições, ritos (imaterial).</p>	
<p>Tempos modernos: a indústria, a emergência da questão patrimonial e o turismo 1950-1990</p>	<p>Intensificam as transformações na sociedade ituana, deixando um legado cultural de vínculo com o modo de vida rural, transformando-se a partir das bases urbano-industrial, ganhando, segundo Ianni (1996, p. 87), "área de cidade". Comemorações religiosas e profanas perdem seu lugar para o rádio e posteriormente a televisão. As apertadas vielas de varvito e ou granito foram dando lugar a avenidas mais largas e com asfalto, segundo as novas funções impostas pelos automóveis, como também pelo aumento no fluxo de pedestres. Antigas casas não mais podiam comportar atividades comerciais, passando por profundas alterações estruturais. Os espaços mudaram e os tempos também.</p>			<p>a) Amplas transformações da cidade. São construídos arelhos gigantescos no centro. Torna-se a primeira Estância Turística de São Paulo. b) Grande parte de seu conjunto arquitetônico se perde e outros passam por regulação do Estado por meio do processo de tombamento. c) O espaço rural deixa a produção agrícola e adota o turismo como fonte econômica principal.</p>	
<p>A invenção do patrimônio urbano, transformações no cotidiano pelas novas intervenções nos largos e ruas centrais 1990-2010</p>	<p>Perspectiva contemporânea de intervenções em áreas centrais fica evidente em projetos de planejamento que buscam justificar o desenvolvimento social e econômico das cidades. Atividades produtivas modernas na área, sobretudo do turismo de caráter histórico-cultural, bem como das funções político-ideológicas que elas despertam no pensamento e na prática cotidiana do lugar. Espalhamento e fragmentação da malha urbana em função de operações do capital especulativo. Aumento expressivo no número de loteamentos e condomínios fechados, sobretudo nas margens da cidade, criando grandes vazios urbanos.</p>			<p>a) Grandes intervenções no centro da cidade pressupõem a inserção do local no jogo de atração turística entre as "cidades históricas" paulistas e brasileiras. O culto ao patrimônio assume complexa dinâmica no cotidiano do cidadão. b) Aproximadamente 300 imóveis são tombados pelo CONDEPHAAT na cidade, junto com o "centro histórico".</p>	

Quadro 5: Como toda generalização ou síntese, principalmente no caso de uma cidade que alcança quatro séculos de história (desde sua colonização, para não evitar anacronismos), este esquema se restringe a simples ilustração didática da morfologia e desenvolvimento urbano de Itu, sem qualquer interesse de abarcar, por hora, a totalidade das variáveis e resultantes deste fenômeno. Desenhos e croquis adaptados de: Marx (1997); Tibiriça (2004); Landim (2004); SEADE (2011). Organizado pelo autor, 2011.

CAPÍTULO IV

A INSTITUCIONALIZAÇÃO NORMATIVA DA PAISAGEM URBANA DE ITU COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

No último meio século diversas ações foram empregadas no sentido de tornar os elementos do centro antigo de Itu sob a proteção e tutela do Estado. As contradições inerentes a este processo podem ser entendidas por razões diversas, a partir das quais apenas décadas mais tarde algumas das reivindicações foram atendidas no âmbito institucional. Alusão feita a aprovação do pedido de tombamento do casco antigo da cidade, no ano de 2003, por meio da Secretaria de Cultura de São Paulo, conforme publicado no Diário Oficial do Estado⁴⁷. Ainda que as reivindicações derivem das décadas de 1960 e 1970, estas se estenderam pelas décadas seguintes de forma não menos incisivas. Fundamentalmente pelo contexto já explicitado em capítulos anteriores, mas sobretudo pelo respaldo dos esforços, estudos, levantamentos e inventários realizados por renomados líderes locais, pesquisadores e intelectuais, como Octavio Ianni, Helmut Troppmair e Walter Toscano. O ato de aprovação fez com que parte da cidade fosse integrada a planos estruturais mais relevantes da política de defesa patrimonial no Estado, e junto com mais sete cidades paulistas, Itu teve a paisagem de seu centro histórico tombada pelo CONDEPHAAT.

Conforme literatura, o processo brevemente sintetizado nas linhas anteriores revela um conjunto de dificuldades subjacentes à realidade e aos diferentes interesses locais, evidenciados em pelos menos cinco pontos básicos. O primeiro de origem econômica, ligado à iniciativa privada e aos comerciantes, temerosos com os efeitos negativos da presença do Estado em seus frutíferos negócios, bens e posses. O segundo ligado a ordem política, já que a legislação neste tema não compunha alternativas suficientes para uma ação mais efetiva sobre os interesses da preservação dos elementos representativos, tampouco da paisagem⁴⁸. O terceiro ponto é referente às questões culturais, pois a iniciativa de

⁴⁷ D.O.E. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212), sexta-feira, 7 de novembro de 2003.

⁴⁸ Ainda que as constituições de 1934 e de 1937 já trouxessem importantes referências às políticas de proteção do patrimônio, é com a Constituição de 1988 que o tema do patrimônio

preservar restringia-se a um grupo pequeno da população, principalmente de intelectuais e de indivíduos ligados a aristocracia regional. O quarto era associado à educação, já que os altos índices de analfabetismo, ligados também a uma prática formativa calcada na disciplina e de interesses alheios às necessidades reais da população acabaram sendo barreiras numa integração ou mobilização por uma política neste sentido. O que confirma a última instância, que seria a da organização social, em meio a uma consciência coletiva da cidade. O que de fato não se materializava naquele momento e ainda hoje se tornando um potencial entrave às ações ligadas ao patrimônio⁴⁹.

Apesar da força revelada pelo tombamento, enquanto ato administrativo capaz de fazer com que o Poder Público preserve bens segundo diferentes valores, ele não impede efetivamente a sua destruição, muito menos que a apropriação destes elementos seja feita democraticamente por diferentes grupos ou indivíduos da sociedade. Como foi o caso da retirada dos “skatistas” do centro da cidade ao longo da década de 1990, em que o discurso do patrimônio acabou por legitimar ações repressivas ao grupo. Contraditoriamente, em diversos casos, ele também corrobora para a própria reificação dos indivíduos, a partir do momento em que distancia a relação e entendimento sobre sua obra. Deixando de enxergar a cidade como fruto do trabalho, de sua força, passando a entendê-la como algo abstrato ou como mercadoria, a ser consumido e explorado. Ainda

cultural passou a ter uma amplitude maior, possibilitando levar em consideração a defesa múltipla de aspectos materiais e imateriais dos diferentes grupos sociais. Em seu artigo 216 explicita que: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (BRASIL, 1934, 1937, 1988).

⁴⁹ A ideia de consciência coletiva da cidade a que se refere, além da perspectiva já explorada de Canclini (2006), também é traduzida por um sentido favorável do monumento pensado por Lefebvre (1999, p. 31): “É o único lugar de vida coletiva (social) que se pode conceber e imaginar. Se ele controla, é para reunir. Beleza e monumentalidade caminham juntas. Os grandes monumentos foram trans-funcionais (as catedrais), e mesmo trans-culturais (os túmulos). Daí seu poder ético e estético. Os monumentos projetam uma concepção de mundo no terreno, enquanto a cidade projetava e ainda nele projeta a vida social (a globalidade). No próprio seio, às vezes no próprio coração de um espaço no qual se reconhecem e se banalizam os traços da sociedade, os monumentos inscrevem uma transcendência, um alhures. Eles sempre foram utópicos. Eles proclamavam, em altura ou em profundidade, numa outra dimensão que a dos percursos urbanos, seja o dever, seja o poder, seja o saber, a alegria, a esperança”.

assim, entender os efeitos provocados pelo tombamento torna-se fundamental a determinadas realidades, que em certos casos são profundamente dinamizados por esse ato. Afinal, as políticas urbanas, apesar do empoderamento dado ao município pelo Estatuto da Cidade, são referenciadas por propósitos em escalas que, muitas vezes, perpassam o próprio plano nacional. Portanto, ao entendimento do espaço geográfico, compreender a ação do Estado em suas múltiplas escalas, permite melhor entender ou mesmo compará-las com o olhar dos moradores e visitantes. Proporcionando, pois, sobre os bens protegidos uma relação consubstanciada por diferentes perspectivas, que neste primeiro momento é evidenciada pelo Estado e suas instituições, respectivamente por meio das políticas e estratégias ligadas no caso do centro de Itu mais especificamente à questão patrimonial. Mas que também implicam em transformações no plano do simbólico⁵⁰.

4. 1. O percurso da cidade na materialização institucional do patrimônio

O atual sistema de tempo, iniciado após o fim da segunda guerra mundial é considerado por Santos (1985) como o período técnico-científico, ou meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994). Ele teria a partir da segunda metade do século XX o poder de alterar profundamente a organização produtiva global por meio de articulação profunda das ciências, das técnicas e dos meios de informação. Segundo ele, “a tecnologia de comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto” (SANTOS, 1985, p. 27). As consequências desse processo culminariam numa dinâmica totalmente nova de organização espacial, onde qualquer fenômeno afetaria toda a humanidade e lugares do planeta.

Efetiva-se a diversificação e o adensamento da produção industrial brasileira, a região sudeste torna-se o lócus espacial, sendo São Paulo o estado protagonista dessa realidade (FURTADO, 1971; CANO, 1981; SANTOS, 2005;

⁵⁰ Como explica Nigro (2010, p. 70), “a preservação pode ser vista como uma forma de intervenção, tanto pelo seu caráter normativo como simbólico. Com relação ao caráter normativo, importa considerar suas formas jurídico-administrativas que impõem restrições às mudanças no uso e ocupação de bens preservados e de seus entornos, impulsionando, diretamente, o surgimento de novos modos de gestão e uso dos territórios. Com relação ao caráter simbólico, deve-se ponderar que a consagração oficial que transforma alguns bens culturais em patrimoniais, lhe confere um efeito de diferenciação social, fazendo com que novos significados lhe sejam atribuídos”.

MOREIRA, 2005). A cultura de massa e a intensa industrialização fazem com que ocorra uma série de transformações sócio-espaciais, alterando a estrutura das cidades e efetivando um processo de urbanização acelerado (OLIVEIRA, 2010).

Assim como as antigas atividades produtivas em outros períodos, a indústria e a urbanização vão gerar grandes alterações nas estruturas materiais do espaço geográfico, com influências diretas nas relações culturais de seus habitantes. Novas vias de acesso são instaladas, novas empresas atraídas, há uma grande expansão do comércio, massificação da cultura pelo rádio e televisão, enobrecimento do urbano e marginalização do rural, sendo esses apenas alguns exemplos das transformações ocorridas. Em Itu, as festas religiosas foram perdendo espaço para as profanas. Os esportes e atividades passaram por extremada massificação. Na paisagem, ao mesmo tempo em que os casarões foram dando lugar aos pré-moldados barracões comerciais, as calçadas de varvito e ruas de granito foram substituídas pelo asfalto e o concreto. A área central da cidade sofreu diversas intervenções ao longo do século XX, o que não findou na totalidade suas formas antigas. Estas rugosidades, contraditoriamente, se derivaram no contexto atual em especificidades condicionantes e potenciais ao desenvolvimento do turismo de base histórica e cultural. Por sua vez, no decorrer da arrumação da nova lógica produtiva, algumas pistas e evidências revelam a influência de resoluções e diretrizes internacionais nos estudos e políticas associadas ao temário do patrimônio. Trata-se de uma possibilidade de vislumbrar historicamente ligações entre o pensamento ocidental no âmbito do tema, de amplas escalas com a especificidade local.

Ao consultar o conjunto de leis municipais do município de Itu, no contexto do último meio século, é possível identificar esforços políticos no sentido de preservação dos elementos inseridos no centro. Ainda assim, estas leis e ações restringiam o valor a bens materiais específicos, principalmente aqueles com caráter monumental. Conforme esboçada pela lei n.º 1872, de setembro de 1977, que entre outras ações, dispõe do convênio com o governo do estado de São Paulo através da Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, para preservação, recuperação e restauração dos monumentos tombados na cidade, este por meio

da utilização de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de verbas próprias consignadas no orçamento. Os bens tombados na referida lei são aqueles elementos inscritos nos livros do IPHAN: Museu Republicano Convenção de Itu, Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária – esta última inscrita no Livro de Belas Artes e Histórica desde o ano de 1938, ou seja, anteriormente a organização institucional no âmbito estadual em São Paulo. Tais elementos são referenciados no quadro 07 (p. 133), com imagens e dados dos elementos e datas do tombamento.

Outras práticas nesta respectiva lógica também podem ser observadas no decorrer do tempo. Mais uma vez, fazendo uso de leis ordinárias, muito eficazes e reveladoras na análise das políticas urbanas locais, como é caso da de número 2098 de 1979. Dispondo de acordo com Ministério da Educação e Cultura por meio do CONDEPHAAT para operações de restauro da Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, com verbas do orçamento municipal.

Buscando neste tempo meios de intermediar a luta de interesses privados e públicos na área e zelando por ações de preservação do patrimônio urbano central, Walter Toscano (1981) aborda rico estudo do centro histórico de Itu. Nele demonstra as conflituosas relações na cidade, buscando sintetizar os esforços de orientação para o plano diretor da cidade de 1966 a 1968 a esse respeito. Estes ligados fundamentalmente a uma proposta diagnóstica, por meio de inventário dos bens e do sítio de forma mais generalizada, bem como a estruturação de uma alternativa política para a área central do município. Apesar dos esforços, tanto de base prática na formulação de uma estratégia de desenvolvimento municipal que considerasse a riqueza histórica da cidade, quanto institucional através de sua dissertação, ele acaba por revelar as dificuldades encontradas, fato que levou o plano a ser arquivado pela câmara do município. Segundo relata o autor,

“(...) todos os esforços para que se implantassem (o plano) foram insuficientes. A especulação do território desencadeada pela iniciativa privada sustou quase que completamente qualquer ação de caráter de preservação e revitalização da cidade, a despeito dos valores que nela residiam e ainda residem. Por falta de uma ação correta ao nível do envolvimento da população e de conscientização da mesma, por falta também de legislação adequada e de estruturas compatíveis com um programa ser desenvolvido, pouco se fez. Muito pelo contrário. Depois de ter sido enviado a câmara municipal para discussão e aprovação, não

só o plano foi arquivado por estar em desacordo com ‘interesses privados’ de comerciantes que exploravam e exploram edifícios localizados no centro histórico da cidade, mas também se permitiu a violação impune de leis que já atingiam alguns monumentos tombados pelo Patrimônio (IPHAN).” (TOSCANO, 1981, p. 5).

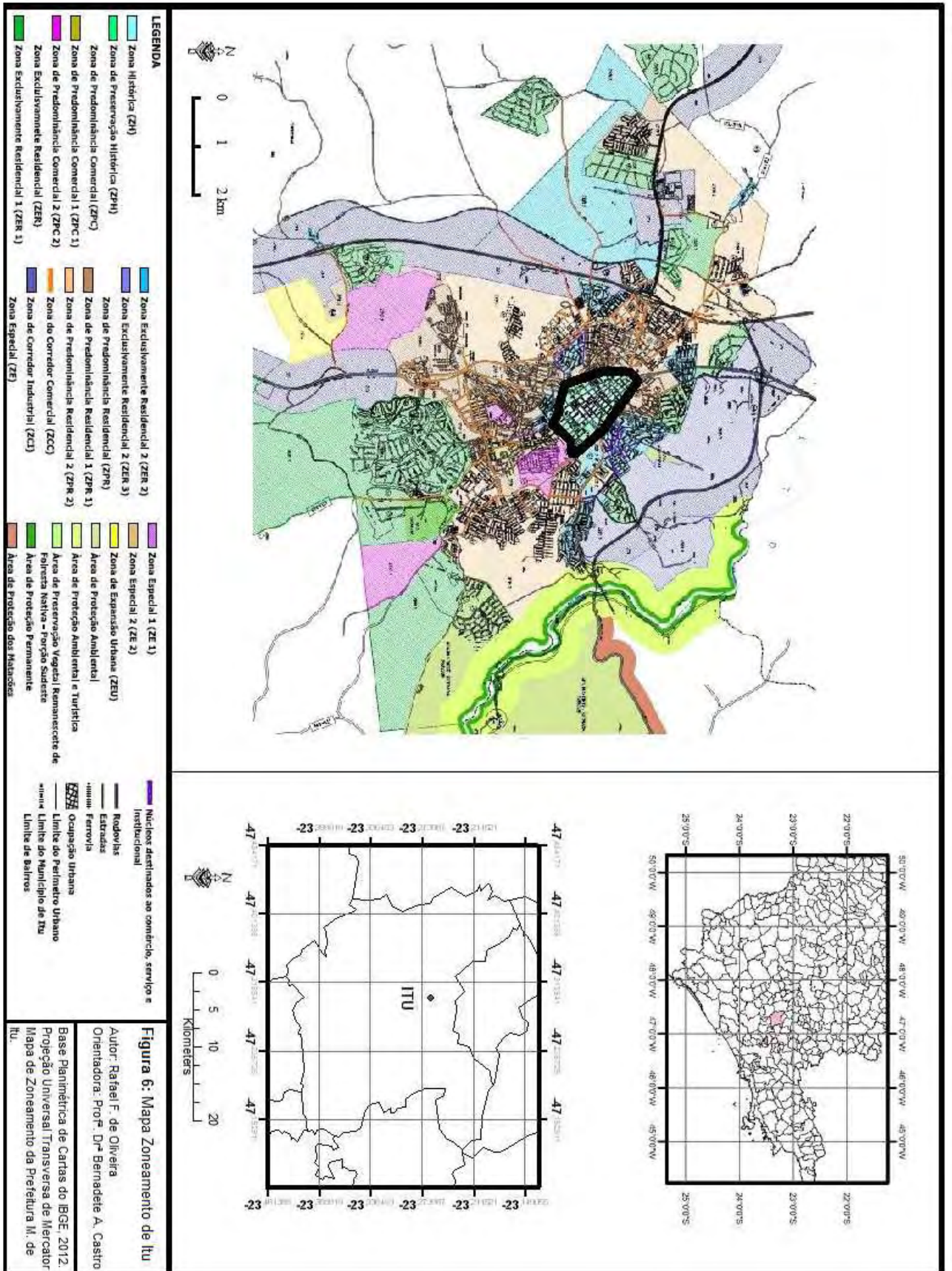
Com tombamento recente do centro histórico, a emergência do turismo e as possibilidades econômicas despertadas por ele, entre outros fatores decorrentes nas últimas décadas do século XX e meados do XXI, esse quadro se alteraria profundamente.

4. 2. A “patrimonialização” do centro de Itu pelo Estado

Ao longo de anos tramitando o processo de tombamento do Centro Histórico de Itu, em 2003, conforme Resolução SC-85, de 6-11-2003, a Secretária da Cultura de São Paulo, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149, de 15 de agosto de 1969 e do Decreto-Lei 13.426, de 16 de março de 1979, cujos artigos 134 e 149 permanecem em vigor por força dos artigos 187 e 193 do Decreto 20.955, de 1º de junho de 1983, resolveu tombar e classificar em graus de proteção o Centro Histórico da cidade de Itu. Conforme Artigo 1º “fica tombado o Centro Histórico da cidade de Itu, considerando”:

- I. A estrutura urbana configurada pela paisagem, o conjunto de logradouros e elementos arquitetônicos que conformam o Centro Histórico da Cidade de Itu;
- II. A existência nesse Centro Histórico de alguns elementos significativos tombados tanto pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado - Condephaat, cuja preservação impõe para sua valorização um controle em suas vizinhanças;
- III. Que além desses imóveis tombados, existe um conjunto de imóveis inventariados, nos termos do § 1º do artigo 216 da Constituição Federal e cuja preservação constitui fator importante para manutenção do Patrimônio Ambiental Urbano;
- IV. A melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Centro Histórico que nele vivem e trabalham.” (CONDEPHAAT, 2003).

No detalhe do Mapa de Zoneamento de Itu (p. 130), destaque em contorno do centro da cidade de Itu, com sua respectiva qualificação (ZH – Zona Histórica e ZPH – Zona de Proteção Histórica). Trata-se do núcleo antigo de Itu, com diversos usos híbridos, divididos entre comércio, serviços, residências e instituições públicas e privadas. Trata-se, conforme expressa o mapa, do espaço referencial da política normativa patrimonial em Itu.



No Artigo 2º o Centro Histórico de Itu é classificado em duas delimitações em função da importância dos elementos nele presente. A primeira área é denominada de Perímetro Interno. Esse polígono tem bens com alto nível de representatividade⁵¹, carecendo de maior respaldo e proteção do Estado. O Grau de Proteção 1 (GP-1), estipulado pelo CONDEPHAAT, é aplicável às edificações de alto interesse histórico, arquitetônico e ambiental, determinando que: a) A preservação das edificações seja integral; b) A utilização das edificações se dá por intermédio de funções compatíveis; c) Sejam aplicados métodos científicos em sua conservação e restauração.

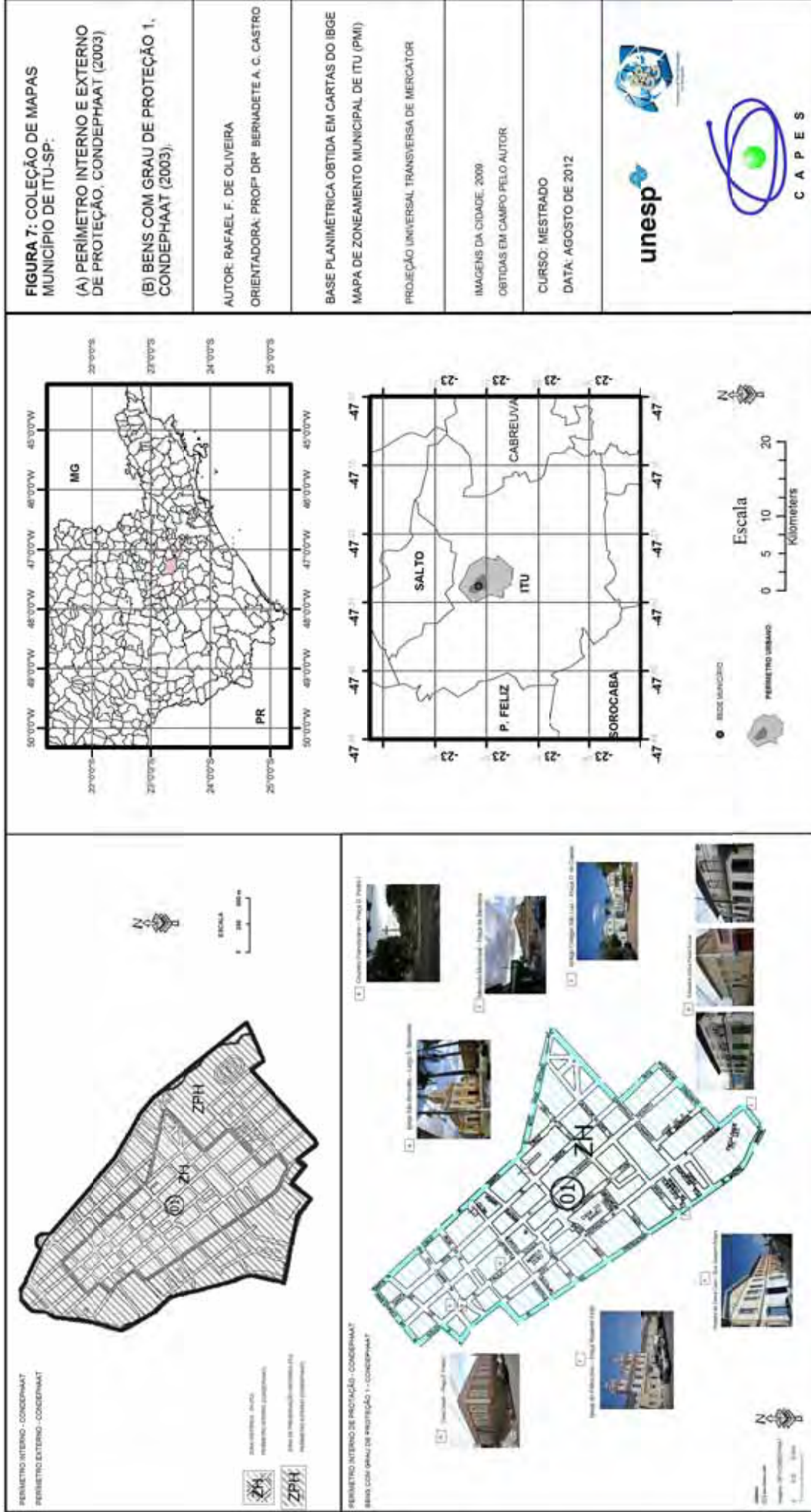
Imóveis de grau de proteção 1

ELEMENTOS	ENDEREÇO
Cruzeiro Franciscano	Praça D. Pedro I
Igreja do Patrocínio	Praça Regente Feijó
Igreja de São Benedito	Largo São Benedito
Mercado Municipal	Praça da Bandeira esquina com Rua Santa Cruz
Antigo Colégio São Luiz	Praça Duque de Caxias
Hospital da Santa Casa de Misericórdia	Rua Joaquim Borges com Rua Pedro de Paula Leite
Sobrado à Rua Paula Souza	Rua Paula Souza, 603, 607, 613 e 617
Sobrado à Rua Paula Souza	Rua Paula Souza, 664
Sobrado à Rua Paula Souza	Rua Paula Souza, 669
Casa Caselli	Praça D. Pedro I, 14 com Rua Paula Souza





Quadro 6: Imóveis de grau de proteção 1 (GP-1) – Condephaat. Secretaria de cultura do estado de São Paulo, por meio da resolução SC-85, de 6-11-2003. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212), sexta-feira, 7 de novembro de 2003. Organizado pelo autor, 2010.

Já no Perímetro Externo, na vizinhança do primeiro, há presença de muitos elementos considerados no GP-1 e, assim como o Polígono Interno, diversos bens considerados no Grau de Proteção 2 (GP-2). Este é aplicável às edificações nas quais se destacam, principalmente, os valores ambientais, determinando que: a) A preservação das edificações se aterá à conservação das fachadas, componentes arquitetônicos externos e cobertura; b) As edificações poderão sofrer alterações internas desde que respeitado o disposto no GP-1. O perímetro interno e externo podem ser especialmente observados no detalhe da figura 07 (p. 132), com imagens e localização dos bens na figura 08 (134).

⁵¹ Na escala nacional ou estadual. Em relação ao plano local, as contradições e correlações inerentes surgem na contemporaneidade sob várias projeções e a partir de variáveis, como classe, gênero, idade, entre outros aspectos.



Bens tombados pelo IPHAN em Itu-SP

<p>Bem / Inscrição Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuino do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio.</p> <p>Nome e atribuído <i>Painéis, 08 / Padre Jesuino do Monte Carmelo</i> Nº Processo 1176-T-85 Livro Belas Artes Nº <i>inscr.</i>: 617 ; Vol. 2 ; F. 042 ; Data: 17/05/1999 Livro Histórico Nº <i>inscr.</i>: 555 ; Vol. 2 ; F. 047 ; Data: 17/05/1999</p>	
<p>Bem / Inscrição Edifício-sede do Museu Republicano Convenção de Itu</p> <p>Nome e atribuído <i>Museu Republicano da Convenção de Itu: prédio</i> Nº Processo 0767-T-66 Livro Histórico Nº <i>inscr.</i>: 399 ; Vol. 1 ; F. 064 ; Data: 27/04/1967</p>	
<p>Bem / Inscrição Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos.</p> <p>Nome e atribuído <i>Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo</i> Nº Processo 0384-T-48 Livro Histórico Nº <i>inscr.</i>: 401 ; Vol. 1 ; F. 065 ; Data: 21/06/1967 OBS.: "O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Proc. Administr. nº 13/85/SPHAN".</p>	
<p>Bem / Inscrição Igreja Matriz de Itu</p> <p>Outras denom. <i>Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária</i> Nº Processo 0188-T-38 Livro Belas Artes Nº <i>inscr.</i>: 230 ; Vol. 1 ; F. 040 ; Data: 26/12/1938 Livro Histórico Nº <i>inscr.</i>: 114 ; Vol. 1 ; F. 020 ; Data: 26/12/1938 OBS.: "O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Proc. Administr. nº 13/85/SPHAN".</p>	

Quadro 07: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Departamento de Articulação e Fomento – DAF. Coordenação-Geral de Documentação e Pesquisa – Coordenação de Documentação – CODOC. *Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1938 – 2009. Quinta Edição – 2009. Revista e Atualizada [Versão Preliminar]*

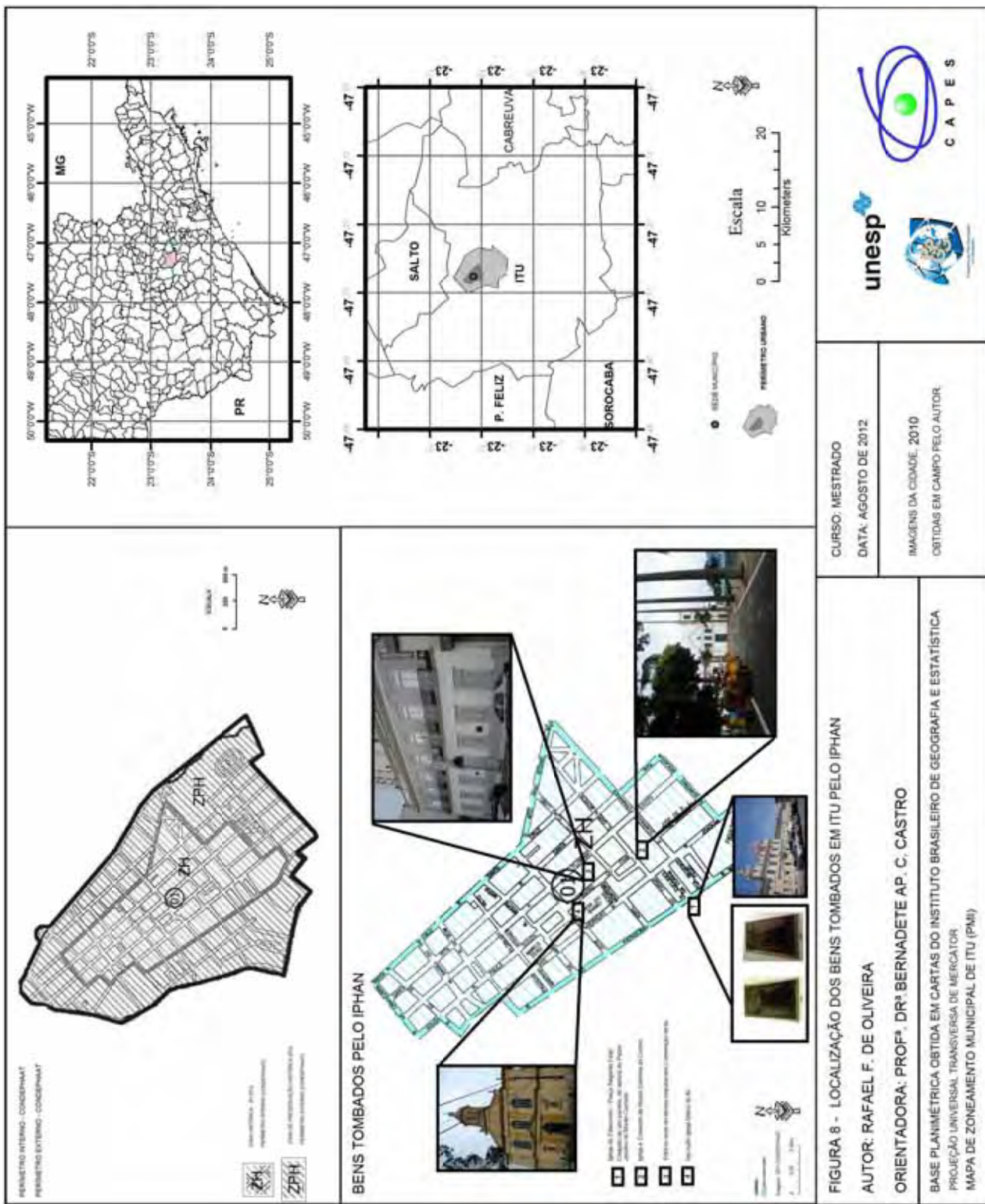


FIGURA 8 - LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS EM ITU PELO IPHAN

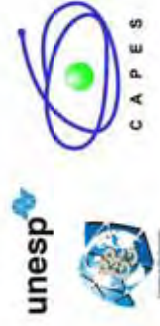
AUTOR: RAFAEL F. DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF. DRª BERNADETE AP. C. CASTRO

BASE PLANIMÉTRICA OBTIDA EM CARTAS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
 MAPA DE ZONEAMENTO MUNICIPAL DE ITU (PMI)

CURSO: MESTRADO
 DATA: AGOSTO DE 2012

IMAGENS DA CIDADE: 2010
 ORBITADAS EM CAMPO PELO AUTOR



Além de bens edificados específicos, protegidos pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT, como mostra o quadro 8 a seguir, também é assegurada a salvaguarda de 260 imóveis, que se distribuem pelo centro e seu entorno. Qualquer prática que modifique a estrutura dos bens, ou propriamente calçadas, ruas e fachadas, mesmo aqueles fora do perímetro interno, devem ter avaliação prévia do município ou pelo Estado.

Bens patrimoniais tombados pelo CONDEHAAT no Centro Histórico de Itu

LOCALIZAÇÃO DOS BENS TOMBADOS NO CENTRO DE ITU - CONDEPHAAT	
Endereço	Número – referência
Rua dos Andradas	n ^{os} 73, 90, 96, 180, 188, 196, 237 (10, 18 da XV de Novembro), 306, 312, 353, 359, 412 (Colégio Estadual), 500, 514, 515, 522, 523, 526, 540, 541, 550, 558, 617, 633, 638, 657, 669, 704, 712
Rua Barão do Itaim	n ^{os} 67, 70, 90, 92, 113/121, 128, 149, 167, 180/188, 210, 211
Rua Barão do Rio Branco	n ^{os} 19, 31, 33, 43, 121, 127, 139
Rua Benjamin Constant	n ^o 336
Rua Capitão Fleming	n ^o 146 (convento)
Rua Cleto Fanchini	n ^o 592
Rua Gustavo Paula Leite	n ^{os} 30, 32, 42, 44, 54, 56, 68, 70
Rua da Convenção	n ^o 204 (Café Mercedes)
Rua Domingos Fernandes	n ^{os} 140 e imóvel esquina com Rua Floriano Peixoto, n ^o 306
Rua Floriano Peixoto	n ^{os} 122, 275, 276, 284, 288, 290, 318, 326, 328, 346/358, 460, 480, 507, 627, 643, 774, 824, 830, 1014, 1045, 1062, 1084 (Toninho), 1098, 1247, 1265, 1275, 1287, 1306, 1307, 1311, 1315, 1386, 1478/1492
Rua Garcia Moreno	n ^o 128
Rua Graciano Olavo Geribello	n ^{os} 157 (Asilo de Mendicidade N. S. da Candelária), 162, 172, 174, 194 a 204, 248
Rua Joaquim Borges	n ^{os} 182, 230, Santa Casa, Maternidade.
Rua José Elias	n ^{os} 36/44, 52 (Clube dos Comerciantes), 121
Rua José Santoro	n ^{os} 28, 30, 40, 42, 52, 54, 64, 66, 76,78, 88, 90, 100, 102, 112, 114, 122, 27, 29, 41, 43, 53, 55, 65,67, 77, 79, 89, 91
Rua Madre Maria Basília	n ^{os} Faculdade N. Sra. Do Patrocínio, Canadense no 64/124
Rua Madre Maria Teodora	n ^{os} 11, 15, 23
Rua Maestro José Vitório	n ^{os} 242, 244
Rua Marechal Deodoro	n ^o 349
Rua Padre Bartolomeu Tadei	n ^o 09 (Fábrica São Pedro)
Rua do Patrocínio	n ^{os} Cooperativa do Sesi (esq. com 21 de Abril n ^o 153), (esq. Com 21 de Abril n ^o 178), 447/455, 636, ColégioVoiron, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras n ^o 716
Rua Paula Souza	n ^{os} 215 (Bolinha), 547 (Salão Padre Tadei), 603/607/613/617 (Lila), 637, 655,

	664 (Casa da Cultura), 669/671 (Light), 740/746/750/754, 745, 755, 771.
Rua XV de Novembro - Becão	nºs 135 (Transformador da Light), 10/18 (esq. com Rua dos Andradas nº 237).
Rua Santa Cruz	nºs 222/226, 414/422, 442/448 (Snobar, esq. Bom Jesus no 135), 506/520, 536, 552, 568, Igreja São Benedito, Mercado Municipal, 1053, 1087/1095.
Rua Santana	nº 322.
Rua Santa Rita	nºs 280, 296, 451, 461, 469, 572/582, 685, 895/901, Igreja Santa Rita, 933, 966, 978 (Salão Elias Lobo), 1071, 1117, 1319/1325
Rua Sete de Setembro	nº 136.
Rua Vinte de Janeiro	nºs 253, 265.
Rua 21 de Abril	nºs 153, 178.
Rua Thomás	nº 306 (Fábrica Maria Cândida).
Praça Padre Anchieta	nº 547 Paula Souza (Salão Pe. Tadei), nº 507 Floriano Peixoto, esquina com Bom Jesus.
Praça da Bandeira	nºs 45, 50/54/58, 65, 77, Mercado Municipal, Igreja Santa Rita.
Praça Conde de Parnaíba	nºs Colégio Convenção de Itu, Instituto Borges, incluindo galpões, nº 76, (Floriano Peixoto nºs 1478/1492 esquina).
Praça Duque de Caxias	nºs Antigo Colégio São Luís, 89 (Oficina Mecânica Gazzola), 63, 109.
Praça Independência	nºs 210, 211 (da Barão do Itaim), 208, 15/19/21 (Casa Almeida Jr.), 8/16/28 (esq. com Floriano Peixoto).
Praça Padre Miguel	nºs 56, 63/65, 74, Clube Ituano 79, 83, 93, 23, (chalet), 39, 55.
Praça Regente Feijó	nºs Igreja do Patrocínio, 159.
Praça D. Pedro I	nºs 14, Cruzeiro Franciscano.
Largo S. Benedito	Igreja de São Benedito.
N.D.	Asilo da Mendicidade.
N.D.	Estação da Fepasa.
N.D.	Sede da Fazenda junto ao Fórum.

Quadro 08: Com base na Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, por meio da Resolução SC-85, de 6-11-2003. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212), sexta-feira, 7 de novembro de 2003. Organizado pelo autor, 2010.

O desenvolvimento de consultas bibliográficas e levantamentos em campo comprovaram a riqueza da estrutura do patrimônio edificado urbano do município de Itu. Observou-se que as casas, ruas e calçadas não contam com formas homogêneas, evidenciando as funções diversificadas por elas desempenhadas no tempo. É possível observar construções de diversos períodos e momentos. Sobressai, pois, o conjunto de construções tipicamente erigido no século XIX, quando a cidade cresce mais substancialmente e há certa predominância de estilos arquitetônicos neoclássicos e do ecletismo. Ainda assim alguns elementos ainda evidenciam traços construtivos de épocas mais antigas.

O patrimônio cultural da cidade não está limitado aos bens edificados, ou mesmo ao plano material. Todavia a política oficial de defesa se restringe a eles, não havendo, portanto, qualquer alusão formal a sua multiplicidade, representado por festas, como a do Divino, Italiana, por ritos, como as longas cavalgadas e caminhadas até o município de Pirapora do Bom Jesus, comidas, práticas, costumes, observados ao longo da pesquisa e bem elucidados por Kilza Sett⁵². Esta atitude pode ser reveladora, sobretudo quando analisado mais adiante o reconhecimento dos elementos pelos cidadãos, bem como o seu relacionamento com a cidade.

De maneira análoga, ao longo da década de 1990 diversas intervenções foram realizadas concomitantemente a esse processo, ao que tudo indica, preparando a paisagem e munindo o espaço geográfico como uma espécie de receptáculo e potencial dinamizador de novas atividades produtivas na área, o que guarda certa aproximação de modelos e padrões em outras cidades e casos em locais considerados históricos.

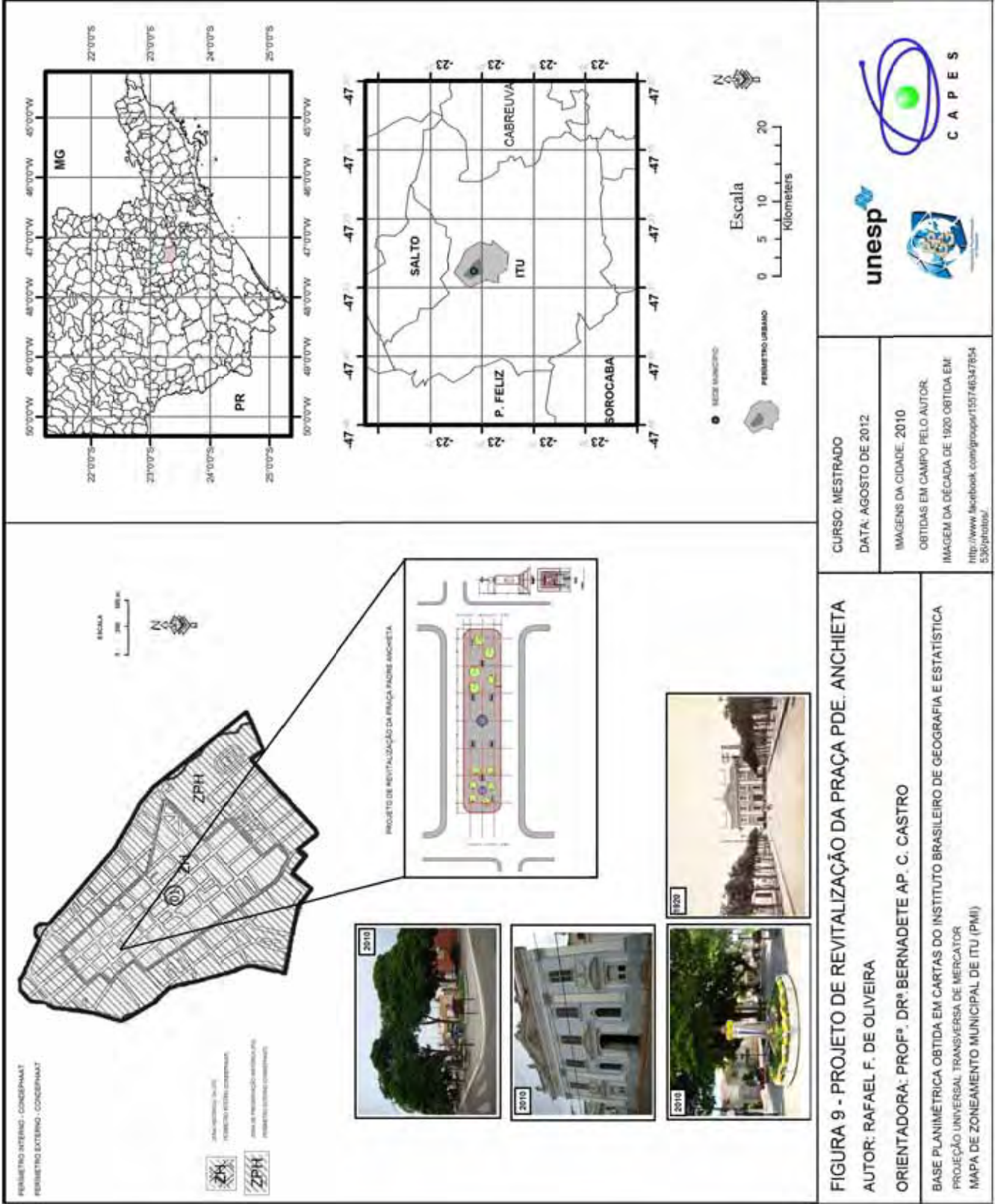
Nas figuras 9 e 10 (p. 139 e 140), a espacialização da política de reurbanização e valorização do ambiente por meio dos projetos arquitetônicos. Na primeira, Praça Padre Anchieta, o projeto de intervenção evidencia o destaque dos monumentos na área. Prevendo (a) holofotes aéreos para iluminação da fachada da Igreja do Bom Jesus; (b) holofotes térreos para iluminação das árvores; (c) bordas de concreto em torno dos monumentos e de elementos paisagísticos; (d) construção de monumento em granito, com o símbolo da cruz e placa em bronze. Além destes elementos característicos houve a padronização de sinalização turística, com a organização de textos, mapas e imagens dos monumentos em placas no seu entorno.

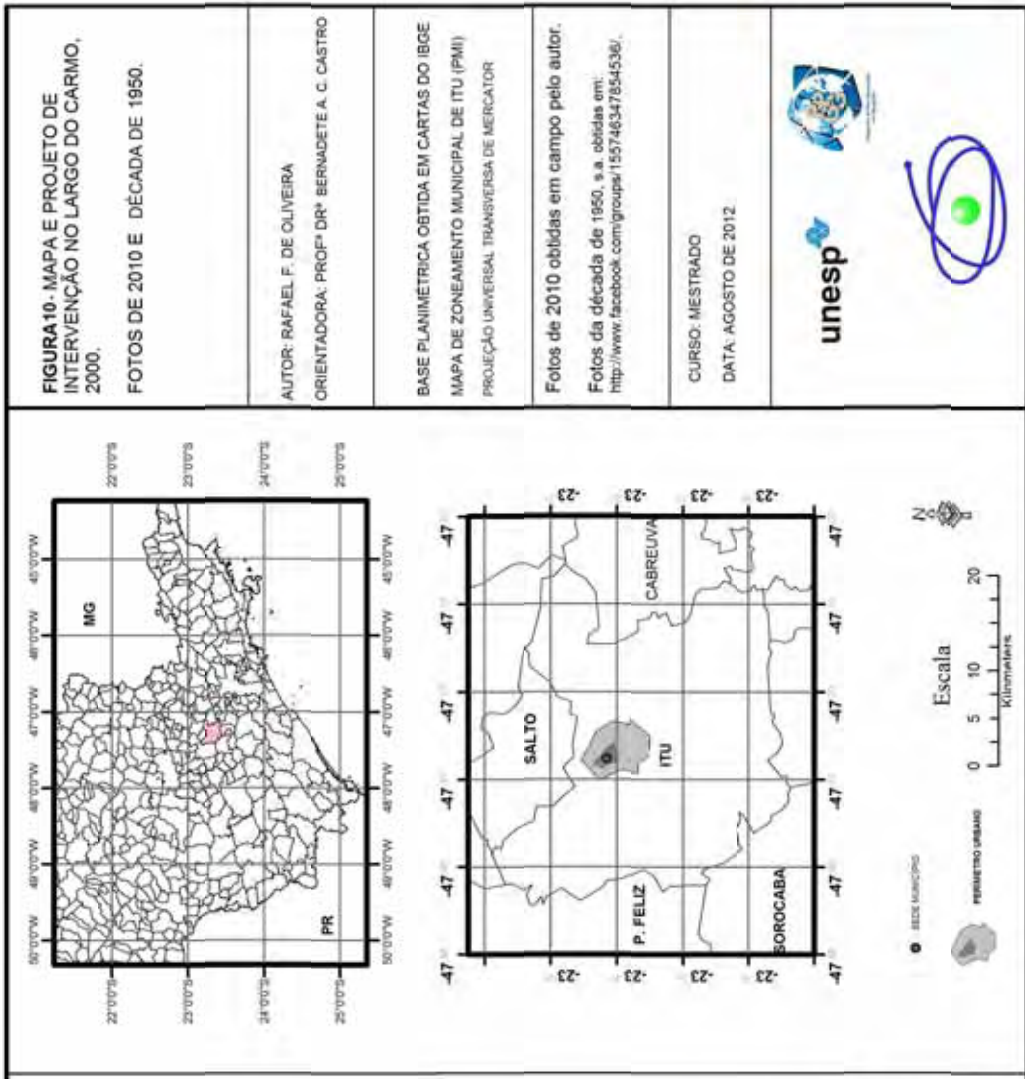
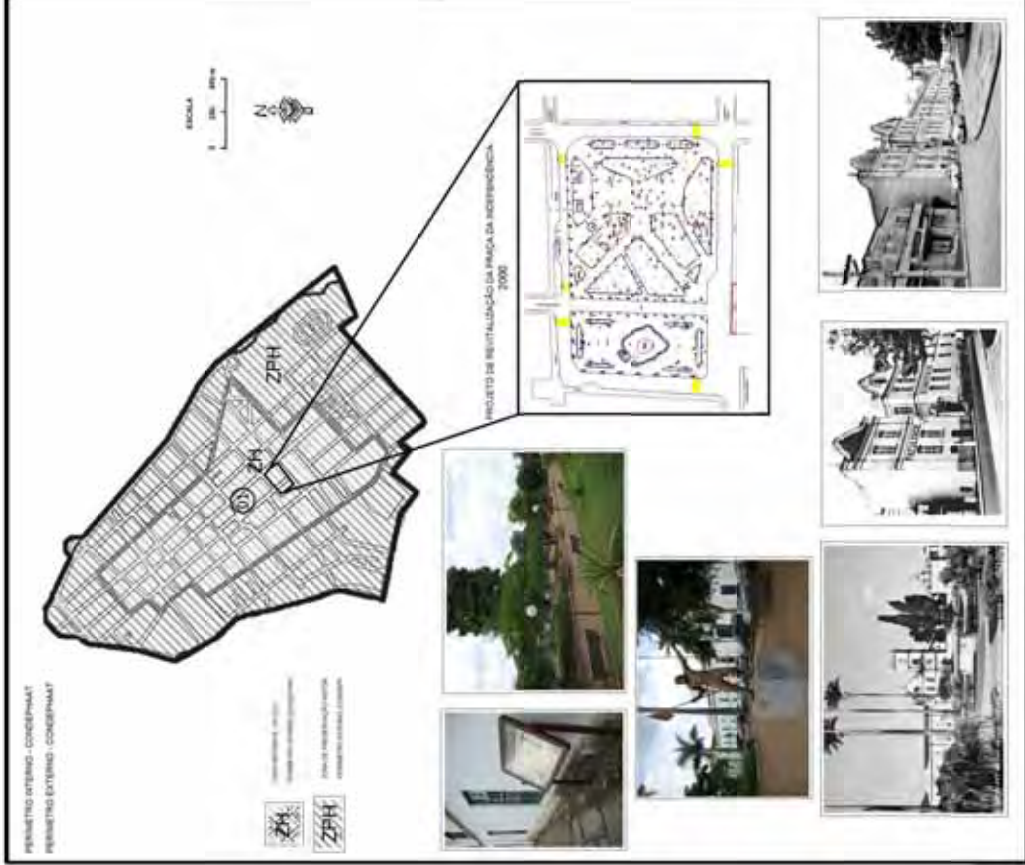
Tibiriçá (2004) entende que este modelo de intervenções, específico em áreas centrais, é realizado no Brasil desde a década de 1980, numa perspectiva diferenciada daquelas realizadas desde o início do século XX, nas grandes cidades brasileiras. Segundo ela, estas intervenções tiveram uma apresentam o caráter higienista, saneador e de embelezamento das cidades. (TIBIRIÇA, 2004).

⁵² Estudo realizado para o CONDEPHAAT.

“Nos anos 1930, as áreas centrais passaram por transformações mais radicais de suas estruturas físicas na busca da construção de uma identidade metropolitana. Já nos anos 1960, estas intervenções assumiram caráter de “renovação urbana”, adequando a cidade quase que somente ao uso disseminado dos automóveis. Foi, quando nos anos 1980 e 90, a noção de reabilitação de áreas urbanas foi incorporada à perspectiva da revitalização e revalorização de áreas centrais, levando em consideração as características culturais locais, assim como o respeito pelo patrimônio arquitetônico e urbanístico das cidades brasileiras. (...) Estas experiências do final do século XX caracterizam-se, na maioria dos casos, pela iniciativa do poder público que preconiza a participação do setor privado. Outra diferença marcante é que estas experiências vêm utilizando estratégias que, ao mesmo tempo em que estimulam novos empreendimentos imobiliários, valorizam o patrimônio arquitetônico e urbanístico existente, combinando sua preservação a políticas complementares, que visam o incremento do uso cultural, turístico, de lazer e, em alguns casos, habitacional.” (TIBIRIÇA, 2004).

Na Praça da Independência uma transformação estrutural foi revelada quando os maderites foram colocados abaixo e a nova paisagem revelada. Tudo em poucos anos antes do tombamento normativo do centro. Do projeto datado do ano 2000, observa-se como de fato a nova roupagem elaborada se estabeleceu pelo corte de não menos que vinte grandes árvores saudáveis, além de muitas outras que hipoteticamente já apresentavam problemas. Assim também, muitos postes de iluminação, holofotes destacando pontos específicos da área, um novo parque infantil, pedras portuguesas, entre outros elementos mais, deram a tona das intervenções na praça. Inclusive como atestam algumas pesquisas em jornais locais do período, o prefeito Leonel Salvador (PMDB) ficaria conhecido por seus opositores políticos como o gestor dos “jardins” ou “das pracinhas”, tamanha a transformação provocada nestes locais por sua gestão (1997 a 2000).





Em Itu, essa arrumação especializada do centro, dada pela adoção de novos padrões estéticos urbanos em elementos próprios, concentrando serviços e grupos de consumo em eixos bem delimitados, resulta daquilo que Ajonas (2010) por uma leitura crítica tratou como uma cidade que corroboraria na origem ou na aceleração do processo de metamorfose do cidadão em consumidor, ou da conversão do lugar de valor de uso para valor de troca,

“(...) há um prejuízo no que se refere aos conteúdos da vida urbana à medida que esse processo de urbanização se intensifica, pois ele gera uma cidade na qual os habitantes organizam suas próprias vidas em torno de redes. Apropriam-se precariamente da cidade, pois a vivenciam através de parcelas predefinidas por meio de fluxos que se criam e que tem como objetivo principal satisfazer suas necessidades de consumo. O valor de uso dos lugares é anulado em benefício do valor de troca que se impõe sobre os mesmos. O papel do marketing favorece a exacerbação do consumo e atua como elemento importante na transformação do indivíduo em consumidor, em detrimento do cidadão. O consumismo torna-se o verdadeiro ópio da sociedade, que torna o homem submisso aos objetos e o impede de exercer sua cidadania plena. Desvendar essa alienação produzida na cidade e pela cidade, entretanto, é o ponto de partida rumo a uma nova dimensão de apropriação do espaço.” (AJONAS, 2010, pp. 155-156).

Essa perspectiva contemporânea de intervenções em áreas centrais fica evidente em projetos de planejamento que justificam o desenvolvimento social e econômico das cidades. No caso de Itu, ratifica-se claramente esse processo em seu plano diretor participativo. Em capítulos específicos sobre o planejamento e gestão do patrimônio histórico-cultural urbano, podem ser destacadas diretrizes que embasam tal realidade, como:

“projeto de implantação de galeria de serviços para enterramento das redes de distribuição de energia; de telecomunicações e de informações; (...) fiscalizar e promover a paisagem urbana na Operação Urbana Centro Histórico de forma diferenciada do restante do território urbano de Itu; (...) restaurar conjunto arquitetônico do centro, incluindo-se nessa ação a revisão e recriação de inventário das edificações, de forma completa e detalhada, com acesso do público em geral; padronizar e remodelar, em parceria com a iniciativa privada, a comunicação visual, o sistema de informações e a sinalização da cidade, com relação à prestação de serviços, o comércio, o lazer, o turismo e o patrimônio histórico arquitetônico; (...) estabelecer parcerias para transferência e aquisição de tecnologia com entidades nacional e internacional da comunidade empresarial afins (Organizações Públicas e Privadas, Organizações não Governamentais - ONG's, Universidades e Institutos), com ênfase na atividade de apoio à prestação de serviço, valorização do

comércio, desenvolvimento do potencial industrial, promoção do lazer e fomento ao turismo e ao patrimônio histórico, arquitetônico e cultural; viabilizar, promover, organizar, enviar e recepcionar missões comerciais, seminários, feiras e exposições para negociação e intercâmbio (...)" (ITU, 2006).

Por tratar-se de um fenômeno complexo, mas passível de análise, as ações do Estado tanto no tombamento, como em intervenções pontuais nessa área, resulta pela crítica já estabelecida em novos conteúdos. O referencial calcado em entrevistas e de questionários à população, além de observações diversas em campo, evidenciam relações diretas entre estes processos. Estas relações poderão ser mais bem estabelecidas posteriormente, quando da análise destes materiais no capítulo seguinte.

4. 3. De entrave a potencial: a paisagem como produto/produtora do turismo

De entrave ao desenvolvimento, as rugosidades passaram a se apresentar com atrativo potencial ao município. Sobretudo quando a organização do turismo pelo estado de São Paulo, integrado regionalmente, passava a ser mutuamente planejado e gerido no sentido de ampliar a produção, beneficiando seus associados, atraindo investimentos, agregando valor aos produtos, diversificando as atividades potenciais, perpetuando a disputa interespaçial por segmentos sociais em busca do consumo. Tanto que as peculiaridades regionais passaram a ser levadas em consideração no planejamento de cada iniciativa, que no caso específico do médio vale do Tietê se tornaria a história e a cultura, sobretudo contextualizada ao temário dos bandeirantes.

Outras circunstâncias históricas e culturais detalhadas anteriormente, como aspectos naturais próprios, passaram a compor novas alternativas e modalidades de turismo. Fato importante neste processo relaciona-se a indústria cultural, por meio da mídia televisiva e o papel do comediante Simplício. Ao satirizar o caipira, figura regionalista, o ator utilizava adjetivos de grandeza para a cidade, originando a construção de um orelhão telefônico enorme e um semáforo na praça matriz, juntamente com a produção de alimentos e lembranças com proporções também anormais. A popularidade promovida pelo humorista, fundada no caipira, não foi suficiente para uma política mais incisiva neste segmento por parte do Estado. De fato, mesmo o reconhecimento dado pelos gestores

municipais ao personagem e os elementos gigantes que passaram a fazer parte da rotina do ituano, seu âmbito representativo foi limitado por outros temários, como a Roma Brasileira, Cidade Republicana ou dos Bandeirantes.

O Parque do Varvito e a Estrada Parque são elementos importantes nesta mudança de paradigma vivenciada na cidade nos últimos anos do século XX e meados do XXI. A emergência da questão ambiental trouxe novos olhares e comportamentos da sociedade. As teses apontadas por Hannigan evidenciam pelo menos uma questão ativa na apreensão destas transformações. Para ele a explicação pós-materialista esboçaria a ideia de uma profunda mudança de valores sociais, regida por novas necessidades imateriais, em que o contato com lugares e ambientes menos antropizados seria um desses fundamentos (HANNINGAN, 2001, p. 37). Numa perspectiva em escalas mais regionais, Scifoni (2012, p. 176) observa que os fragmentos da natureza que passavam a ser protegidos no estado de São Paulo na década de 1970 tinham também vínculos com a história e a memória coletiva, mais que patrimônio natural, estes traduziam a justificativa do tombamento na ressalva do “(...) papel dessa natureza na formação histórica do território”, em que “(...) a Pedreira de Varvito (Itu) [...] é reconhecida como de valor em função dessa rocha fazer parte intrínseca da história das construções da cidade”. É provável que essa associação justifique em grande medida possíveis interações metabólicas entre cultura e natureza, naquilo que a própria paisagem corresponde e que foi tratado com maior profundidade na primeira parte desta pesquisa.

O varvito é uma rocha de origem sedimentar glacial ou lacustre, composta por uma sucessão de camadas argilosas e siltosas, de coloração diferenciada ligada à variação sazonal. Sua estrutura indica uma ritmicidade entre siltitos cinza claros e folhelhos mais escuros, com maior porcentagem de matéria orgânica, resultado da oscilação entre épocas frias e quentes. Os varvitos de Itu, localizados na Chácara da Pedreira, são característicos da formação Itararé, Grupo Tubarão, formados entre o período carbonífero superior e o permiano médio, de 270 a 350 milhões de anos. As camadas delgadas se alternam em espessuras que variam desde poucos milímetros a vários centímetros, tornando o varvito um tipo de rocha de beleza original, muito utilizado como revestimento de piso em residências. A área tombada corresponde a uma antiga pedreira desativada, de onde era extraída a rocha. (CONDEPHAAT, 2012).

O varvito em Itu-SP



Figura 11: O varvito na estrutura urbana de Itu é uma singularidade evidenciada desde tempos antigos, por relatos de viajantes que passaram pelo município. No detalhe, extração e uso do varvito na cidade. Foto antiga, com extração da rocha na pedreira, extraída de <http://www.facebook.com/groups/155746347854536/photos/>. Fotos restantes, dos calçamentos de varvito na cidade em 2011, tiradas pelo autor.

No plano regulatório e ativo do Estado, resulta a sistematização de circuitos regionais de turismo, no forma de roteiros. Segundo Gavioli (2012), no ano de 2003 – ano do tombamento da paisagem do centro de Itu – oficializa-se por chancela do governo estadual de São Paulo o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil. Aí situando então o Roteiro dos Bandeirantes, englobando as cidades de Araçariguama, Tietê, Porto Feliz, Itu, Salto, Cabreúva, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba, conforme figura 12 (p.145).

“(…) O roteiro é baseado no agrupamento dos atrativos ligados à temática bandeirista, somado às facilidades e acessos aos municípios integrantes, originando um produto diferenciado e com maior valor agregado. (...) O legado histórico e cultural remanescente do período bandeirista é o elemento orientador do roteiro. Os municípios envolvidos nesse projeto tiveram forte influência do bandeirismo e, em decorrência, conservam um importantíssimo patrimônio histórico e cultural que, atualmente, auxilia na interpretação do passado nacional por meio do turismo. (...) O roteiro foi implementado em decorrência do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil. Chancelado pelo

Governo do Estado de São Paulo em novembro de 2003, o Roteiro dos Bandeirantes atingiu um dos principais objetivos da regionalização, diversificou a oferta turística nacional. Perpassando três regiões turísticas, o roteiro contempla os segmentos do turismo cultural e do ecoturismo, sendo trabalhado para o consumo no mercado nacional.” (GAVIOLLI, 2012).

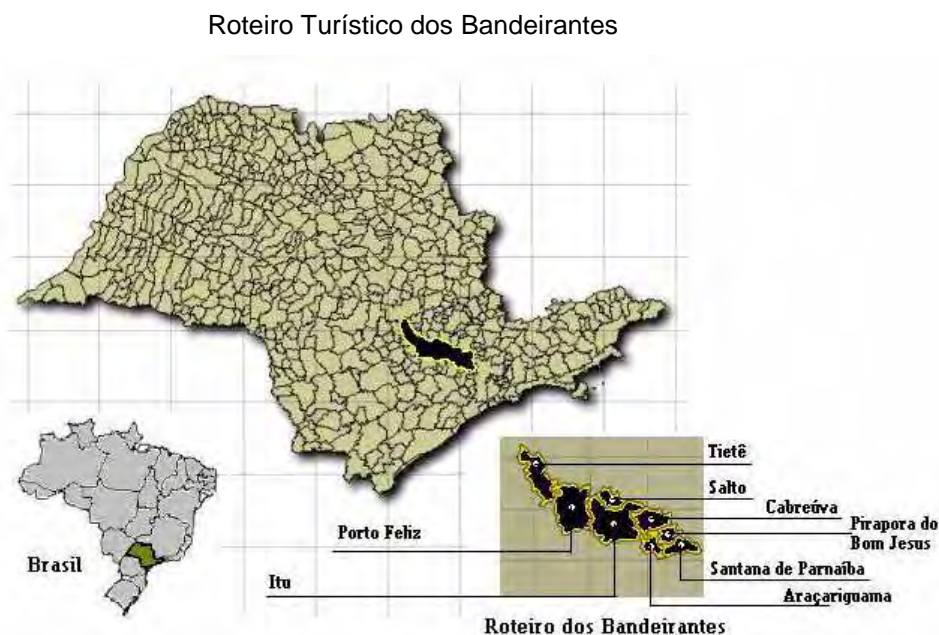


Figura 12: Municípios do Roteiro dos Bandeirantes em São Paulo. Organizado pelo autor, adaptado do IBGE e do sítio digital: www.explorevale.com.br

Como apontado, a presença do Estado é direta. Toda estrutura está organizada em função da administração pública de cada município, em que o órgão decisório e deliberativo é o Conselho de Prefeitos, com representação política de cada município associado⁵³. Como aponta Gaviolli (2012), o roteiro extravasa a escala regional, visando atingir “o consumo no mercado nacional” e por meio de um trabalho conjunto entre as cidades poderiam conseguir “(...) uma imagem coerente e harmônica, e, gerar uma imagem orgânica positiva nos turistas”. É a lei de número 528/2003 que autoriza o município a participar do consórcio, com recursos orçamentários próprios.

Os incentivos ao turismo de base histórico e cultural passam a ser representativos, inclusive na forma de lei. Como a que dispõe de incentivo fiscal para realização de projetos culturais, com dedução de até 20% do Imposto Sobre

⁵³ Nos anexos segue LEI Nº 528/2003, que dispõe sobre a participação de Itu no consórcio.

Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. A lei 4475, datada do ano 2000, coloca que

“Os Projetos Culturais a serem beneficiados pela presente Lei, de forma a incentivar a implantação e o desenvolvimento de atividades culturais que existem ou venham a existir no âmbito do município, deverão estar enquadrados nas seguintes áreas:

- I - Produção e realização de projetos de música e dança;
- II - Produção teatral e circense;
- III - Produção e exposição de fotografias, cinema e vídeo;
- IV - Criação literária e publicação de livros, revistas e catálogos de arte;
- V - Produção e exposição de artes plásticas, artes gráficas e filatelia;
- VI - Produção e apresentação de espetáculos folclóricos e exposição de artesanatos;
- VII - Preservação do patrimônio histórico e cultural;
- VIII - Construção, conservação e manutenção de museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais;
- IX - Concessão de bolsas de estudos na área cultural e artística;
- X - Levantamentos, estudos e pesquisa na área cultural e artística;
- XI - Realização de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados a formação e especialização e aperfeiçoamento de pessoal na área de cultura, em estabelecimento de ensino sem fins lucrativos. (ITU, 2011).

A paisagem do centro de Itu, constituída por formas antigas, mas permeada por novas atividades e conteúdos, não apenas passa a ser ofertada em anúncios publicitários, mas a sofrer também alterações. Como evidenciado, num primeiro momento, antes mesmo de sua normatização regulada pelo Estado, a área é reurbanizada, o que no projeto foi classificado de revitalização. Num segundo plano, mais recente, em 2010, por meio da construção de monumentos pontuais na Praça Padre Anchieta e na Praça da Independência: um altar com cruz em bronze na primeira e uma imagem do bandeirante fundador da cidade na segunda. Outras ações materiais de modernização, como o asfaltamento da rua do Patrocínio e algumas ruas na ZH2 também puderam ser identificadas. As pinturas dos bens são constantes, sobretudo pela quantidade de piches ali existentes.

É possível visualizar muito mais que um esforço de invenção ou de transformação da cidade num cenário do fetiche, em que sua imagem estaria adequada ao roteiro e a ponto de ofertá-la como uma singularidade a um mercado que perpassa a escala regional. E assim também compor um conjunto de outras cidades com bens tombados que representariam valores importantes da cultura brasileira. Nesta perspectiva revelando-se passível mesmo de um mercado mais

amplo do turismo, por meio de padronizações e de modelos globalizados, expressos por monumentos, guias, sinalizações e tantos outros aspectos, como evidenciam as imagens da figura 13 na sequência.

Monumento, placa de trânsito turística e logotipo do Roteiro dos Bandeirantes



Figura 13: Em “A” observa-se em bronze a imagem do bandeirante no centro de Itu. Na figura “B” está uma placa de trânsito turística referente ao roteiro, presente nas rodovias que ligam as cidades integrantes. Na imagem C, parte inferior, símbolo do roteiro, com a expressão “Esta Pátria fiz grande” reproduzindo a ideia da relevância dos bandeirantes na grandeza do Brasil em seus mais diversos sentidos. (Foto do autor obtida em campo, logotipo e texto em: <www.cabreuva.sp.gov.br>)

A repercussão deste processo toma amplitude, fazendo com que novos comportamentos e olhares passem a estabelecer outra dinâmica da população com a cidade, com os monumentos e de forma mais generalizada com o sistema de signos e ideias despertados pelos bens e os discursos subjacentes a eles.

4. 4. Os efeitos do tombamento: contradições no processo de normatização do patrimônio cultural de Itu

Como resultado das análises e encaminhamentos da pesquisa, parte das contradições no processo de consolidação normativa do patrimônio cultural da cidade de Itu pode ser apresentada pelos seguintes pontos: (a) o primeiro refere-se aos problemas conceituais em torno de categorias como patrimônio, território e paisagem, por gestores e responsáveis pelo planejamento urbano local; (b) o segundo remete ao conjunto de referências simbólicas exaltadas pelo turismo e por intervenções no eixo histórico; (c) a terceira diz respeito a uma das questões mais fundamentais: a da estrutura urbana, que de forma exacerbada no caso de Itu setoriza e fragmenta a cidade, criando amplas áreas de especulação e espaços exclusivos para o uso e o consumo dirigido. Em que o centro histórico tem um papel fundamental nesta realidade.

No primeiro caso, os problemas conceituais demonstram algumas práticas inadequadas geradas por este processo. A questão da paisagem é um ponto fundamental. O Condephaat estabeleceu o tombamento do centro histórico da cidade com base sobre “a estrutura urbana configurada pela *paisagem*, o conjunto de logradouros e elementos arquitetônicos que conformam o Centro Histórico da Cidade de Itu” (SÃO PAULO, 2003). De fato, tanto as imagens, quanto as entrevistas qualificadas com a população e a administração pública local, ratificam divergências no entendimento da relevância histórica sobre o conjunto urbano e não apenas de elementos específicos ali presentes. No detalhe da página 149, a figura 14 revela transformações na paisagem do Largo do Carmo⁵⁴ antes e depois do tombamento da área pelo Estado. De tal maneira que mesmo diante de uma produção cada vez mais ampla de estudos e trabalhos, o conceito de paisagem, segundo destaca Ribeiro (2010, p. 103), “(...) como instrumento para construção de políticas de patrimonialização não é feita sem problemas teóricos e metodológicos, alguns graves ainda”.

⁵⁴ Largo do Patrocínio (1810). Na figura recorte do Zoneamento Urbano de Itu. O Centro Histórico da Cidade, tombado pelo Condephaat (SÃO PAULO, 2003). Zona Histórica (01), polígono com área localizando o Largo do Patrocínio. Fotos de 2009 e da década de 1950 mostram o detalhe do calçamento da rua em granito, rocha oriunda do setor cristalino de Itu. Nas fotos de 2011, asfaltamento com profundas alterações na estrutura da paisagem. Fotos de campo do autor (2009 e 2011). Fotos de 1950 com autoria desconhecida, disponibilizadas pelos sites: <http://www.jornalsextafeira.com.br/.../predios-historicos/foto5.jpg> e <http://www.facebook.com/groups/155746347854536/>.

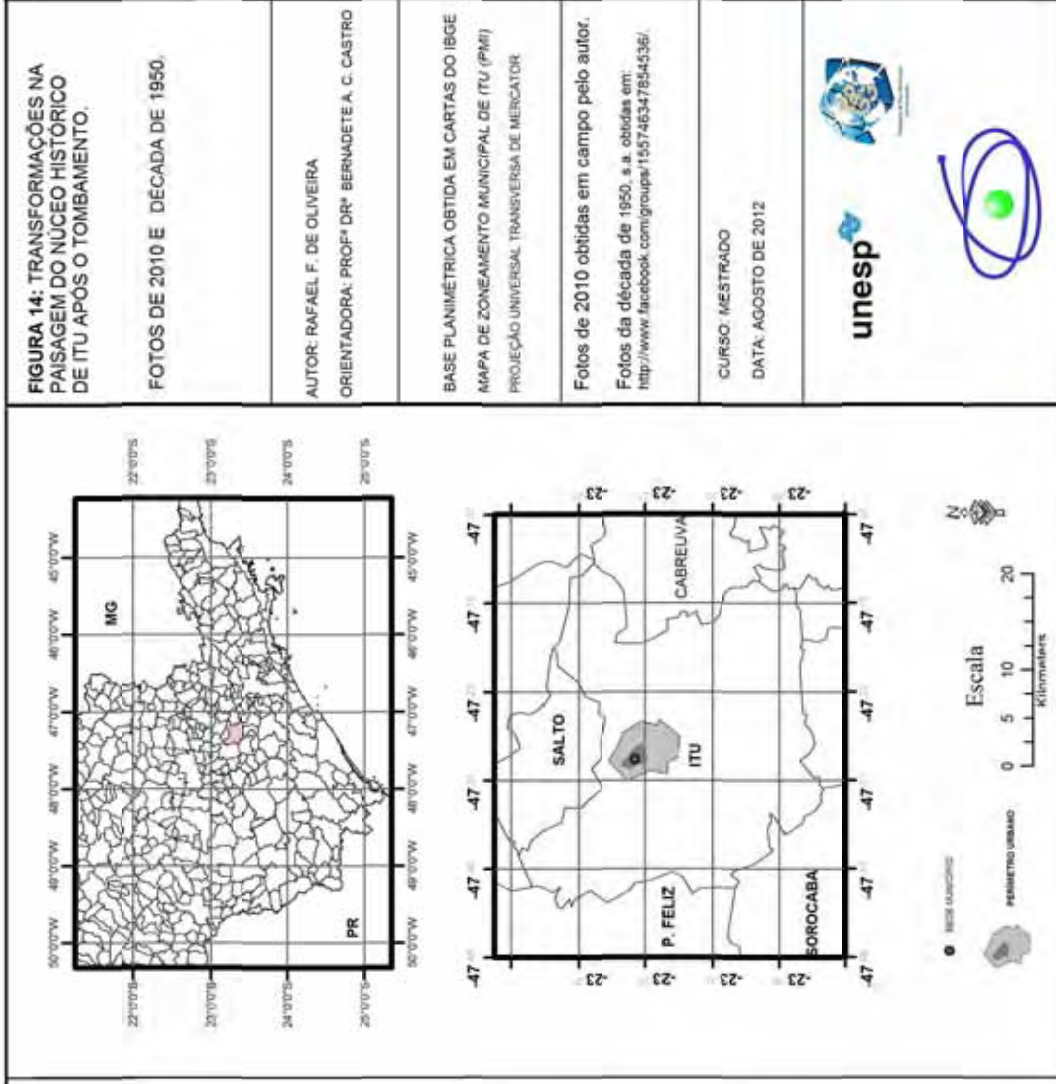
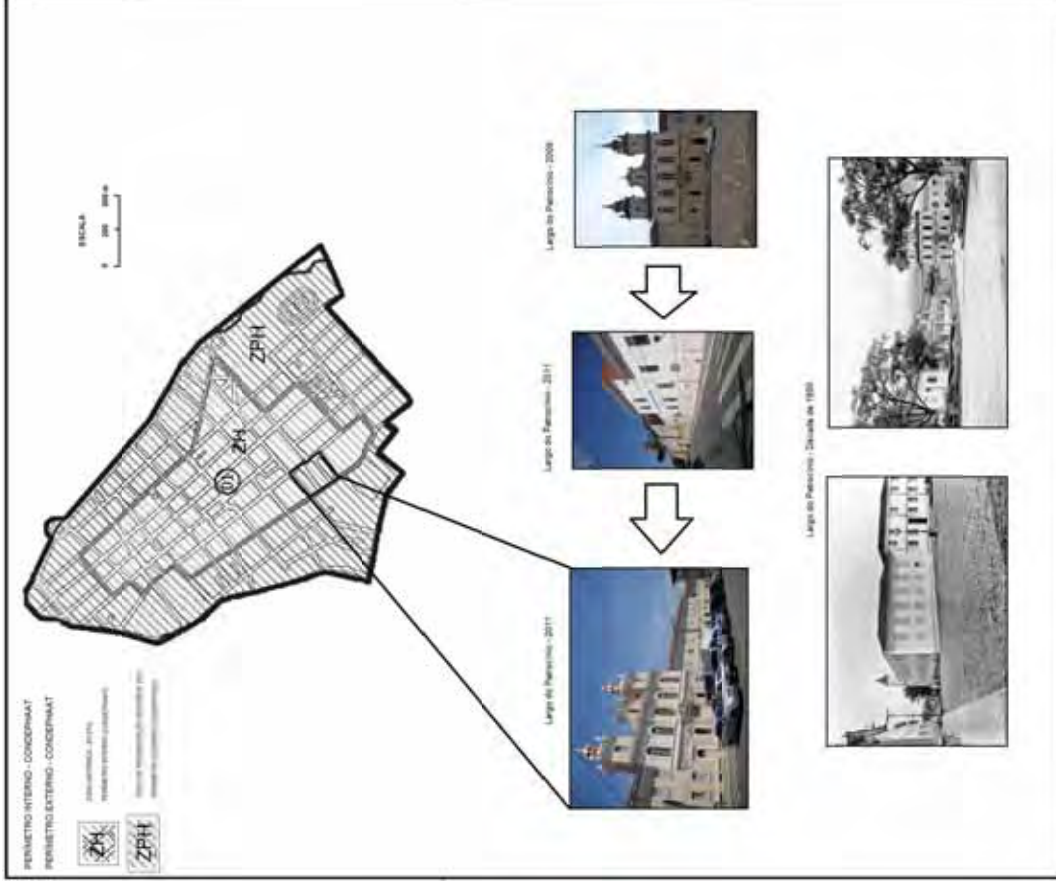


FIGURA 14: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ITU APOS O TOMBAMENTO.

FOTOS DE 2010 E DÉCADA DE 1950.

AUTOR: RAFAEL F. DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROF. DRª BERNADETE A. C. CASTRO

BASE PLANIMÉTRICA OBTIDA EM CARTAS DO IBGE
MAPA DE ZONEAMENTO MUNICIPAL DE ITU (ZPMI)
PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Fotos de 2010 obtidas em campo pelo autor.

Fotos da década de 1950, s.a. obtidas em:
<http://www.facebook.com/groups/15574634784536/>

CURSO: MESTRADO

DATA: AGOSTO DE 2012



Destes, relacionados à paisagem, o autor supracitado destaca os mais comuns, inclusive, muitos dos quais já identificados em nossa pesquisa atual: “o monopólio da descrição visual” (referência a perspectiva cênica); “a paisagem como algo dado” (a paisagem como via de mão única de interpretação); “a paisagem não histórica” (não considerada sobre um processo dinâmico de construção); “a paisagem só histórica” (analisar apenas a história da formação da paisagem); “a paisagem não cultural” (paisagem sem intervenção humana não é paisagem cultural); “miscelânea de conceitos e abordagens” (excessos e antagonismos em abordagens teórico-metodológicas); “tudo é paisagem”, ou seja, tudo é explicado pela paisagem (RIBEIRO, 2010).

Como coloca Castro (2012, p. 44), “as diferentes formas de apropriação desses bens são dotadas de sentidos diversos – dependendo sim de quem os apropria”. Este pensamento permite traçar um paralelo com o conhecimento da própria população sobre os bens protegidos e regulados pelo Estado no município. De fato, o desconhecimento que esta possui do conjunto da paisagem tombada nos dá importantes pistas de que o patrimônio se justifica apenas aos grupos que dele se apropria. Como resultado dos questionários aplicados aos cidadãos, grande parte pôde apontar algum elemento sob tutela do Estado. Porém, não houve qualquer sinalização ao conjunto, fato que contraditoriamente é identificado nas entrevistas com os turistas e na fala de um dos condôminos.

O segundo ponto refere-se à consideração de que a totalidade dos elementos elencados representa uma pequena parcela de edificações centrais da cidade de Itu, servindo de base aos pressupostos teóricos desenvolvidos por esse trabalho. Nos registros observar-se prioritariamente edificações tombadas que representam e legitimam determinados grupos sociais, fundamentalmente os hegemônicos: grupos oligarcas, símbolos e templos religiosos, ambientes e formas com funções comerciais, museus e casas de intelectuais, lideranças políticas e artistas. O que de fato corrobora em grande medida com a crítica de Lefebvre (1999, p. 32), quando vê no monumento uma forma de colonização e opressão nos espaços em que é ou está materializado.

“O monumento é essencialmente repressivo. Ele é a sede de uma instituição (a Igreja, o Estado, a Universidade). Se ele organiza em torno de si um espaço, é para colonizá-lo e oprimi-lo. Os grandes monumentos

foram erguidos à glória dos conquistadores, dos poderosos. Mais raramente à glória dos mortos e da beleza morta (o Tadj Mahall...). Construíram-se palácios e túmulos. A infelicidade da arquitetura é que ela quis erguer monumentos, ao passo que o "habitar" foi ora concebido à imagem dos monumentos, ora negligenciado. A extensão do espaço monumental ao habitar é .sempre uma catástrofe, aliás oculta aos olhos dos que a suportam. Com efeito, o esplendor monumental é formal. E se o monumento sempre esteve repleto de símbolos, ele os oferece à consciência social e à contemplação (passiva) no momento em que esses símbolos, já em desuso, perdem seu sentido. Tal é o caso dos símbolos da revolução no Arco do Triunfo napoleônico." (LEFEBVRE, 1999).

Os discursos presentes nos materiais publicitários e nos órgãos públicos municipais, além da referência simbólica em uma série de objetos e práticas, evidenciam cada vez mais a cidade e seus bens enquanto patrimônio de uma história heroica e rica da região do médio vale do Tietê. Como ilustração, as figuras 15, 16 e 17 evidenciam símbolos exaltando brasões em referência aos bandeirantes. Reproduzindo ideologias que afirmam seletiva ou classificatoriamente valores étnicos, religiosos e sociais.

A marca bandeirante nos brasões das bandeiras dos municípios paulistas



Figura 15, 16 e 17: Pela ordem: Santana de Parnaíba, Porto Feliz e Itu. Todos os brasões possuem símbolos referentes aos bandeirantes. (Imagens obtidas nos sítios da internet de cada prefeitura municipal)

No que tange a figura dos bandeirantes, muitos elementos evocam de forma clara o papel heroico destes personagens na região ao longo do processo histórico, como também sobre seu vínculo com as atuais dimensões geográficas do território brasileiro. Essa associação entre as cidades e os bandeirantes é explícita. Nos brasões das bandeiras municipais, assim como no enfoque de suas propriedades, caminhos, e todo o tipo de situação atrelada a eles.

Em praticamente todos os meios de divulgação do Roteiro dos Bandeirantes não existe qualquer alusão a questões contraditórias deste grupo com religiosos e indígenas na história e ou na geografia do Brasil. Por outro lado, alguns equipamentos públicos, no entanto, como é o caso do Museu Casa do

Anhanguera, em Santana de Parnaíba, esforçam-se em demonstrar as ambiguidades simbólicas de determinados elementos ao longo do tempo.

Questões diretamente associadas à problemática cultural e da produção espacial a partir de referenciais ideológicos, promovidos e legitimados por um processo histórico-geográfico heroicizado e fatural, desvinculados da realidade, passaram cada vez mais a problematizar o fenômeno patrimonial em Itu. Isto em favor da necessidade de adequação de certas especificidades espaciais às novas dinâmicas do processo produtivo, revelando sobre o conteúdo do planejamento, por meio do plano diretor na cidade, a valorização da área, mas não a efetiva melhoria da qualidade de vida de sua população, ou o reconhecimento de aspectos importantes da diversidade, inclusive aqueles ligados ao plano imaterial. Que entre outras práticas, necessitaria de estratégias integradas para o reconhecimento de sua cultura, melhores incentivos para a preservação dos bens, assim também de uma participação mais ativa nos processos políticos de planejamento e gestão do território.

“Olha nunca ouvi falar não (CONDEPHAAT e IPHAN). (...) Plano diretor não sei, acho que já ouvi falar. (...) Se pudesse voltar atrás seria bom, porque depois que a casa virou patrimônio não pode fazer nada. Queria fazer uma garagem, pois temos dois carros agora sabe. Antes não, só tínhamos um, ele ficava aqui na frente porque não era tão perigoso. Hoje pagamos R\$200,00 de estacionamento, são dois carros, ou seja R\$400,00. Quem que aguenta? Sem contar que agora aqui aumentou e a gente tem que deixar o carro lá na rua de baixo. Ficamos nas mãos desses estacionamentos, sem contar que outros aí já derrubaram as casas, a gente não, porque fica preocupado com multa e essas coisas, sabe?!” (Moradora da rua Santa Cruz, professora aposentada, 65 anos).

O último ponto em destaque é a questão da estrutura urbana municipal. Esta possui uma malha extensa, com múltiplas centralidades e determinados núcleos de alta valorização, somados ainda a proximidade com a metrópole paulista, que acaba por ter grande influência sobre sua estrutura. Nesse sentido, a figura 18 (p. 153) evidencia um conjunto de vazios urbanos, aspectos claros de uma cidade fragmentada, que entre outros efeitos marca uma sociedade sob efeito da especulação imobiliária e, no limite, com a compartimentação de relações entre diferentes grupos e indivíduos.

Expansão da malha urbana de Itu (1700-2006)

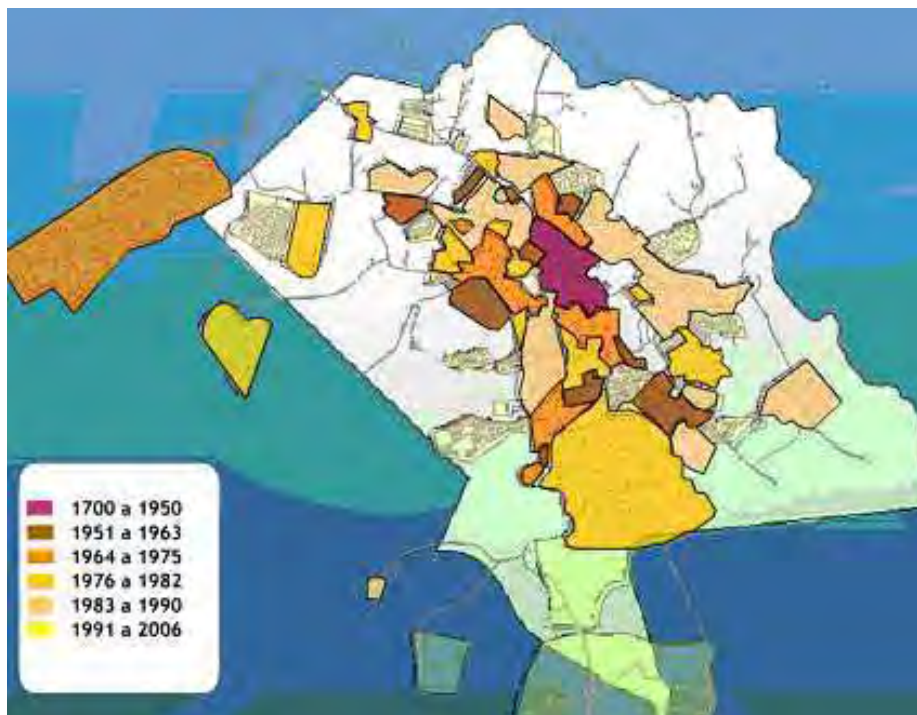


Fig. 18: A valorização imobiliária gerada por uma estratégia do capital especulativo no território é dada em Itu pela crescente fragmentação do espaço urbano, em que o enobrecimento do centro histórico é uma das válvulas fundamentais. Criam-se grandes vazios entre o centro e a periferia. Esta última com populações carentes de infra-estrutura, cujo território é permeado por condomínios de alto padrão. Estes últimos formados para atender a crescente demanda da região metropolitana. Eles ultrapassam 20 unidades entre condomínios e loteamentos fechados. Extraído de Ajonas, 2010.

A presença e o avanço de um conjunto de condomínios dispersos nas margens da área urbana contribui diretamente para o que Ajonas (2010) classificou no caso de cidade multi(poli)nucleada. Enquanto fenômeno que redefine o conteúdo urbano, que segundo ela não pode mais ser expresso satisfatoriamente pela relação centro-periferia (AJONAS, 2010, p. 156).

A sinergia destes processos infere diretamente no desenvolvimento urbano de Itu, já que o centro antigo, sobretudo seu eixo histórico revitalizado, passa a uma especialização funcional direcionada aos valores de troca e não de uso. Tal organização oferece totais condições aos interesses especulativos do capital imobiliário, dificultando a realização da convivência e do encontro entre os diferentes grupos sociais na cidade. Assim também da utilização dos espaços públicos pelos trabalhadores, já que a distância entre suas casas com os centros

torna-se um impeditivo, aliado ainda à falta de atividades e condições de lazer e atração a baixo custo ou gratuitas⁵⁵.

Ao contrário de processos típicos de gentrificação, como nos países desenvolvidos, no caso de Itu o centro apresenta características de um espaço de entretenimento. Este, após um conjunto de intervenções, passa a ser produzido de forma especializada a atender em determinados pontos uma clientela abastada, sobretudo dos condomínios localizados às margens da cidade, ou um fluxo de turistas que começa a despontar de forma mais intensa. Assim concorda-se com Paes (2010) quando compreende certas especificidades destes processos em escalas regionais.

“Nos países da América Latina este processo tem se apresentado muito mais como uma recuperação do centro para atividades culturais, de visitação, de lazer e de turismo, do que como retorno das classes médias e das elites para fins residenciais. Na maioria dos casos, estas continuam auto-segregadas em condomínios de luxo ou bairros residenciais, formas mais afeitas à cidade fragmentada, embora ainda funcional com seus setores homogêneos.” (PAES, 2010, p. 16).

Ainda que de relevante importância econômica, “o patrimônio histórico não deve ser visto apenas como um recurso econômico turístico, apesar do reducionismo econômico dominante na abordagem do tema.” (CARVALHO, 1999, p.109). Em estudos recentes, as contradições são expostas, exibindo perversidades profundas no que se refere a essa temática. Como tal, Cifelli (2005, p. 235) conclui que o processo turístico em Ouro Preto/MG, cuja especificidade é também o patrimônio histórico e cultural, dentre outras questões

⁵⁵ Neste sentido, em sua pesquisa empírica, Ajonas (2010, p. 145) explica que “como consequência, grande parte dessa população pobre é forçada a se instalar nas periferias descontínuas, em loteamentos populares, irregulares, conjuntos habitacionais ou favelas. Há, em muitos casos, a justaposição de áreas residenciais de alto e de baixo padrão, separadas pelos muros dos novos habitats das camadas mais ricas. Exemplo disso pode ser visto em Itu quando se observa - no entroncamento das rodovias Castelo Branco e SP 79 (Waldomiro Corrêa Camargo) - o contraste causado na paisagem pela justaposição dos condomínios fechados Parque Village Castelo e City Castelo com o bairro popular Portal do Éden. A periferização encoraja ainda mais especulação, já que ela acontece valorizando os espaços vazios que se formam entre a malha urbana contínua e os novos habitats descontínuos. Em relação a Itu, a especulação imobiliária resultou em um modelo de crescimento da malha urbana bastante irregular, marcado por vazios urbanos que demoraram a serem preenchidos, quando foram. São 181 loteamentos, de acordo com listagem fornecida pela Secretaria de Obras da prefeitura municipal. Dentre esses, identificavam-se nove condomínios, dez loteamentos fechados e quinze loteamentos irregulares em 2007.

“resulta em ações direcionadas às estratégias de elitização dos espaços por meio do incremento das atividades mais nobres do comércio, na subversão do caráter público dos bens culturais e na eliminação dos conteúdos sociais indesejáveis, por meio da supressão dos espaços de convivência e sociabilidade tradicionais da cidade, visando à atração de um público seletivo de consumidores que, apesar de terem uma relação efêmera e fugidia com o território, podem gerar lucros vultosos, embora, pouco revertidos para a comunidade local e para a preservação patrimonial.” (CIFELLI, 2005, p. 235).

Em outros casos, como o de Paraty e Trindade, no sul do Rio de Janeiro, ou o de Recife/PE e Salvador/BA, cidades reconhecidas pelo seu caráter turístico, muitos problemas tem sido corriqueiramente detectados, o que desafia os projetos de planejamento e de desenvolvimento urbano, que na prática ainda não conseguiram subsidiar o desenvolvimento dessas regiões de forma equitativa.

O caso mais emblemático deste processo de adequação do centro ao turismo e de uma nova dinâmica territorial em Itu, foi materializada a partir de uma política repressiva, em torno da expulsão dos grupos minoritários, usuários desta área da cidade⁵⁶.

Tal referência se dá com maior ênfase aos “skatistas”, que no final da década de 1990 testemunham diversos conflitos urbanos em torno do uso do espaço geográfico em seu processo de normatização patrimonial e o do turismo histórico e cultural. Mais que compreender questões ligadas ao direito à cidade e apropriação de seus espaços por um grupo social específico, o fato remete a um questionamento em que o patrimônio cultural se transforma num mecanismo ou instrumento que justificaria atos repressivos e contraditórios do Estado na reprodução das condições sócias na cidade. Sobretudo porque outros grupos trouxeram e ainda assim permanecem trazendo maiores impactos e danos ao patrimônio cultural edificado no centro, sem jamais enfrentarem sanções por seus usos e abusos.

Diagnósticos recentes corroboram com essas hipóteses. Um deles reporta-se ao levantamento realizado no ano de 2009 pelo CONDEPHAAT, que indica problemas ligados a uma lógica em que o carro é imperante na mobilidade urbana, assim também de complacência com intervenções danosas a

⁵⁶ Ao relatar este caso em sua dissertação, apesar da especificidade do estudo a partir do da ideia de tribo urbana, Brandão (2011, p. 178) explica que “a proibição do skate em São Paulo no ano de 1988, a de Itu em 1998 ou a vigente em Blumenau/SC, são exemplos que demonstram os conflitos causados por essa prática urbana. Tais conflitos ocorreram (e ainda ocorrem), muitas vezes, por ser a cidade pensada, sistematicamente, como o espaço da ordem”.

preservação da paisagem por grupos de comerciantes, profissionais liberais e outros gêneros na área.

“Foram verificadas descaracterização dos imóveis, problemas com fiação, letreiros e toldos que interferem na visibilidade dos imóveis, sendo que em alguns casos a intervenção de elementos e a poluição visual são de uma ordem de grandeza, que em muitos casos impede a visualização do piso superior. (...) A necessidade de criar áreas de estacionamento no centro histórico da cidade, que na verdade deveria ter as suas ruas principais com trânsito limitado de veículos, tem utilizado o interior de prédios antigos para este fim.” (SCATAMACCHIA, 2009, p. 4)

Os skatistas, em grande medida, saíram do centro, tamanha a repressão que houve. Não limitada a multas ou apreensão dos skates, sobraram agressões, que repercutiram em diversas polêmicas, reportadas inclusive pela imprensa nacional. Na verdade, o conflito foi amenizado com a conquista política da pista pública, numa distância aproximada de três quilômetros do centro, no bairro da Vila Nova. Ainda assim, o fato não foi suficiente para que o centro se constituísse num espaço cujo ambiente fosse preservado ou mesmo mais reconhecido por seus valores históricos e culturais. Dez anos depois, evidenciando que o discurso da preservação patrimonial, em que os skatistas eram problemas fundamentais, na prática, não passou de um mecanismo de retirada deste grupo da área.

“A situação atual do núcleo histórico de Itu mostra uma progressiva descaracterização e fragmentação do que foi considerado como centro histórico na resolução de tombamento. (...) Entretanto, na falta de uma fiscalização efetiva, o mais seguro para garantir a salvaguarda deste núcleo é uma recomendação deste Conselho junto às prefeituras locais para uma política cultural e educacional de reconhecimento e valorização do patrimônio local”. (SCATAMACCHIA, 2009, pp. 5-13).

Como destacou o jornal Folha de São Paulo (1999)⁵⁷ havia uma pressão maior sobre os skatistas, já que a quantidade de skates aprendidos era maior que todos os outros elementos juntos (bicicletas, patinetes, carrinhos de rolimã). Em relato a pesquisa, por um dos indivíduos que estava envolvido com o movimento naquele período, a polícia pretendia mais inibir a presença do grupo no centro do que propriamente fazer valer a lei, ainda que esta última possibilitasse as condições práticas para isso.

⁵⁷ Matéria completa em anexo.

“Mas o que a gente ia fazer? O centro era interessante, estavam todos lá, sem contar que não tinha a pista ainda, que hoje já tá um lixo também. Aí chegava a polícia e levava mesmo, até corria atrás, tínhamos que entrar na contramão (...). Era complicado porque tinha uma galera que queimava o filme, ficava lá fumando e zoando. Mas faz parte eu acho, o que não podia era generalizar como foi feito” (Skatista, 26 anos).

A presença do grupo, apesar do impacto da mudança, está presente na paisagem. Mesmo em menor quantidade, se concentra próximo da pequena elevação, ao redor do “orelhão”, na Praça Padre Miguel (Matriz). Ou, em menor quantidade, na Praça da Independência (Largo do Carmo). Ali tiram algumas manobras sobre os bancos ou escadarias, sobretudo quando os guardas municipais não estão por ali. Nas paredes da cidade, alguns marcam sua passagem pelas pichações. Por razões talvez transcendentais, ou como marca de territorialidade, de fato, o valor atribuído aos bens tombados não corresponde na prática à normatização e ênfase de uma política valorativa que o Estado pretende ou sugere.

Afinal, ao longo de todos os registros dos bens tombados, na demarcação dos logradouros e áreas de proteção, das observações, entre outras práticas ao longo do estudo, a presença das pichações foi marcante na paisagem. Se fosse realizada uma análise comparativa, por dados quantitativos com outras cidades médias do interior de São Paulo, provavelmente seria possível apontar com maior propriedade empírica e lógica que o centro de Itu é um dos espaços mais pichados. Evidenciando diversos fenômenos e incluindo, por fim, o próprio entendimento de que os bens protegidos, de expressiva relevância cultural, não possuem os mesmos significados e valores à população.

Como verificado em pesquisa anterior (OLIVEIRA, 2010), detectamos uma concepção depreciativa da área pelos jovens, que deixam de reconhecer a relevância do patrimônio histórico e cultural, pelo menos aqueles normatizados pelo Estado.

Sugerindo outras problematizações, as entrevistas realizadas em 2008 e 2009, com jovens e trabalhadores que frequentam cotidianamente este espaço, conclui-se também haver grande carência de equipamentos de lazer e preços

abusivos dos principais estabelecimentos, como bares e clubes noturnos. Não apenas nesta área, mas na cidade como um todo.

Segundo o mesmo relatório de 2009, realizado por supervisão de Scatamacchia (2002) ao CONDEPHAAT, o caso das pichações, em relação aos bens patrimoniais, é um dos mais preocupantes, já que são complexos de serem combatidos ou fiscalizados, ao contrário de outros problemas identificados na área. No detalhe das figuras 18 e 19, nas páginas 158 e 159, a representação destes elementos é realizada por um conjunto de imagens e a localização em croqui que referenciam e ilustram o fenômeno observado entre 2009 e 2010 no centro da cidade de Itu.

“Além destas interferências, que poderiam ser controladas através do estabelecimento de regras para garantir a integridade dos edifícios e de um controle do poder público, existem outras interferências de difícil controle, que são as pichações.” (SCATAMACCHIA, 2009, p. 5).

Pichações no centro de Itu

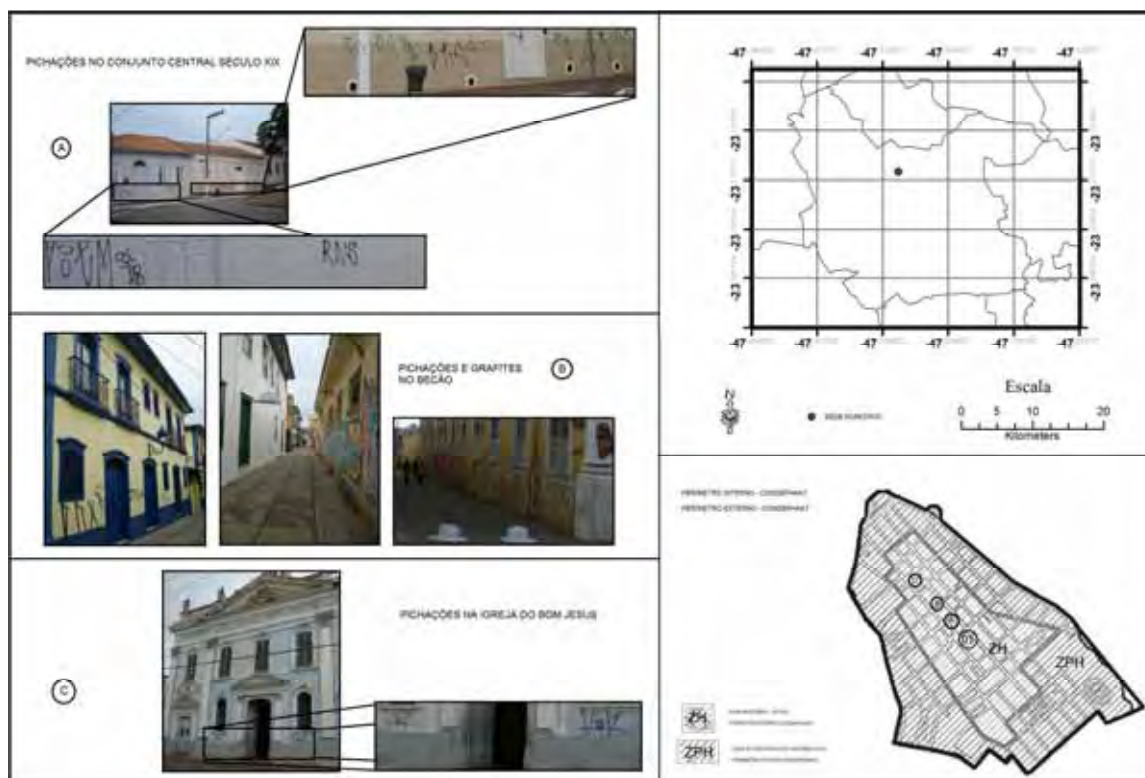


Figura 19: Pichações ao longo do eixo histórico de Itu. Fotos do autor, 2009.

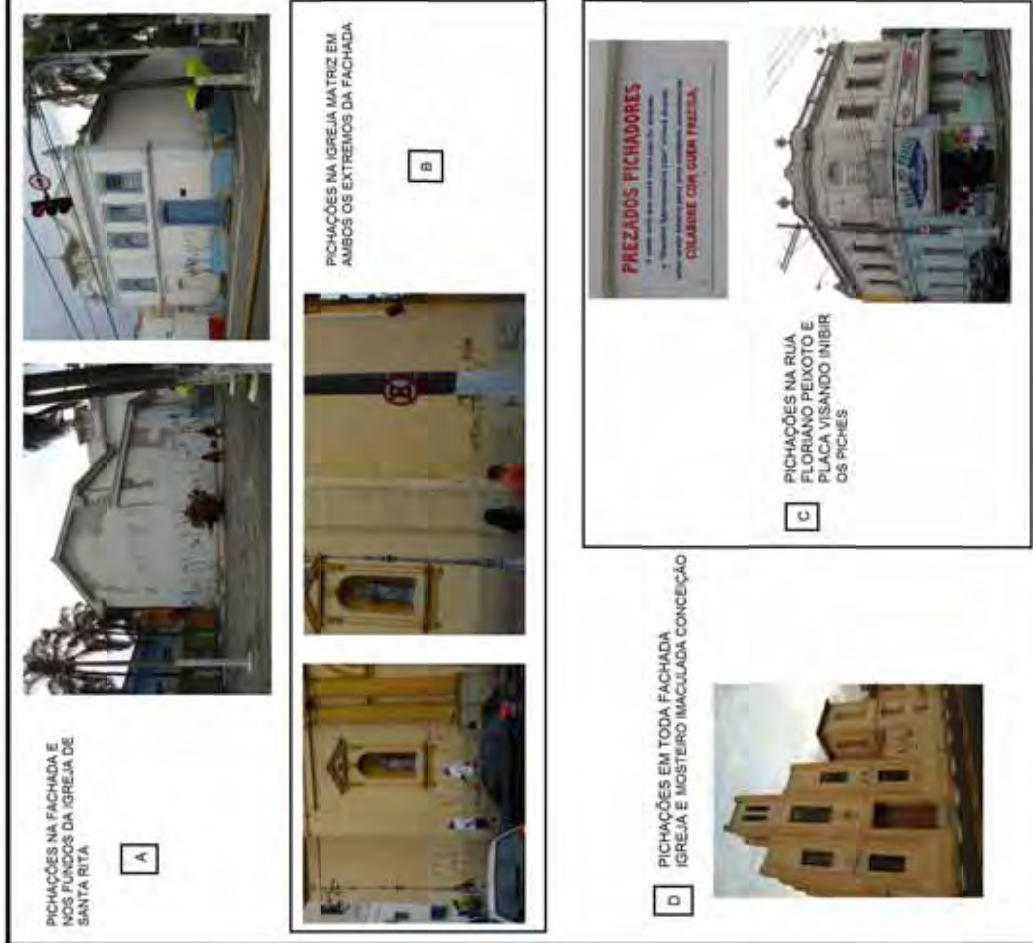


FIGURA 20: PICHACOES NO CENTRO DA CIDADE DE ITU

FOTOS DE 2009

AUTOR: RAFAEL F. DE OLIVEIRA

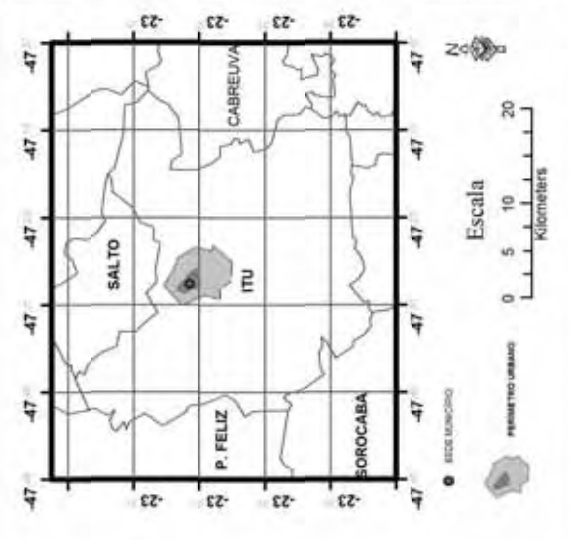
ORIENTADORA: PROFª DRª BERNARDETE A. C. CASTRO

BASE PLANIMETRICA OBTIDA EM CARTAS DO IBGE
 MAPA DE ZONEAMENTO MUNICIPAL DE ITU (PMI)
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

Fotos de 2009 obtidas em campo pelo autor.

CURSO: MESTRADO

DATA: AGOSTO DE 2012



Algumas ações públicas vêm sendo tomadas nos últimos anos de forma a inibir as pichações. Conforme atesta a Lei Nº 778/2006, que entre outras disposições, especifica planos conjuntos entre diferentes secretarias municipais, como o Programa de Reeducação e Proteção do Patrimônio Arquitetônico e Cultural da Estância Turística de Itu. Que segundo proposta deve envolver não só os infratores, mas também os responsáveis no processo educativo, conforme artigos sistematizados.

Art. 2º - O Programa de Reeducação e Proteção do Patrimônio Arquitetônico Histórico e Cultural destina - se a reeducação dos pichadores de prédios públicos ou privados encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude do Município.

Art. 4º - Ficam os pais ou responsáveis legais pelo infrator obrigados a participar do Programa de Reeducação e Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural.

Art. 5º - Será solicitado à Vara da Infância e Juventude da Comarca de Itu a definição das penalidades a serem aplicadas aos que deixarem de cumprir qualquer etapa do Programa de Reeducação e Proteção do Patrimônio Arquitetônico, Histórico e Cultural.

Apesar do município de Itu tornar-se a primeira cidade de São Paulo Estância Turística Estadual em 1974 (SANTOS, 2005, p. 83), por ser uma das mais antigas cidades coloniais do interior paulista, é também uma das mais conhecidas cidades brasileiras.

O seu legado patrimonial é difusor de intensas polêmicas e discussões em todas as práticas que se pense para o centro da cidade. Diante das relações entre a sociedade, a atividade de produção turística, a preservação do patrimônio histórico e o desenvolvimento urbano, tornam-se imprescindíveis estudos e pesquisas que possibilitem subsidiar projetos de planejamento e gestão das cidades.

As modernizações e os projetos futuros dessa área carecem de análise minuciosa, cuja geografia tem papel fundamental nesse processo. Seja pelo potencial de compreender a multiplicidade dos elementos territoriais em escalas que perpassam do local ao global, seja por sua função analítica e ativa em favor de uma práxis transformadora.

A partir do entendimento crítico do Estado – conforme o modo de produção, o regime histórico e a nação – pode-se melhor compreender aspectos estruturais de classes e conjunturas ligadas a conquistas e dominações sob o temário da cultura, em que a paisagem e o patrimônio tornam-se conceitos esclarecedores e legitimadores destes processos.

Como aponta Lefebvre, H. (1966, p. 116), “(...) o Estado revela as particularidades da sociedade que ele dirige e sobre a qual ele se revela; ele resume, já o sabemos, suas lutas e conflitos”. Sem dúvida, a potencialidade que a história e a geografia local oferecem ao desenvolvimento urbano não deve perder de vista a totalidade do trabalho coletivo, assim também da realização de um conteúdo mais humano e verdadeiramente justo para sua sociedade. Este último permeado por uma cidade pensada pelo homem e para o homem, e não aos interesses exclusivos do capital.

A realização de uma cidade mais justa, no entanto, perpassa por conflitos derivados de um patrimônio, que segundo Castro (2012, p. 38), mistifica o mundo, mas que ao ser apropriado pela população pode revelar-se potencial a construção de outra realidade. Como também nos ajuda a melhor apreender o jogo ideológico sobre o patrimônio entre classes. Canclini (2006) ao analisar a cultura na América Latina explica que a própria ideia de patrimônio deriva dos grupos hegemônicos, ainda que alguns traços populares também sejam reconhecidos.

“o patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos (...). Foram esses grupos (...) os que fixaram o alto valor de certos bens culturais: os centros históricos das grandes cidades, a música clássica, o saber humanístico. Incorporaram também alguns bens populares sob o nome de ‘folclore’, marca que indicava tanto suas diferenças com respeito à arte quanto a sutileza do olhar culto, capaz de reconhecer até nos objetos dos ‘outros’ o valor do genericamente humano.” (CANCLINI, 2006).

Portanto, revelar o caráter normativo em relação ao plano simbólico e funcional a partir das diferentes leituras destes elementos pelos cidadãos é uma ação catalisadora e organizativa. Que pode em última instância concretizar o apoderamento do espaço geográfico pelo cidadão, realizando-se conscientemente da história e da geografia materializadas pelo fruto de seu trabalho na cidade.

CAPÍTULO 5
TRANSFORMAÇÕES NO COTIDIANO E O PAPEL DA PAISAGEM NA
REPRODUÇÃO DOS SISTEMAS DE SIGNOS E USOS DO CENTRO DA CIDADE

Este capítulo apresenta diferentes leituras da cidade feitas pela população local. Enfatizando temporalmente as últimas décadas do século XX e limiar do século XXI, a partir das transformações engendradas no núcleo antigo do município. Estas mudanças, fundamentalmente, a partir da articulação entre a institucionalização do patrimônio local pelo Estado, os elementos urbanos priorizados pelas políticas públicas e a organização do turismo na perspectiva da estratégia regional do tema bandeirante.

As sondagens, observações, aplicação de questionários sistematizados e entrevistas qualificadas subsidiaram a análise a partir dos dados em conjunto com leituras e abordagens teórico-conceituais. Trata-se, sobretudo, de um capítulo que objetiva revelar com mais profundidade e clareza o papel das recentes intervenções urbanas no ideário e cotidiano popular. Como também as conexões multiescalares do espaço geográfico a partir de categorias e conceitos, como o de paisagem e território, que podem traduzir as contradições inerentes ao modo de produção e as reestruturações urbanas atuais. Em que o processo de patrimonialização é um de seus agentes dinamizadores. Portanto, ainda que atingindo resultados contundentes, há ciência de que, como pontuou Massey (2009), o trabalho empírico, mesmo apresentando evidências nítidas e satisfatórias, logo mostra “frestas e questões” (MASSEY, 2009, p. 251). Mas essa talvez seja a grande e desafiadora riqueza da ciência: a das conclusões e resultados provisórios.

5.1. Os marcos do centro: as praças e espaços públicos

Na área de proteção histórica (ZH1 e ZH2) estão localizadas as praças D. Pedro I, Independência, Padre Miguel, Regente Feijó, Largo S. Benedito, Duque de Caxias, da Bandeira, Padre Anchieta, Conde Parnaíba. Cada uma delas possui uma dinâmica própria. Devido à riqueza e a especificidade destes espaços, enquanto marcos públicos limítrofes da área central, núcleos de convívio da população, as observações realizadas foram fundamentais na sistematização descritiva do centro.

Ao conformarem o núcleo mais antigo da cidade, estas áreas servem de marcos representativos da população local. Principalmente quando se toma o conceito traduzido por Lynch (1997, p.88); em que os elementos apresentam-se como singularidades e referenciais importantes do ambiente. Mesmo variando, estes marcos foram os mais presentes em diversas falas. Quando interrogados se iam sempre ao centro ou se gostavam de ir até lá, os cidadãos faziam alusão a áreas diretamente associadas ou adjacentes em termos de localização a esses espaços. Por vezes, outras áreas normativamente consideradas como centro ou zona de proteção histórica, não foram citadas ou indiretamente relatadas fora do próprio centro. Nesta perspectiva, este espaço é classificado a partir do que representa a um amplo grupo de cidadãos. Não se tratando, pois, de uma área bem delimitada, segundo normas de zoneamento ou outras ferramentas do planejamento urbano.

“Venho todo dia na cidade, estudo no Regente (escola na rua dos Andradas – antiga rua da Palma). (...) As vezes fico mais na Matriz mesmo, no Carmo de vez em quando. Pego ônibus ali na rodoviária também, conta como centro? (...) Olha, acho que precisava ter mais coisa de lazer aqui, porque não tem nada viu, ainda mais pra gente que estuda a noite, as vezes fica aqui, nem banheiro tem pra ir, porque lá no Carmo fica fechado, a música na fonte eles cortam logo cedo, sem contar que é umas músicas que não tem nada a ver também.” (Estudante, 16 anos).

“Gosto sim. Saio do trabalho e fico aqui (Praça Padre Miguel) ou ali na praça do Carmo. Mais aqui mesmo. Fico vendo o movimento. Eu gosto da cidade, lá na minha antiga cidade era tudo mais parado, aqui é melhor. Como trabalho ali na Pernambucanas é só subir a rua, tranquilo.” (Vendedor, 24 anos, morando a 5 anos em Itu).

“Vou poucas vezes, não gosto de tumulto. A rua Floriano Peixoto tá sempre cheia, a Santa Rita também. Não tem lugar pra parar o carro. (...) As vezes vou com a família nas festas ali nas praças, a da Santa Rita vou sempre.” (Torneiro mecânico, 48 anos).

“Não observei nenhuma mudança não. Você fala no centro ali no Carmo, Bom Jesus, na Matriz, né?!” (Estudante, 19 anos).

“Lógico que lembro, no Carmo mesmo tiraram lá o laguinho que tinha. A praça ali era bem mais bonita, cheio de árvores. Na Matriz também, mas ali achei que ficou mais bonito, tinha muita pomba antes.” (Professor aposentado, 61 anos).

“Vou sempre buscar minha mulher na Santa Rita. Aí aproveitamos também pra dar uma volta, de carro mesmo, mas é só também, passamos ali na Matriz, seguimos ali até chegar no Cruzeiro e damos a volta. (...) Volto pela rua dos Andradas, depois passo pela Delegacia de Ensino e venho em frente.” (Ajudante geral, 21 anos).

“(…) Sempre que venho aproveito pra fazer um lanche no Niki (Floriano Peixoto), ou ali no Mercado, atrás da Santa Rita, entendeu? É bom ali porque já desço pegar o ônibus na rodoviária ou ali em frente do Regente”. (Dona de casa, moradora da Cidade Nova, 53 anos).

Marcos centrais de Itu

NOMES OFICIAIS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	NOMES CORRESPONDENTES PARA POPULAÇÃO LOCAL
Praça D. Pedro I	Largo do Cruzeiro
Praça da Independência	Largo ou Praça do Carmo
Praça Padre Miguel	Largo ou Praça da Matriz
Praça Regente Feijó	Largo do Patrocínio
Largo S. Benedito	Igreja de São Benedito
Praça Duque de Caxias	Praça do Quartel
Praça da Bandeira	Largo de Santa Rita ou Mercado
Praça Padre Anchieta	Largo do Bom Jesus
Praça Conde Parnaíba	Praça Conde de Parnaíba

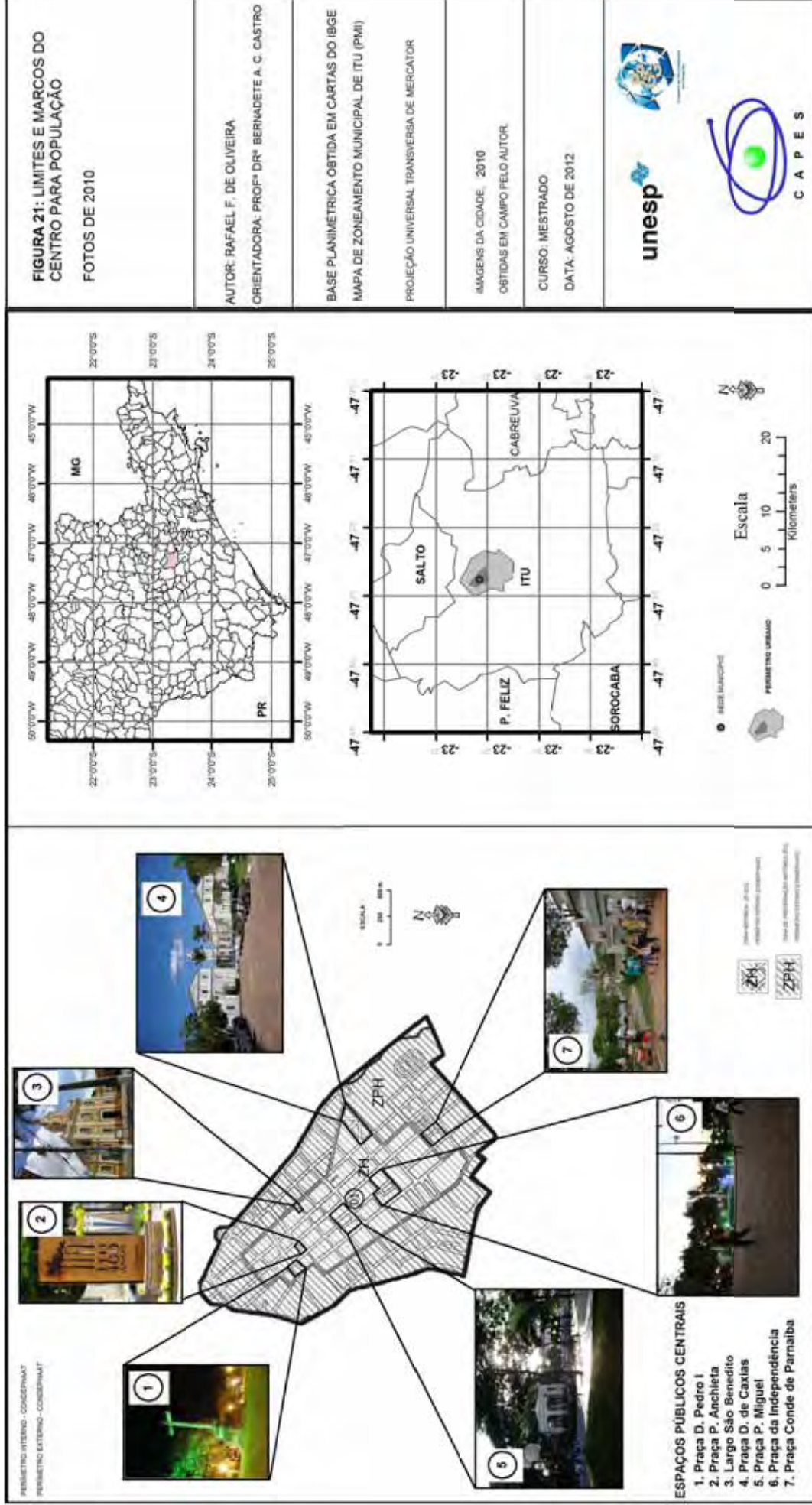
Quadro 9: Tipologia oficial dos espaços públicos do centro de Itu. No detalhe da segunda coluna, as denominações dadas pela por mais de 1/3 da população local entrevistada (67 indivíduos). Mesmo com as alterações na classificação, a influência das igrejas e religião mantém presente as clássicas denominações dos espaços, ao contrário das ruas ou travessas. Em alguns casos, como a praça D. Pedro I, praça da Bandeira, praça Duque de Caxias, poucos dos entrevistados souberam identificar o local a partir de seu nome oficial. Ao contrário das outras denominações populares, listadas acima.

Neste âmbito, a imagem dos objetos descritos é quem possibilita uma autenticação de resultados e diálogos estabelecidos e a partir deles a própria espacialização dos elementos, conforme figura 21 na página 166. Já que como relíquia a ser exibida, enquanto alegoria visual, o patrimônio cultural autentica o que representa e como representa, naquilo que Gonçalves (2002, p. 80) classifica pelo uso de meios visuais, como também pelo “(...) princípio epistemológico do conhecimento como um produto pelo olho”, que seria traduzido por uma “metáfora visual”⁵⁸.

A ordem de descrição de cada espaço é sustentada por uma clássica metodologia empírica, cujo recurso fundamental, como citado por Frémont (1980) é o olho. Ainda que com auxílio de fontes bibliográficas, recursos fotográficos, GPS e outros acessórios para levantamento de dados atuais, tanto a observação quanto a descrição são pontos norteadores nesta etapa. Utilizando-se assim da mesma estratégia da “objetificação”, na tentativa de possibilitar um conhecimento prévio do objeto da pesquisa pela “metáfora visual”. Assim, especificamente pela leitura do geógrafo, a partir de uma das três alternativas indissociáveis de interpretação dos sistemas culturais (DUNCAM, 2004) e, portanto, do próprio espaço geográfico.

Podendo, portanto, viabilizar um entendimento mais claro e comparativo das respectivas leituras do centro pelos entrevistados e pelo resultado dos questionários aferidos. Tratando-se, portanto, de uma via no subsídio da apreensão das características e condições básicas de cada lugar, os aspectos de suas paisagens, para então adentrar paralelamente as dimensões traduzidas pelas interlocuções de seus habitantes em seus respectivos grupos, nos modos de pensar e viver a cidade.

⁵⁸ Segundo Gonçalves (2002, pp. 79-81) a designação de ações, práticas e artefatos pela expressão patrimônio cultural (destacadamente as paisagens) é uma metáfora que torna elementos e práticas em objetos. “(...) Enquanto objetos ou práticas sociais objetificadas, são todos apropriados com o propósito de serem exibidos e contemplados. É nesse sentido que a metáfora da apropriação implica o uso de metáforas visuais. (...) Ao longo deste processo, metáforas visuais desempenham a função de transformar esses itens em ‘bens culturais’. Objetos antigos, espaços usados com propósitos práticos cotidianos são transformados em ‘reliquias’, ‘monumentos’ e ‘lugares históricos’. Práticas sociais diversas são redescritas como ‘costumes’ e ‘tradições’. Esse conjunto de itens são objetificados como ‘bens culturais’ num processo simbólico, no qual está pressuposta a visualidade como forma privilegiada de percepção”.



5.1.1 Praça Regente Feijó – Largo do Patrocínio e Entorno

A área em que se inserem a rua do Patrocínio, suas travessas e seu largo, é uma das mais dinâmicas e importantes da cidade. Ainda que as intervenções tenham descaracterizado muitos aspectos deste local, a paisagem ainda possui historicidade inerente ao processo de consolidação de Itu. Ruas de varvito estão presentes, paralelas ao complexo do Patrocínio (igreja, escolas e centro universitário).

O largo do Patrocínio tem sua origem no ano de 1810, denominado atualmente de praça Regente Feijó. O largo se desenvolve em uma suavizada vertente, entre as ruas dos Andradas e a do Patrocínio. Este local é caracterizado por um paço longo, retangular, com vias de mão única nos extremos. Com desenvolvidas palmeiras imperiais, a paisagem constitui-se ainda por diferentes espécies vegetais, intercaladas por luminárias, bancos e estreitas passagens que servem de vias para o passeio público. Estas passagens são de granito, tipo de rocha muito comum em alguns setores do município.

O movimento no local é intenso. Primeiro, pela presença de instituições públicas e particulares de ensino superior, médio e fundamental. Segundo, por um conjunto de estabelecimentos comerciais e de ambulantes que atendem as necessidades pessoais de alunos, professores e funcionários ligados às instituições.

As ruas e espaços para estacionamento nesta área até 2010 ainda eram parcialmente recobertas por massa asfáltica, havendo alguma predominância do granito em diversos pontos. Apesar da funcionalidade existente neste padrão de recobrimento viário, sobretudo para passagem de veículos automotores, é perceptível a mudança paisagística no local. Assim como alguns problemas de ordem ambiental que foram sentidos mais intensamente, principalmente pela pequena infiltração de água nas ruas e a conseqüente pressão sobre as áreas ocupadas ao longo da várzea do córrego Taboão. Inclusive, a nova Avenida Galileu Bicudo, além dos bairros adjacentes ao Patrocínio, como o Santa Cruz, tiveram diversos pontos de alagamento, muitos ocorridos pela primeira vez.

As modificações no último meio século no local foram profundas. Pouco restou do conjunto de casarios ali existentes por volta de 1950. As funções se alteraram, em grande medida pelas transformações preconizadas na periodização

em nosso estudo. Sobre isso, conforme explica a Irmã supervisora que nos atendeu na igreja,

“Aqui éramos responsável por tudo, até o colégio para meninas. Mas com o tempo nossos recursos e condições não foram suficientes para darmos conta de tamanho espaço. Temos uma história bonita, muitas meninas formadas, sendo que naquele período até mesmo algumas filhas de escravos e de famílias carentes puderam ter sua educação aqui, graças a bondade de Madre Maria Teodora Voiron. Hoje ainda educamos crianças carentes, temos atividades diversas aqui.” (Madre Supervisora, 2011).

Frequentado pelos estudantes principalmente, a área é conhecida pela população como Largo do Patrocínio, apesar de oficialmente chamar-se Praça Regente Feijó. Ali, concentra-se na parte mais alta do terreno pessoas que aguardam ônibus para bairros periféricos de Itu. Muitas pessoas entrevistadas no local não ligam o largo ao ponto de espera do ônibus. Segundo um morador do bairro Cidade Nova (Pirapitingui), trabalhador de uma empresa mecânica no distrito industrial, a vinte quilômetros do centro, a paisagem do Largo do Patrocínio lhe agrada, pois é bonita. No entanto o uso dela e do espaço lhe é algo alheio. Pois mesmo tomando ônibus em seu alto, já na rua dos Andradas, ele não entende a área como parte do largo.

“(…) Olha, dos trinta e quatro anos que vivo aqui, a gente, quando vai, fica mais na Praça do Carmo ou da Matriz mesmo. Eu acho bonito, não conheço a igreja nem o largo muito bem. Fico aqui só pra esperar o ônibus, ou ali no Regente, porque passa bastante, tem opção. Pra falar a verdade nem fico reparando muito também, fico mais olhando se vem o ônibus. Não vou lá não.” (Morador do bairro Cidade Nova, 2011).

Uma entrevistada de 78 anos, moradora do bairro Rancho Grande, diz que a igreja do Patrocínio é uma das relíquias mais belas de Itu. Que gosta de ir às missas, mas que em função de sua saúde tem ido pouco. Ao ser questionada se costuma frequentar o espaço do largo, ela apontou que para estacionar o carro somente, quando possível. Mas que lhe aguça a memória a visão do local, pois mesmo que bastante alterado, lembra-se de diversas experiências pessoais ocorridas ali. Desta forma, aproximando-se de uma situação em que a memória do passado é sentida por intermédio da paisagem, ainda que esta se projete de maneira diferenciada do presente. Como uma “reliquia” ou artefato material, a paisagem lhe aguça uma aproximação entre o vivido e o que se vive. Mesmo a

entrevistada realçando as modernizações, como a destruição do “Colégio Imaculada Conceição” e o “conjunto redentorista”, tudo por volta da década de 1950, ela revela nexos importantes ainda presentes do espaço geográfico em sua memória. Como coloca Lowenthal (1998, p. 65)

“Na verdade temos consciência do passado como um âmbito que coexiste com o presente ao mesmo tempo que se distingue dele. O que nos une é nossa percepção amplamente inconsciente da vida orgânica; o que os separa é nossa autoconsciência – o pensar sobre nossas memórias, sobre história, sobre a idade das coisas que nos rodeiam. A reflexão frequente distingue o aqui e o agora – tarefas sendo feitas, ideias sendo formadas, passos sendo dados – de coisas, pensamentos e acontecimentos passados. Mas união e separação estão em contínua tensão; o passado precisa ser sentido tanto como parte do presente quanto separado dele.” (LOWENTHAL, 1998, p. 65).

Ao relatar que tem visto alguns turistas visitando a igreja nos últimos anos a moradora não vê a presença como algo negativo, justificando que além de não serem muitos, seria importante, no entender dela, que as pessoas soubessem sobre a bondade da madre Maria Teodora e dessem mais valor aquele espaço. Ainda ressalva que talvez essa “coisa do tombamento” também possa ser positiva para a manutenção de uma área que lhe é representativa.

Além da Igreja do Patrocínio, na praça Regente Feijó, estão presentes um total de 36 propriedades. A área localiza-se na ZH1, sendo prioritária GP1 a preservação apenas da igreja, ainda que o processo de tombamento do centro histórico abarque a paisagem, ou seja, o conjunto de bens e logradouros presentes. Das propriedades, nenhuma é tombada individualmente pelo CONDEPHAAT ou outro organismo federal ou municipal de gestão e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural. Somam-se o total de 13 propriedades residenciais, 19 empreendimentos comerciais ou de serviços e 4 instituições, nestas últimas a Farmácia Popular, o CEUNSP, o Colégio Voiron Objetivo e a Igreja do Patrocínio sob gestão das Irmãs de São José.

5.1.2. Praça D. Pedro I – Largo São Francisco

Disposta num dos extremos do eixo central de Itu, a praça é elemento chave na apreensão da formação urbano-industrial do município e da própria cidade em sua totalidade. Nesta praça se faz presente um monumento conhecido como Cruzeiro Franciscano, dedicado a São Francisco de Assis, que é o único

remanescente material que restou da antiga igreja e do convento da ordem franciscana, nos primórdios da freguesia e destruídos por um grande incêndio na primeira década do século XX. Além dele, nas adjacências da área da praça são tombados pelo CONDEPHAAT a Casa Imperial e a Fábrica São Luiz, no GP1.

A Fábrica São Luiz ocupa uma grande área no largo, já que além da própria sede, ainda possui antigos barracões sendo utilizados hoje por novas atividades, como é o caso da loja Magazine Luíza, do clube noturno Tunel Bar, e da Fábrica Academia. O número de residências se limita a quatro, com dois estabelecimentos comerciais, a Câmara de Itu e o Espaço Cultural Fábrica São Luiz.

“A Fábrica São Luís, fundada em 1869, figura como a primeira tecelagem a funcionar no Estado de São Paulo e a utilizar a energia a vapor. Surgiu por iniciativa de um grupo de fazendeiros de café e algodão, entre eles, o coronel Antonio Luís de Anhaia e o capitão Antonio Paes de Barros. Em 1888, após passar por diversos proprietários, a fábrica foi adquirida pela família Pacheco Jordão e desativada em 29/9/1982. A edificação, assobradada em alvenaria de tijolos, foi construída em duas etapas, com pequenos acréscimos posteriores. Na primeira, de 1869, o tratamento da fachada é convencional e simplificado, com janelas de vergas retas, em madeira e vidro. Na segunda etapa, de 1895, apresenta janelas de vergas em arco pleno, além da introdução de linhas horizontais salientes em argamassa, definindo os pavimentos, e outras, na parte superior das janelas, valorizando-as.” (CONDEPHAAT, 2012).

Mesmo diante do número reduzido de estabelecimentos comerciais e de serviços, residências e órgãos institucionais, o fluxo de veículos é intenso. Esta característica pode ser entendida pela posição da Praça D. Pedro I, articulada com a rua dos Andradas, a Paula Souza e avenida Barão de Rio Branco, tornando o local num nóculo entre vias locais de dispersão entre o centro e os bairros principais.

Enquanto isso, o número de transeuntes e pessoas se servindo deste espaço é bem inferior em relação aos carros, motos e ônibus. Eles resumem-se em pessoas aguardando o ônibus, a alguns funcionários da loja e alunos da Escola Estadual Cesário Motta. Um ambulante e, possivelmente, um ou outro grupo de turistas para no local para descansar ou observar a paisagem. Apesar disso, a circulação de pessoas é contínua. Aos finais de semana, no período noturno, o clube atrai muitos jovens, o espaço da academia vira estacionamento e as adjacências da praça se enchem de veículos. Por haver poucas residências aí o desenvolvimento deste tipo de atividade é estratégico.

Com calçamento de varvito e dois estreitos passeios de granito róseo, o interior do largo possui uma beleza singular. No centro da praça, acima do Cruzeiro Franciscano, o busto do príncipe D. Pedro I evidencia a especificidade histórica da visita da princesa Isabel no local, além de sua ligação direta quando o imperador do Brasil classifica a cidade como “fidelíssima”, qualificação muito explorada pelos agentes de turismo na atualidade.

Para a população local esta área é conhecida como Praça ou Largo do Cruzeiro. Utilizado como passagem, trata-se nas entrevistas e questionários muito mais de um espaço de ligação que propriamente um espaço de convivência e sociabilidade. Para grande parte dos entrevistados, a área serve de ligação para aos extremos da malha urbana. Para quem utiliza transporte público, também é um entreposto, com paradas de ônibus dentro e no entorno da praça.

Quase sempre vazia, com alguns jovens e cidadãos em seus bancos, ou turistas fotografando, a praça encerra o eixo histórico, iniciado na Praça da Independência, passando pela rua Barão de Itaim, seguindo pela Praça Padre Miguel, rua Paula Souza, Praça Padre Anchieta e, por fim, a Praça D. Pedro I.

Inserida na ZH1 a área sempre abriga turistas. Em entrevista no local, um turista paulistano, professor de história, explica a relevância de Itu no entendimento das ordens religiosas e no papel dos franciscanos no Brasil. Assim também da fábrica São Luiz, que para ele marcaria a passagem de um tempo rural para o urbano. E hoje a refuncionalização cuja ênfase se dá pela cultura e o lazer.

“Este é um dos espaços mais significativos da cidade, sem dúvida. Aí está o cruzeiro franciscano, representando elementos pretéritos da conformação urbana de Itu em que as ordens religiosas tiveram determinação. Depois, em paralelo, uma das fábricas mais antigas do Brasil, colada ao centro da cidade, que remonta ao capitalismo clássico ainda, em que os operários se aglomeravam na cidade, ao redor da fábrica, e em que a cidade passava a ser o centro da vida das pessoas.” (Turista, 46 anos, professor de história, 2011).

Deve-se enfatizar que com as tensões no período escravocrata, como forma de atenuar os conflitos, a área passou a receber publicamente

manifestações coletivas de escravos negros. O que de fato marca as origens dessa área⁵⁹. Segundo Nogueira (2008, p. 19),

“(...) a partir de 1830, alguns senhores começam a permitir publicamente as congadas, os caiapós e batuques. O espaço central para essas manifestações é o pátio de São Francisco, local onde se encontrava o santo negro São Benedito e a irmandade católica dos negros em torno desse santo.” (NOGUEIRA, 2008, p. 19).

Ao longo dos questionários aplicados e as entrevistas realizadas com moradores e a população local, raramente houve alusão a esta praça, ou a seus espaços mais adjacentes. A análise deste ponto em especial é realizada mais adiante, quando a pesquisa trata com maior profundidade as relações de uso e as ligações e leituras da paisagem com a população local.

5.1.3. Praça Padre Anchieta – Largo do Bom Jesus

Assim como a Praça D. Pedro I, o Largo do Bom Jesus também passou por um processo intenso de intervenção nos últimos anos. O local em que se encontra a Igreja do Bom Jesus é onde foi erguida a igreja matriz de N. S. da Candelária, no ato de fundação de Itu. Somente um século mais tarde esta daria lugar à atual igreja do Bom Jesus, cuja fachada é uma réplica da Basílica de São João de Latrão de Roma.

“A primeira povoação que deu origem à cidade de Itu, fundada por Domingos Fernandes, por volta de 1610, desenvolveu-se ao redor da Igreja do Senhor Bom Jesus, originalmente Capela de Nossa Senhora da Candelária. Recebeu provisão no ano de 1644 e, em 1653, foi elevada à categoria de Capela Curada. Quatro anos depois tornou-se paróquia, subordinada à de Parnaíba. O edifício começou a sofrer transformações arquitetônicas praticamente a partir da conclusão das suas obras. Entre os anos de 1763 e 1769, foi reconstruída e acrescida de um sobrado lateral para zeladoria. Por volta de 1828, seu frontispício, com campanário, foi substituído por outro em estilo neoclássico, sem torre. Apesar de manter algumas características barrocas, são as neoclássicas que se sobressaem. Em seu interior, destaca-se o rico trabalho em talha no retábulo da capela-mor”. (CONDEPHAAT, 2012).

⁵⁹ “Outra irmandade com grande participação dos negros ituanos é a de São Benedito. Há indício de sua existência em Itu desde 1710, embora a documentação encontrada esteja datada no século XIX. Alguns pesquisadores utilizam como referência 1785, como ano da fundação da ‘Irmandade de São Benedito dos Homens Pretos’, sob orientação dos frades franciscanos. A irmandade tinha seu consistório junto ao Convento de São Francisco, onde os escravizados realizavam seu culto cristão, em separado dos homens brancos.” (NOGUEIRA, 2008, p. 41).

Por ser uma área relativamente menor, mais restrita, de uso comercial e residencial mais efetivo, a Praça Padre Anchieta possui maior fluxo de pessoas e veículos, que por ela circulam diariamente.

5.1.4 Praça Conde Parnaíba – Antigo Largo da Caixa D'água

A Praça Conde de Parnaíba, antigo Largo da Caixa d'água, localiza-se num plano primitivo estrutural da área urbana de Itu. A área de baixa declividade do terreno é tomado num extremo pelo Instituto Borges de Artes e Ofício (IBAO), ao centro pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Convenção de Itu, ambas projetadas pelo escritório de Ramos de Azevedo no final do século XIX e início do XX.

No outro extremo está a Associação Atlética Ituana. As laterais da praça são preenchidas por algumas poucas residências e a predominância de atividades de serviços é preponderante (Rádio Cidade FM, Rádio Convenção AM, Serviço Funerário Municipal, Clínicas Médicas, Escritório de Advocacia). Na Praça há presença de uma banca de livros espíritas e um carrinho de lanches, esporadicamente um ou outro ambulante circula com carrinhos de sorvete ou raspadinha.

A área da praça é bem calma, com grandes árvores, bancos e ajardinamento em toda sua extensão. As ruas no seu entorno servem de ligação à rua dos Andradas, Floriano Peixoto, Santa Rita e Santa Cruz (essas as mais conhecidas e movimentadas, em que há concentração de bens edificados e tombados pelo CONDEPHAAT).

Todo o calçamento da praça é em varvito, em que alguns pontos carecem de manutenção, já que dificulta o passeio, sobretudo o acesso de pessoas com algum tipo de deficiência física. A tranquilidade da área só é abalada pela manhãzinha, por volta do meio dia e ao final da tarde e da noite, ou seja, em horários específicos. Momentos em que crianças do Colégio Convenção e jovens do IBAO chegam ou saem das escolas e preenche de “vida” a praça. Apesar do continuo movimento de carros e ônibus na rua Capitão Fleming, que seguem sentido ao centro, este ponto ainda não possui congestionamentos no geral.

5.1.5 Largo de São Benedito

Ao iniciarmos o passeio público Marcos Steiner Netto, o conhecido Becão, pela rua dos Andradas, chegaremos até a rua Santa Cruz. Ao final, encontra-se a igreja de São Benedito. Diferentemente das outras praças ou largos centrais, esta área é mais restrita, não possui bancos. A rua Santa Cruz, apesar do trânsito de automotores, não é tão agitada quanto a rua Floriano Peixoto ou a própria rua Santa Rita.

Inaugurada em 1910, trata-se de um dos mais antigos elementos da paisagem urbana de Itu. Teve por especificidade grandes esforços coletivos na sua construção, abrigando atualmente várias imagens oriundas do antigo convento franciscano localizado na Praça D. Pedro I.

Nogueira (2008) destaca o papel deste espaço na memória dos negros ituanos. Que em seus relatos trazem lembranças associadas à Irmandade de São Benedito.

“Em 1908, a Irmandade ergueu sua própria igreja na Rua Santa Cruz, onde continuou promovendo procissões e festas, entre elas o ‘Samba de São Benedito’. Este, entretanto, foi proibido pela polícia em 1955, só voltando a ser realizado em 1977, no Largo do Mercado. Nos livros da ata da irmandade pode-se comprovar a grande participação de escravizados e negros livres no período escravista, assim como a significativa participação negra após a abolição.” (NOGUEIRA, 2008, p. 41).

A rua e calçadas estreitas em conjunto com a igreja, sua escadaria e o beco adjacente forrados em varvito, evidenciam uma paisagem característica, em que construções modernas se conjugam entre uma estrutura de cidade antiga.

Em horário comercial a área é movimentada por carros e transeuntes que caminham rapidamente. Ao final da tarde a área é tranquila, com abalos pontuais em função das missas, festas e outras atividades ligadas à igreja.

5.1.6. Praça da Independência ou Largo do Carmo

A praça da Independência inicia-se no conjunto do Carmo, composto pela igreja ao alto e pelo colégio Anglo mais abaixo. Com aproximadamente quarenta e cinco bens circundando a praça, estes têm predominância de atividades comerciais e de serviços, sobretudo de restaurantes e bares, mas também de uso

institucional e residencial. É onde está localizada a Secretaria Municipal de Turismo.

Movimentada, a praça é frequentada por moradores locais de todos os tipos, assim como por turistas. Normalmente recebe shows e espetáculos organizados pela administração pública local, abrigando nos últimos anos festas tradicionais da cidade.

Ao longo dos últimos anos passou por profundas transformações estéticas, cuja análise dos projetos nos revelou um caráter tipicamente higienista e embelezador, segundo padrões e modelos estabelecidos mais recentemente em cidades turísticas paulistas. Esta área, junto com a Praça Padre Miguel, é uma das mais frequentadas e conhecidas pela população local, o que gerou, por meio de questionários e entrevistas, um amplo material para análise.

5.1.7. Praça Padre Miguel ou Largo da Matriz

Inaugurada nos primórdios do século XVII e transferida no fim do século XVIII para seu lugar atual, a Igreja de Nossa Senhora da Candelária simboliza a fundação da cidade de Itu, atraindo hoje turistas e cidadãos que usam cotidianamente o seu entorno para múltiplas atividades.

Assim como a Praça da Independência, a Padre Miguel sofreu uma série de intervenções no final da década de 1990. Constante tem sido o embelezamento das fachadas e o cuidado com os bens presentes nesta área.

Muito movimentada ao longo do dia, pode-se observar sempre turistas fotografando o conjunto arquitetônico do século XIX em seu entorno, a igreja matriz e principalmente o orelhão gigante no centro da praça. Grupos escolares preenchem os espaços no dia de semana, junto com transeuntes, jovens e pessoas idosas que descansam em seus bancos. Aos finais de semana, algumas famílias e turistas dividem o espaço. No período noturno o local fica vazio, a não ser por alguns jovens que ali ficam, principalmente aos finais de semana com a abertura da discoteca popular chamada Comerciários.

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária foi inaugurada em 1780, sob a mesma invocação da capela demolida. Na inauguração, a igreja recebeu a imagem de Nossa Senhora da Candelária que pertencia à referida capela. Em seu interior, o teto e o douramento primitivos foram feitos por José Patrício da Silva, que de Santos levou para Itu seu auxiliar e aprendiz Jesuíno Francisco de Paula Gusmão, conhecido

como frei Jesuíno do Monte Carmelo, que pintou as paredes da capela-mor. Os detalhes dos altares foram feitos pelo imaginário Guilherme, da Paraíba. Os alicerces e paredes são em saibro com pedregulhos pilados, existindo grossas peças de madeira em seu interior. A fachada foi concluída apenas em 1831, com a introdução da torre e seus sinos e, ainda, o seu adro, com a respectiva escadaria. Posteriormente, no final do século XIX, o seu frontispício foi reformado pelo arquiteto Ramos de Azevedo. (CONDEPHAAT, 2012).

5.1.8. Praça da Bandeira – Largo de Santa Rita e área do Mercado

Área onde estão inseridos o Mercado Municipal e a igreja de Santa Rita. Nódulo comercial do centro da cidade, essa área é muito dinâmica, mas pouco frequentada por turistas. Concentra camadas mais populares da população, sendo utilizada por ambulantes e trabalhadores informais, além de um comércio popular tanto no lado externo do Mercado quanto em suas adjacências.

O Mercado como é popularmente conhecido está incluído no conjunto de bens GP1. Iniciada a construção no fim do século XIX sob responsabilidade de Ramos de Azevedo, sua inauguração é datada de 1905. Mantém as características daquele período, com algumas adaptações em suas formas, ainda que em seu espaço interno tenha havido uma alteração de funções comerciais, algumas das antigas atividades ainda permanecem no local.

Conforme explica Amauri Nogueira (2008, p. 34) a região abaixo do mercado era uma zona de meretrício, em que nenhuma família gostaria de residir nas adjacências. Contudo, os grupos de afro-brasileiros, migrantes dos espaços rurais para os urbanos, não tinham escolha, sendo este o único lugar que podiam viver na cidade. Portanto, as ruas Santa Cruz e atual Marechal Deodoro eram os locais em que havia maior concentração de negros, como também de famílias pobres. Espaços que historicamente remontam às classes mais baixas, com construções relativamente simples, nem por isso menos importantes na conformação do espaço urbano. Pois é aí que se encontrava a mão de obra base para a produção da cidade em grande parte dos processos enfatizados pelo terceiro capítulo.

A igreja de Santa Rita, bem cultural tombado e incluído no GP2, sendo um dos elementos mais antigos do núcleo central, é datada de 1728. De arquitetura simples, a ermida fundada no século XVIII é próxima alguns metros da igreja matriz, constituindo-se num nódulo importante na conformação das ruas

centrais, em que um movimento dinâmico de mercadorias, veículos e pessoas pode ser observado. Assim também de comerciantes, lojas e trabalhadores informais, que vendem de tudo por ali, desde relógios falsificados, pilhas e bonés, até pequenos produtos importados, roupas e acessórios. Já em meados do século XIX, a movimentação e os fluxos ali eram intensos. Segundo Zini (1995, p. 17),

“Até hoje a pequenina ermida serve de Consistório à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a Virgem da Dominação. (Festa a 14 de Agosto, virgília da Assunção). Ela esteve sob os cuidados de José Francisco de Paula, morto a 15/10/1859: ‘Probo e zeloso pelas cousas da igreja católica, da qual era fervoroso crente, restaurou e conservou a capela’, lemos em José Jacintho Ribeiro, ‘Chronologia Paulista’. Relíquia de um passado extinto... É por um milagre que está lá, de pé... com muito praguejar de motoristas sem consciência e religião, que não podem perder um minuto da vida.” (ZINI, 1995, p. 217).

5.1.9. *Praça Duque de Caxias – Praça do Quartel*

Antiga alça de acesso à estrada para Jundiaí e São Paulo, onde hoje se localiza o prédio do quartel e a igreja São Luiz. Adjacente também a antiga rua das Flores, com maioria da população pobre da cidade, a área onde atualmente é o quartel, Regimento Deodoro, funcionava o colégio de meninos até meados do século XX.

“Fundado em 1867 em Itu (interior de São Paulo) pelos padres jesuítas e transferido para a cidade de São Paulo em 1918, o Colégio São Luís foi uma das primeiras escolas a se fixar em território nacional. (...) Após um longo período sediado na cidade de Itu - onde registra uma memória marcante, incluindo a visita do Imperador Pedro II -, uma epidemia de febre amarela no interior de São Paulo colocou em risco os estudantes, fazendo com que os dirigentes do Colégio procurassem uma outra localização. Na recém inaugurada Avenida Paulista (1891), encontraram um espaço adequado e, em 1918, começava a primeira turma de alunos. As primeiras indústrias eram instaladas em São Paulo, que vivia o auge da produção de café, e a charmosa avenida acomodava a elite paulistana, onde viviam os grandes fazendeiros de café, negociantes e imigrantes, como árabes e italianos. Conhecida também como 'Avenida dos Casarões', a Paulista foi a primeira via pública da cidade a receber asfalto e arborização. A região assimilou facilmente a integração do Colégio ao seu cenário, até porque o São Luís trabalhava com essa elite e com alunos de cidades do interior, inclusive de Itu.” (COLÉGIO SÃO LUIZ, 2012)

Com transferência para São Paulo, o colégio dos padres jesuítas foi vendido ao exército, que adaptou os espaços segundo suas necessidades,

mantendo em grande medida as características principais do edifício, assim também como da fachada, onde ainda existe a igreja, em que pode ser observado o conjunto de São Luís de Gonzaga.

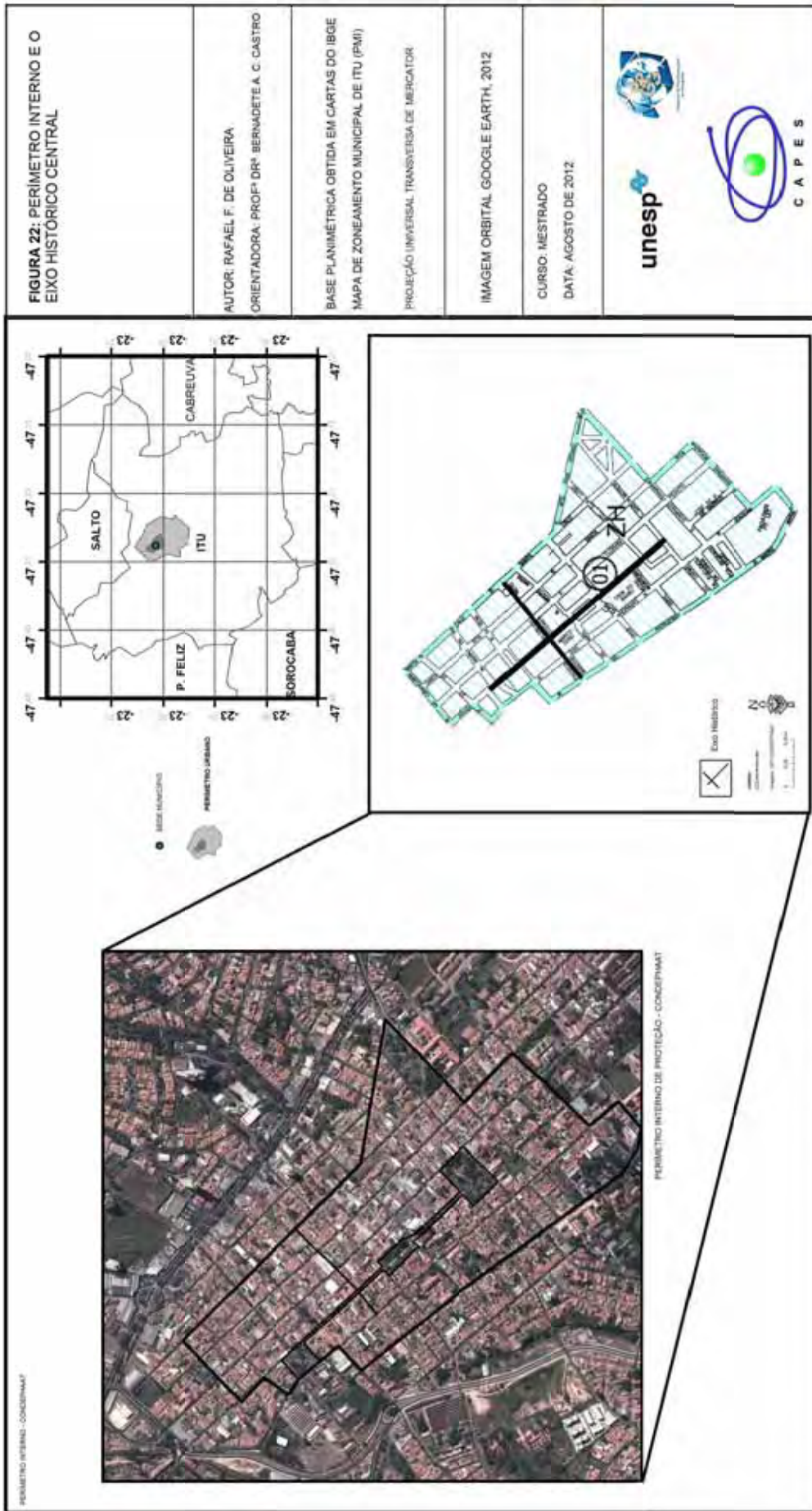
De topografia mais acentuada, o terreno onde está localizada a praça Duque de Caxias se prolonga da rua Benjamin Constant até a avenida marginal, findando-se no córrego Guaraú.

Para os cidadãos ainda é importante na interligação do centro com o shopping, sendo ainda uma das artérias principais da cidade para quem segue sentido Cabreúva, Jundiaí ou São Paulo, ainda que alternativas tirem a centralidade e essa função específica que possuía no passado.

“A igreja próxima do quartel é muito bonita, sempre que passamos ali admiramos o conjunto arquitetônico. Na noite, as luzes dão um charme especial. Sempre que vamos ou voltamos do shopping passamos em frente. Realmente, é um lugar encantador, não me estranha saber que as mulheres da cidade preferem o casamento ali...” (Funcionária Ministério Público, 37 anos, moradora do condomínio Terras de São José).

No detalhe da figura 22, página 179, a imagem de satélite evidencia espaços centrais da cidade (ZH e particularmente o eixo histórico), que não abrangem áreas consideradas importantes pela população local, como a praça Conde de Parnaíba. Dos 160 indivíduos que participaram das entrevistas, 67 deles, por vezes, não conseguiram associar os nomes oficiais aos espaços de referência, sendo necessário o uso de denominações populares confirmadas por eles e expressadas no quadro 09 (página 164).

FIGURA 22: PERÍMETRO INTERNO E O EIXO HISTÓRICO CENTRAL



PERÍMETRO INTERNO - CONDEPMAT

PERÍMETRO INTERNO DE PROTEÇÃO - CONDEPMAT

Eixo Histórico



5. 2. Cotidiano e a representação do centro para a população

O uso destes espaços tem passado por grandes transformações nos últimos anos. Apesar do caráter comercial em que praticamente se funda a cidade, atendendo viajantes e exploradores nos séculos iniciais de sua formação, a organização especializada do espaço tem se revelado mais intensa nos últimos decênios. Já que em conjunto com atividades produtivas, os locais do centro sempre foram compartilhados para atividades do cotidiano, como aquelas relacionadas à religião e ao lazer.

5. 2.1. Projeção das paisagens: legitimação da autoria patrimonial aos grupos hegemônicos e a cultura como produto para o mercado

Na atualidade, para o morador local, o centro da cidade, mais que espaço do cotidiano é antes espaço da história. Mesmo que essa história limite-se a determinados fatos e relações sob os auspícios interesses do Estado e de classes, ela se estabelece nos 160 questionários realizados como a mais representativa forma qualificadora do centro. A figura 23 seguinte mostra, de forma gráfica, o papel de diferentes concepções que a população possui sobre o centro da cidade.

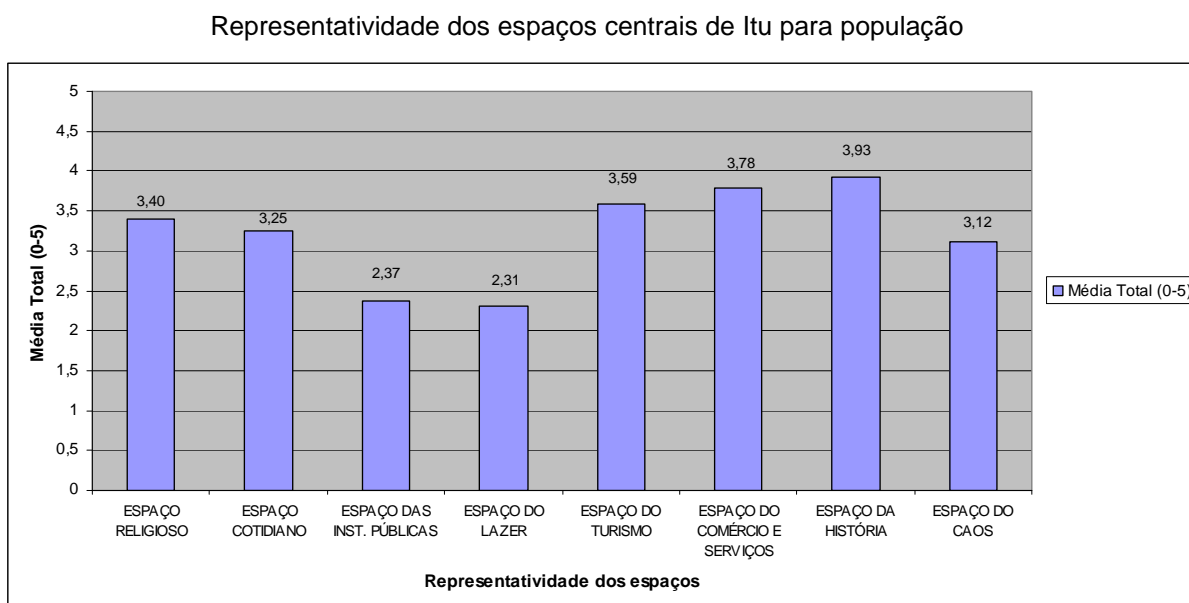


Figura 23: Médias totais obtidas a partir da aplicação de 160 questionários a população, com possibilidade fechada nesta questão de variação de valores entre 0 e 5.

Torna-se tentador de antemão, a partir de uma leitura da cidade e de seu campo simbólico no atual paradigma – em que cada vez mais se efetivam os interesses globais e do capital monopolista – associar as renovações da área com uma revolução nos valores e nas visões de mundo pela população local. A forma da representatividade do “espaço histórico” tratado estatisticamente pode ser observado na amostra de 32 indivíduos ou 1/5 dos questionários aplicados, conforme figura 24. No entanto, os diálogos estabelecidos em função deste resultado, não possibilitam outras formas de entendimento. Em que alguma dúvida fosse levantada, respeitando experiências individuais e a representação mesmo que crítica de muitos entrevistados, prevalece generalizadamente o discurso alegórico e consensual, a partir do qual legitima e reconhece uma história fantasiosa, fatural e mística.

“Ah, foi aqui que passou e ficou os bandeirantes. Que eu lembre é isso, acho importante, porque é muito antigo tudo na cidade (...)” (Vendedor, há 6 anos morando em Itu, 26 anos).

“Itu é considerada a Roma brasileira, com igrejas que são únicas, que foram construídas artisticamente, com muito ouro, foi a cidade mais rica e importante na região.” (Secretária escolar, 34 anos).

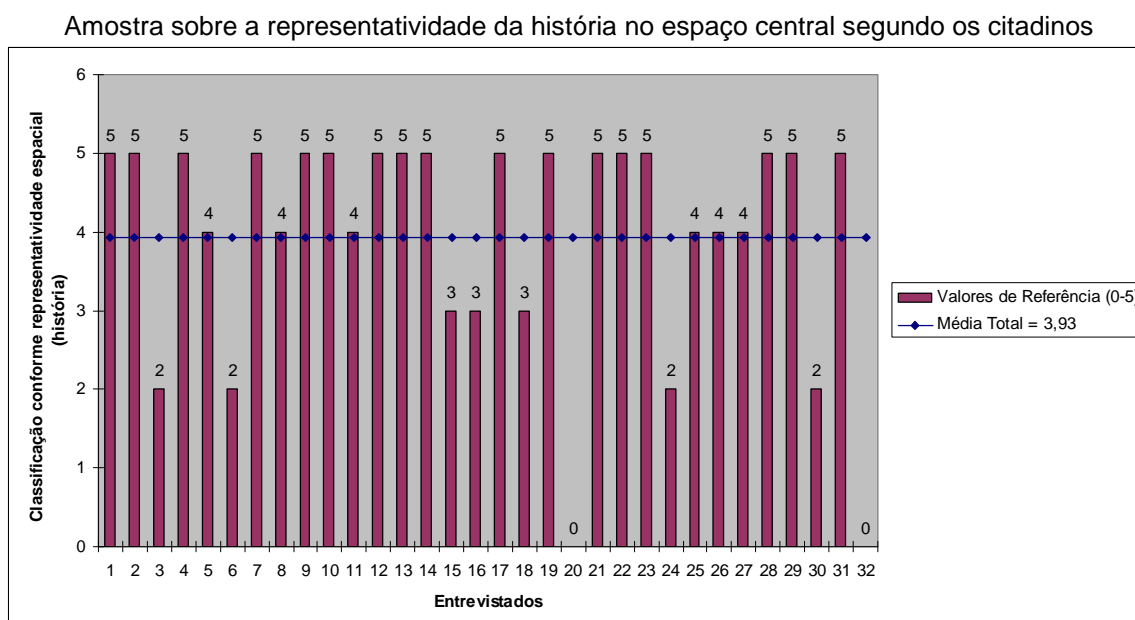


Figura 24: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio total real.

“(...) Ainda não tivemos matéria sobre a história local. Vou falar um pouco do que sei por morar aqui. Itu tem uma história importante, pois foi berço da república. Foi aqui que houve uma trama pela mudança do

regime político. Isso foi importante, os republicanos se reuniram ali à frente, e é incrível pensar que a história do nosso país estava sendo decidida lá. Tem as igrejas também, que são muito antigas (...).” (Estudante de história, 19 anos).

As práticas de tombamento pelo Estado, assim como as novas atividades produtivas associadas ao turismo, ao priorizarem alguns elementos históricos em detrimento de outros em suas políticas, como evidenciado no capítulo anterior, não apenas passam a legitimar símbolos e padrões ligados aos grupos hegemônicos, mas reproduzir nas paisagens locais as ideologias já presentes em alianças antigas entre intelectuais, Estado e os interesses da classe burguesa.

Traduzidos em obras de autores regionais, como as de Francisco Nardy Filho ou de Ângelo Zini, que mesmo mostrando detalhes importantes do cotidiano do lugar, priorizaram uma harmonia e glória dedicada aos “homens de bem”: brancos, aristocratas e católicos. Assim sugerindo qualificações à cidade como a de “Roma Brasileira”, “Berço ou Meca da República” ou ainda “Terra de Bandeirantes”, enquanto símbolos de uma unidade cultural que em Itu nunca existiu. Como atestam as obras de Ianni (1996) e Nogueira (2008) ao detalharem manifestações artísticas e culturais de origem afro-brasileiras em Itu, ou também pelas tensões nos períodos antecessores à proclamação da república e promulgação da lei áurea no país.

Na verdade, mesmo as obras dos autores locais, expõem certos fatos que corroboram para o entendimento de que conflitos primitivos associados entre índios e colonizadores, por exemplo, teriam tanta relevância na formação da cidade, a ponto mesmo, em diversos momentos, ter havido pretensões de abandono da área de ocupação em virtude dos perigos representados nestas batalhas. O que é fato converte-se num mecanismo de cunho ideológico, que passa ao longo desta construção a representar e legitimar a bravura dos colonizadores frente aos “selvagens” e “primitivos” indígenas. Escamoteando processos e ações em favor do enobrecimento de genealogias e grupos hegemônicos e, em última instância, concretizando a reprodução da estrutura social pela apropriação segmentada em classes dos conteúdos materiais e imateriais da cidade.

Para uma cidadã local, moradora de um condomínio de luxo, residente a pouco mais de quatro anos na cidade, a igreja de São Benedito e a rua Santa

Cruz lhe soa como espaços estranhos. Enquanto a área em que se localiza a Praça da Bandeira e a igreja de Santa Rita lhe é mais comum, ainda que reconheça o caráter caótico e perigoso destes últimos local, mas também justificado a partir de sua vida intermitente no município, derivada apenas de finais de semana esporádicos ou de alguns feriados prolongados.

“Essa não conheço [igreja de São Benedito]. (...) Geralmente não desço o beco, só às vezes para mostrar a cidade a visitas, mas aos domingos, porque sábado ali fica impossível. É incrível, as cidades de hoje não possuem mais lugares como aquele. A Santa Rita é aquela igreja na ladeira? Sei sim. Ali é bem agitado, acho perigoso, caótico. Me parece que ali é bem antigo também. O problema é que Itu está em alguns pontos muito distante das cidades turísticas. Muitos fios, postes, é feio. Há pouca iluminação e uma quantidade de pichações que é absurda.” (Funcionária Ministério Público, 37 anos, moradora do condomínio Terras de São José).

Se caótico para alguns grupos, o mesmo não pode ser representado para a maioria da população, sobretudo aquela considerada mais pobre, levando em consideração o trabalho exercido e o nível de escolaridade. Para quase 68% da população de nível escolar fundamental ou com trabalho de até dois salários mínimos, o centro situa-se na faixa entre 0 (25 pessoas), 1 (18 pessoas) e 2 (27 pessoas) numa gradação entre 0 e 5 pontos, obtendo média de 1,02 pontos entre este grupo, considerado relativamente baixo em relação a média final (3,12 pontos), conforme esboçado na figura 25, página 184. Média alavancada por uma população majoritariamente de classe média, com trabalhos mais especializados e vivendo em áreas mais próximas do centro, ou em condomínios do município. Para uma moradora local, que utiliza transporte público e vive na periferia da cidade, o centro só é relativamente caótico em dias específicos, pois em dias normais consegue realizar todos seus afazeres sem constrangimentos.

“Ah eu acho que zero [pontuação sobre caos], porque em dia normal é bem tranquilo viu. Mais pro fim de ano que fica tumultuado, mas é tranquilo até, só não gosto de ônibus lotado. (...) É bom sim. Eu gosto da Floriano Peixoto e da Santa Rita, tem bastante loja e gente conhecida. Venho fazer compras, passear, gastar quando sobra alguma coisa. Sempre venho aqui, não tem muito dinheiro, mas sempre sobra algum, ou pra olhar as ofertas mesmo.” (Dona de casa, 49 anos, moradora da Vila Martins).

Amostra sobre a representatividade do caos para o espaço central segundo os cidadãos

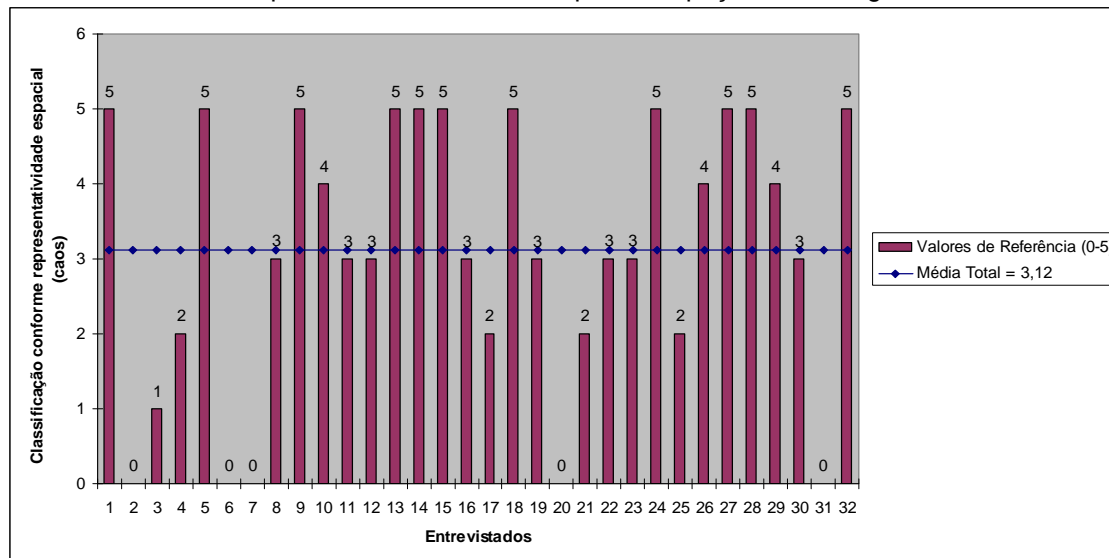


Figura 25: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio total real.

Dos questionários analisados, especificamente sobre o conhecimento da história local e do que achariam importante nestes processos de tempo, apenas uma dezena e meia constituiu-se de respostas que não aludiam aos seguintes fatos: (a) Igrejas e ordens religiosas; (b) Convenção Republicana; (c) Bandeirantes; (d) Pessoas Famosas. Sendo que mais da metade, afirmou de forma taxativa não conhecer nada sobre o tema. Em que alguns outros entrevistados ligaram a história e a vida no meio rural, nas fazendas. Talvez levantássemos a hipótese de que esta visão da história poderia ser influenciada a partir da grande quantidade de entrevistados não ser natural de Itu – 87 pessoas. No entanto, numa análise pormenorizada desta questão, observa-se que dos 73 naturais, o conhecimento é ainda mais alegórico e fantasioso.

A ênfase na história urbana pode ser pensada em razão de que outros pontos do questionário abordavam mais especificamente o centro da cidade e o espaço urbano em detrimento do rural. Fazendo, possivelmente, com que houvesse certo direcionamento para os casos predominantes neste espaço. O que, no entanto, não influencia as respostas ligadas aos fatos preponderantemente urbanos e elementos citados na sistematização anterior.

Outro aspecto relevante é dado nos questionários pela representatividade, visão do centro da cidade, enquanto espaço de consumo, por meio de serviços e do comércio ali localizados. Ainda que os espaços variem

segundo aspectos socioeconômicos, ou mesmo culturais, numa possibilidade média variando de zero a cinco, verificou-se um valor relativamente elevado, com média de 3,78, como evidencia a figura 26. Apenas com valor abaixo do centro como espaço histórico. Associar esse dado a outros, como em relação ao espaço de lazer torna-se fundamental. Pois o consumo e o lazer aparecem na leitura dos cidadãos como algo desassociado. E ainda que muitos dos espaços de sociabilidade pareçam estar determinados pelo consumo, este último não representa lazer, apesar de momentos importantes serem criados com o encontro nas áreas comerciais.

Eu gosto de vir a cidade. É onde encontro minhas amigas e resolvo minha vida. (...) Sempre encontro conhecidos nas lojas do comércio, nos bancos ou aqui pela praça (Carmo). (...) Se uso a praça? É difícil viu, mais de passagem mesmo. Às vezes paro pra conversar um pouco e só, ou raramente, quando venho no carnaval ou na festa italiana. (Comerciante, 39 anos).

Amostra sobre a representatividade do comércio para o espaço central segundo os cidadãos

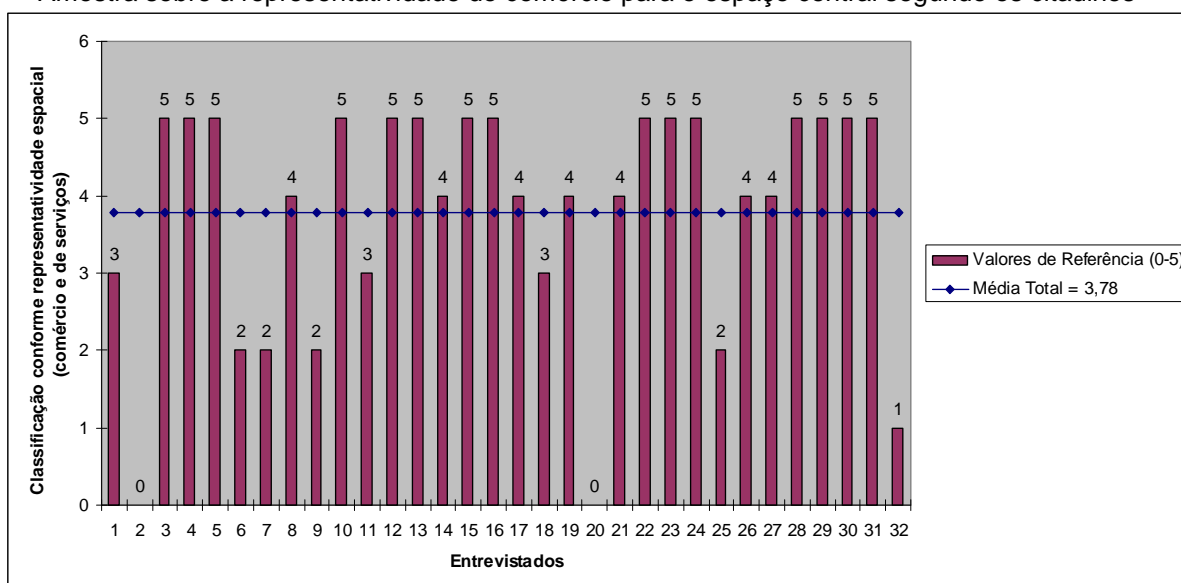


Figura 26: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

“(...) Ah, sempre rola de vir. Mas não tem muita coisa pra fazer, e ainda fica esses pardola mal preparado da polícia olhando aí. Aqui a noite tem o Comerciaríos, a tarde a gente encontra pouco aqui pela praça. Na Floriano nem vô quase, mas sempre tem conhecido por lá também. (Estudante, 16 anos, 2011).

Neste ponto, a questão do lazer (amostra na figura 27) aparece junto com o espaço das representações públicas e com espaço caótico, no conjunto, com valores de representatividade relativamente inferiores aos outros pontos. Na maioria dos casos, ainda que inicialmente o propósito não fosse aprofundar de forma qualificada estas questões, observaram-se certas críticas diretas a cada uma das questões. Sobre o espaço das instituições públicas, a crítica se desenvolve pela descentralização dos equipamentos e serviços públicos, ineficiência em relação aos serviços pela polícia em função dos atos de vandalismo (brigas e depredação do patrimônio histórico e cultural), além da ausência de bebedouros e banheiros na área. No que se refere ao espaço do caos, excetuando-se apenas a rua Floriano Peixoto, a população acredita ser um espaço tranquilo e bem organizado. A não ser em horários e datas específicas, como no fim de ano, em que há um aumento de pessoas no local e de veículos trafegando pelas ruas. Por último, ligado ao plano do lazer, ele se restringe mais ao olhar e crítica dos jovens, sobretudo pela ausência de atividades.

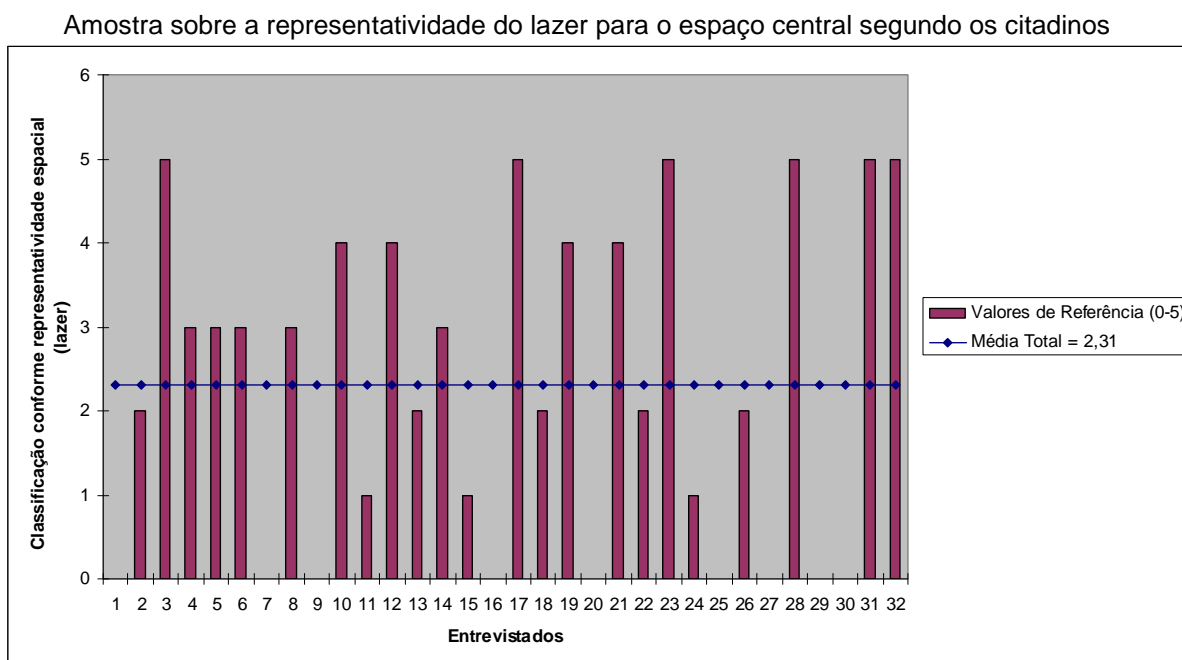


Figura 27: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

“Meu, esse ano não teve nada no centro no dia do desafio. O prefeito prometeu um parque, ficou oito anos aí e nada, só construiu aquela prefeitura que custou o olho da cara e fez a avenida pro povo ficar

tomando sol na cabeça e correndo no meio da fumaça dos carros. O turista vem aí, traz dinheiro, meu tio mesmo trabalha num hotel, e é legal ficar vendo essas antiguidades, mas a gente já cansou de ver isso (...)" (Estudante, 17 anos, 2012).

5.2.2. A segmentação do uso dos espaços públicos e dos bens patrimoniais

Em questão aberta qualificada, praticamente a totalidade dos entrevistados revelou ir ao centro em função do comércio e dos serviços ali presentes. Muitos também a trabalho. O uso para fins de lazer obteve trinta citações na pesquisa, das quais agregadas, muitas vezes, com outros usos.

Pode-se compreender o uso como relativamente baixo pelas camadas mais populares do espaço central para fins de lazer ou de cultura, sobretudo quando comparado pelo uso em atividades comerciais, de serviços ou a trabalho. Estes últimos chegando a aproximadamente 156 citações, lembrando que os usos nas questões davam margem para mais de uma atividade.

Esta relação é mais explícita quando da sistematização fechada de valores de zero a cinco, como no caso anterior, aferindo resultados mais objetivos sobre o uso dos espaços. Neste caso é possível observar como o uso do centro é especializado, com destaque às atividades comerciais e de serviços (figura 26), variando em áreas conforme aspectos sociais e econômicos da população. No detalhe dos gráficos, comparação entre o uso para diferentes atividades.

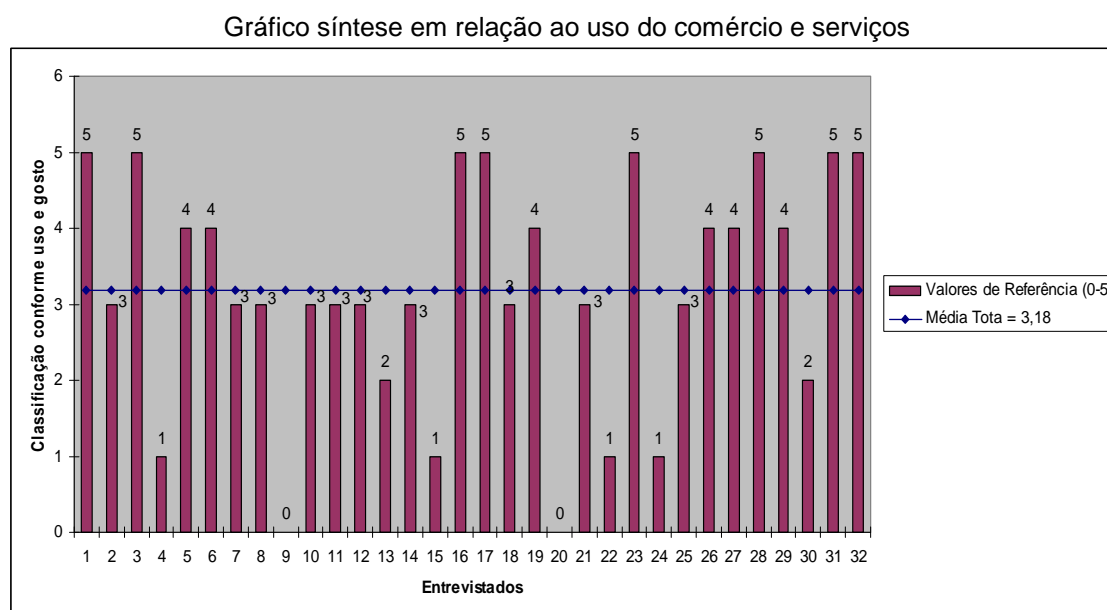


Figura 28: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

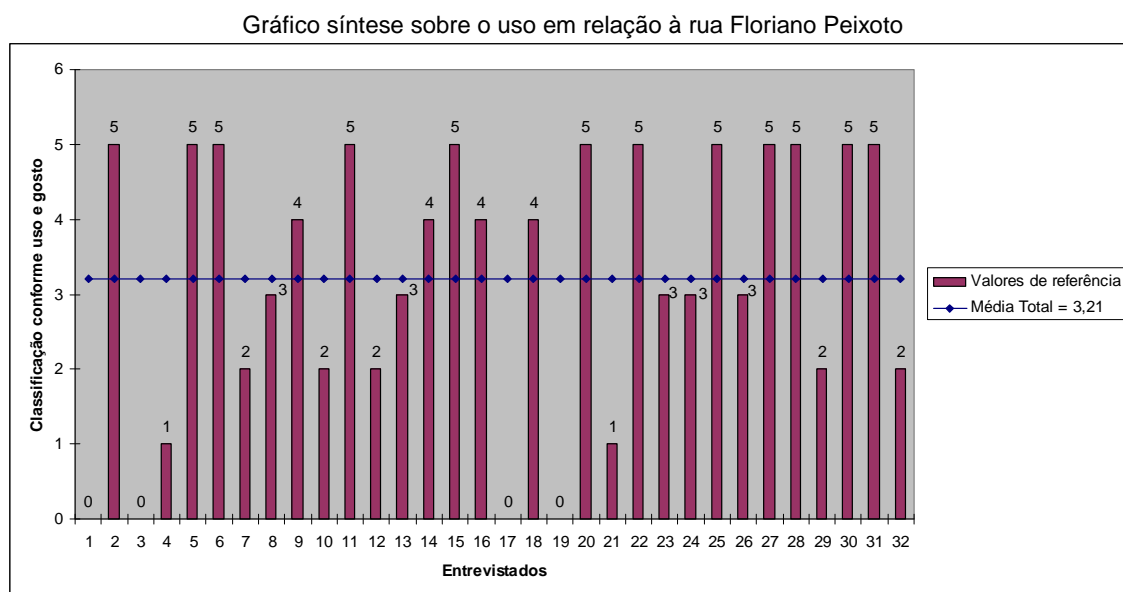


Figura 29: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

Como o uso das igrejas centrais, as festas recebem médias abaixo de valor 3 no total (figura 30). Enquanto a principal rua comercial, Floriano Peixoto, alcança média de 3,21 (figura 29) e uso do comércio e serviços chega a 3,18 (figura 28, página 187). Revelando tanto a centralidade da área, quanto parte significativa do seu conteúdo atual.

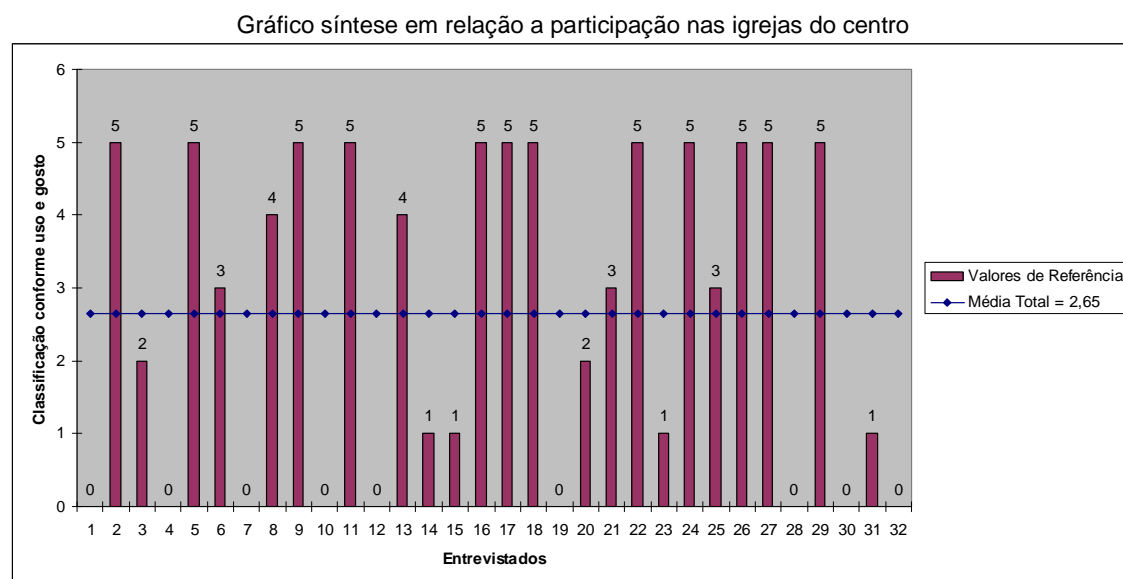


Figura 30: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

“Não gosto de ir lá, mas é necessário. Pagar as contas, receber meu ordenado. (...) Porque é tumultuado, cheio de gente, carro. A cidade não é mais a mesma, se pudesse ia embora, mas minha família gosta daqui. Conheço esse Brasil inteiro e posso falar que aqui não é bom de viver. Fico mais por aqui mesmo (no bairro), conheço tudo o povo, é mais tranquilo que lá” (Caminhoneiro, 59 anos).

“(...) a cidade ficou complicado pra gente, morador daqui. Veio muita gente de fora, a população cresceu. Antes a gente se conhecia tudo aqui, hoje vivo numa prisão, não tem sossego mais. Os condomínio acabo com a cidade.”

“Gosto de vir sim. Sempre encontro os conhecidos por aqui.” (Dona de casa, 40 anos).

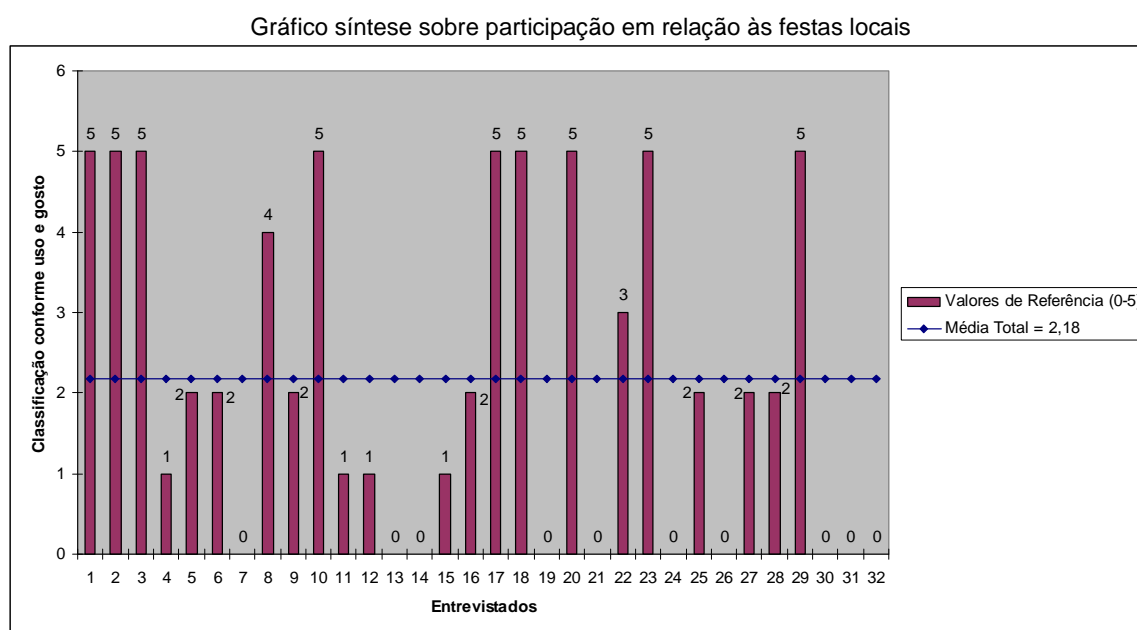


Figura 31: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

De fato, como pode ser observado, ainda que grande parte da aplicação dos questionários tenha sido realizada nesta área – 80 no total – a maior parte das pessoas não era residente da área ou de suas adjacências, todavia estas costumam ir mais de quatro vezes semanais ao centro (figura 32, página 190), cuja ligação de uso se estabelece por necessidades predominantemente econômicas. Num sentido, portanto, distanciado das possibilidades da prática do lazer, das relações sociais calcadas na cultura e na aprendizagem pelo intercâmbio das diferenças.

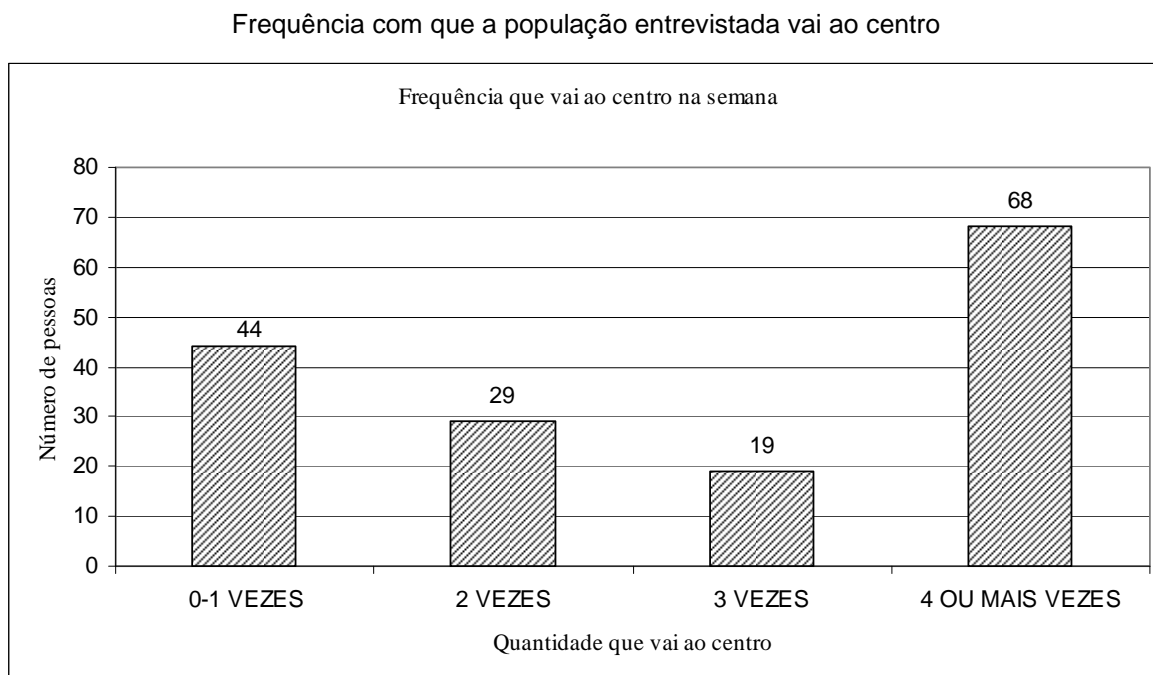


Figura 32: Expressivo número de pessoas que vai 4 ou mais vezes ao centro semanalmente. Destaque também do grupo que não, ou quando o faz PE de fora esporádica.

De forma reveladora e paradoxal, o centro como espaço do turismo destoa de um centro como espaço do lazer e da cultura. Apesar dos possíveis ganhos econômicos ou em infraestrutura, não há qualquer indício nas falas e opiniões dos entrevistados sobre essa relação. Ao contrário, se qualificada a área turística por uma média de 3,59 pontos (0-5) na somatória total segundo tratado na figura 33 (página 31). Para o lazer essa mesma média residiria em 2,31 pontos (0-5). Sem aprofundar em métodos mais quantitativos, avaliando desvios padrões de cada variável, as falas e diálogos são extremamente reveladores, apontando para um descompasso entre lazer e cultura do turismo. Este último como externo e alheio, desarticulado dos ganhos possíveis que a população têm por parte da municipalidade e, no limite, observado sob uma ótica preponderante e setorialista do viés econômico que a atividade turística desperta.

Se para os cidadãos o turista não traz qualquer espécie de transtorno – já que praticamente nenhum entrevistado se pronunciou contrariamente a presença do turista na cidade – também não evidencia qualquer indício de melhoria na qualidade de vida associada aos equipamentos, atividades, práticas de lazer, cultura ou educação relacionadas ao segmento turístico. Ao menos não para uma

ampla parcela da população entrevistada e moradora da cidade, já que como observado ao longo da pesquisa, existem grupos que pensam exatamente o oposto. Portanto, expõe a relatividade no tratamento da abordagem, bem como a dialética entre visões do mundo e interesses na cidade, sintetizada materialmente pela apropriação desigual dos bens e possibilidades que este espaço oferece.

O centro como espaço do turismo

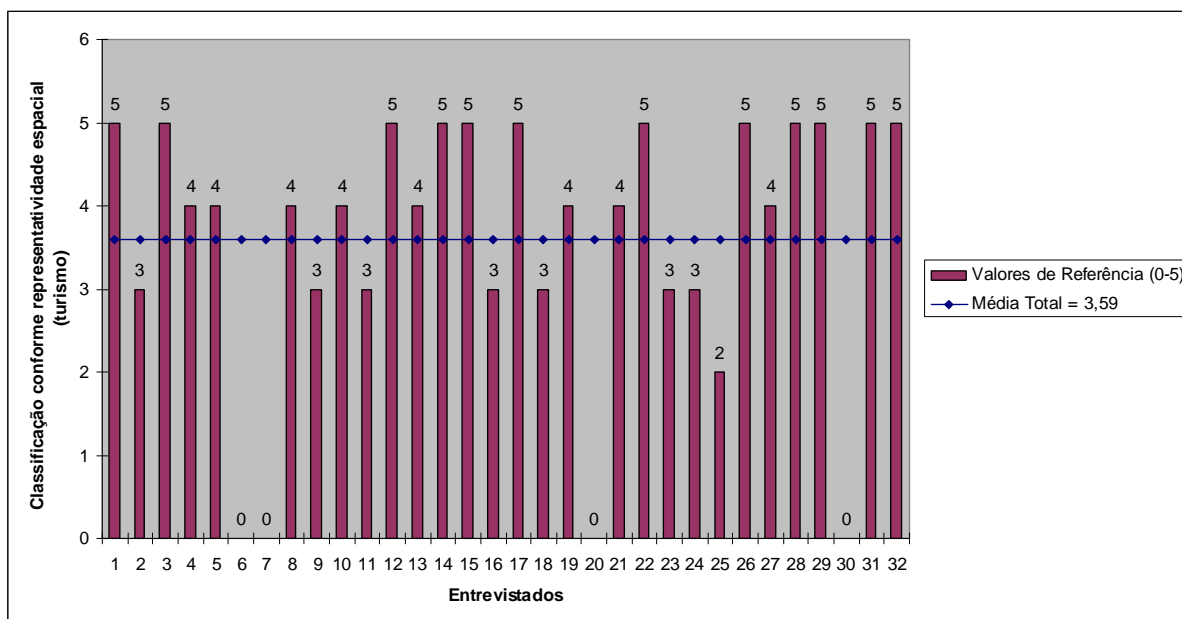


Figura 33: Amostragem de 1/5 da população, com valor médio sobre o total.

“Sempre vejo turistas aqui na cidade. Sinceramente não tem muito que ver na minha opinião. Eles ficam mais aqui no Carmo, ou ali na Matriz, tirando foto da igreja ou do orelhão. (...) Não me incomodam não, de forma alguma.” (Costureira, 56 anos, há 20 anos morando em Itu).

“Têm turistas sim, ali na Matriz vejo sempre. (...) Não incomodam. (...) É, não sei, acho que ajudam. Na verdade a gente sabe que traz dinheiro, assim de uma forma ou de outra é positivo, mas se for depender disso não dá né. Aqui no comércio não compram nada, talvez ali nos restaurantes ou na feirinha de artesanato, mas aqui não. Eu mesmo nunca nem conversei com um pra falar a verdade.” (Vendedora, 29 anos).

5.2.3. Entraves do patrimônio cultural para uma potencial realização da cidade à sua população

Se considerado o tombamento pelo Condephaat (2003) na perspectiva da “(...) melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Centro Histórico que nele

vivem e trabalham”, as entrevistas provam neste critério que tal prática está longe de efetivamente corroborar para tanto. Se a patrimonialização tem despertado um acelerado ritmo de turistas e consumidores de paisagens em diversos lugares do mundo, no caso de Itu ela parece se processar de forma mais lenta, não beneficiando a população local, muito menos proporcionando uma sociabilidade ou vivência entre as diferenças estabelecidas entre o local e o turista. Em que os resultados, ainda que significativos, não provocaram qualquer consciência ou razão que leve os cidadãos ou moradores do centro mais especificamente a acreditar ou mesmo viver tais benefícios.

“Pra mim é indiferente. Não atrapalham, não ajudam. Minha casa é tombada. Tá na sua lista aí né? Esses dias tinha um grupo fotografando aqui. Eu procuro preservar porque acho bonito, era de minha sogra, mas não tenho incentivo nenhum, tudo é difícil, a casa é muito antiga. (...) Tem o desconto no IPTU, mas a gente tem que ir atrás todo ano, e aqui é pequeno, compensa mais pagar do que ir atrás dos documentos pra prefeitura dentro do prazo que eles determinam lá” (Moradora da rua Santa Cruz, professora aposentada, 65 anos).

Neste processo, o uso educativo e cultural do centro ao longo da pesquisa pode ser entendido num fluxo de inversão, em que o dinamismo nesta perspectiva era maior no passado que no presente. Mesmo sendo este o espaço do cotidiano para muitos, ao serem questionados se já haviam no passado realizado atividades em museus, na casa da cultura, teatros e outros elementos deste grupo na cidade, 91 dos entrevistados afirmaram que sim e 79 responderam que não. Quando questionados se realizavam essas atividades nos últimos 10 anos ou na atualidade esse número passa para 58 respostas afirmativas e 102 respostas negativas.

De fato, com a amostra, uma diminuição significativa nos últimos anos pode ser compreendida em atividades culturais realizadas pela população local na cidade. Ao esperar que as atividades propiciem maior dinamismo sob a ótica da cultura – já que um dos fundamentos da conservação do patrimônio cultural reside em parte na sua divulgação aliada ao potencial produtivo e aos processos de alteridade gerados pelo turismo – parece não garantir melhorias efetivas na vida dos populares, como também propicia efeitos que podem ser considerados negativos, como a criação de circuitos sociais em que a predominância de uma segmentação especializada dos espaços centrais torna-se comum.

Como pode ser observado na quantificação do questionário que trata especificamente das razões, ou finalidades que os indivíduos vão ao centro. A imagem 34 revela o centro de Itu como uma área de baixa finalidade para o lazer, mas principalmente de sua relevância para o cotidiano de atividades como o trabalho, ou a utilização dos serviços e comércios locais.

“Essa semana mesmo parei no Carmo pra ver um tricô nas barraquinhas do pessoal do artesanato, pra comprar pra minha filha e aprender a fazer com o modelo também. Ao comprar, a moça me perguntou de onde eu era. Talvez, não sei, mas parece estranho alguém da cidade mesmo comprar algo ali.” (Dona de casa, 47 anos).

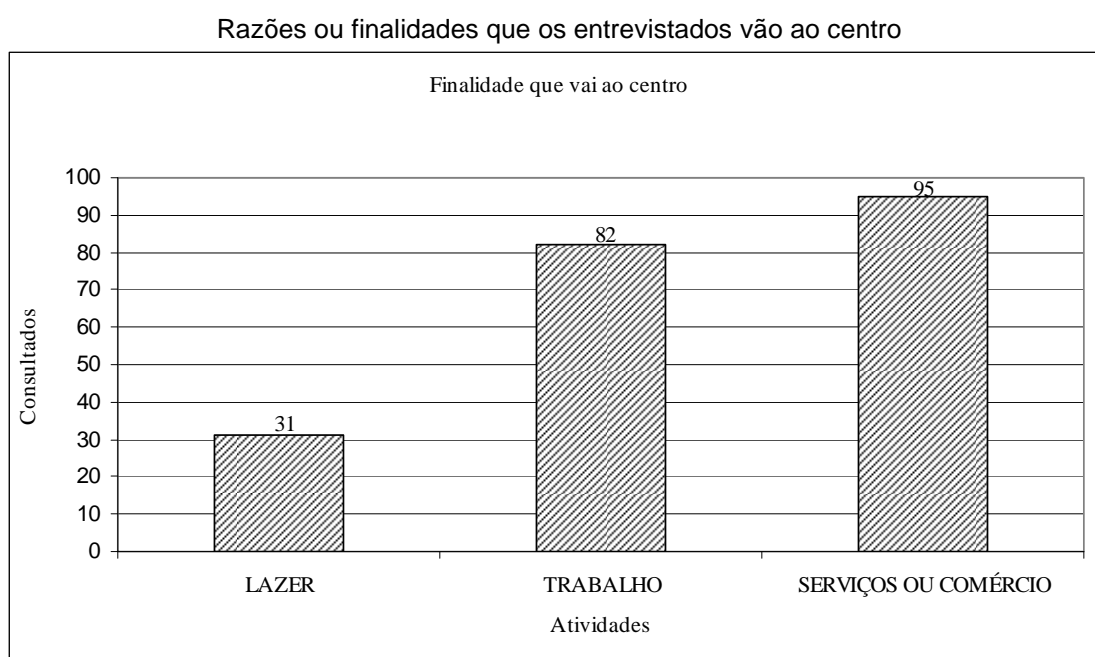


Figura 34: Grande maioria vai ao centro trabalhar ou utilizar o comércio. O número relacionado ao lazer é bem inferior comparativamente aos outros.

Mesmo que não haja uma separação rígida entre o mundo do trabalho com o da cultura, ou mesmo talvez do lazer e do turismo, as falas obtidas em levantamento e sondagens iniciais, criaram a necessidade de observação particularizada entre presente e passo do uso destes espaços pela população local. Desta forma, classificando os usos cotidianos do lugar de forma separa entre variáveis como função educativa e cultural, trabalho e de serviços e do próprio lazer.

Chega-se por esses levantamentos equacionados ao longo da pesquisa que espaços antes de lazer passam a ser mais restritos nos núcleos de

convivência, tornando-se locais de passagem para os locais, e turísticos para os visitantes (tratado na figura 40 de forma comparativa), salvo exceções, como talvez pudesse ser apontada, com maior propriedade, o largo do Carmo. Principalmente em função do parque infantil e a concentração de festas ao longo do ano, como descreveram aproximadamente 1/3 dos entrevistados. Conforme representado pela figura 35, os levantamentos apontam para uma diminuição significativa, já que no passado uma amostragem de 91 pessoas utilizava para essa função, na atualidade chega esse número chega a 58 dos 160 entrevistados.

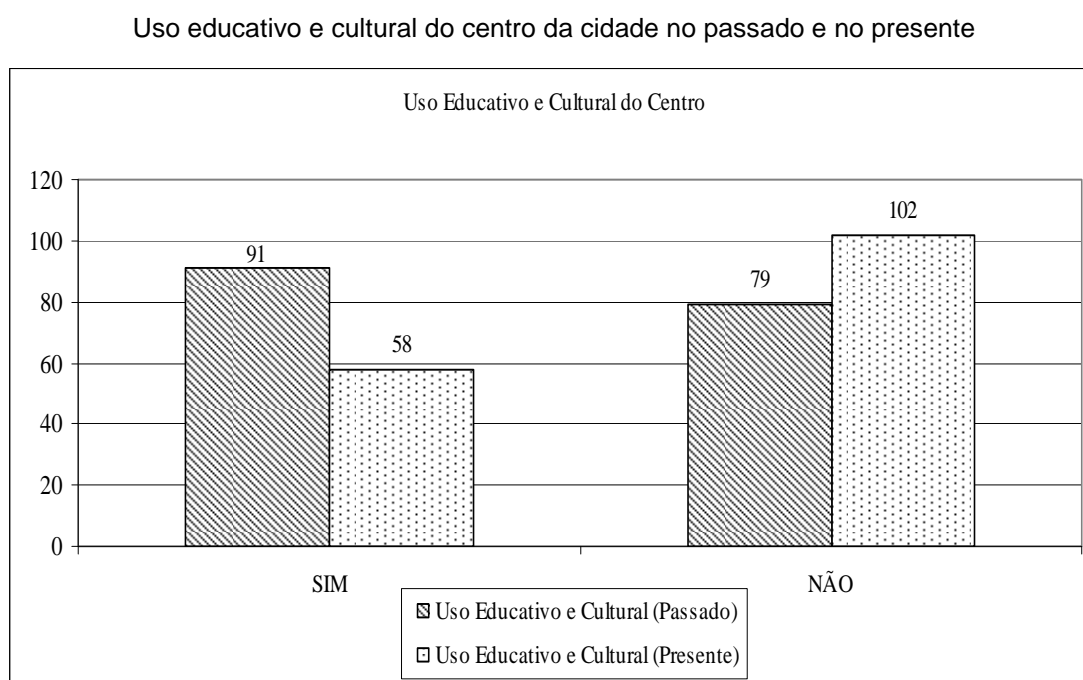


Figura 35: O uso educativo e cultural do centro tem sido reduzido com o passar dos anos.

Não tão significativa como as atividades culturais, as atividades de lazer também obtiveram declínio acentuado na atualidade, conforme levantamento realizado e expressado na figura 36. Devido principalmente à falta de atividades promovidas, segurança, a distância dos bairros ao centro e o transporte precário, conforme atestam diversas falas. Assim também, muitos apontaram usar para o lazer atividades em espaços privados, como academias ou clubes.

“Eu sou do Novo Mundo. Pro povo que é da Cidade Nova é mais difícil. Ônibus demora uns cinquenta minutos pra chegar até o centro. A gente já chega cansado quando tem festa ou coisa assim. Se vai de carro não pode nem beber porque dá problema. Imagina pagar um taxi até lá. Depois é uma brigaiada só, dá até medo de vir com a família. Na

semana é complicado também, não tem nada e mesmo assim o horário do ônibus é complicado.” (Pintor, 36 anos, a 18 anos morador de Itu).

“Aqui não tem mais nada. Antes tinha o Ituano. Saíamos da igreja, ficávamos na praça jogando conversa fora, depois entrávamos todos no clube. Mas era uma coisa bonita, tradicional, elegante. Só gente bonita, todos se conheciam. Eu vou na academia, ali no cruzeiro, não sei se conta como atividade de lazer no centro.” (Comerciante, 55 anos).

Uso para lazer do centro da cidade no passado e no presente

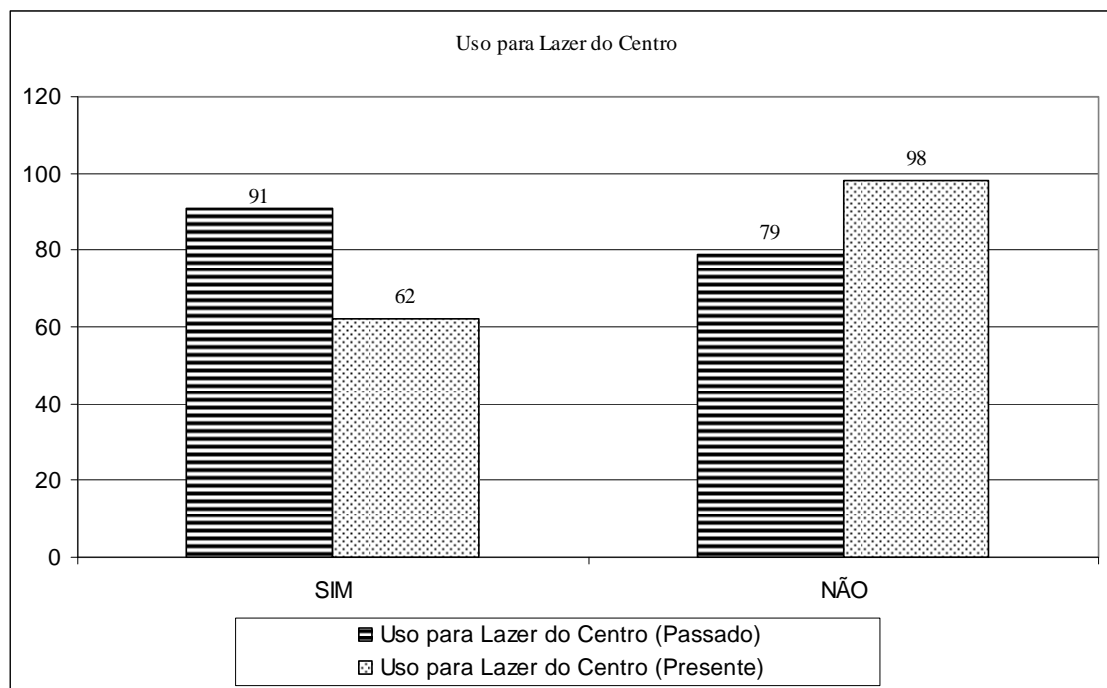


Figura 36: Atividades de lazer passam por um declínio entre o passado e o presente. Para grande parte dos moradores o centro não oferece condições adequadas para o lazer.

5.2.4. Transformação cultural, impactos no cotidiano e na cidade

Se a religiosidade da população não diminuiu, não podemos afirmar o mesmo em relação à frequência dos cidadãos nas igrejas ou em atividades organizadas por ela no centro da cidade. Sendo esta uma das grandes e evidentes transformações em comparação entre passado e presente. De fato, foram poucos os que puderam situar festas religiosas, procissões, o estouro do Judas, Corpus Christi ou outras relacionadas. No entanto, as quermesses e festas tradicionais no centro nem por isso cessaram, ao contrário, como acontece em algumas delas, não apenas foram mantidas como também tiveram um aumento significativo de público (figura 37).

Festa Italiana no eixo histórico



Figura 37: A mais conhecida e citada das festas no centro pela população é a Italiana. Não consta nos levantamentos mais antigos. Com quermesse e pratos típicos, ela congrega uma multidão nos dias mais agitados, com palco e diversos artistas. Depois do carnaval é a segunda maior festa popular no município. Imagem do autor, 2009.

De relevante expressividade, no entanto, a mudança cultural na cidade não pode ter como determinação o limite das intervenções urbanas, o processo de patrimonialização por meio de sua institucionalização ou o próprio desenvolvimento recente das atividades turísticas a partir do temário histórico e cultural. Como em outros casos, trata-se em grande medida de um comportamento ligado ao novo padrão de cultura, em que os meios de informação passam a ter papel central. Ligado a uma estrutura de escalas mais amplas, Setti (2001) procura situar este declínio, relacionado ao fazer cultural, que em Itu se iniciaria no final do século XIX, com a emergência do “progresso” e dos “recursos da comunicação” (2001, p. 10).

“(…) se está processando uma transferência do ‘fazer’ para o ‘receber’ cultura. As reuniões de família, os serões musicais, os concertos de bandas não resistiram aos insistentes estímulos da televisão. Os

passeios na praça da matriz e no largo do Carmo também vão sendo substituídos; as pessoas já não passeiam a pé, mas sim nos seus automóveis o que evidentemente afasta a possibilidade de um convívio espacialmente mais próximo. Assim, os enlatados da televisão vão tomando o lugar das atividades criadoras; passa-se da ação para a contemplação, da atividade para a passividade. Há que se dizer, porém, que nos dias de festa o povo tende a convergir para as praças e logradouros-núcleos de convívio da cidade.” (SETTI, 2001, p. 10).

Tal realidade talvez possa ser mais bem evidenciada pelo acentuado declínio de práticas relacionadas às instituições religiosas no centro da cidade, em que a figura 38 aponta pistas da ampla margem de transformação no último meio século neste sentido.

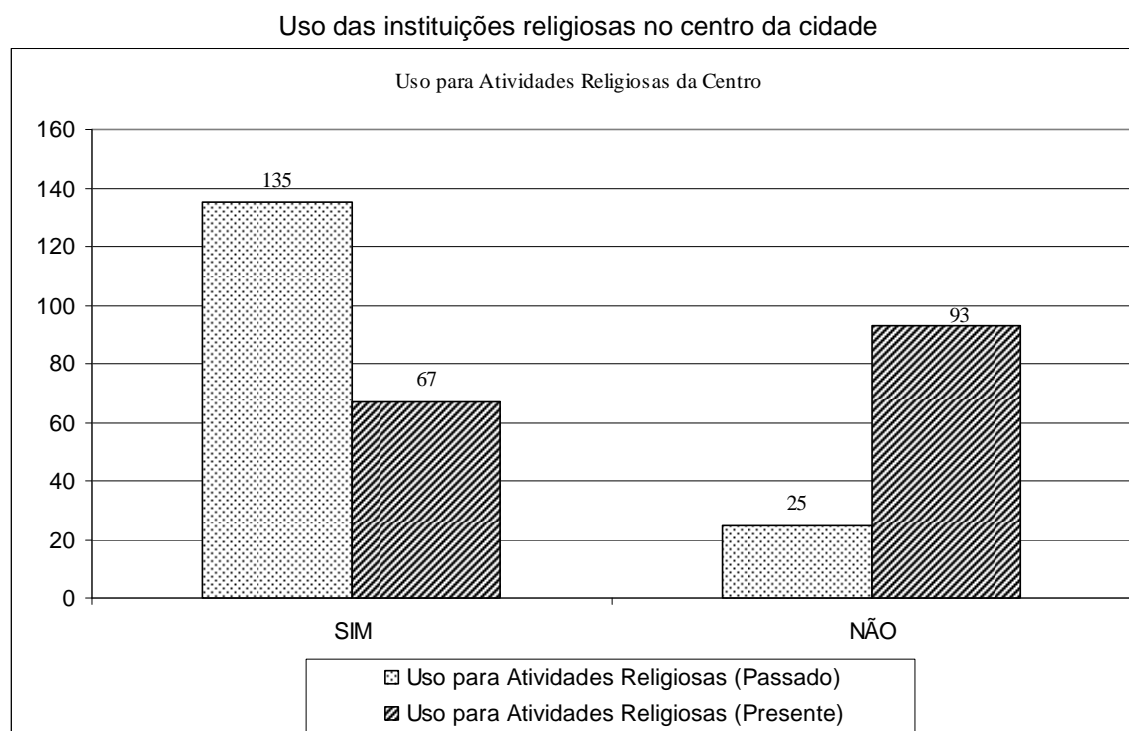


Figura 38: Acompanhando o lazer e a cultura, a presença da população entrevistada em instituições religiosas também regrediu.

Talvez mais esporádicas e com público concentrado, com performances de artistas e grupos musicais, com ampla iluminação e estrutura festiva, as comemorações tomam hoje outros contornos. Noutra perspectiva, as atividades religiosas, em muitos casos ao longo dos inquéritos, não foram consideradas por suas festividades, o que pode ter influenciado sobre a ordem dos dados em questão.

5.2.5. O trabalho abstrato impede o reconhecimento da cidade

Dos entrevistados, setenta e duas pessoas, quarenta e sete delas morando a mais de quinze anos na cidade, não observaram mudança alguma no centro. Para os outros oitenta e oito entrevistados, foi possível notar transformações. Destes últimos, trinta e seis fizeram alusão às intervenções ocorridas em algum dos pontos do eixo histórico ou a transformações na paisagem local. O restante, alguns lembrando fatos de trinta ou quarenta anos atrás, pontuaram mudanças no sentido das ruas, no aumento do fluxo de veículos, no comportamento da população, entre outras respostas menos significativas.

Aos que observaram estas transformações na paisagem, houve crítica em certas pontualidades: redução de áreas verdes, extinção da fonte com peixes no largo do Carmo, fluxo intenso de veículos e poluição. Para outros, pontos positivos foram elencados: espaços públicos mais bonitos, limpeza, aumento do número de lojas. No entanto, para grande maioria destes entrevistados, as intervenções foram ações alheias, já que não teria afetado o grupo diretamente. De fato, esta situação é indicativa de um sentimento de indiferença, já que a cidade, em muitas falas, é algo abstrato e não corresponde a realização de grande parte desta sociedade. Como tratado em uma reflexão recente de Villaschi (2012), sobre “requalificação da cidadania”, podemos entender com base nestes dados, como ele, uma ruptura no entendimento da sociedade com o fruto de seu trabalho, de sua cultura material.

“Essa ruptura se expressa em comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, de indiferença e certo descaso para com os bens patrimoniais herdados, em parte pelo desconhecimento do passado e do processo histórico de produção de sua cultura. Tal abstração e distanciamento de valores estruturantes parecem ter justificado a criação da denominada educação patrimonial que, além de ganhar papel de panaceia para muitos dos males decorrentes de atitudes predatórias – descaracterização de objetos e ambientes e enfraquecimento da memória social – revela uma desconfortável contradição: a necessidade premente de sensibilizar comunidades de reconhecida tradição para a salvaguarda de seus próprios valores, herdados e produzidos, e para a afirmação de uma suposta identidade cultural. É como se esses valores, não lhes dissesse respeito, ofuscados por valores exógenos. Nada disso faria qualquer sentido nos períodos anteriores ao capitalismo industrial e àquela ruptura sistemática imposta à continuidade histórica desde a disseminação sem fronteiras do ideário modernista.” (VILLASCHI, 2012, p. 63).

Numa outra via, ao mesmo tempo, quais razões fariam a população zelar por elementos e retóricas, que mesmo os conhecendo, não lhes dizem respeito? Assim nos prova um entrevistado mais crítico ao questionar os custos da construção de uma estátua de bronze de Domingos Fernandes no largo do Carmo, que para ele seria infundado, alegando que estes personagens foram os maiores assassinos e vigaristas da história brasileira. Ou mesmo uma senhora evangélica, em seus setenta anos de idade, ao provocar uma reflexão sobre os esforços e os custos elevados pela administração pública na manutenção de espaços católicos. Situação ainda mais contraditória ao grupo entrevistado com idade entre dezesseis e vinte quatro anos. Estes, mesmo possuindo praticamente na totalidade das entrevistas nível médio de ensino, foram os que menos apontaram mudanças, independente do valor ou mesmo de como lhes afetou tais transformações. Em grande parte, pela idade sim, mas também por uma abstração sem parâmetros da cidade, em que pouco daquilo, a partir de suas experiências, formações, lhe diz respeito. E quando diz, toma uma amplitude coercitiva, no limite repressiva, com em um dos diversos diálogos correlatos registrados; “não muda nada, só esses gambé [policiais] sem preparo aí, que cada dia tão mais folgado, mas devia ser assim no seu tempo também, fala aí?! Não muda nada.” (Desempregado, morador do bairro São Judas, 18 anos).

5.2.6. Áreas especializadas: rupturas e continuidades históricas na paisagem

A manutenção do olhar da representatividade sobre a paisagem e os espaços públicos do centro, em certa medida, se equivale as sociabilidades traduzidas pelo encontro. Ao procurar estabelecer variáveis quantitativas nesta indicação, sua abertura a diálogos qualificados serviu de base para um entendimento mais nítido e objetivo do cotidiano de diferentes grupos na cidade.

O agrupamento nesta variável foi mais visível e substancial a partir das condições econômicas e sociais dos grupos. De forma objetiva, a população com elevados níveis de educação, moradora de bairros mais próximos do centro, com trabalhos especializados, que utilizam seus veículos particulares, entre outros elementos, acabam se apropriando de setores específicos da cidade, em que os encontros são mais corriqueiros com seus semelhantes. Assim também com as

famílias ricas e mais tradicionais e, por sua vez, as classes populares. Mesmo diante da diversidade de respostas e falas, o equacionamento para a ideia de espaços de encontros na cidade torna-se revelador, constituindo junto a outras referências, uma associação coerente das hipóteses e resultados alcançados pela pesquisa. Conforme amostragem gráfica da qualificação dada aos espaços de encontro pela população entrevistada (figura 39), observa-se a relevância da cidade em suas funções econômicas a partir de amplo destaque para lugares como a rua Floriano Peixoto e lojas. Mas também de situações e espaços cívicos tradicionais como as praças e festas.

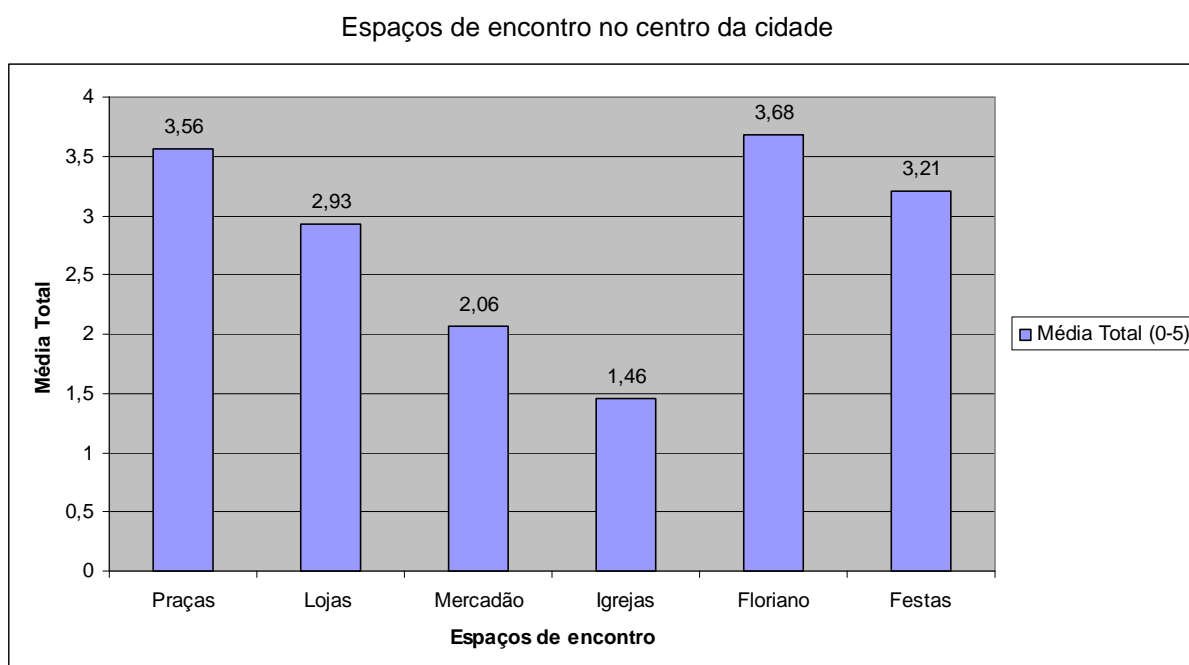


Figura 39: Locais onde os cidadãos em geral mais encontram amigos ou pessoas conhecidas.

Numa organização generalizada de espaços em que ocorrem os encontros, as médias mais elevadas correspondem: (1) Rua Floriano Peixoto; (2) Praças; (3) Festas. Enquanto as médias menores correspondem: (1) Igrejas; (2) Mercado; (3) Lojas. Ainda que com uma amostragem pouco significativa para fins quantitativos, o levantamento resulta em pistas importantes para apreensão do papel do centro na sociabilidade, assim também para uma espacialização de áreas significativas à população local.

A parte baixa do sítio central, aos fundos da igreja de Santa Rita, entre a rua Santa Cruz e o córrego Guaraú (Avenida Marginal), foi um espaço apropriado

por segmentos populares, em função de ser uma área menos valorizada, principalmente por constituir-se numa zona historicamente de meretrício (hoje se concentrando algumas ruas abaixo, na avenida Dr. Otaviano P. Mendes. Ali, pelos baixos custos da terra, estava concentrada grande parte da população negra urbana, assim também de famílias pobres. Na atualidade, este espaço ainda conserva construções relativamente simples, comércio popular e trabalhadores informais. Em conformidade com as observações, os questionários mostram que esta área se trata de importante espaço de sociabilidade das camadas mais populares, ainda que na média geral seus valores tenham sido relativamente baixos. Todavia, aos grupos com funções de trabalho menos especializadas, que fazem uso de ônibus coletivo para chegar até o centro e com níveis considerados baixo de escolaridade, a área do Mercado – assim intitulada no questionário – atinge média aproximada de 3,7 pontos para o grupo. Evidenciando nível elevado de sociabilidade pelas camadas mais populares neste ambiente.

“Sempre encontra viú, é que ali vai todo mundo porque o preço das coisas é bom, pra pegar o ônibus tem que descer lá na rodoviária também, então não tem como não passar ali. Agora mudaram algumas linhas pro Regente, mas o meu eu pego lá.” (Doméstica, 31 anos, moradora do Rancho Grande).

“Mercado pode dar cinco, sempre tem conhecido ali” (Pedreiro, 43 anos, morador do Jardim Vitória).

As praças do Carmo e a Matriz são as mais importantes como núcleos de convivência conforme a população local. Para todos os grupos seus pontos residem em médias elevadas. Mesmo diante desta amostragem, o uso para os grupos de idade mais avançada, a função é majoritariamente de passagem, do que propriamente outras possibilidades. Para os mais jovens esse quadro é diferenciado, utilizando, entre outras funções, as mais citadas, para conversarem, namorar e descansar.

No extremo, ao norte do eixo histórico, além das praças da Matriz e do Carmo, conformam-se grupos mais abastados economicamente, já que os serviços e comércio são direcionados a estes públicos: clube noturno, bares, cafés, academia, centro cultural, antiquários e museu. Se o redor da fábrica representava a vila operária, ou o antigo largo do convento como espaço pretérito

de manifestações afro-brasileiras, na contemporaneidade ele assume outro significado, uma ruptura, que na paisagem embelezada pelas intervenções recentes, expressa valores associados a uma cultura erudita ou voltada a um padrão de consumo com custos elevados e direcionados aos turistas e famílias tradicionais da cidade.

Ali só de passagem mesmo, pra pegar o circular. Já trabalhei de garçom no Bar do Alemão, então tava ali direto. (...) Nunca fui não (no Espaço Cultural Fábrica São Luiz), ali é mais turista e o pessoal rico aí da cidade né?! Nem sei o que tem lá. (Cozinheiro, 34 anos, morador da Vila Lucinda).

5. 3. O centro de Itu como espaço de lazer e consumo: o olhar do turista

As atividades produtivas ligadas ao turismo se desenvolvem pela especificidade de seus elementos constituintes. Em Itu, como em grande parte das cidades classificadas como turísticas, é sua qualidade, enquanto uma unidade diferencial, que potencializa a procura e a promoção dos serviços. Neste caso, é importante apreender qual o papel desempenhado pela paisagem neste processo. Sobretudo quando esta se transforma cada vez mais num dos recursos da cidade na promoção turística.

Normalmente, o conjunto de fatores potenciais ao turismo congrega ampla diversidade de alternativas e práticas. A busca pelo exótico, ou pelo diferente, está implícita. Porém, há certa dependência de aspectos estratégicos e estruturais, como localização e elementos passíveis de exploração e oferta turística, como a própria paisagem. Ao longo das entrevistas e posteriormente com sua sistematização e análise, foi possível identificar que a proximidade com grandes núcleos urbanos – Sorocaba, Campinas e São Paulo – é um dos fatores condicionantes para pelo menos doze dos vinte entrevistados. Assim também, destacavelmente, tanto a tranquilidade, os espaços rurais turísticos e o centro histórico, dividem com o fator locacional a atratividade do município, em que pese ainda, sobretudo para os jovens e as crianças, a questão do “tudo grande”, a cidade dos exageros.

Diferentemente da opinião de grande parte dos entrevistados locais, para o turista Itu é uma cidade tranquila, com bons serviços e uma atmosfera calcada no atendimento e na qualidade. Soma-se a isso a alusão do urbano ao rural, em

que os traços do campo para o visitante são ainda marcantes mesmo na cidade. Essa diferença pode ser pensada sob o aspecto do caos, que para o turista a cidade numa média 0 a 5, representaria o total de 1,9, enquanto para os cidadãos este valor estaria situado em 3,12 pontos em média. Os contrastes comparativos entre estes diferentes grupos podem ser sintetizados pela figura 40, em que há sobreposição de dados sobre a representatividade de cada espaço para população e turistas.

“É bem tranquila sim, pode por 1 ponto, só porque tem bastante carro e uns acessos complicados aqui. Não é por acaso que aquele programa de televisão ‘a fazenda’ passa aqui em Itu. É bem calmo e é bom sentir os ares do interior de vez em quando, na capital tá impossível, muito stress, aqui as pessoas lembram de você, é outro atendimento, outra relação.” (Turista, comerciante, 41 anos).

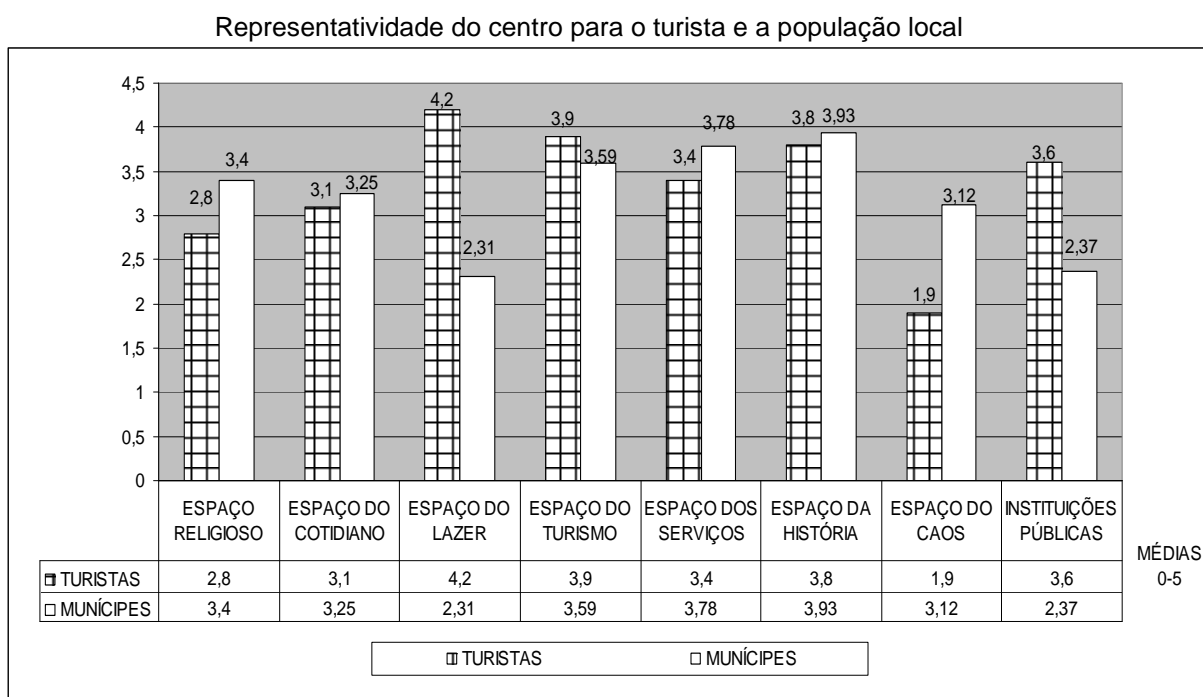


Figura 40: Sistematização e agrupamento de informações primárias obtidas em campo por questionários e entrevistas ao longo de 2011 e 2012.

Revelando-se a ambos os grupos – turistas e cidadãos –, a importância do centro como um espaço histórico é, contraditoriamente, superficial e efêmero, já que não há associação do turista a essa história - com sua relação fugidia e passageira com o espaço geográfico – assim também com a população, que ao apreender a paisagem pelas luzes do espetáculo, passa a reproduzir a formação

de sua cidade mediante as peripécias de nobres, na ilusão de guerreiros e heróis, de glórias e riquezas infundadas.

Estratégias de marketing, o papel da mídia e da comunicação de massa, entre outros elementos, com aporte da tecnologia, fazem com que haja uma visibilidade maior e alguns elementos se tornem espetáculos prioritários das paisagens no centro das cidades antigas. O que resulta numa imagem instrumentalizada do local, direcionada aos olhos do turista, como também sobre o ideário de cidade da própria população. Transformando estas paisagens em verdadeiros espetáculos, decorrendo de forma mais profunda a materialização da ideologia, sobretudo a partir da fundamentação posta por Debord (2005),

“O espectáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real. O espectáculo é, materialmente, ‘a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem’. O ‘novo poderio do embuste’ que se concentrou aí tem a sua base nesta produção pela qual ‘com a massa dos objectos cresce... o novo domínio dos seres estranhos aos quais o homem está submetido’ (...) (Manuscritos económico-filosóficos).” (DEBORD, 2005, p. 150).

As intervenções urbanas acabam por funcionar como um mecanismo capaz de suplantar maior visibilidade e sustentação ao conjunto ou elementos específicos da paisagem. Promovendo ações inibidoras a grupos ou minorias, que representam possíveis entraves ao desenvolvimento destas atividades nos locais. Ou mesmo, a especialização de setores das cidades, voltados a grupos de consumo, a atividades comerciais, ou ao próprio turismo. Acredita-se, como bem pontuou Lynch (1997, p. 101), por mais que haja dinamismo na cidade, suas formas não devem obedecer a uma lógica pura de especialização, ou mesmo de entrelaçamento definitivo, pois ela é um espaço de organização mutável e polivalente.

Do mesmo modo, a questão do centro como espaço de lazer é diferentemente compreendida na leitura comparada entre turistas e a população. Para os primeiros, este espaço trata-se de uma área de lazer por excelência, com paisagem singular, museus, restaurantes, um “shopping a céu aberto” nos dizeres de um dos entrevistados.

Já para o munícipe a maior carência não apenas da cidade, como da própria área, é justamente a falta da promoção e a realização de atividades de lazer. Como colocado por estes últimos, apesar da importância atribuída ao espaço, por seu valor sentimental, em que pesam diversas experiências, não corrobora de forma efetiva para que participem mais ativamente da cidade. O que limita os poucos passeios e relações direcionados a espaços privados, como as academias e o shopping. Ao mesmo tempo em que grupos minoritários, ao buscarem a apropriação destes locais, são de toda forma reprimidos.

O patrimônio cultural na materialidade do centro antigo, ainda que os esforços das luzes e a estética urbanista busquem destacar alguns elementos e enfatizar a relevância ou representatividade histórica para a cidade, não é sentida por uma população que, em grande medida, pouco ou nada atribuem participação nesta concreticidade. Os diálogos e falas, no entanto, traduzem o conhecimento histórico destes espaços e paisagens principalmente a partir daquilo que a formalidade institucional impõe. São sutis os desvios, como o uso de nomes populares para as praças, contrariando nomes de barões, bandeirantes, imperadores ou padres. E estes despertam um olhar revelador, pois a população, tal qual foi dirigida a pesquisa, passa corriqueiramente a ser majoritária apenas em festas, ou mesmo, no dia-dia do comércio, enquanto em seu tempo livre, nos fins de tarde, no cotidiano, se desenvolve distante e aquém do centro, esvaziado. Como explicou uma das entrevistadas, estudante de 23 anos, “(...) vou ficar fazendo o que aqui? Olhando a igreja iluminada? Ou bebendo ali com os mendigos, ouvindo mpb da fonte, nem isso né, o banheiro tá fechado, fica mais difícil ainda”.

Pro lazer pode por 5. (...) Porque a cidade está muito bonita, limpa, agradável, a comida é boa, bastante espaço pra parar o carro. Um shopping a céu aberto, sem precisar pagar o estacionamento, com bastante espaço para as crianças correrem. (...) Viemos três vezes já, quando a gente vem é mais de domingo...” (Turista, enfermeira, 39 anos).

“Não vou, só quando preciso mesmo. Lá é um inferno, carro pra todo lado, esses dias chegou uma multa aqui, sempre dá problema ir pra lá. (...) Põe zero aí, que do jeito que tá não dá não.” (Morador do Jardim Aeroporto, torneiro mecânico, 49 anos)”.

Estes desvios podem para além das falas serem observados na própria paisagem, constantemente pichada, depredada ou escamoteada em meio a anúncios publicitários, propagandas e todo o tipo de materiais que descaracterizam profundamente aquilo que normativamente se revela como patrimônio cultural da cidade. Mesmo com a fiscalização constante das fachadas, dos piches não são perdoadas nem as igrejas “iluminadas” no centro histórico.

“(...) Então, na minha opinião, sinceramente, a ideia era mesmo tirar a gente de lá, porque talvez ficasse melhor pro turista ou o povo mais conservador que vai lá, não sei, parece mesmo que faz sentido. É o que eu falei, sempre tem gente que ousava, de usar droga, varar as escadarias nuns horários movimentados e tudo mais. Depois disso tudo, com a mobilização da galera na câmara e o reboliço que deu, mesmo assim, a pista foi construída bem rápido até, mas ninguém nem pensou naquele momento, afinal nosso objetivo foi sempre andar de skate mesmo, este ponto aí levantado, da questão de território e tudo mais, não foi nem pensado...” (Skatista local em depoimento, 29 anos).

5.3.1. A oferta e o consumo turístico além da paisagem do centro

No caso de Itu, a diversidade da oferta turística é algo comum, como observado não apenas em trabalhos de campo, ou em bibliografias correlatas, mas também nas entrevistas qualificadas e aplicadas aos turistas.

Características do grupo de turistas entrevistado⁶⁰

GÊNERO	MASCULINO	13	65%
	FEMININO	7	35%
IDADE	20-30 ANOS	4	20%
	31-50	9	45%
	>51	7	35%
RENDA FAMILIAR	1 A 3 SALÁRIOS	3	15%
	3 A 10 SALÁRIOS	9	45%
	> 10 SALÁRIOS	8	40%
ESCOLARIDADE	FUNDAMENTAL	1	5%
	MÉDIO	8	40%
	SUPERIOR	11	55%

Quadro 10: Entrevistas qualificadas realizadas ao longo dos anos de 2011 e 2012. Visando, entre outros objetivos, apreender a relação deste grupo com a cidade: origem, razão da visita, elementos atrativos do local, sociabilidade com os cidadãos, entre outros.

Como no relato de um funcionário público entrevistado, 39 anos, morador de Cotia (Região Metropolitana de São Paulo – RMSP), é possível compreender que o passeio de sua família no local não é limitado ao espaço rural ou urbano,

⁶⁰ Modelo da entrevista presente no final do trabalho, no apêndice.

tampouco a um ou outro estabelecimento comercial, menos ainda são os interesses mais particularizados nas potencialidades oferecidas. Trata-se, pois, do conjunto, entre ofertas realizadas na fazenda turística, no centro histórico e dos elementos a eles associados.

“(…) Venho sempre que posso, por Jundiá. Passamos na Estrada Parque, na Fazenda do Chocolate. Costumamos lanchar lá e almoçar no centro. O parmegiana do Alemão é maravilhoso, as crianças adoram aqueles sorvetões que vendem pela praça, o orelhão eles ficam fascinados, agora mesmo tavam tirando milhares de fotos lá. Ficamos sempre na praça do orelhão, passamos nas lojinhas de artesanato e seguimos viagem de volta ao fim da tarde.” (Turista, funcionário público, 39 anos, de Cotia).

A crítica ao turismo, de autores como Carlos (1999) sobre a manipulação das atividades por pacotes ou estratégias de passeios e visitas, neste caso é impossibilitada. Apenas dois entrevistados estavam visitando a cidade por meio de pacotes turísticos e atividades programadas junto a acordos com empresas e a Secretaria de Turismo. Tornando assim os passeios mais despretensiosos, ainda que limitados na cidade ao eixo histórico, como pode ser analisado no gráfico que segue.

Pontos mais visitados em Itu por turistas

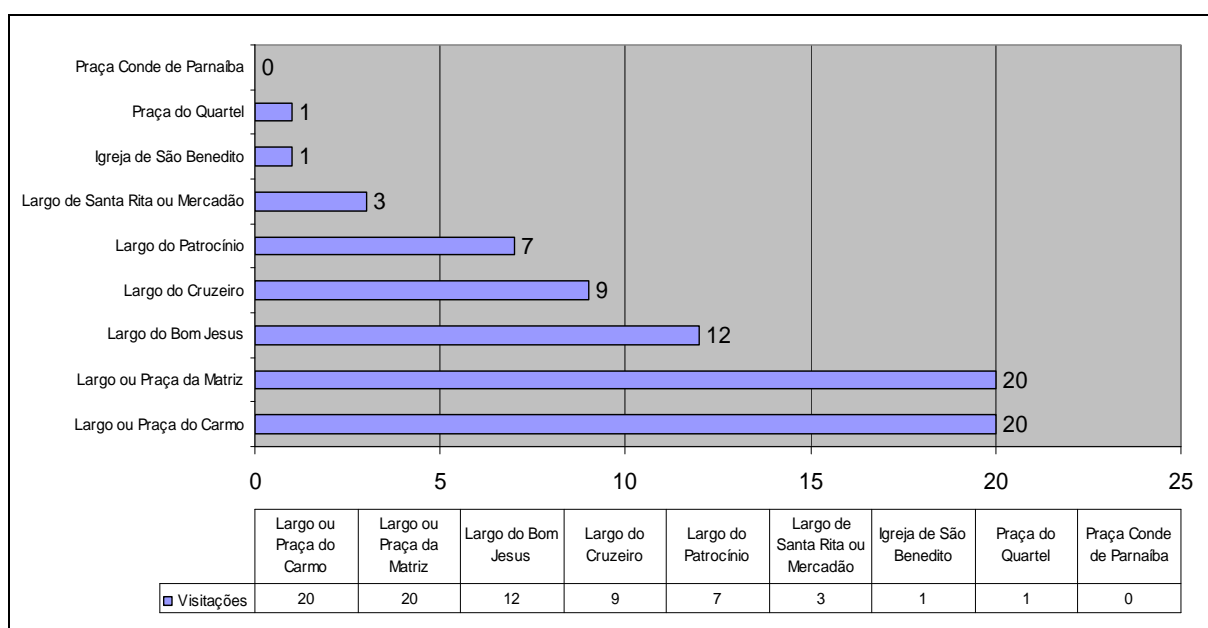


Figura 41: A especialização espacial da atividade turística: passeios na cidade restritos ao eixo histórico, poucos casos de saída para as adjacências, ou áreas com menor oferta de serviços e atividades mais nobres.

Numa outra face deste prisma, o consumo dos espaços e a conversão do tempo livre para o turismo, identificado nas falas, evidenciam uma correlação, ou talvez, a própria confusão entre lazer e consumo pelos entrevistados. Sendo uma necessidade restrita de consumo, a atividade turística perde nestes casos, se não completamente, ao menos parte da alteridade que Carvalho (1999) acredita ser importante em novas interações pelas diferenças entre grupos e indivíduos de diversas origens.

“Sempre tem turistas, vejo de monte. Não incomodam, pelo contrário. Tem uns muito bonitos, mas o pouco que acontece é a gente dar uma informação, ou nem isso quase. Tiram fotos, ficam um pouco juntos e logo vão embora. Na Anzu [discoteca da cidade, quatro quilômetros do centro aproximadamente] a gente encontra mais e aí até conhece melhor, mas rápido. (...) São sempre de São Paulo, Campinas e Sorocaba, pelo menos falam que são de lá, vai saber de verdade...” (Moradora do centro, estudante de pedagogia, 21 anos).

Dos entrevistados, a maioria, sessenta por cento ou doze pessoas, eram oriundos da RMSP. Outros da região de Sorocaba, um de Ribeirão Preto, dois de Campinas e outro de Jundiaí. Dezoito dos entrevistados estavam a passeio, aproveitando férias escolares e recesso de janeiro e julho. Quatro hospedados na cidade e dezesseis de passagem, com seis famílias vindo ou seguindo de/para outras cidades da região, como Porto Feliz, Salto, Pirapora do Bom Jesus ou Santana de Parnaíba. Apenas um dos entrevistados veio a cidade para assuntos pessoais, aproveitando para tomar algumas fotos da paisagem.

Desses, a maioria das atividades e dos passeios acabam sendo realizados de forma restrita ao eixo histórico. Ainda que haja motivações de uma relação mais próxima com os munícipes, como destacado em algumas falas, os contatos não se materializam efetivamente. Tanto que o sentido de lazer do centro para o turista, calcado na cultura, não é notado pela maioria da população local. Esta situação pode ser mais facilmente observada na diferença dos espaços usuais para cada grupo, que permite delimitações claras e objetivas, mesmo que um ou outro elemento da área congregue maiores encontros e relações entre eles.

“(...) Me encanta no centro os casarões, as igrejas, os museus. Também os antiquários. Fico sentado observando, pensando no passado, refletindo sobre o presente e o futuro. Sem dúvida é algo que mais me chama atenção. (...) Infelizmente não dá tempo pra estabelecer maior contato, a gente tenta ser amigável, o povo daqui também é bem receptivo, mas as relações são bem limitadas mesmo.” (Turista, professor educação básica, 31 anos).

5. 4. Novos moradores: os condomínios em Itu e o centro histórico

A proximidade geográfica com a capital paulista, associada às condições ofertadas por ampla infraestrutura rodoviária, fez de Itu uma das cidades estratégicas potenciais na produção de um espaço singular: os condomínios residenciais de alto padrão. Observado em cidades dentro de até 100 quilômetros em média de São Paulo, como Sorocaba, Vinhedo e Jundiaí, verdadeiros fortes residenciais passaram a ser erguidos nas margens de suas malhas urbanas, transformando as paisagens e trazendo novos conteúdos aos espaços destas cidades.

Entrevistar estes novos moradores passou a ser uma prática fundamental ao entendimento das políticas públicas locais relacionadas a esta pesquisa. Já que o crescente esforço de embelezamento e “cenarização” de determinados espaços decorre de estratégias e de processos que visam promover a cidade ao turismo, atraindo novos investimentos, estimulando o setor imobiliário e instrumentalizando a cultura por meio de shows, festas e festivais. Especializando áreas e espaços da cidade em grande medida a partir dos interesses de uma lógica e arquétipos que extravasam a escala e os interesses dos cidadãos. Ação justificada, quase sempre, pelo discurso da geração de emprego, pelo planejamento estratégico ligado a políticas público-privadas, com foco em perspectivas como a preservação do patrimônio histórico e cultural. E, por isso, de fundamental apreensão sobre os efeitos no contexto da cidade. Pois ao mesmo tempo em que existe uma necessidade real de incentivar a valorização da paisagem e do trabalho coletivo nela moldado, a prática acaba se desenvolvendo de maneira desigual, em que ainda certos bens, elementos e áreas específicas apenas, recebem investimentos necessários para sua preservação.

As entrevistas foram preparadas respeitando objetivos práticos. Estes de melhor entender como uma população flutuante, de largos recursos, foi motivada a vir para Itu, ou como a partir da atual estrutura da cidade estes se relacionam com o espaço geográfico em evidência. Viabilizando a análise comparativa a partir da sobreposição de dados e informações da população local, assim também em conjunto com as políticas públicas por meio de leis ordinárias.

Diante das dificuldades resultantes de acesso aos condomínios, e uma necessidade intrínseca de entendimento da relação desta nova população com a

cidade, optou-se por uma metodologia conhecida por “bola de neve”. Esta realizada a partir de uma rede de contatos, que trabalhando para os condôminos puderam viabilizar as conversas e entrevistas com os moradores. Nem por isso uma alternativa menos dificultosa, já que os entrevistados, além da agenda incompatível com o projeto, só vinham esporadicamente a veraneio ou finais de semana, dependendo de cada situação. Em grande medida, o número reduzido a oito entrevistas é resultado disto. De tal forma que apontar generalizadamente para o fato destes indivíduos representarem um grupo tão diverso, ainda que certas semelhanças lhes sejam comuns, principalmente no plano econômico, pode desencadear determinismos ou equívocos preocupantes. Mesmo assim, acreditamos necessário o tratamento em algumas laudas sobre as entrevistas. Pois seu conteúdo traz pontos importantes ao debate aqui proposto, corroborando para um entendimento mais amplo do fenômeno em questão.

5.4.1. A atratividade de Itu: a busca pela natureza, tranquilidade e lazer

No decorrer dos diálogos, foi possível relacionar algumas razões e similitudes na escolha de Itu por grande parte dos entrevistados, sendo algumas delas: (a) proximidade com a capital e o bom acesso as rodovias de alta velocidade; (b) valores relativamente baixos da terra; (c) boa infraestrutura dos condomínios; (d) cidade tranquila, repleta de natureza e bons serviços.

Como evidenciado, o município de Itu, ao longo da última metade do século XX, transforma-se num dos receptáculos da desconcentração industrial paulista. Para isso, um conjunto de infraestrutura vai se instalando no local, subsidiando as necessidades de fluxos emergentes entre a produção e o mercado consumidor em expansão. É sob esta lógica que recebe a rodovia Castelo Branco (SP-280), ligando o município a capital e a SP-75 comunicando Sorocaba a Campinas, estando Itu e Indaiatuba ao centro. Simultaneamente há instalação de indústrias multinacionais e uma série de outras empresas a elas relacionadas. Fato que, associado, possibilitava um indivíduo ir de Itu a São Paulo em pouco menos de uma hora e meia, assim também o transporte de diversos tipos de mercadorias. Neste período de quarenta anos (1970-2000) verifica-se não apenas o crescimento dos condomínios de luxo na cidade, mas também um aumento de aproximadamente 300% da população total.

“Um outro aspecto em destaque, é a existência de diversos condomínios que se distribuem por quase toda a área municipal, a instalação destes relação direta com a proximidade da capital paulista e as diversas vias de acesso que unem esta metrópole ao município. Em boa parte destes condomínios residem paulistanos que trabalham na capital durante o dia e pela noite retornam a Itu para pernoitarem, isso lhe confere também o título de ‘cidade dormitório’”. (RODRIGUES, 2008, p. 29).

Sobre a questão locacional, quando comparado a São Paulo, Campinas ou Sorocaba, Itu é relativamente um município atrativo pelos custos imobiliários e de serviços associados. Segundo esclarece um dos entrevistados, acaba compensando o preço do combustível e pedágio gasto diariamente, ao invés de arcar com custos e riscos destas cidades maiores.

Nota-se em praticamente todas as falas, em momentos diferentes, um ideário de “cidade do interior” estruturado sobre desígnios de tranquilidade, natureza e qualidade de vida. Apregoados pela massificante publicidade ligada aos interesses especulativos do capital imobiliário e dos empreendedores urbanos, estes símbolos remetem a ideologias onde a natureza surge como alternativa de consumo, um item capaz de agregar valor de troca fundamentalmente.

A natureza nos símbolos dos condomínios



Figura 42: A natureza é trazida para cidade segundo um sistema de ideias e símbolos que permita a reprodução do capital com valores agregados e em que justifique a possibilidade de um padrão ou qualidade de vida a ela associados. No caso de Itu estes elementos são comuns nos empreendimentos imobiliários considerados de alto padrão, assim publicados nos jornais de ampla circulação na capital ou em centros regionais adjacentes.

“A natureza, como parte do espaço geográfico, como elemento do território usado, é incorporada e produzida como objetos e idéias, transformada em recurso pela valorização do espaço e um intenso uso do território. Esse denso e utilizável espaço geográfico, conectando Homem e Natureza, Técnicas e Cultura, pode resultar em mentiras funcionais, definidas e criticadas por Santos (1982:25), pois toda a natureza, congelada no senso comum como paisagem, tende a ser transformada em cartões postais e em fetiche. Esta natureza artificial, enquanto

produto da ação humana, e de mentira, no sentido de não possuir uma identidade local e sim ser um padrão, se encontra hoje compromissada com uma felicidade capitalista. Uma natureza carregada de ideologia que não mostra toda a história da sua construção social, uma natureza ideologizada que busca apagar as diferenças entre classes, fornecendo um ‘sentimento da identidade social’ a partir de referências coletivas, como explica Chauí (1984).” (HENRIQUE, 2004, p. 4).

Propaganda enfatizando qualidades ligadas a natureza e meio ambiente



Figura 43: No detalhe anúncio de um dos condomínios fechados mais antigos do Brasil, instalado em Itu no início da década de 1970. A ênfase publicitária é respaldada por imagens da natureza (áreas verdes, pássaros, lago), associando referências estéticas, ambientais, com qualidade de vida e conforto. Anúncio extraído em: <http://condominioterras.com.br/>. Acesso em ago. de 2012.

A reprodução destas referências é facilmente observada em algumas falas dos moradores. No caso de um deles, inclusive, pode ser evidenciado não apenas elementos como “tranquilidade” e “natureza”, como também a própria ideia de comprar o imóvel ali em função das possibilidades de investimentos futuros, já que há valorização contínua dos imóveis na área.

“Itu é uma cidade famosa, perto, que dá um status, tem sempre colegas da capital interessados. Tem muita fazenda, sítio, chácara. Eu mesmo pensei numa chácara na época, mas o condomínio oferece maior segurança e estrutura. É mais perto da cidade, o acesso é relativamente fácil pra Anhanguera ou mesmo a Castelo. Na verdade me lembra muito uma chácara isso aqui, é tranquilo, tem tudo que preciso. As festas juninas também são ótimas no condomínio. (...) Então, não que haja uma preocupação exagerada minha com isso, mas sem dúvida é algo importante, vejo como positivo essa preservação do patrimônio, a cidade melhora, tudo melhora. É uma área bonita, que atrai turistas, tem bons serviços, restaurantes (...). Quem hoje que vive num lugar tão tumultuado e stressante não quer ter uma casa num lugar assim para viver? Pra mim é melhor sem dúvida.” (Condômino do Campos de Santo Antônio, microempresário, 40 anos).

Para três dos oito entrevistados, o conhecimento dos condomínios se deu por intermédio de anúncios publicitários obtidos por meio de jornais e de revistas da capital. O que pode ser considerado um número elevado, já que dois condôminos têm ligações familiares na cidade, portanto laços de proximidade e parentesco que independem deste modelo de publicidade.

Assim como outros condicionantes, a questão do lazer e o entretenimento são preponderantes na decisão de compra do imóvel na cidade. Alguns

elementos importantes referem-se ao campo de golfe num dos condomínios, as fazendas turísticas locais e as boas condições de serviços no shopping – relativamente grande para o tamanho da cidade e com diversas franquias – e no centro da cidade, sobretudo ligados diretamente ao Bar do Alemão. Como destacava Setti (2001, p. 10) em seus levantamentos sobre as festas e aspectos da cultura popular em Itu, o Bar do Alemão tornou-se “(...) o ponto de encontro das classes melhor situadas na sociedade ituana (...)”, em que rapidamente assimilou os novos moradores mais abastados economicamente que passaram a viver ali.

Neste sentido, as ações de modernização no centro foram importantes para esse grupo, já que vão até lá em veículos próprios, sobretudo para um morador que possui residência em um condomínio mais distante e que passava antes por ruas de “paralelepípedos mal cuidados” segundo sua fala. Apesar do pouco uso realizado do núcleo central, ele restringe-se ao eixo histórico, já que ali se concentram serviços e produtos de “melhor qualidade”. Para dois moradores a travessa da Matriz, assim como a rua Floriano Peixoto, são espaços corriqueiramente usados, ora para ir a lanchonete Tonilu, ora para utilização de serviços bancários, escritórios ou compra de objetos diversos. Todavia, para a grande maioria, a utilização de diferentes espaços do centro serve apenas como passagem, principalmente aquelas não incluídas no eixo histórico. Revelando neste processo a consolidação de uma rede em que participam ativamente deste eixo os grupos de turistas, grupos tradicionais e mais abastados economicamente da cidade, assim também dos novos moradores ricos, dos condomínios de Itu.

Um dos moradores entrevistados, engenheiro aposentado de 62 anos, morador antigo da cidade, explica que sempre vai ao centro, que gosta das missas do Patrocínio, às vezes também vai à Matriz ou Carmo. Explica como a dinâmica da área mudou, antes de uma convivência repleta de vida, que hoje lhe resta são as igrejas e o Bar do Alemão.

“Hoje o centro não é como aquele do passado. Ali nos reuníamos com frequência, íamos ao Ituano Clube, no Cine Marrocos. Namorávamos, ficávamos trocando prosa até tarde. Era mais tranquilo, mais seguro, sempre com gente bonita. Ainda encontro velhos colegas e amigos por ali. Aqui mesmo não tinha casas, do lado era tudo mato, um ou outro sítio só. Acho que as reformas deixaram as praças mais bonitas, antes era escura, tinha muita sujeira. Agora não.” (Condômino Portal de Itu, aposentado, 62 anos).

FIGURA 44: SEGMENTAÇÃO E JUSTAPOSIÇÃO DAS SOCIABILIDADES

IMAGENS DA CIDADE, 2009, 2010, 2011

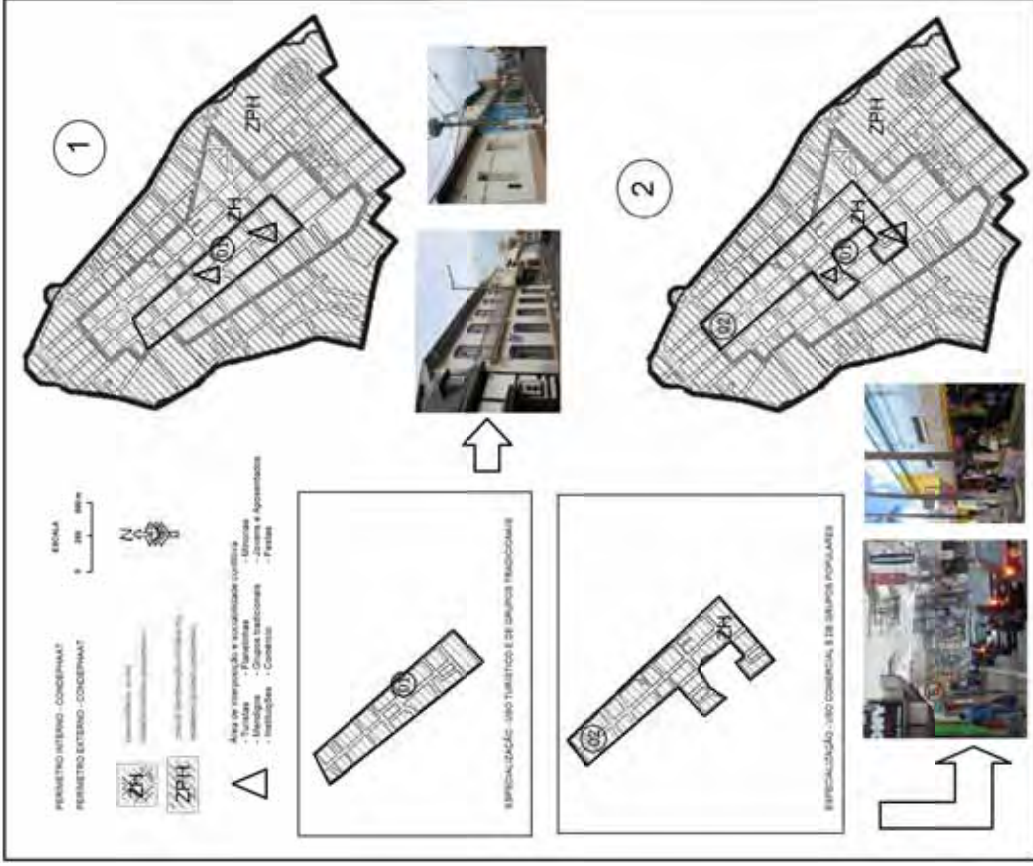
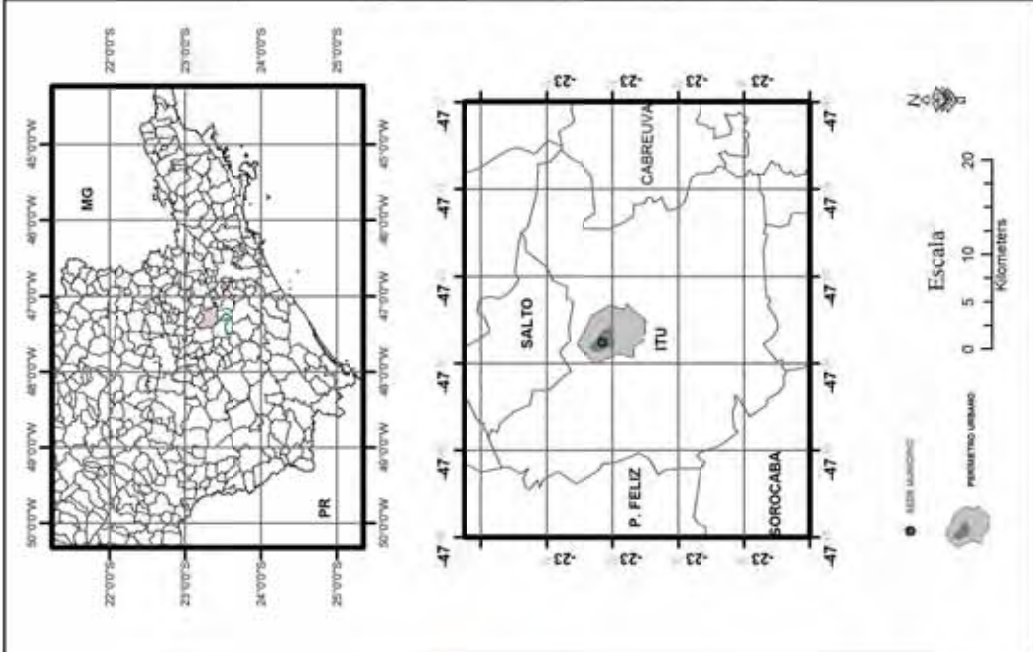
AUTOR: RAFAEL F. DE OLIVEIRA

ORIENTADORA: PROFª DRª BERNADETE A. C. CASTRO

BASE PLANIMÉTRICA OBTIDA EM CARTAS DO IBGE
 MAPA DE ZONEAMENTO MUNICIPAL DE ITU
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR

IMAGENS DA CIDADE, 2010
 OBTIDAS EM CAMPO PELO AUTOR

CURSO: MESTRADO
 DATA: AGOSTO DE 2012



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tombamento do conjunto da paisagem do centro histórico de Itu foi uma das ações mais dinamizadoras neste segmento do espaço geográfico local nos últimos anos. Tal processo foi concomitantemente acompanhado por uma série de intervenções urbanas, como a de embelezamento, higienização e esforços de especialização e homogeneização de parte da área para o turismo. Novos conteúdos foram despertados sobre os bens, então normatizados e oficialmente salvaguardados pelo Estado.

Num primeiro plano, a ideia de tombamento da paisagem pode ser traduzida segundo uma ótica que corresponderia às tendências e diretrizes internacionais, levando em consideração o conjunto urbano, mesmo os bens mais modestos, que engendrariam uma possível harmonia, por meio da qual perpetuariam a memória no tempo contemporâneo, eliminando também possíveis dualidades entre noções de natureza e cultura. Estas propostas estariam assentadas em referências concretas, como aquelas difundidas pela Carta de Veneza (1964), Declaração de Nairóbi (1976) e a Carta de Washington (1987). Todavia, na prática, a salvaguarda da paisagem do centro histórico de Itu – conforme análise realizada do conjunto – corresponderia na verdade aos preceitos antigos da Carta de Atenas (1933), em que bens de caráter monumental, ou classificados pelo Estado com maior valor dentro do conjunto, teriam prioridade de preservação. Enquanto determinados elementos, mesmo aqueles mais arcaicos, ou com maior valor de memória para a população local, teriam funções de ambiência.

Numa outra perspectiva, em paralelo a lógica subsequente, os elementos tombados no centro histórico de Itu são hierarquizados a partir de graus de proteção. Os elementos designados de primeiro grau, ou seja, aqueles entendidos como de maior valor cultural, revelam uma estreita ligação entre construções e elementos associados a instituições específicas ou de classes, destacadamente o Estado, a Igreja e grupos ou oligarquias hegemônicas regionalmente. Ao dar maior visibilidade a estes objetos, por ações ligadas ao embelezamento, destaque em iluminação por holofotes, placas padronizadas, cartazes indicativos, ou outras práticas, que como num texto grifam ou destacam palavras-chave, incorporam ao

ideário popular bases que conformam uma referência síntese de cidade, ou no limite, do próprio Estado-nação, a partir de um patrimônio cultural mais específico, que neste caso é dado pelo conjunto edificado ou objetificado em alegorias ou metáforas visuais na paisagem.

Esta confirmação ideológica foi encontrada para além da própria observação da paisagem, como resultado ao longo da aplicação dos questionários, das falas nas entrevistas, nos relatos, que despontam um conhecimento da cidade segundo narrativas ou considerações exteriores ou abstratas a grande parte da população, principalmente aquela menos favorecida historicamente pelo modo de produção vigente. Em que a paisagem – por sua normatização classificatória e hierárquica na contemporaneidade – teria importante função ideológica ao despertar uma parcial ou falsa consciência do processo histórico e geográfico da formação do Brasil em múltiplas escalas.

A não correspondência entre elementos assegurados pela política patrimonial e o valor ou reconhecimento pela população se dá por uma relação de contínua descaracterização do sítio histórico, em que pesem o papel de ajustes derivados das novas funções comerciais, atos de depredação, o pichamento, mudanças estruturais pelo imperativo da mobilidade e tráfego de um número cada vez maior de veículos automotores. O que também implica na implosão de bens e a conversão das áreas em estacionamentos. Estes últimos, decorrentes do fluxo turístico, mas principalmente ao atendimento dos próprios moradores do centro, que são impedidos de alterarem seus imóveis e, portanto impossibilitados da construção de áreas para o automóvel. Ficando reféns de elevados custos dos estacionamentos e de empreendedores que não respeitam as normas de tombamento. A insatisfação do morador ainda é complementada pela ausência ou burocratização sobre possíveis benefícios concedidos em razão de ter o imóvel salvaguardado pelo Estado, limitando-se ao plano do município, como a isenção do IPTU, que neste caso deve ser requerida todos os anos, junto a uma série de documentos comprobatórios.

Como no relatório diagnóstico do Condephaat elaborado por Scatamacchia (2009), concorda-se que é fundamental uma política que valorize o patrimônio cultural de Itu, mas a partir de ações problematizadoras, que integrem as diferenças e unidades de forma não hierarquizada, evidenciando não apenas

elementos construtivos monumentais, de “pedra e cal”, ou aqueles relacionados aos grupos hegemônicos, mas a totalidade do conjunto, agregando uma representação ampliada do trabalho na construção da cidade e daqueles que a vivem cotidianamente. O que, por sua vez, só seria possível com a conformação simultânea de um processo educativo focado na qualidade, no respeito e admiração das diferenças, na consciência sobre o processo histórico e geográfico que dialeticamente dá sentido para a produção de artefatos, para o intercâmbio de experiências, representações, vivências e um conhecimento sem barreiras de escalas espaciais e regimes de tempo.

Isto em favor de alarmantes resultados obtidos com a pesquisa, que apontam a especialização cada vez mais acentuada dos usos da cidade, em meio a redes homogeneizantes, que pouco convergem para o encontro sem propósito, para a experimentação das diferenças, tampouco para o reconhecimento ou a possibilidade de admiração de outras manifestações culturais. Criando um distanciamento entre segmentos da sociedade, sobretudo a partir das diferenças econômicas, como também uma apropriação parcial e precária da cidade por sua população, segundo novas territorialidades.

O estudo de caso revela derivados níveis de sociabilidade, que passam a ter variáveis cada vez menores na cidade em razão de mudanças culturais significativas, em que a patrimonialização vem a ser um dos fenômenos dinamizadores deste processo. Ocorrendo, entre outros pontos, pela redução do centro como espaço de promoção de lazer, da cultura e a educação para os cidadãos. Ou mesmo, com a inversão de um tipo de uso calcado no encontro e na sociabilidade, para um espaço de passagem, de interligação, ou de consumo. Em que áreas comerciais assumem o protagonismo espacial no presente, a partir de referências empíricas observáveis e de levantamentos primários no conjunto da pesquisa.

A convivência e o encontro no núcleo histórico da cidade se desenvolvem a partir de espaços que outrora eram mais restritos ao consumo. No geral este consumo também ocorre de maneira especializada, concentrando no eixo histórico famílias tradicionais e mais abastadas economicamente da cidade, além de turistas. Enquanto nas ruas adjacentes o comércio é popular ou informal, concentrando grupos mais pobres e onde o foco patrimonial é reduzido.

Esta segmentação espacial, todavia, ainda expõe algumas interposições, mesmo que permeadas do conflito, de inerentes contradições (figura 44, página 214), sendo possível que muitos cidadãos consigam sustentar nexos de sua vida com a cidade: pela memória, por uma relação de identidade, em que a paisagem tem um papel expressivo, assim como funções ou significados que em muitas situações rompem com a história fatural e banalizada da atividade turística. Como alguns conteúdos históricos que permanecem presentes, por meio de inércias residuais, rugosidades que fogem às formas, expressando enlaces tais quais as territorialidades dos grupos populares nas ruas Santa Cruz e parte baixa do centro, de atividades informais e de meretrício que permanecem neste mesmo setor. Ou da atual forma de apropriação do eixo histórico do centro pelas hegemonias, em que uma ou outra área ainda esteja sobreposta e onde os conflitos são mais marcantes, como no caso dos conflitos entre os skatistas e interesses da atividade turística no centro.

Por fim, mesmo a pesquisa alcançando em grande medida seus objetivos propostos, os caminhos trilhados evidenciam novas necessidades e leituras que permitam a apreensão mais nítida do espectro da realidade. Afinal, a associação entre geografia, paisagem e patrimônio é uma das mais complexas e instigantes alternativas de trabalho científico na atualidade. O estabelecimento de um diálogo pluralista, calcado na fuga dos dogmatismos, torna-se um meio de maior colaboração e trabalho conjunto por diferentes disciplinas e grupos de pesquisa. O que, portanto, permite o entendimento provisório da totalidade urbana, munindo e instigando possíveis intervenções estruturais no espaço geográfico, segundo seu conhecimento, por uma práxis transformadora, esta última calcada no sujeito, alterando não apenas a sociedade, mas o próprio método de concebê-la, de seus significados, pois lembrando a célebre expressão de Karl Marx, tudo que é sólido desmancha no ar.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Campinas, 1998.

AJONAS, A. C. S. *Centro e centralidade em Itu - SP*. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente: UNESP, 2010.

ADAS, M. *Geografia da América: aspectos físicos e sociais*. São Paulo: ed. Moderna, 1982.

ALVEZ-MAZZOTTI, A. J. ; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Editora Pioneira, 1998.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos nas cidades contemporâneas. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 2006.

BRANDÃO, L. *A Cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural*. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

CABREUVA, Prefeitura Municipal de. Publicidade turística. Disponível em: <www.cabreuva.sp.gov.br>. Acesso em: 10 de jul. de 2007.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução: Heloísa P. Cintrão; Ana R. Lessa. 4ª. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: TAC, 1981.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciência en la geografía contemporánea*. Espanha: Barcanova, 1981.

CARLOS, A. F. A.. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARDOSO, J. de J. *Patrimônio ambiental urbano & requalificação: contradições no planejamento do núcleo histórico de Santos*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

CARVALHO, P. F. Patrimônio histórico e artístico nas cidades médias paulistas: a construção do lugar. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A.(orgs.) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, B. Patrimônio cultural plural e singular: a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (orgs). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. Por que o centro histórico? Política e metodologia. In: FORTI, Reginaldo (org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. São Paulo: LECH, 1979.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CIFELLI, G. *Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto - MG*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Instituto de Geociências, 2005.

CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da geografia humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 3ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. Carl Sauer e a Escola de Berkeley – uma apreciação. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. Sobre a geografia cultural. In: <http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Geografia_Cultural.htm>. Acesso em Jan. de 2011.

COSGROVE, D. E. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSTA, Everaldo Batista da. *A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial: o caso de Diamantina (MG)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2009.

COSTA, E. B. da. *A concretude do fenômeno turismo e as cidades-patrimônio-mercadoria: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

COSTA, E. B. Totalidade urbana e totalidade-mundo. As cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2011.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Patrimônio da humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. In: *Boletim Geográfico*, São Paulo (14): 141-148, 1944; (15): 229-308, 1944.

DINIZ FILHO, L. L. O “monumento dos bandeirantes”: um estudo crítico sobre as relações entre espaço, política e cultura. In: *Boletim Paulista de Geografia*. p. 65-82. São Paulo: AGB, 1992.

DINIZ FILHO, L. L. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette. (Orgs.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.

DIONISIO, R. Skatista é procurado no interior de São Paulo. Folha de São Paulo, 26/07/1999, Folhateen.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DUNCAN, James S. Paisagem como sistema de criação de signos. In.: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeni. (Org.) Paisagens, Textos e Identidade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

FALCÃO, José Arruda. Política cultural e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, Sergio (org). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

FERNANDES, A. C., NEGREIROS, R. Desenvolvimento econômico, divisão do trabalho e mudanças na rede urbana. In FERNANDES, E., VALENÇA, M. M. Orgs. *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradativa, 1986.

FREMONT, A. A região: espaço vivido. Coimbra: Almedina, 1980.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos: introdução à sociedade patriarcal no Brasil*. 9.ed., Rio de Janeiro: Record, 1996.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1971.

FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

GAVIOLLI, R. Estudo da promoção turística do roteiro dos Bandeirantes In: Rev. Tur. Anál. vol.19 no.3. São Paulo. Dez. 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1984-48672008000300005&script=sci_arttext>. Acesso: jul. de 2012.

GERALDES, Eduardo Simões A. *Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano*. Propostas de focos qualitativos no centro de São Paulo. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2006.

GIEDION, S. *Arquitetura e comunidade*. Lisboa: Livros do Brasil, 1955.

GODOY, P. R. T.; BRAY, S. C. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. (Org.). *Ambientes - estudos de Geografia*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2003, p. 185-200.

GOLDMANN, L. *Ciências humanas e filosofia – o que é sociologia?* São Paulo, DIFEL, 1976.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria do pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 21-29, 2003.

_____. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva, Guaracira L. Louro. 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANNINGAN, J. A. *Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social*. Lisboa, Instituto Piaget: 2000.

HARVEY, D. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLZER, W. A geografia cultural e a história: uma leitura a partir de David Lowenthal. In: *Espaço e cultura*, UERJ, RJ, N^o. 19-20, P. 23-32, JAN./DEZ. DE 2005

IANNI, O. *Uma cidade antiga*. Campinas – SP: CMU/Unicamp, 1996.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelhos das cidades*. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KHUN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Marxismo*. Trad. Willian Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Trad. Carlos R. A. Dias. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2ª. Ed. Aracaju: Editora da UFS, 2007.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 2006.

LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LEPSCH, I. C. S. *O Barão de Itaim: vida, obra e legado de Bento Dias de Almeida Prado*. Ituí: Ottoni, 1999.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2005.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martin Fontes, 2006.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: Projeto História. Trabalhos da Memória. *Revista do Programa de Pós Graduação em História da PUC/SP*. São Paulo, EDUC, n. 17, Nov/98, PP. 63-201.

MARTINS, J. S. Tendências na sociologia rural. In; Introdução crítica a sociologia rural. São Paulo, HUCITEC, 1981. p. 179-97.

MARX, Murillo. *Cidades no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel e EDUSP, 1991.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, M. I. P. (org.). *Sociologia rural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 33-40.

MENESES, U. T. B. de. A cidade como bem cultural – áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio histórico urbano. In: MORI, Victor Hugo; SOUZA, Marise Campos de; BASTOS, Rossano Lopes; GALLO, Haroldo (orgs.). *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN, 2006.

MESQUITA, E. *O papel do agregado na região de Ituí*. In: Coleção Museu Paulista. V. 6. São Paulo: USP, 1977.

MINEO, M. M. P. *O espaço urbano e suas temporalidades: diagnósticos e propostas de intervenção para o patrimônio histórico de Limeira*. Dissertação de Mestrado. Rio Claro: UNESP, 2009.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MOREIRA, R. Sociedade e espaço no Brasil (as fases da formação espacial brasileira: hegemonias e conflito). *Boletim Paulista de Geografia AGB*, São Paulo, n. 8, p. 7-31, set. 2005.

MOREIRA, R. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias) In: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/.../135>. Acesso em abril de 2011.

MORIN, E. *O método*. vol.1. A natureza da natureza. Europa-América, 1991.

MUNFORD, L. *The city in history*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

NARDY FILHO, F. *A cidade de Ytu: Histórico da sua fundação e dos seus principais monumentos*. 4 vol. Itu: Ottoni, 1999.

NEGRI, Borjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP.

NIGRO, Cínthia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. R. S. Orgs. *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

NIGRO, Cínthia. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

NOGUEIRA, C. S.; SILVEIRA, S. F. B.; NOGUEIRA, A. T. *Memória afro-brasileira em Itu*. Campinas: Ed. Demacamp, 2008.

OLIVEIRA, C. A. B. de. *O processo de industrialização*. Do capitalismo originário ao atrasado. São Paulo/Campinas: Edunesp/Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, R. F. *Tempos efêmeros e espaços do cotidiano na cidade: o centro de Itu (SP) como patrimônio histórico e bem cultural urbano*. Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia. Rio Claro: UNESP, 2010.

PAES, Maria Tereza Duarte. Introdução e apresentação. In: PAES, M. T. D. ; OLIVEIRA, M. R. da S. (orgs). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais – um olhar geográfico. In: ANAIS DO XII ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Montevideu, 2009.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. In: *Geografia*. Rio Claro: Ageteo, v. 31, n. 1, jan/abr, p. 29-60, 2006.

PALEN, J. J. *O mundo urbano*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

PERISSINOTTO, R. M. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2000.

PETRONE, M. T. S. *A lavoura canavieira em São Paulo: Expansão e declínio (1765 – 1851)*. São Paulo: Difel, 1968.

PIRENNE, Henri. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1945.

RODRIGUES, Murilo Rogério. O problema do abastecimento público de água em Itú/SP: uma abordagem geográfica com ênfase nos aspectos climatológicos. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio Claro: IGCE-UNESP, 2003.

_____. A escassez de água para abastecimento público e seus reflexos socioeconômicos no município de Itú-SP. Dissertação de Mestrado. USP: São Paulo, 2008.

QUAINI, Massino. *A construção da geografia humana*. Tradução de Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RIBEIRO, A. C. T. Apresentação. In: *Cidades médias: produção do espaço urbano regional*. SPOSITO, Eliseu S., SPOSITO, Maria Encarnação B. (org). 1º ed – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

_____. Os ídolos da paisagem: caminhos e descaminhos entre paisagem e patrimônio. In: ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO E X SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP RIO CLARO, 2010.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento: Porto, 2001.

_____. *Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. v. 1: Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 5ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. 5. Ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, V. L. dos. *Além do rural: os vínculos topo – biofílicos na interação visitantes e paisagem rural*. Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE/UNESP, 2005.

SCOCUGLIA, J. B. C. Sociabilidades e usos contemporâneos do patrimônio cultural. In: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/560>>. Consulta realizada em agosto de 2012.

SCATAMACCHIA, M. C. M. Algumas considerações sobre os núcleos históricos tombados pelo CONDEPHAAT: o núcleo histórico de Itu. São Paulo: Condephaat, 2009.

SCIFONI, S. A desregulamentação do patrimônio natural paulista. In: COSTA, E. B.; BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (orgs). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SELINGARDI-SAMPAIO, S. *Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista*. Campinas: Alínea, 2009.

SEEMANN, J. Em busca de do lugar de Franz Boas na geografia cultural. In: *Revista Espaço e Cultura*. UERJ, nº. 19-20, p. 7-21, jan./dez. de 2005.

SETTI, Kilza. *Itu e suas festas populares*. Itu: Editora Ottoni, 2001.

SINGER, P. Campo e cidade no contexto histórico latino-americano. In: *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, p.95-117.

SMITH, Neil. *Uneven development*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

_____. A produção da natureza. In: *Geografia*. Rio Claro: Ageteo, vol. 9, n.º 17-18, p. 1-36, 1984.

TADDEI NETO, Pedro. Preservação sustentada de sítios históricos: A experiência do Programa Monumenta. In: *Políticas culturais para o desenvolvimento*. UNESCO BRASIL, 2003.

TIBIRIÇÁ, T. D. N. *Reabilitação urbana do centro histórico de Itu*. Trabalho final de graduação. São Carlos: USP, 2004.

TOSCANO, J. W. *Itu/centro histórico: estudos para preservação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1981.

YÁZIGI, Eduardo. Patrimônio ambiental urbano: refazendo um conceito para o planejamento urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. 2ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

ZEQUINE, A.; LUIGI, A. S.; ARANHA, B. P. L. *A vila de Itu no período açucareiro (1774-1840)*. Disponível em <<http://www.itu.com.br/>>. Acesso em Mai. de 2008.

ZINI, A. *Ytu: história de itu*. Itu: Ottoni, 1995.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando culturas e poder. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24. IPHAN, 2006. p. 204-219.

FONTES PRIMÁRIAS E LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 1934.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil 1988.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *PCN: história, geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *PCN: geografia*. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Disponível em <www.cultura.sp.gov.br>. Acesso em maio de 2010.

CONDEPHAAT. Tombamento da pedreira de varvitos em Itu. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: inscrição nº 1, p. 4, 21/03/1974. Descrição do bem disponível em: <<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC/menuitem.bb3205c597b9e36c3664eb10e2308ca0/?vgnnextoid=91b6ffbae7ac1210VgnVCM1000002e03c80aRCRD&ld=d6587837f06ac010VgnVCM2000000301a8c0>>. Acesso: ago. de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Consultas realizadas no primeiro semestre de 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapas e cartas bases*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Consultas realizadas no primeiro semestre de 2012.

IPHAN. Carta de Atenas. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=233_>. Acesso em abr. de 2008.

IPHAN. Carta de Veneza. Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=236>>. Acesso em ago. de 2008.

IPHAN, Normas de Quito: Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico em nov/dez de 1967. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=238>>. Acesso em ago. de 2012.

IPHAN. *Recomendação de Nairóbi*. Nairóbi, 26-30 de novembro de 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=DA50834E9000EBEE2814DD490EB9E767?id=249>>. Acesso em ago. de 2008.

IPHAN, *Carta de Machu Picchu*: Encontro Internacional de Arquitetos ocorrido em dezembro de 1977. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=250>>. Acesso em ago. de 2012.

IPHAN. *Declaração do México*. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, de 1982. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255>>. Acesso em ago. de 2008.

IPHAN, *Carta Petrópolis*. Petrópolis, 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, em 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=257>>. Acesso em ago. de 2012.

IPHAN, *Carta de Washington*. Washington, 1987: Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas de 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>>. Acesso em ago. de 2012.

IPHAN, *Conferência de Nara*, novembro de 1994: Conferência sobre a autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial, de 06 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=264>>. Acesso em ago. de 2012.

ITU. *Lei municipal nº 1872 de 08/09/1977*. Dispõe sobre celebração de convênio com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo.

ITU. *Lei municipal nº 2098 de 28/12/1979*. Autoriza o poder executivo a firmar convênio com o Ministério da Educação e Cultura e com a Secretaria de Cultura.

ITU. *Lei municipal nº 3846 de 19/12/1995*. Dispõe sobre a concessão e autorização de exploração de publicidade para a instalação, doação e manutenção de placas indicativas de nomes de ruas, logradouros e monumentos públicos, e de eventos e projetos específicos e dá outras providências.

ITU. *Lei municipal nº 4475 de 08/11/2000*. Dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais no âmbito do município, e dá outras providências.

ITU. *Lei municipal nº 528 de 29/12/2003*. Autoriza o município da Estância Turística de Itu a participar do consórcio para o desenvolvimento do Polo Turístico Roteiro dos Bandeirantes, e dá outras providências.

ITU. *Lei municipal complementar nº 770 de 10/09/2006*. Sanciona o “Plano Diretor Participativo do Município da Estância Turística de Itu”. Atribuindo: conceito, finalidade, princípios, objetivos gerais e diretrizes.

ITU. *Lei municipal nº 778 de 12/12/2006*. Dispõe sobre medidas sócio-educativas para pichadores de edificações públicas e privadas no município da Estância Turística de Itu.

ITU. *Lei municipal complementar nº 2 de 14/07/2010*. Estabelece normas complementares ao Plano Diretor Participativo do Município da Estância Turística de Itu. Dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordenamento do uso e ocupação do solo do município da Estância Turística de Itu.

SEADE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Mapas históricos. Disponível em <www.seade.gov.br>. Acesso: mar. de 2011.

SÃO PAULO, Secretaria de Cultura do Estado de. *Resolução SC-85, de 6-11-2003*. In: D.O.E. Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212), 07 - Nov. de 2003.

APÊNDICE

1. QUESTIONÁRIO APLICADO A POPULAÇÃO LOCAL

DATA:	LOCAL:
SEXO:	IDADE:
OCUPAÇÃO:	ESCOLARIDADE:
MORA EM ITU?	HÁ QUANTO TEMPO?
QUAL É O BAIRRO ONDE MORA?	JÁ MOROU NO CENTRO?
TEM CONHECIDO QUE JÁ MOROU NO CENTRO E MUDOU-SE? POR QUÊ?	COMO VAI ATÉ O CENTRO?
QUAL FREQUÊNCIA VAI AO CENTRO DA CIDADE? () 1 () 2 () 3 () 4 vezes ou mais na semana.	PRA QUE VAI AO CENTRO DA CIDADE?
QUAL PARTE DO CENTRO COSTUMA FICAR MAIS? POR QUÊ?	O QUE MAIS GOSTA DO CENTRO?
DE ZERO (0) A CINCO (5) CLASSIFIQUE OS LOCAIS QUE MAIS GOSTA E UTILIZA NO CENTRO DA CIDADE: () NAS PRAÇAS? QUAL? () NA R. FLORIANO PEIXOTO () NAS LOJAS DO CENTRO () NAS IGREJAS () NAS FESTAS () PROXIMIDADES DO MERCADÃO () OUTROS? QUAL?	
UTILIZA AS PRAÇAS CENTRAIS?	SE SIM OU NÃO, POR QUE E PRA QUÊ?
JÁ FEZ CAMINHADAS, PASSEIOS OU ATIVIDADES FÍSICAS NO CENTRO?	JÁ FREQUENTOU BARES, CINEMAS, OU DISCOTECAS NO CENTRO?
FREQUENTA BARES, CINEMAS, OU DISCOTECAS NO CENTRO?	COSTUMA PASSEAR, CAMINHAR OU FAZER ATIVIDADE FÍSICA NO CENTRO?
VAI EM MUSEU, CASA DA CULTURA OU ANTIQUÁRIO NO CENTRO?	VAI NAS IGREJAS DO CENTRO? QUAL?
JÁ FOI EM MUSEU, CASA DA CULTURA OU ANTIQUÁRIO NO CENTRO?	JÁ FOI EM ALGUMA IGREJA DO CENTRO? QUAL?
DE ZERO (0) A CINCO (5) CLASSIFIQUE COMO VOCÊ VÊ O CENTRO DE ITU: () ESPAÇO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS ESPAÇO DO TURISMO () () ESPAÇO DO COTIDIANO ESPAÇO COMERCIAL/SERVIÇOS () () ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESPAÇO DA HISTÓRIA E CULTURA () () ESPAÇO DO LAZER ESPAÇO CAÓTICO/PROBLEMÁTICO ()	
QUAIS AS FESTAS DO CENTRO?	PARTICIPA DE ALGUMA DELAS? QUAIS?
JÁ OUVIU FALAR DO CONDEPHAAT?	JÁ OUVIU FALAR DO IPHAN?
CITE ALGUM (NS) BEM (NS) TOMBADOS EM ITU	QUAIS OS BENS SÃO MAIS IMPORTANTES PRA VOCÊ? PQ?
EM QUE LOCAL DO CENTRO COSTUMA ENCONTRAR MAIS AMIGOS E PESSOAS CONHECIDAS? CLASSIFIQUE DE ZERO (0) A CINCO (5). () NAS PRAÇAS? QUAL? () NA R. FLORIANO PEIXOTO () NAS LOJAS DO CENTRO () NAS IGREJAS () NAS FESTAS () PROXIMIDADES DO MERCADÃO () OUTROS? QUAL?	
ONDE FAZ COMPRAS? QUAIS RUAS?	GOSTA DE VIR AO CENTRO? JUSTIFIQUE.
OBSERVA MUITOS TURISTAS NO CENTRO? EM QUAIS LUGARES?	OS TURISTAS INCOMODAM?
POR QUE ITU ATRAI TURISTA?	O QUE TEM PRA VER OU FAZER EM ITU?
NO QUE A CIDADE DE ITU DIFERE DE OUTRAS CIDADES?	NO QUE O CENTRO DE ITU DIFERE DO CENTRO DE OUTRAS CIDADES?
QUAL A RAZÃO DE ITU SER UMA CIDADE TURÍSTICA	CONHECE A HISTÓRIA DE ITU?
O QUE ACHA MAIS IMPORTANTE SOBRE A HISTÓRIA DE ITU?	MORARIA NO CENTRO DE ITU? JUSTIFIQUE.
O QUE MAIS FALTA NO CENTRO?	A ADM. PÚBLICA ATUAL FAZ UM BOM TRABALHO?
ACREDITA QUE O CENTRO ESTÁ BEM CONSERVADO? JUSTIFIQUE.	O QUE VOCÊ PENSA SOBRE O ORELHÃO E OUTROS ELEMENTOS GIGANTES NO CENTRO?
QUE MUDANÇAS VOCÊ SENTE NO CENTRO DA CIDADE NOS ÚLTIMOS ANOS? COMO LHE AFETOU?	
O QUE FALTA PARA A CIDADE MELHORAR?	

MODELO DE ENTREVISTA APLICADA AOS TURISTAS

(A) Pontos gerais

DADOS PESSOAIS

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Renda Familiar: _____
4. Escolaridade: _____

ORIGEM

1. Naturalidade: _____
2. Residência Atual: _____
3. Já visitou Itu antes? _____

OBJETIVOS DA VISITA A ITU

(b) Pontos Específicos

O QUE MAIS CHAMOU ATENÇÃO NA VISITA?

O QUE CHAMOU ATENÇÃO NA PAISAGEM?

QUE LUGARES DO CENTRO CONHECEU?

CONHECEU OUTROS LUGARES ALÉM DO CENTRO?

O QUE CONHECE DA HISTÓRIA DE ITU?

O QUE MAIS SENTIU FALTA NA VISITA?

O CENTRO ESTÁ BEM CONSERVADO?

TEVE RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO LOCAL? SE SIM QUAL?

DE ZERO (0) A CINCO (5) CLASSIFIQUE COMO VOCÊ VÊ O CENTRO DE ITU:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> ESPAÇO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS | <input type="checkbox"/> ESPAÇO DO TURISMO |
| <input type="checkbox"/> ESPAÇO DO COTIDIANO | <input type="checkbox"/> ESPAÇO DE SERVIÇOS |
| <input type="checkbox"/> ESPAÇO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS | <input type="checkbox"/> ESPAÇO DA HISTÓRIA E CULTURA |
| <input type="checkbox"/> ESPAÇO DO LAZER | <input type="checkbox"/> ESPAÇO CAÓTICO |

ENTREVISTA APLICADA AOS CONDÔMINOS⁶¹

- (a) Há quanto tempo possui residência na cidade?
- (b) Vem para Itu com que frequência?
- (c) Qual a razão de escolher Itu para morar?
- (d) Como decidiu morar na cidade?
- (e) Vai com frequência ao centro?
- (f) Qual razão o(a) leva ao centro?
- (g) Que espaços costuma utilizar no centro?
- (h) Conhece ou costuma ir em festas populares na cidade?
- (i) Que elementos da paisagem de Itu e do centro acredita ser marcante ou importante para você e a população em geral?
- (h) Conhece a história da cidade, dos elementos dela? Que fatos ou fenômenos acredita que são mais importantes para você ou a população em geral?

⁶¹ A sistematização exposta é um meio de direcionamento da presente metodologia. A entrevista em si extravasa essa relação, levando em consideração o diálogo aberto, qualificado e não restritivo.

ANEXOS

1. REPORTAGEM FOLHA DE SÃO PAULO (26/07/1999)

Folha de S.Paulo - Caso de polícia: Skatista é "procurado" no interior de SP - 26/07/... Página 1 de 1



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

E-MAIL

SAC

SHOPPING UOL

FOLHA DE S. PAULO | ÍNDICE GERAL

São Paulo, Segunda-feira, 26 de Julho de 1999

Folhateen[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**CASO DE POLÍCIA****Skatista é "procurado" no interior de SP**

free-lance para a Folha

Os skatistas de Salto e Itu (102 km e 92 km a noroeste de São Paulo, respectivamente) dizem que praticar o esporte nas duas cidades é uma atividade de risco. Eles garantem que estão sendo perseguidos pela polícia.

Tudo por causa de duas leis municipais que proibem a circulação de bicicletas, triciclos, skates, patins, patinetes e similares nas calçadas e no interior de logradouros. Quem as desobedece tem o seu "veículo" apreendido e paga uma multa para retirá-lo.

Mas é a galera do skate que mais sofre com a lei. De janeiro a junho, em Itu, foram apreendidos 13 skates contra 2 bicicletas e 2 carrinhos de rolimã. Em Salto, acontecem de 8 a 12 apreensões por mês.

Segundo o advogado Walter Ceneviva, não há nenhuma irregularidade na lei, já que o município tem autonomia para legislar sobre o uso de espaços públicos. "A escolha da prefeitura visa proteger a maioria da população, que não anda de skate", afirma.

Mas os skatistas reclamam de abusos no cumprimento da lei. "Uns amigos estavam sentados em uma praça, conversando, e a polícia veio e tomou o skate de todo mundo", diz Genaro de Andrade Júnior, o Cavanhaque, 20.

"Um cara que compete para mim ficou sem o skate, tomou uma coronhada e não pôde participar de um campeonato", afirma Rodolfo Oliveira de Souza, 16, dono de uma loja em Itu que patrocina esportistas da região.

A maioria dos problemas com a Guarda Municipal, responsável pela fiscalização e cumprimento das duas leis, acontece em Itu, segundo os skatistas. "Isso é absurdo, quero que alguém prove que um dos meus guardas cometeu alguma arbitrariedade", afirma o secretário municipal de trânsito e defesa do cidadão de Itu, o coronel Evair Luiz Emannel. Ele diz que a maioria das autuações acontecem realmente contra quem anda de skate, que o coronel classifica como "adolescentes com visão deturpada, exibicionistas e sem responsabilidade, em sua maioria".

Os skatistas também reclamam da falta de espaços alternativos para praticar o esporte. "Só podemos andar no estacionamento do estádio de Itu e em uma pista sem iluminação em Salto", diz Marco Aurélio Barleto, o Cebola, 23.

"O meu gabinete está aberto para quem tiver reclamações. Podemos até tentar pleitear, com os garotos, lugares alternativos para a prática do esporte", afirma o secretário. (RODRIGO DIONISIO)

Texto Anterior: [Jovens acabam com evasão escolar em MG](#)

Próximo Texto: [Campeonato Mundial: Brasileiro é campeão em Praga](#)

[Índice](#)



ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

E-MAIL

SAC

SHOPPING UOL

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da [Agência Folha](#).

2. DADOS COMPLEMENTARES OBTIDOS POR QUESTIONÁRIOS AOS MUNICÍPES NA PESQUISA

